

VIVÊNCIA

REVISTA DO CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES - UFRN

CCHLA-UFRN

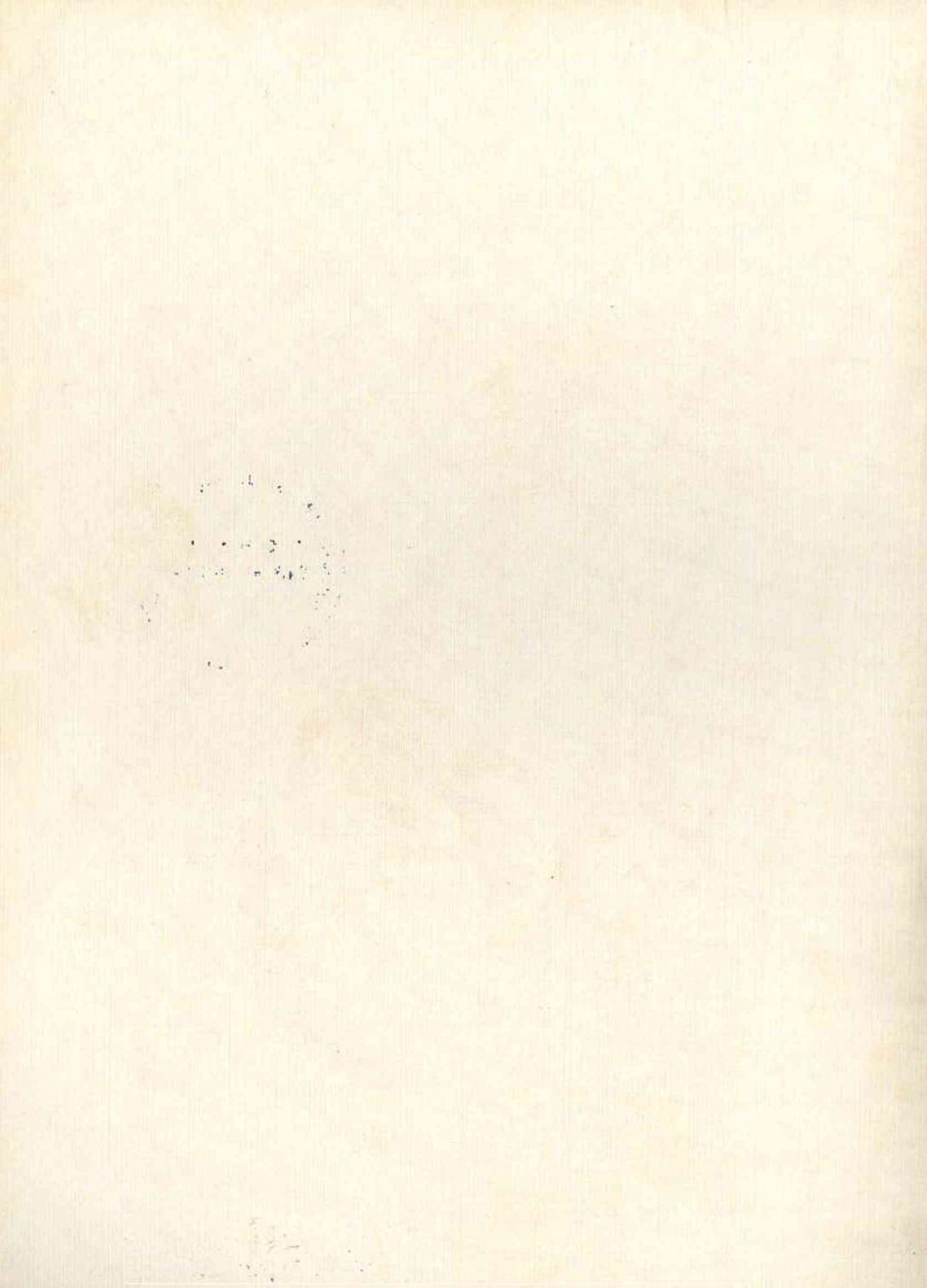
v.7 n. esp. 1993

ANAIS DO
II SEMINÁRIO
DE PESQUISA
DO CCHLA

16 a 20 de
novembro
de 1992

Natal(RN),





UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE

Reitor: Geraldo dos Santos Queiroz
Vice-Reitor: João Felipe da Trindade

CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES

Diretor: Geraldo de Margela Fernandes
Vice-Diretor: José Lacerda Alves Felipe



Vivência. UFRN/CCHLA. _ _ Vol.1, n.1 (jan./jun.
1983) _ _ Natal: UFRN Ed. Universitária,
1983_

Semestral

Descrição baseada em: Vol.7, número especial
(1993). Anais do II Seminário de Pesquisa do
CCHLA/UFRN. 16 a 20 de novembro de 1992.

A partir de 1990 publicada pela UFRN/CCHLA.
ISSN 0104-3069.

1. Humanismo - Periódico. 2. Ciências Huma-
nas - Periódico. 3. Comunicação Social - Periódico.

RN/UF/BCZM

CDU 130.2:3(05)

Deptº. História - NEH
ACERVO BIBLIOGRÁFICO
RIO GRANDE DO NORTE

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES**

Diretor: Prof. Geraldo de Margela Fernandes

Vice-Diretor: Prof. José Lacerda A. Felipe

I SEMANA DE HUMANIDADES

II SEMINÁRIO DE PESQUISA

16 A 20 de novembro de 1992

COMISSÃO ORGANIZADORA

Presidência

Rosemary Machado

Coordenação do II Seminário de Pesquisa

Prof. Orgival Bezerra de Nóbrega Dantas

Comissão de Normalização e Editoração

Profa. Liana Maria Nobre Teixeira

Prof. José Lacerda A. Felipe

Revisão Ortográfica

Prof. Anecildo Batista de Carvalho

Prof. Josué Freitas Campos

Divulgação

Profa. Mirian Moema Filgueira Pinheiro

Comissão de Apoio

Marilene Gonçalves Leão

Antonia Lúcia de Oliveira Costa

Joana D'arc Barreto

NOTA EXPLICATIVA

A revista VIVENCIA, apresenta em número especial os Anais do II Seminário de Pesquisa do CCHLA da UFRN, ocorrido em Natal, de 16 a 20 de novembro de 1992.

Reune 20 trabalhos dos 82 resumos publicados em 1992, no "volume de resumos" do referido evento.

Os trabalhos estão organizados por ordem alfabética de assuntos. Apresenta no final um índice alfabético de autores que remete à página do trabalho.

Esclarecemos que a maioria dos trabalhos apresentados durante o evento e que deixaram de ser publicados nesta oportunidade, possivelmente, deverão ser publicados posteriormente, à critério de seus autores.

A Comissão de Normalização
e Editoração do II SP/CCHLA.

VIVENCIA - Revista do CCHLA/UFRN

v. 7 1993

Número Especial: ANAIS DO II SEMINÁRIO DE PESQUISA DO CCHLA

SUMARIO

CIÊNCIAS SOCIAIS Páginas

MARIA DA CONCEIÇÃO DE ALMEIDA MOURA; ANTONIO RIBEIRO DANTAS.
A leitura do mundo: um estudo das representações do ecológico entre populações pescadoras..... 11

MARIA DA CONCEIÇÃO DE ALMEIDA MOURA.
Contra o relativismo: a revolta do logos selvagem..... 29

FILOSOFIA

JOSÉ RAMOS COELHO.
Antígona e o psiquismo humano..... 40

ÂNGELA MARIA PAIVA CRUZ.
Sobre um tratamento formal do dilema deontico..... 53

GEOGRAFIA

ANELINO FRANCISCO DA SILVA.
Influência dos portos do Recife e de Natal, na organização do espaço urbano..... 63

JOÃO MENDES DA ROCHA NETO; EDNA MARIA FURTADO.
Os (des)caminhos das ferrovias norte-riograndenses..... 67

CLEUDIA BEZERRA PACHECO; MARIA DE LOURDES RODRIGUES; JOANA D'ARC BARRETO; ANA MARIA CORDEIRO DO NASCIMENTO; ANA CARLA ARAÚJO DE SOUZA.
Emergência de um movimento popular urbano elementos de uma experiência..... 77

MARIA LEDA LINS GUIMARÃES.
Relações de assalariamento entre os operários da indústria: destilaria de álcool Baía Formosa..... 93

HISTÓRIA

MARLENE DA SILVA MARIZ.
Rio Grande do Norte colonial - 1598-1633.... 115

FATIMA MARTINS LOPES.
A presença missionária na capitania do Rio Grande..... 131

LETRAS

MARIA DE LOURDES PATRINI L'ABBATE.
A crônica feminina brasileira - de 1930 a 1960 (Cecilia Meireles, Rachel de Queiroz, Elsie Lessa, Dinah Silveira de Queirós e Adalgisa Néry..... 151

HAROLDO JOSÉ DE BRITO SILVA; MARIA ANGÊ - LÍCIA F. DA CUNHA. A negação em português: a constituição do corpus de língua falada.....	157
MARCOS ANTONIO COSTA; MARIA ANGÉLICA F. DA CUNHA. A noção de sujeito: uma revisão crítica....	165
ILANE FERREIRA CAVALCANTE; REGINA LÚCIA ROCHA DE MEDEIROS; BEATRIZ PICCOLI DE SOUSA. Fernando Pessoa em inglês.....	179
MARIA DE LOURDES OLIVEIRA O provérbio como fruto de trabalho.....	189
LIOMAR COSTA DE QUEIROZ Pertinência/não pertinência regionais.....	203
MARIA ANGÉLICA FURTADO DA CUNHA; NUBIACI- RA FERNANDES DE OLIVEIRA. Referencialidade e definitude nas negativas.	219
MARIA BEATRIZ PICCOLI CORREA DIAS E SOU- ZA; REGINA LÚCIA R. DE MEDEIROS. A música no ensino de língua estrangeira....	231
REGINA LÚCIA R. DE MEDEIROS; MARIA BEA- TRIZ PICCOLI CORREA DIAS E SOUZA. Núcleo/ERIC-Natal: investigação no campo de treinamento de professores - relato de experiência.....	237
MARIA DE FATIMA ALMEIDA Meninos, bagaços, engenhos.....	241

PSICOLOGIA

EULALIA MARIA CHAVES MAIA; MARIA CONCEIÇÃO C. DE OLIVEIRA; KARLA RAMOS DONIDA. Características sócio-demográficas de uma população puerperal em uma instituição de saúde..... 253

EULALIA MARIA CHAVES MAIA; ANA ELIDA MENEZES MAGALHÃES; ANIZE ÂNGELA DA SILVA; FLÁVIA CORDEIRO DE ARAÚJO, MARIA AUXILIADORA DIAS DA SILVA; WALDHERLUCE DE VASCONCELOS CAMPOS. Proposta de trabalho de psicologia em um centro de oncologia..... 261

INDICE ALFABETICO DE AUTORES..... 267

A DUTINA LO MEXICO: EM ESTUDO DAS VERNICULACIÖES DO UOCIANO DO FRINTE NOVIA/CIÖES ESCARINAS.

DA COLECCIÖE DE A. MEXICO - UFRN, DES.
DEPARTAMENTO DE CIÖCIAS SOCIAIS - UFRN, DES.

INTRODUCCIÖE

CIÖNCIAS SOCIAIS

Parte-se aqui da idéia de que, na realidade, os dados
sociais das sociedades humanas, em todo tempo e lugar, sã
sempre os mesmos, e que a diferença entre as sociedades
é apenas a de grau de desenvolvimento. Este é o ponto de
partida de toda a sociologia clássica e moderna. É a
idéia de que a sociedade é um organismo vivo, que se
desenvolve e evolui, e que a história é apenas o registro
deste processo. É a idéia de que a sociedade é um
sistema de relações entre indivíduos, e que a cultura
é apenas o produto destas relações. É a idéia de que
a sociedade é um todo orgânico, e que a cultura é
apenas o reflexo desta totalidade.

Logo, a cultura é apenas o reflexo da totalidade
social, e não o contrário. É a idéia de que a cultura
é apenas o produto das relações sociais, e que a
história é apenas o registro deste processo. É a idéia
de que a sociedade é um todo orgânico, e que a cultura
é apenas o reflexo desta totalidade.

PSICOLOGIA

WILLIAM MARIA CRAVEN NAIJA; MARIA ELIZABETH...
LUIZ CARLOS OLIVEIRA; MARIA FERREIRA...
Características socio-psicológicas de uma
população brasileira em um ambiente de
trabalho...

WILLIAM MARIA CRAVEN NAIJA; ANA ELIODOR...
NEVES MARQUES; MARIA ANTONIA DA SILVA...
LÁZARO CURETTO DE SAZTE; MARIA ANTONIA...
CIANORA DIAS DA SILVA; PALMERLUCIA DE...
SANTOS...

Proposta de um modelo de intervenção de
psicologia em saúde...

CIÊNCIAS SOCIAIS

ÍNDICE ALFABÉTICO DE AUTORES

A LETTURA DO MUNDO: UM ESTUDO DAS REPRESENTAÇÕES DO ECOLÓGICO ENTRE POPULAÇÕES PESCADORAS

M^ª DA CONCEIÇÃO DE A. MOURA - UFRN.DCS.*

ANTÔNIO RIBEIRO DANTAS - UFRN.DCS.*

1. INTRODUÇÃO

Este projeto de pesquisa pretende oferecer subsídios para a atualização de uma temática historicamente colocada pela ciência antropológica: a relação entre as sociedades humanas e o ambiente maior do qual fazem parte.

Parte-se aqui da idéia de que, na trajetória de construção das sociedades históricas, um fato merece destaque: o homem como um leitor do mundo. Em outras palavras, na complexa rede de relações entre as populações humanas e seu ambiente, a produção de códigos e significados tem desempenhado uma função fundante e principal. Em suma, a constituição do homem como um leitor, o situa num ponto privilegiado do intercâmbio entre os vários elementos que constituem o meio ambiente.

Responsável, em parte, pelo desenvolvimento das sociedades humanas e pela diversidade cultural que lhes oferece matrizes históricas de identidade, os produtos de uma cosmovisão configuram-se em leituras utilitárias, estéticas e

* Antropólogos, professores do Departamento de Ciências Sociais, pesquisadores do "Núcleo Temático da Seca". Participou desta pesquisa, como bolsista do CNPq a aluna Sheila Galvão Morais Pinheiro, e como estagiário o aluno Jair do Nascimento Carvalho.

místicas que, articuladas, constituem o complexo campo do simbólico e da representação. A esse respeito, a ciência antropológica tem sinalizado para a função da leitura utilitária da natureza entre as populações humanas, desde as mais antigas. A observação dos fenômenos da natureza e do comportamento dos animais, bem como a classificação das plantas, tem permitido, ao longo da história, a cura das enfermidades humanas e o planejamento das atividades agrícolas, pesqueiras e extrativistas.

Essa característica do homem como leitor tem regido a relação simbiótica entre o meio ambiente como um sistema complexo, ao mesmo tempo que torna sem sentido o dualismo homem x natureza. O homem é uma parte do meio ambiente que lê, pela cultura, todo o restante.

É sobre o produto dessa leitura — o saber, o conhecimento — que este projeto de pesquisa pretende se fixar. Partimos para isso da caracterização de 3 pontos: São eles: 1) o caminho percorrido pelo conhecimento, que pontua a espacialização dos saberes e a supremacia do urbano como zona privilegiada dessa produção; 2) a fratura entre o saber científico e o saber da tradição, que compromete o estoque comum do conhecimento humano; 3) a institucionalização de uma hierarquia de saberes que, sob o principado da ciência, relega a tradição a um saber menor.

A partir dessas questões maiores e de uma postura de adesão à problemática do meio ambiente colocada hoje de forma mais complexa e, portanto, menos disciplinar, impõe-se à antropologia inventariar, na atualidade, as representações de populações rurais a respeito do meio ambiente e da sua relação com o ecossistema. O registro dessas leituras tem a dupla função de: a) permitir o acesso a estruturas mais holísticas e menos fragmentadas de matrizes de pensamento não ordenadas pela lógica da especialização/redução dos códigos da ciência; e b) contribuir para repensar a relação ciência-tradição a partir da possibilidade de diálogo entre essas duas formas de representação do mundo.

Colocar-se um tal projeto, que contemple e propicie o diálogo entre ciência e tradição, é estar em sintonia com uma forma de pensar aberta que ultrapassa as estratégias duais do pensamento. A esse respeito, cientistas de diversos países alertaram, em Veneza - 1986, para os impasses colocados hoje ao conhecimento. A Declaração de Veneza, documento final do encontro, propõe "a superação dos abismos entre ciências da vida e do homem, complementaridade de perspectivas entre pensamento científico e selvagem, transdisciplinaridade, ética científica e processos decisórios mais íntegros, proposta de um conhecimento mais universalista" (CARVALHO, 1992, p. 1)

Assim, no atual debate a respeito da relação homem/meio ambiente, é necessário o intercâmbio entre várias leituras do mundo, como condição para ultrapassar a departamentalização do discurso sobre o meio ambiente e a ecologia, e ampliar os quadros das leituras particulares e unifocais. Nesse caminho, a solução não está na redução de uma leitura a outra, mas no estabelecimento de uma atitude dialogal entre os vários saberes, como bem coloca David Bohm em "Ciência, Ordem e Criatividade".

Após essa colocação geral da problemática e de sua importância para os estudos antropológicos, explicitamos as idéias centrais das quais partimos, nesta pesquisa.

2- SOCIEDADES E AMBIENTES: a produção do conhecimento

O processo de complexificação da natureza em função da agressividade de parte dela (o ecossistema natural) e de uma conseqüente resposta feliz do homem (adaptação) aos desafiantes problemas colocados, sugere que o pressuposto fundante da construção social encontra suas bases na relação contínua e simbiótica entre a regressão dos instintos e a progressão da cultura. Problema novo, resposta nova é, ao que tudo indica, a fórmula que explica a complexificação da

natureza humana pela mutação genética, complexificação e especialização cerebrais, estabelecimento de regras, códigos, símbolos, possibilidade do sonho e criação da ilusão.

A substituição da floresta pela savana, a ociosidade dos adolescentes, a copulação frontal, o fogo, a instauração da exogamia, o fim do nomadismo, a articulação da palavra, a aferição de significados, o exercício das trocas e do poder, a criação do mito e da ciência, são todos sinalização da relação natureza-cultura mediatizada pela imposição de problemas novos, instigantes e hostis. "A hominização teve como prelúdio uma desgraça ecológica, um desvio genético e uma dissidência sociológica". (MORIN, 1979, p.63)

A complexificação cerebral, instigada e alimentada pela relação constante entre o homínida e o meio ambiente, é "o centro federativo-integrativo entre as diversas esferas cujas relações mútuas constituem o universo antropológico: a esfera ecossistêmica, a esfera genética, a esfera cultural e social, e claro, a esfera fenotípica do organismo individual". (MORIN, 1979, p. 136)

"Entre o cérebro humano e o meio ambiente não há portanto, de fato, nem integração nem adequação imediata. Antes, uma zona de ambiguidade e incerteza. E é, precisamente, a faculdade de indecisão, o ingrediente que ao mesmo tempo limita e abre indefinidamente a possibilidade de conhecimento". (grifo nosso) (MORIN, 1979, p. 130 e 131).

O "buraco negro" entre o cérebro e o meio ambiente define pois a possibilidade do conhecimento, e este nada mais é do que a tentativa de fechar a brecha cérebro-ecossistema-cultura-práxis. A resolução das incertezas tem sido buscada historicamente por duas vias quase sempre percebidas como excludentes e opostas: as explicações mitológicas e ideológicas e as explicações de base científica. Ora, se a atividade pensante não dispõe de nenhum dispositivo que permita aferir a verdade enunciada, necessitando permanentemente o contato com o exterior, ela requer igualmente o acesso a outras formas de pensamento. A desejada relatividade da

verdade e do erro só se coloca pois, se são consideradas a diversidade e a incompatibilidade entre as idéias e crenças no tempo e no espaço. A partir daí pode-se então colocar "em dúvida seu próprio sistema de idéias e de crenças" (MORIN, 1979, p. 140-141.)

2.1 - A urbanização do conhecimento

Desde as originárias sociedades humanas já sedentárias e possuidoras de sistemas de idéias sobre o mundo até as sociedades atuais, é possível afirmar que o caminho percorrido pelo conhecimento foi o da distinção dos saberes e da urbanização da ciência. A ampliação, multiplicação, especialização e superposição dos sistemas de organização social que passaram a constituir o que se concebe hoje como urbano, cidade e metrópole, forneceram as bases "naturais" para a edificação do templo da ciência e a organização de seus filia-dos - os cientistas.

Em resposta à permanente necessidade de investigações técnicas adequadas a cada momento histórico, toma corpo uma forma de saber que, afirmando-se oposta ao mito, privilegia a referência ao atual, caracterizando-se, diz-se, pela flexibilidade, experimento e mutação. O que pode indicar apenas qualidades distintas de saberes distintos, traduz, na realidade, a primeira grande cisão do pensamento humano. Estabelece-se, por exemplo, a concepção que, segundo Morin é preciso refazer, segundo a qual a ciência caracteriza-se pela observação e experimentação, e a filosofia pela reflexão e especulação: "... ciência e filosofia poderiam aparecer-nos como dois rostos diferentes e complementares do mesmo: o pensamento" (MORIN, 1986, p. 23 e 24). A instauração da dualidade entre sistemas diferenciais de explicação, que tem caracterizado o "progresso" do conhecimento, evidencia-se notadamente após o iluminismo. Até aí, o pensador é ao mesmo tempo um místico, um poeta, e o vocábulo "sábio" denota muito bem a amplitude e a harmonia do conhecimento.

A morada do "pensamento" - seja ele especulativo ou experimental - passa a ser a cidade. Aí se produz e difunde o saber que, por afirmar-se oposto ao tradicional, é chamado científico. Observa-se como o saber científico, ao constituir-se no substituto do tradicional, vai diferenciando-se internamente pela atribuição de objetos de natureza distinta.

Assim, tem-se, de um lado, as ciências técnicas encarregadas da produção de novas formas de vida; de outro, as artes de pensar e avaliar essas transformações. Seria falso supor que essa especialização do saber científico encontra analogia e fundamento na divisão, ainda que tênue, do fazer e do pensar entre os primeiros homínidas de que fala Morin, quando trata do processo de cerebralização, juvenilização e criação entre os jovens. Se alguma analogia há, ela deve ser buscada no campo estrito das condições de criação. É aos cientistas, a quem a sociedade oferece as condições e as possibilidades de exercitar primordialmente o pensamento criativo e a invenção -- aqui e hoje essas condições são dadas oficialmente. Anteriormente elas eram contingenciais, dado o tempo de espera para a entrada do jovem no mundo do trabalho adulto. Hoje os *cientistas* são pagos para criar, e o processo de invenção é planejado, previsto, esperado, o que não significa que esse processo hoje deixe de se pautar pelas mesmas e universais características da especulação criativa: observação, tentativa e erro, acaso, repetição.

A partir desse raciocínio, e tomando como referência o conhecimento das sociedades rurais atuais, formulemos algumas questões: 1) A parte da massa pensante que, por interdição, não se utiliza do saber sistematizado hegemonicamente para resolver as "brechas" do momento, deixa de exercitar adequadamente sua relação cérebro/meio? 2) As populações destituídas do saber científico estariam sempre em atraso em relação às questões de seu momento? 3) Seriam elas um empecilho e, nesse sentido, eternas devedoras ao desenvolvimento da relação cérebro-meio? 4) Se é verdade que só a ciência sintoniza adequadamente as questões postas e as resolve, como entender que as populações que não dispõem da ciência,

nem de seus produtos, sobrevivam, tendo muitas das vezes que se defrontar com os mesmos problemas sinalizados pela ciência? 5) Os saberes não científicos teriam como função ensaiar soluções para problemas que, num segundo momento, seriam resolvidos pela ciência? 6) É possível dizer então: diacrônicamente o caminho percorrido foi do mito à ciência, e, sincrônicamente essa diacronia é comprovada pela necessária existência dos dois saberes?

Supomos que essas questões sejam pertinentes à problematização adequada do processo do conhecimento em nossos dias, que é um processo de dispersão redutor e mutilante.

Voltando mais diretamente a Morin (1979). Nas páginas 185 e 186 do *Enigma do Homem*, quando trata da sociedade histórica, Morin fala da diversidade de seu desenvolvimento e dos "níveis" de complexidade e hiercomplexidade, estes considerados também em momentos pontuais da evolução. Ao mostrar o caráter da sujeição militar-hierárquica que caracteriza um certo estado de baixa complexidade, assinala: "os desenvolvimentos da especialização abrir-se-ão de maneira cada vez mais ambígua para a progressão global da complexidade (para benefício das elites privilegiadas) e regressão de complexidade no plano dos indivíduos sujeitos a tarefas cada vez mais repetitivas e parcelares".

Se há comprometimento no progresso global da relação cérebro-meio, induzindo uma "regressão de complexidade" no plano dos não produtores de ciência, esse comprometimento deve-se a sua exclusão do processo de hipercomplexificação, e, parece, essa parte do capital humano tanto é prejudicada quanto prejudica, pela exclusão, a produção histórica e pontual do conhecimento. Mas, tanto o auto-prejuízo quanto o prejuízo gerado é imposto a essas populações, não sendo, portanto, esses indivíduos, *devedores* mas, ao contrário, *históricos credores* das "elites privilegiadas".

Parece plausível também que, sendo desiguais, e cada vez mais desiguais, os níveis de complexidade da simbiose entre o pensamento e o mundo, aqueles que dispõem de menos

instrumentos os articulem com menos destreza frente ao ecossistema, tendendo a uma vulnerabilidade própria da "regressão". Essa possibilidade, no entanto, não deve ser tomada como afirmação rigorosa na medida em que, aos problemas colocados pelos comuns viventes, corresponde um rico e complexo *modus faciendi* que, se é primitivo frente aos métodos científicos, é adequado à brecha a que quer responder. Este fato pode indicar, por outro lado, que os saberes tradicionais não devem ser entendidos nem reduzidos, pelo menos sincronicamente, a um ensaio ou a um estágio anterior da explicação científica. Trata-se, na verdade de saberes que, respaldados por quadros de referências distintos estabelecem estratégias igualmente distintas frente aos problemas a solucionar.

Por fim, se a história do conhecimento foi a da quase metamorfose do mito em ciência, não parece fácil afirmar que o saber tradicional de hoje possa se converter em ciência amanhã. Trata-se, certamente, de uma *re-totalização* promovida pelo conhecimento científico e exercitada às custas da simplificação e da absorção dos saberes tradicionais. Mantidas as substanciais diferenças históricas, pode se dizer que se reproduz, hoje, o corte operado pelo iluminismo: a ausência do diálogo entre ciência e tradição dificulta a constituição de um pensamento simultaneamente científico e cultuador das tradições manifestas nas diversidades dos mitos e saberes exotéricos.

2.2 - O Saber da Tradição - funcionalidade e horizontes.

O processo histórico de espacialização/especialização do conhecimento caracteriza-se hoje pela delimitação de *áreas distintas para saberes distintos*, o tradicional e o científico, sendo este último em grande parte responsável pela incomunicabilidade das linguagens diferentes, pelo incentivo diferencial ao processo de produção do pensamento especulativo, e pela tendência à exclusão de certas formas de pensamento não científicas.

É preciso dizer que, dada a incomunicabilidade entre os dois saberes e a necessidade da resolução dos problemas postos, o saber tradicional ainda se constitui como funcional e, neste sentido, adequado às populações humanas. Na ausência da ciência é a ele que se recorre para o enfrentamento de problemas técnicos de produção, para o conhecimento dos fenômenos do ecossistema, para a fixação de regras de conduta, para o acesso às explicações mais amplas e inconscientes.

Tendo como suporte os conhecimentos adquiridos de gerações passadas, o saber tradicional pauta-se, também como a ciência, pela referência ao atual. A atualização do sistema de referência, em função das transformações ocorridas, é uma evidência que não se pode omitir. A esse respeito é possível repensar a rigidez repetitiva que se atribui aos enunciados míticos, por vezes. Em relação, por exemplo, aos cantos matutinos de que trata Pierre Clastres, em *A sociedade contra o Estado*, é de se supor que esses enunciados que tratam de normatizar e justificar o cotidiano do grupo pela lembrança da vida e valores passados, sejam atualizados em função de fatos novos, sejam eles quais forem. Isso é plausível, mesmo no caso em que a referência ao atual seja feita para classificá-lo como pernicioso e mau. É isso com certeza, que acontece em certas formas da expressão religiosa. Tome-se por exemplo, os sermões de Frei Damião no Nordeste: além das palavras de ordem da tradição católica passada, são também referidos fatos ou problemas atuais ainda que para condená-los. A referência ao atual está, por vezes, também associada à consciência da relatividade e mutação das explicações em função da alteração do quadro de referência. "Os próprios cientistas com todas as máquinas, as vezes prevêm uma coisa e dá outra; a natureza está sempre evoluindo, então pode haver algum problema e muda todo o esquema. A natureza é como um corpo vivo" (Francisco Lucas, pescador).

A população que serve aqui de referência, evidencia a funcionalidade e praticidade do saber não científico em certas situações. É com certeza, em função das "experiências do

povo antigo", de sua atualização pela observação e do uso do pensamento analógico, que alguns grupos orientam seu sistema de vida.

Se é evidente, no entanto, que a relação cérebro X ecossistema-práxis é exercitada pelos pensantes não cientistas, é possível supor, por outro lado, dois fatos. Primeiro: o meio ambiente aí é mais restrito uma vez que não inclui completamente os produtos da ciência, ficando quase que limitado ao ecossistema natural. Segundo, e por consequência: uma transformação radical da principal base de referência pode comprometer sensivelmente a diacronia do pensamento tradicional por lacunas que podem ser irreparáveis.

Nesse argumento se fundamenta a hipótese sobre o comprometimento do saber da tradição. Em outras palavras, se o meio externo muda rápida e radicalmente, tem-se a desarticulação da relação cérebro-meio 1 pela substituição da relação cérebro-meio 2, relação essa que requererá nova articulação das potencialidades cerebrais ainda não acessadas.¹

Detalhando um pouco esse argumento. O saber tradicional produziu ao longo de sua história um rico e diversificado marco de leitura e interpretação do mundo, que contém desde previsões climáticas até elementos de contorno das idealidades. No que diz respeito, por exemplo, especificamente ao ecossistema natural, num certo momento da história, e paralelamente a esse saber, institucionaliza-se, legitima-se e recebe incentivo outra forma de investigação sobre o regime de chuvas -- a científica.

A falta de comunicação entre os dois sistemas interpretativos, além de dificultar a redução da margem de erro presente em ambos, pode resultar numa tendência ao colapso do pensamento tradicional. Ou seja: dispondo apenas como refe-

¹ A relação 1 diz respeito à situação de possibilidade/domínio do mundo externo; a 2 caracteriza-se pela perda do referente sistêmico de base.

rente, para a observação e alguns experimentos, dos estoques da flora, da fauna e de alguns fenômenos físicos (por exemplo a direção dos ventos), é suficiente uma mudança brusca no meio-ambiente (desequilíbrio ecológico provocado por desmatamentos, extinção de víveres, salinização de lagoas), para que se desmonte a cadeia de produção dessa forma de saber. A mudança brusca na empiria de referência pode produzir um corte de continuidade nesse sistema de representação, tornando impossível sua ampliação ou a substituição dele pelo seguinte, de forma que seja garantida a complexidade em cadeia e por maturação do pensamento.

É oportuno assinalar, também, que, ao lado e por causa, da distinção entre científico e não científico, e da consequente delimitação entre o saber institucional e aqueles que têm por suporte o cotidiano das práticas sociais fora das "escolas", os próprios produtores do saber "popular" se auto-depreciam frente aos cientistas, aos "doutores", às "pessoas sabidas que têm leitura".

Sem cidadania e sob a tutela da ciência, o conhecimento tradicional perde sua identidade ao deixar de ser reconhecido e de se auto-reconhecer como uma das formas de investigação e interpretação do mundo.

Ao subestimar-se pois, com relação ao conhecimento hegemônico -- o científico e escolar -- a tradição reforça as bases para a construção de sua nova identidade, *definida negativamente ou por ausência*, em oposição àquele conhecimento. Instaura-se assim o primado da ciência de forma consensual, uma vez que, do reconhecimento da pequenez por parte dos saberes *não científicos* decorre o estabelecimento da ciência como o marco ideal do conhecimento a ser atingido.

3 - UMA APROXIMAÇÃO DA PROBLEMATICA - As representações do ecológico entre populações pescadoras na Região do Semi-árido.

Dept. História - NEH

ACERVO BIBLIOGRÁFICO Labim/UFRN

RIO GRANDE DO NORTE

A construção da problemática sugerida neste projeto é fruto de indicações claramente colocadas em pesquisas anteriores. Referimo-nos aos projetos "A Problemática da Seca no RN" e "A potencialidade Pesqueira da Lagoa do Piató, Assú/RN - ambos financiados pelo CNPq, desenvolvidas em equipe multidisciplinar, e já concluídos.

Sobretudo a segunda pesquisa referida, que diz respeito a história das condições de vida de uma população pescadora, indicava a necessidade de investigação de pontos apenas ali implícitos ou assinalados : o rico ementário da população a respeito da cura medicinal por plantas, as previsões de inverno ou de seca, e assim por diante. Trata-se pois de dar conta da relação população-meio ambiente a partir de seu sistema de representação.

Façamos agora, uma primeira aproximação entre a problemática anteriormente colocada e a região a ser estudada.

As condições ambientais do semi-árido, pelas suas características singulares, condiciona uma particular relação homem-natureza. A luta do homem para sobreviver em condições que lhes são hostis possibilita uma certa "visão de mundo" ou ethos que privilegia a relação homem-ecossistema. A partir dessa pesquisa compreendemos que o estudo da produção cultural de grupos humanos situados em ninchos ecológicos hostis, ou aparentemente hostis, deve privilegiar a compreensão da relação Homem-natureza na construção de um mundo produtivo vis a vis a realidade ambiental vivenciada. Isso porque, não sendo o meio ambiente reduzido às condições físicas que a natureza oferece, mas incluindo ele o homem, tem que se destacar a percepção que um determinado grupo constroi dessa realidade que o envolve e da qual ele extrai uma forma especial de vida. Podemos mesmo afirmar que a "leitura" da realidade vivida leva à construção de uma nova "realidade" sobre a qual a vida em grupo se edifica. Temos assim o que estamos denominando aqui de "representações do ecológico", ou seja, a elaboração simbólica que possibilita

ao grupo perceber e relacionar-se com o meio ambiente circundante. Tais "representações" em nosso entender, condicionam as formas de exploração e organização produtivas de acordo com a qual se estabelece o "modus vivendi" das populações.

Considerando, pois, a problemática do semi-árido, nos pomos, inicialmente, a questão referente à percepção da natureza como hostil a vida humana. Pergunta-se: As condições ambientais são percebidas como hostis pela população que convive com elas, ou, ao contrário, tal afirmação se prende a uma visão exterior, etnocêntrica, do pesquisador oriundo de outras realidades ambientais?

A resposta a essa pergunta está vinculada a dois eixos: de um lado, poder-se-ia inquirir sobre a percepção de uma eventual hostilidade; de outro, partir-se para o estudo do impacto das intervenções oficiais no meio ambiente - políticas de combate as secas e suas derivações - sobre o universo simbólico local. Tais eixos não são excludentes, uma vez que as intervenções exógenas exercem impactos sobre as percepções locais mesmo que permaneça aí uma representação da hostilidade da natureza.

Num esforço de aproximação para aferir a relação homem-natureza no Semi-árido, partimos de categorias que julgamos pregnantes no discurso das populações:

1. A noção de tempo - "tempo de inverno" e "tempo de seca", categorias por demais recorrente nas falas do habitante do Semi-árido, parece ser um mediador importante na rede de significados construída a respeito do ecossistema. Entendido como imposição da natureza, o "tempo" aparece de forma acentuada nas descrições dos ciclos produtivos, emprestando um complexo significado aos vários consórcios de que lançam mão as populações rurais para prover sua sobrevivência - agricultura, coleta, e assim por diante.

2. A relação com a flora e a fauna - entendemos que a construção de representações que dão sentido a cadeia homens-plantas-animais, dizem respeito não apenas ao caráter utilitário daqueles dois sistemas para a produção material

das sociedades, mas desencadeam também fortes referências místicas e estéticas.

3. O sentido de preservação - A partir da importância aferida pelas populações aos vários elementos de que é constituído o ambiente que lhe é externo, interessa interrogar a respeito da existência de códigos de preservação dos sistemas "físicos" e "orgânicos" garantidores de sua reprodução enquanto grupo, e sustentáculos do "mundo" culturalmente construído.

3.1 - A população

Por entender que a situação mais rica para dar conta da problemática colocada supõe um ambiente complexo que contenha múltiplos elementos sistêmicos, decidimos por trabalhar com populações pescadoras do Vale do Assú. Essa opção justifica-se pelo fato de que esses grupos relacionam-se de forma mais ampliadas com diversos referentes do circuito ambiental - pesca, agricultura, criação de animais, produção de carvão vegetal, etc. A relação simultânea/complementar com a água e com a terra pode permitir, parece-nos, o acesso a matrizes mais complexas das representações do "ecológico" entre as populações rurais do Semi-árido nordestino.

3.2 - Area de pesquisa

Dado que o Vale do Assú², no Rio Grande do Norte, principalmente em função do município que lhe dá nome, é a região que concentra o maior volume de água do Estado e que aí desenvolvem-se outras pesquisas de nossa equipe, decidimos trabalhar nesta área, com as populações fixadas às margens de lagoas, açudes e barragens. Essa diversidade de ecossistemas aquáticos permitirá, por outro lado, ampliar nossa reflexão a respeito de possíveis variações nos sistemas de representações contidas nas matrizes universais que orientam a relação das sociedades com o ambiente.

3.3 - Metodologia de trabalho

Por tratar-se de uma pesquisa que procura inventariar as representações a respeito do ecológico, trabalharemos principalmente acessando a memória oral das populações pescadoras da área escolhida. No entanto, um estudo preliminar sobre o meio ambiente a partir de outras fontes de registro é essencial para que se possa ter conhecimento da variedade ecossistêmica a que possam referir-se os discursos.

Trabalharemos, pois, a partir de duas fontes de referências: a) A produção de historiadores e cronistas que escreveram sobre a área, especialmente aqueles que detiveram-se na descrição do meio ambiente; a produção de autores populares, principalmente os textos de literatura de cordel; b) entrevistas abertas sobre a temática. Essas entrevistas levarão em conta, preferencialmente, duas categorias da população: pessoas idosas e trabalhadores jovens. Pretende-se com isso observar se existem variações no sistema de repre-

² O Vale do Assu corresponde à área de sete municípios do Estado: Assu, Ipanguassu, Alto do Rodrigues, Pendências, Carnaubais, São Rafael e Macau.

sentação entre esses dois tipos de informantes e a que se devem essas variações. Por outro lado, como em pesquisa anterior observamos uma certa delimitação de áreas de produção do saber entre pescadores, fazendo da mulher um mediador entre o uso das plantas e as enfermidades, decidimos incluir, também, essa categoria, privilegiando as mulheres mais velhas.

Em síntese, nossa metodologia de trabalho diz respeito ao levantamento e análise das seguintes fontes:

- 1) literatura existente sobre assuntos correlatos à problemática (historiografia e literatura de cordel);
- 2) entrevistas com pescadores/agricultores (idosos e jovens) e com mulheres idosas que desempenham ou desempenharam atividades de cura a partir de elementos da natureza.

É oportuno assinalar aqui, a importância que será dada à perspectiva diacrônica nas representações sobre o ecológico. O recurso à retrospectiva histórica vivida ou lembrada pelos entrevistados, não é tomado como contraponto à reconstituição feita pelos historiadores e intelectuais acadêmicos. No nosso entender, as duas histórias -- a oficial e acadêmica e a vivida ou contada pelos próprios atores -- são fragmentos de uma só. Elas se complementam, se contrastam, modelam-se mutuamente. São faces de uma mesma moeda, fração de um mesmo inteiro, pedaços complementares mas descontínuos de uma trajetória que jamais será "captada" ou aprisionada pelo pobre conceito acadêmico de "totalidade".

4 - RESULTADOS ESPERADOS

Espera-se ao final desta pesquisa e para além do Relatório Final, produto principal, a obtenção dos seguintes sub-produtos:

- Organização e publicação, em pequenos textos, do registro da história oral das populações a respeito dos

seguintes temas: medicina e culinária naturais, previsões do tempo, "estórias de trancoso" que digam respeito à relação homem-ambiente;

- Organização e publicação de um dicionário regional, ilustrado, sobre a temática ecológica.

Com a publicação desses sub-produtos espera-se tornar possível: a) a circulação, através da rede escolar dos municípios da área, de textos sobre o meio ambiente local, com vistas à preservação da memória e à educação ambiental; b) um confronto e intercâmbio entre a ciência e a tradição sobre a temática da preservação ambiental³.

5 - REFERENCIAS BIBLIOGRAFICAS

CARVALHO, Edgard de A. A declaração de Veneza e o desafio transdisciplinar. Margem, Revista da Faculdade de Ciências Sociais da PUC-SP. S. Paulo: 1992.

MORIN, Edgar. O enigma do homem. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

_____. Ciência com consciência. Portugal: Publicações Europa-América, s.d.

_____. O método III, O conhecimento do conhecimento/1. Portugal: Publicações Europa-América, s.d.

³ A execução das atividades que subsidiam a transferência das informações de pesquisa e que chamamos aqui de "subprodutos", depende, evidentemente, de uma futura base de apoio e financiamento.

6 - BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

BERGER, Peter L; LUCKMAN, Thomas. A construção social da realidade. Petrópolis: Vozes, 1985.

BERGER, Peter L. O dossel sagrado: elementos para uma teoria sociológica da religião. S. Paulo: Paulinas, 1985.

CLASTRES, Pierre. A sociedade contra o Estado. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves Editora S.A., 1982.

GEERTZ, Clifford. A interpretação das culturas. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

MOURA, M.C. de A; TEIXEIRA, W.F.P. Aproveitamento da potencialidade pesqueira da Lagoa do Piató/Assu-Rn: segmento sócio-econômico. Natal: 1991. v. 2. (mimeo). Relatório final de Pesquisa.

STRAUSS, Cl-L. O pensamento selvagem. S. Paulo: Companhia Editora Nacional, 1976.

_____. O olhar distanciado, Lisboa: Edições 70, 1986.

CONTRA O RELATIVISMO: A REVOLTA DO LOGOS SELVAGEM**MARIA DA CONCEIÇÃO DE A. MOURA* - UFRN.DCS.**

Começa a tornar-se rotina nos meios acadêmicos brasileiros, agendar debates, por vezes extremamente criativos, para discutir e repensar a ciência hoje. Apesar do provincianismo e do reacionarismo, tonalidades certamente universais que dificultam o avanço do pensamento e habitam certas mentes em processo de ossificação, parte significativa de nossa comunidade científica, aceita o diagnóstico de uma crise paradigmática neste final de século. Apesar igualmente, dos intelectuais que se brutalizam ao confundir racionalidade e racionalização e têm seu pensamento contaminado pela anestesia doutrinal ou pela esclerose discursiva, atenta-se, hoje, para a insuficiência das interpretações estreitamente disciplinares, para a falácia de um saber terminal, para a necessidade do desmantelamento das atuais instâncias discursivas de poder, com vistas à construção de uma comunidade argumentativa libertária, onde o exercite-se, pela pluralidade, a democracia do saber.

Por um imperativo de correção, é necessário registrar que a palavra de ordem de repensar a ciência e, por consequência, empenhar-se na reconstrução das formas referenciais de pensar o mundo, não é tão nova assim. E aqui os provincianos e regionalistas que me perdoem, mas é forçoso reconhecer que parte da intelectualidade brasileira, imune à fobia das idéias estrangeiras, já no início dos anos setenta exercitavam a ruptura dos limites disciplinares-departamentais, em sintonia histórico-espacial com idéias e pensadores

* Antropóloga, Doutora, Vice-Coordenador do Mestrado em ciências Sociais, Pesquisadora do Núcleo Temático "A Problemática da Seca".

universalistas de outras nacionalidades. Seja trabalhando a cibernética social, ou buscando na filosofia, na física e na literatura horizontes universalistas para suas investigações pontuais, um logos selvagem do pensamento já demarcava os contornos do que hoje se constitui numa reflexão possível e razoavelmente aceita.

É impossível desconhecer a efervescência e não apostar na possibilidade de avanço que o atual debate sobre a crise paradigmática apresenta hoje, mas é um delírio sentir-se vanguardista ao enfrentar essa discussão, e uma insensatez advogar uma nacionalidade para ela. Assim como o conservadorismo mental não tem pátria nem tempo histórico determinados, emprestando esses referentes apenas sonoridades particulares de matrizes universais excessivamente normatizadas, também um pensamento insubmisso inscreve-se na sinfonia caleidoscópica do pensamento humano. O inventário de duzentos anos do pensamento conservador feito em "*A retórica da intransigência*" (HIRSCHMAN, 1992), pode certamente ser ampliado em busca de outros tempos, outros discursos e outras histórias. Quanto às nacionalidades, uma pergunta: é adequado dá carteirinha de nacionalidade brasileira, ou qualquer outra que seja, ao pensamento da psiquiatra Nise da Silveira?

Aderir, portanto, ao projeto de crítica à ciência, supõe hoje, entre outras coisas, diferenciar entre universalismo e generalismo; abdicar ao papel de árbitro da verdade; criar espaços para a dialogia entre saberes múltiplos, ampliando o debate sobre a ciência para a reflexão sobre o conhecimento; demolir os muros das idéias-pátrias; conviver com a incerteza própria aos momentos de criação; trabalhar para o afrouxamento das infra-estruturas tácitas de conceitos unívocos, em busca das complexidades.

Esse projeto — uma utopia, talvez — requer seriedade, perseverança e, pensamos, um sujeito euforicamente sereno. Mas, e este é o objetivo central do presente texto, requer esse projeto, também, a vigilância contra a roupagem nova dos discursos velhos; a atenção necessária para não trans-

formá-lo em trem do *modismo* para onde afluirão passageiros que temem o antigo; o exercício firme da desconstrução dos particularismos vulgares que dificultam uma "ecologia do conhecimento" humanizante e fundamentalmente "selvagem" (CARVALHO, 1990 e 1992).

É esse, parece-nos, o panorama atual do imaginário científico e das estratégias de desconstrução/desobstrução/reconstrução dos canais de circulação e comunicação das idéias. Esse panorama é, sem dúvida, uma possibilidade planetária e, apesar das descontinuidades, dispersões, focos de resistência, desperdícios e limitações, devemos nos eximir de qualquer complacência ante a inocência profissional contemplativa que desemboca facilmente na cômoda e sutil postura reacionária que pensa o mundo sem riscos e protege o olhar da "pulverização infernal das perspectivas", nas palavras de Peter SLOTERDIJK (1991).

Nas ciências sociais, o mais importante, e talvez o signatário maior do reacionarismo intelectual, é o *relativismo*. Facilmente entendido pela linguagem temática acessível através da qual postula a diferença entre as sociedades humanas, os adeptos desta seita transformam-se em "showmen" de discursos simpáticos e exóticos, com razoável poder de fascínio e sedução sobre distintas platéias que vão do "público" universitário aos "privados" acolchoados televisivos, passando, é claro, pelos auditórios americanos que certamente deliram com um Brasil sensual, de mulatas com samba no pé, e onde tudo termina em ... pizza.

Configuração conceitual do que seja "o outro"; afirmação da diferença; reificação da lógica da diversidade cultural; respeito ao outro; preservação da tradição. Numa palavra, consagração da disjunção sujeito-objeto. A matriz da *aventura antropológica* que produz e comporta esse ideário científico marcadamente dual e etnocêntrico, prescreve também os mandamentos e regras do "bom cientista" e de sua entrada no mundo do "bom selvagem": estranhar o familiar e familiarizar-se com o estranho; respeitar os discursos e valores da outra cultura; falar, quase nada; emitir opiniões e

valores, nunca; ouvir, sim, sempre e muito. É o antropólogo como inquisidor, de que fala Carlo GINZBURG (1991).

Esta forma de pensar, estes postulados, estas receitas, são certamente, opostas, diríamos mesmo, negadoras da possibilidade de ler o mundo em bases dialógicas, relacionais, universais — sejam essas bases holísticas ou iluminadas pelo paradigma da complexidade. O intelectual relativista está situado num ponto diametralmente oposto ao pensador universalista.

Superação mental impossível dos códigos relativistas?

A resposta a esta pergunta provavelmente será perceptível ao longo do debate que se inicia nos dias atuais. No entanto podemos já assinalar que não basta, oportunisticamente, desfilarmos "As desordens" de George BALANDIER (1988), nem citar superficialmente Ginzburg. Não basta igualmente assinar um artigo com o título "Relativizando o Relativismo" para entre outras coisas "chamar a atenção para a presença de um elemento de dúvida sobre si mesmo [que] parece extremamente revelador", e no mesmo tom, "sugerir a partir desse caso banal que boa parte das crenças, em sentido amplo, com que lidamos em nossa sociedade e sobretudo em nossa época não possui a solidez suposta nos manuais" (VELHO, 1991, p. 124).

Para quem não leu o referido artigo, vale salientar que o "caso banal", a que se refere o autor, é uma conversa entre ele e uma mulher da região do Tocantins-Araguaia a respeito de um "queijo" que ela lhe oferece e ao final pergunta: ' "Isso que o senhor comeu, é queijo mesmo?" '. Desse "caso banal" para os que se submetem, conforme Velho à "prova de estoicismo antropológico", "ante os olhos da mulher e das crianças, todos enfileirados e em pé à minha frente" (VELHO, p. 123), só pode mesmo resultar na afirmação da dualidade certeza-dúvida no processo cognitivo. Tal concepção está longe, parece, da idéia de que a dúvida é ela mesma parte do processo operativo da leitura do mundo. A dúvida está contida pois, tanto nos referenciais da ciência quanto

naqueles da mulher do Tocantins. Precisaria, também, está presente nos enunciados relativistas, como um elemento importante para repensar a certeza das diferenças irreduzíveis entre grupos humanos. Caberia nesse sentido, transformar em interrogações algumas das afirmações do autor no artigo já citado: porque "a Antropologia não tem muito a dizer"?, porque "os ricos resultados por ela acumulados [estão] sendo apropriados por representantes de outras disciplinas"? Porque, parece-nos, até como discurso de poder, não a Antropologia, mas o relativismo antropológico tem seus dias contados. Diante de um mundo que já é lido hoje por categorias como "os não-lugares", conforme a resenha de Carvalho sobre o último livro de Marc Augé (CARVALHO, 1992), onde o saber terminal agoniza frente à sinfonia dos pardais "perversamente alegres" (SLOTERDIJK, 1992), em que se discute a ética e a prática de pesquisa pela "experiência textual" (CALDEIRA, 1988), em que se afirma que o silêncio é a "'respiração" da significação" (ORLANDI, 1992), nesse mundo e por esses repertórios, há que perguntar-se, sim, que referente é aquele de que fala o relativismo. Melhor que assustar-se com a dúvida do "outro" é colocar em dúvida o próprio pensamento, como propõe Morin.

Se não é impossível, teoricamente, a superação dos códigos relativistas, passa a sê-lo, se o gerenciamento dessa superação não decide, corajosamente, por implodir a tatuagem do exótico impressa na mente relativista. Se não é melhor, é pelo menos mais honesto reafirmar a via relativista de pensar o mundo, a cultura e a sociedade, como o faz Frederic Rognon. Posto o dilema — para ele relevante — entre apoiar-se na "via de abordagem racionalista e sustentarmos a existência de universais do pensamento, correndo o risco de dissolver a alteridade" ou "escolhermos a óptica (*sic*) relativista" e correr o risco de "chegar à constatação da incompreensão entre as culturas", decide o autor: "só nos resta com certeza assumir essa condição, sem dogmatismo nem derrotismo. Trata-se de nos situarmos com humildade na escola do outro e de nos esforçarmos, como diz Remo Guidiere, para entrar em um logos diferente. Eis a única experiência de iniciação que permite pensar o outro sem o assimilar ao mesmo"

(ROGNON, 1991, p. 49 e 50). A avaliação que o autor faz da posição relativista baseia-se na afirmação de um "relativismo objetivo, matizado" de natureza "anti-etnocêntrica", em contraposição ao "relativismo cognitivo" que condena a comparação.

Menos mal, reelaborar justificativas em favor de idéias falsas e ultrapassadas, uma vez que o caminho da superação das interpretações e visões de mundo, pode passar pela explicitação dos pressupostos e valores que sustentam aquelas "visões". Mais grave é, certamente, multiplicar o uso de ferramentas discursivas atuais que, além de não se ajustarem como luvas às velhas idéias, dificultam sobremaneira o olhar do pensamento sobre si próprio.

De qualquer forma, seja justificando-se ou relativizando-se, o intelectual relativista terá dificuldades sérias frente ao debate, hoje agendado oficialmente, sobre a ciência. Não porque ele não saiba usar os códigos discursivos da argumentação e da retórica. Sabe, e muito bem, e com razoável eficácia. A dificuldade reside no fato de que esse debate pressupõe o diálogo e este, por sua vez, aí sim, a relativização das certezas e das verdades. Requer, também e principalmente, a ampliação e redecodificação dos particularismos, das singularidades e das alteridades nos contornos de um pensamento mais universalista, humanizante e libertário.

É a implosão da noção etnocêntrica e conservadora do outro que está em jogo. É a constituição de um "antropólogo comunicativo", como quer Sérgio Paulo Rouanet, que é perseguida. É a supressão da ruptura entre pensamento mítico-simbólico/lógico-racional que se quer operar, conforme sugere Edgar Morin.

É o diálogo pelo intercâmbio entre saberes múltiplos que se está a propor. Essa proposição apoia-se, inequivocamente na hipótese da universalidade do pensamento humano em clara negação aos princípios relativistas. "A ética comunicativa é universalista. Ela se funda na hipótese de uma na-

tureza humana universal, fundada na universalidade da comunicação pela linguagem. A moldura argumentativa é igualmente universal, não no sentido de que não existam discursos locais, em que os interessados abrangeriam apenas um grupo social específico, mas no sentido de que os argumentos usados devem ser susceptíveis de convencer todos os seres racionais, mesmo os não diretamente envolvidos" (ROUANET, 1990, p. 115 e 116).

A constituição da "comunidade argumentativa aberta" pressupõe e ao mesmo tempo excede a comunidade científica. Ela amplia-se fora dos espaços acadêmicos pelo circuito relacional com outras representações e saberes numa dimensão planetária. Um tal projeto de conhecimento extrapola a defesa intransigente de bases nacionais ou regionais do processo cognitivo, ao mesmo tempo que argumenta em favor de um "discurso problematizador" colocando em cheque os códigos do "respeito ao discurso do outro" tão ferrenhamente defendido pelos relativistas. Expondo seus pontos de vista e valores num "jogo argumentativo" os diferentes atores enfrentam indistintamente questões "normativas", "fatuais" e "morais". É a ética universal que se pretende defender contra o caráter esquizofrênico de um investigador que "por um lado adere aos valores universais dos direitos humanos e por outro se sente obrigado por seu crédito relativista a "respeitar" a validade cultural das práticas que violem esses direitos" (ROUANET, 1990, p. 120).

Nessa perspectiva a pesquisa é ela própria, um ato final. Sem deixar para depois a tomada de posição do pesquisador em favor das "populações pesquisadas", o próprio exercício dialógico permitido pela "comunidade argumentativa" proporciona uma estratégia libertária de auto-sócio-conhecimento. O "outro" nesse circuito, certamente não será o mesmo de que falam os relativistas etnocêntricos. Nem o antropólogo também. O intelectual, poderá enfim definir-se, longe da falsa ética esquizofrênica, "por seu trabalho com as idéias, pelas idéias, e para as idéias" (MORIN, 1986, p. 232). Libertariamente.

REFERENCIAS BIBLIOGRAFICAS

- BALANDIER, George. La desordre, éloge du mouvement. Paris: Fayard, 1988.
- CALDEIRA, Tereza P. da Costa. A presença do autor e a pós-modernidade na antropologia. Novos Estudos CEBRAP, São Paulo, n. 21, 1988.
- CARVALHO, Edgard de A. Por um pensamento selvagem. Agora, Jornal de Ciência e Cultura, São Paulo, v. 2, n. 3, jul./ago. 1990.
- A ecologia do conhecimento: por uma nova paradigmato-
logia. Texto datilografado, São Paulo, 1992.
- GINZBURG, Carlo. A micro-história e outros ensaios. São Paulo: DIFEL/Bertrand Brasil, 1991.
- HIRSCHMAN, Albert. A retórica da intransigência - perversidade, futilidade, ameaça. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.
- MORIN, Edgar. Para sair do Século XX. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.
- ORLANDI, Eni P. As formas do silêncio: no movimento do sentido. São Paulo: Editora da UNICAMP, 1992.
- ROGNON, Frederic. Os primitivos, nossos contemporâneos. São Paulo: Papirus, 1991.
- ROUANET, Sérgio Paulo. Ética e antropologia. Estudos Avançados, São Paulo: v. 4/10. set./dez. 1990.
- SLOTERDIJK, Peter. Mobilização copernicana e desarmamento

ptolomáico, Ensaio estético. São Paulo: Tempo Brasileiro, 1992.

VELHO, Otávio. Relativizando o relativismo. Novos Estudos CEBRAP, n. 29, São Paulo: 1991.

FILOSOFIA

ANTIGONA E PROIETIM BIRMANO

JOSE JAMES COELHO - UFRN - DFL

INTRODUÇÃO

Este trabalho tem por objetivo analisar a obra de Antigona, de Jean-Paul Sartre, sob o ponto de vista da filosofia existencialista. A obra trata da luta de uma mulher por justiça em um contexto de opressão social e política. A análise será feita sob a perspectiva da fenomenologia e da dialética hegeliana.

FILOSOFIA

A filosofia de Sartre é baseada na ideia de que a existência precede a essência. Isso significa que os seres humanos não nascem com uma natureza fixa, mas que eles se tornam quem são através de suas escolhas e ações. Antigona é uma personagem que vive em um mundo onde a moralidade é constantemente desafiada. Ela se encontra em uma situação de conflito entre o que ela acredita ser certo e o que a sociedade ao seu redor exige. A obra de Sartre é profundamente influenciada pelo pensamento de Hegel, especialmente em relação à dialética e à luta de classes. A dialética hegeliana sugere que a história avança através de conflitos e contradições. Antigona representa um ponto de virada nesse processo, onde a luta individual se torna uma luta coletiva por justiça e liberdade.

ANTIGONA E O PSIQUISMO HUMANO

JOSÉ RAMOS COELHO - UFRN - DFIL

1 - INTRODUÇÃO

Trata-se de interpretar psicanaliticamente a tragédia *Antígona*, de Sófocles, à luz da segunda tópica freudiana. Ao todo, são dez os seus personagens: de um lado, Antígona, Ismene, Creonte, Euri dice e Hémon; do outro lado, Tirésias, um guarda, um mensageiro, o Coro de velhos, nobres de Tebas, presidido pelo Corifeu. Parentes em tre si, os cinco primeiros constituem os Labdácidas - núcleo temático da tragédia e descendentes malditos de Lábdaco. Os outros cinco não são parentes e ocupam um lugar de somenos importância, exceção feita a Tirésias, devido ao temor e respeito tributado às suas profecias. A maldição dos Labdácidas começou a delinear-se quando Cadmo, avô de Lábdaco, matou o dragão de Ares. O próprio Lábdaco, por ter proibido o culto a Dionísio, foi morto pelas bacantes. Finalmente, seu filho Laio, ao fugir de Anfião e Zeto, que lhe arrebatarem a coroa após a morte de Lábdaco, refugiou-se na corte do rei Pélope. Lá, apaixonou-se e mantém uma relação proibida com Crisipo, filho de Pélope. A descoberta do amor secreto faz Laio raptar o amado, o qual, temendo a reação do pai, suicida-se. O romance infeliz de Laio foi uma grave ofensa contra Zeus, sagrado protetor da hospitalidade, e, ainda, contra Hera, severa guardiã dos amores legítimos (BRANDÃO, *Mitologia Grega*, III, p. 237). Indignado com a traição de Laio, Pélope amaldiçoa a todos os Labdácidas, presentes, passados e futuros. A primeira vítima do destino foi Édipo, filho de Laio. Sem o saber, mata o pai e casa-se com Jocasta, sua mãe, união funesta da qual nasceram Etéocles, Polínicos, Ismene e Antígona. A descoberta do amor incestuoso leva Etéocles e Polínicos a banirem o pai de Tebas. Édipo os amaldiçoa, vaticinando a morte de ambos em combate fratricida. Para fugir à previsão paterna, os dois príncipes resolvem governar Tebas de comum acordo, reinando

alternadamente cada um por um ano. Etéocles foi o primeiro a assumir o poder. Findo o prazo estipulado, Polinices retorna a Tebas exigindo o trono. Mas Etéocles recusa-se a entregá-lo. Polinices então resolve unir-se a Adrasto, organizando a desastrosa expedição dos Sete contra Tebas, na qual, como predissera Édipo, os dois irmãos se encontram, lutam um contra o outro e morrem em sangrento combate. Como Laódamas, filho de Etéocles, era menor de idade, o trono é ocupado por Creonte, irmão de Jocasta. Este ordena a realização de suntuosos funerais em memória de Etéocles, condenando a Polinices, o invasor de Tebas, a ficar insepulto. Indignada com o sacrilégio do tio, Antígona decide enterrar Polinices, mesmo sabendo que a punição pelo descumprimento do édito seria a morte do infrator.

2 - ANTÍGONA

Pelo seu caráter ardente, audacioso e sem freios, representando do mundo subterrâneo e tenebroso, Antígona simboliza o ID e suas pulsões. O seu propósito é sepultar Polinices, desejo inadiável e intransferível, uma vez que não poderia ter outro irmão, já que Jocasta, sua mãe, já se foi e Édipo está só. Uma das características do ID, aliás, é a sua ligação com a genética, mergulhando suas raízes no biológico. Para realizar o seu projeto, Antígona convida Ismene: *"Minha irmã e minha companheira (...) poderei contar com a tua colaboração, com a tua ajuda? O convite abala e aterroriza Ismene. "Trás contra o que foi ordenado por Creonte? Que tremenda audácia (...) Ai, reflete irmã! Lembra-te de como morreu nosso pai, odiado, desonrado, arrancando os próprios olhos, ao enfrentar os crimes que cometera. E, depois, a sua mãe e esposa - porque era ambas as coisas - pôe fim à vida, com infame, entrelacada corda. Em terceiro lugar, nossos dois irmãos, ó desgraçados, cumprem, no mesmo dia, o seu negro destino: morrem às mãos um do outro. E, agora, que só nós duas restamos, pensa que ignominioso fim nos espera, se violarmos o que está prescrito; se transgredirmos a vontade ou o poder dos que mandam. Não!*

Há que aceitar os fatos: somos duas fracas mulheres, incapazes de lutar contra homens, contra os poderosos que ditam as leis, e temos de cumprir-las - estas, e, possivelmente, outras mais dolorosas ainda. Contudo, peço aos que estão debaixo da terra o seu perdão, pois que, embora contrariada, penso obedecer às autoridades. É uma loucura tentar empresas que excedam as nossas possibilidades". O argumento faz Antígona repudiar a irmã. "Não insistirei mais contigo; e ainda que quisesses agora ajudar-me, não o aceitaria. Faze o que quiseres; eu vou enterrá-lo e, depois, que a morte venha. Permanece rei, então, junto do meu irmão dileto, tranquila por haver cometido um delito piedoso. Na verdade devo agradecer por mais tempo aos de baixo da terra do que aos daqui, pois o meu descanso entre eles durará eternamente. Tu, se te parece bem, despreza o que os próprios deuses estimam". - "Eu não desprezo nada; só não encontro, em mim, forças para desobedecer às leis da cidade" (SOPHOCLE, *Antígona*, p. 83-85). De um lado, nós temos a coragem, a ousadia e determinação de Antígona em realizar o que almeja. De outro, a hesitação, fraqueza e temor de Ismene em segui-la. Antígona é movida pelo princípio de prazer: luta de todas as formas pela satisfação de seu compulsivo desejo. Não sente culpa, medo ou remorso diante do risco da pena de morte que recairá sobre o transgressor. Se conseguir sepultar o irmão, esperará o seu castigo tranquilamente e com a satisfação de ter alcançado a sua finalidade. "A característica de exercer pressão é", segundo FREUD (*As pulsões e suas vicissitudes*, p.142), "comum a to das as pulsões: é, de fato, sua própria essência (...) Por pressão de uma pulsão compreendemos seu fator motor, a quantidade de força ou a medida da exigência de trabalho que ela representa". É por isso que Antígona despreza Ismene: a sua frouxidão é uma indignidade para os que honram os deuses do mundo inferior, pois a grandeza de uma pulsão está na quantidade de força que encerra. Neste sentido, Ismene simboliza aquela pulsão que, diante da censura, não consegue encontrar satisfação e atingir o seu objeto. No fundo, Ismene gostaria de ter tido forças para

desafiar o SUPEREGO, tanto que, quando Antígona é presa e condenada, Ismene pretende assumir a responsabilidade pelo sepultamento: *"Não, irmã! Não me recuses a honra de morrer contigo e a de te haver ajudado a cumprir os ritos devidos ao morto!"* Antígona reage impiedosamente: *"A quem pertence a obra, sabe-o Hades e os que estão debaixo da terra. Não suporto amizades que o sejam apenas por palavras (...) Salva-te, que não te invejarei, se te salvares"* (p.111). Assim, pois, com a ousadia própria aos heróis, Antígona descumpra o édito de Creonte e dribla a vigilância ao enterrar ritualmente o irmão. É presa e conduzida a um cárcere subterrâneo, ou seja, é recalçada e afastada do convívio social. Que Antígona seja movida pe lo princípio de prazer sugere-o, em primeiro lugar, o seu comportamento irrefreável e sem limites, e, em segundo lugar, a acusa ção de "louca" a ela várias vezes dirigida. (Creonte, ao Coro:) *"Destas duas donzelas, digo-vos que uma (Ismene) acaba de enlouquecer e a outra (Antígona) é louca de nascença"* (p.113). (Ismene, para Antígona:) *"Parte, já que assim o decidiste. Mas sabe que és uma louca, apesar de te impelir um puro amor fraternal"* (p.87). (Antígona para Creonte:) *"... Posso dizer que sou louca na opinião de um louco"* (p.107). Em suma, o ID é, para FREUD, caótico, *"um caldeirão cheio de agitação fervilhante"* (Conferência XXXI, p.94). Não promove nenhuma vontade geral.

3 - CREONTE

Por ser inflexível, rígido e severo, representando o mundo superior e luminoso das leis da cidade, Creonte simboliza o SUPEREGO. Zela continuamente pelo cumprimento das leis, pois elas são a sua própria essência. Contudo, apesar de seu édito, um guarda surpreende Antígona a enterrar o morto e a conduz, presa, à presença de Creonte. *"E tu", indaga-lhe Creonte, "tu, que inclinas a cabeça para o chão, confirmas ou desmentes ter feito isto? (Antígona:) "Confirmo-o, sim. Disse-o, não o nego. - Mas tu diz-me, sem rodeios; sabias que te era vedado, por um édito, fazer o que fizeste? - Sim,*

sabia-o bem. Como poderia ignorá-lo, se toda a gente o sabe? - E, apesar disso, atreveste-te a passar por cima da lei? - Não foi Zeus que ditou esse decreto, nem Dike, que coabita com os deuses subterrâneos, estabeleceu tais leis para os homens. E não creio que os teus decretos tenham tanto poder, sendo tu um simples mortal, que permitam a alguém violar as leis não escritas, mas imutáveis, dos deuses; a sua vigência não é nem de hoje nem de ontem, mas de sempre, e ninguém sabe quando elas apareceram. Não iria atrair o castigo dos deuses, com receio de determinação de um homem. Que havia de morrer já o sabia; pois, como ignorá-lo? Sabia-o até antes da tua proclamação. Mas, se morrer antes do tempo, verei a morte como uma felicidade; pois quem, como eu, vive entre tantos males, como deixaria a morte de ser um ganho? O que me espera não me aflige. Só encaro, como desgraça, ficar insepulto um filho de minha mãe e eu consentir; isso, sim!, é que me seria doloroso" (p.106-107).

Crente na fragilidade das mulheres, Creonte tenta dobrá-la. Mas Antígona não cede nem retrocede. Diante disso, resolve puni-la exemplarmente. "Será levada para um lugar jamais pisado pelo homem, encerrada viva num subterrâneo de pedra e com comida suficiente para a sua expiação (...) Ali, ela pode dirigir súplicas a Hades, o único deus que venera e a pode livrar da morte. Ou talvez reconheça que é trabalho inútil prestar culto ao deus dos mortos" (p.125). O castigo infligido a Antígona é uma notável descrição do processo de recalque. Creonte não manda exilá-la - tal como ocorreu a Édipo, banido pelos filhos, após tornar-se público ser ele o assassino de Laio e o amante de Jocasta, sua mãe. Se o estímulo fosse externo, o afastamento dele poderia ser uma alternativa apropriada de defesa; mas quando o estímulo é interno, quando se trata de uma pulsão, não há como escapar dele e o recalque surge como única opção. "O recalque (...) só pode surgir quando tiver ocorrido uma cisão marcante entre a atividade mental consciente e a inconsciente; e que a essência do recalque consiste em afastar determinada coisa do consciente,

mantendo-a à distância" (FREUD, Recalcamento, p. 170). Acrescente-se ainda que o SUPEREGO, segundo FREUD, representa o pai do EGO. E Creonte, no enredo, é o pai de Hémon.

4 - HÉMON

Entre Creonte e Antígona, aparece a figura conciliatória de Hémon. Diplomáticamente tenta demover o pai de sua decisão contra Antígona, sua noiva. *"Pai, a ti pertenco, e és tu quem me guia com benévolos conselhos que sempre seguirei. Pois nenhum casamento considerarei melhor do que ser dirigido, sabiamente, por ti. (...) Pai, a mais sublime das riquezas com que os deuses contemplaram os homens é a prudência (...) Não pudeste verificar o que por Tebas se faz ou se reprova. O teu rosto impõe respeito ao povo, sobretudo se tiver de te dizer o que não gostes de ouvir. Mas a mim é dado ouvir as lamentações que a cidade na sombra faz, a respeito desta donzela, pelo fato de, por um ato gloriosíssimo, sucumbir à mais ignominiosa das mortes, ela a mais inocente de todas as mulheres! Quem não deixou que seu irmão, caído em sangrento combate, ficasse insepulto e fosse presa dos carniceiros cães e das aves não seria digna de áureo louvor? Tal é o murmúrio clandestino, que corre por aí, a meia voz (...) Portanto não teimes no teu rigor, e admite a possibilidade de mudares de propósito. (Creonte:) Bom proceder, esse, de honrar os transgressores da ordem! - Nunca disse que se deviam honrar os maus. - E não é esse, justamente, o caso dessa moça? - Não é o que diz todo o povo de Tebas. - Então, será o povo que vai ensinar-me a governar? (...) - Uma cidade não pertence a um só homem. - Então, a cidade não pertence a quem a governa? - Tu, o que mereces, é governar uma terra deserta" (p.119-123). Creonte não apenas mantém-se duro mas ainda parte para o ataque. Hémon tenta contra-argumentar no sentido de que o seu discurso é para o bem de todos: de Antígona, dele próprio e de seu pai, Creonte. Inútil. " Pois viva", diz-lhe Creonte, "não casarás com ela! - Sim, ela morrerá; mas, morrendo, arrastará mais alguém consigo" (p.123). De um lado*

dependente de Antígona, a quem ama e, de outro, dependente de Creonte, a quem deve enquanto filho obediência, Hémon tenta, como vimos, contornar o conflito apelando à prudência de Creonte e persuadindo-o a ouvir o que diz o povo (noção de realidade). Representa a função mediadora do EGO. Mas o conflito se exacerba ao máximo pela ausência total de limites das instâncias nele envolvidas. (Creonte, para Hémon:) *"Sabe, pelo Olimpo, que não me insultarás impunemente com teus vitupérios. (Aos escravos:) Trazei-me aquela odiosa mulher, para que se lhe dê a morte rápida, ante os olhos do noivo. (Hémon:) Nunca, na minha presença! Não o julgues possível: pois nem eu verei a sua morte, nem tu voltarás a pousar teus olhos em mim. Deixa isso para os cúmplices da tua loucura"* (Hémon sai, correndo) (p.125). Contudo, após ouvir as catastróficas previsões de Tírsias, Creonte resolve finalmente voltar atrás. Mas já era demasiado tarde. Reencontra seu filho na tumba/tálamo de Antígona. Lá, jazia ela pendurada pelo pescoco, *"estrangulada por um laço feito com o seu fino véu; enquanto ele (Hémon), a seu lado, abraçando-a pela cintura, lamentava não só a perda da noiva, agora morta, mas também o rigor paterno e o desgraçado amor"*(p.149). Creonte chama-o: *"Que fizeste infeliz? Que pretendes agora? Que desgraça te privou da razão? Sai daí, meu filho! Rogo-te, suplico-te. Hémon olha-o, então, de cima a baixo, cospelhe no rosto; e, sem nada responder, tira da bainha a espada de dois gumes. O pai, de um salto, evita o golpe. Falhando, o desgraçado volta-se, irroso, contra si próprio: inclina-se sobre a espada, fazendo que ela se enterre no corpo, até ao meio. Consciente ainda, mas já sem forças nos braços, enlaca a jovem e, sobre a branca face dela, lança uma golfada de sangue. Ali ficaram, cadáver ao lado de cadáver, celebrando, finalmente, a boda - mas no Hades. Isto é uma lição para os mortais; para que vejam até que ponto o pior mal do homem é a imprudência"* (p. 149-151). O suicídio de Hémon é a sua forma de manifestar repúdio ao mundo real e à severidade de Creonte, como também uma

forma de substituir uma realidade intolerável (a perda de sua amada) por uma que atenda aos seus desejos negados. Morreram abraçados e, lá no Hades, suas almas errarão unidas, livres de Creonte, cuja prepotência impediu a concretização desse amor. O suicídio de Antígona na prisão, por seu turno, deve ser visto não no sentido da destruição da pulsão, mas como um sinal de ruptura do ID com o EGO e o SUPEREGO. Pois se ela não tivesse se suicidado, teria se unido a Hêmon após a sua libertação. Acerca deste episódio releva assinalar que, segundo FREUD, a diferença entre a neurose e a psicose é *"o fato de em uma neurose o ego, em sua dependência da realidade, suprimir um fragmento do id (da vida pulsional), ao passo que, em uma psicose, esse mesmo ego, a serviço do id, se afasta de um fragmento da realidade. Assim, para uma neurose o fator decisivo seria a predominância da influência da realidade, enquanto para uma psicose, esse fator seria a predominância do id. Na psicose a perda da realidade estaria necessariamente presente, ao passo que na neurose, segundo pareceria, essa perda seria evitada"* (A Perda da Realidade na Neurose e na Psicose, p. 229). Espremido entre Creonte e Antígona, Hêmon não titubeia em ficar com sua amada e ir contra o próprio pai, ou seja, o EGO abandona a realidade e prefere ser leal ao ID - o que, como vimos, é para FREUD a psicose ou a loucura. Quando uma dor se torna insuportável, a consciência ou o EGO afasta-se... e sobrevém a loucura.

5 - TIRÉSIAS

Vimos, na Introdução, que todos os não-parentes desempenham papéis secundários em Antígona, tendo Tiréias como única e honrosa exceção. Este surge no momento em que fracassam as tentativas de Hêmon (EGO) em apaziguar a ira punitiva de Creonte (SUPEREGO) em relação a Antígona (ID). Ele vem *"de fora"* (não é parente) e realiza o que Hêmon em vão tentara: molificar o rígido Creonte. Ora, o terapeuta é solicitado justamente quando, sozinho, o EGO não consegue resolver um conflito - e, portanto, precisa recorrer a

uma ajuda externa. Estes elementos sugerem - e aqui inspiramo-nos numa sugestão do Prof. HERMANO M. F. LIMA, feita quando da primeira exposição pública deste trabalho - que, nesta tragédia, o papel do analista é representado por Tirésias. Esta afirmação pode ser corroborada pelos seguintes argumentos: 1) ambos são deterministas e atribuem ao passado uma importância fundamental - para o analista o problema atual decorre de uma situação traumática primordial (provavelmente conflito com os pais ou seus substitutos); para Tirésias o problema resulta de uma maldição ou HYBRIS cometida (a qual envolve um conflito com os deuses). 2) O grande problema do analista é a austeridade do SUPEREGO e os mecanismos defensivos do EGO; o problema que Tirésias tem que enfrentar é a intransigência de Creonte (SUPEREGO). 3) Ambos interpretam sinais - o analista observa os sonhos, as associações livres, os lapsos de linguagem, etc.; Tirésias atenta para o movimento das aves, as formas descritas pelas chamas no fogo incinerando os animais sacrificados, etc. 4) Os préstimos de ambos são requeridos em virtude de uma situação/problema que aflige o cliente e ele não sabe como desvencilhar-se dela. O problema é relatado para que se possa apreender-lhe o sentido. O outro detém as chaves do enigma. 5) Em ambos os casos a cura/solução vem através da compreensão da etiologia dos sintomas. As experiências e angústias são relatadas, analisadas e interpretadas com o objetivo de desvelar o material ou os dados obscuros, desconhecidos ou esquecidos que estavam a interferir no funcionamento saudável ou normal. O conhecimento da verdade permitirá um reordenamento e o retorno à normalidade. 6) Por fim, o analista não atenta apenas no que o cliente diz, mas observa também as suas reticências, ouve o seu silêncio, o não-dito, o invisível, os elementos inconscientes que passam despercebidos. Tirésias, como o terapeuta, vê o que os outros não vêem, penetrando numa dimensão oculta e desconhecida para a maioria das pessoas. As coincidências não excluem, porém, algumas diferenças significativas. 1) O analista é não-diretivo: interrogado, como um

espelho opaco reflete o que se lhe apresenta, silencia ou faz a pergunta retornar ao indagante (FREUD, Artigos sobre a Técnica, p. 157). Já Tirésias é diretivo: apresenta as suas revelações de choque, semi-acabadas. Quando se irrita, torna-se terrível - e a verdade sai venenosa e lancinante da sua boca, embora normalmente envolta num certo ar oracular. 2) Se na análise a transferência desempenha relevante papel, em relação a Tirésias o que pode ocorrer é, vez por outra, uma projecção - em Édipo Rei, por exemplo, Édipo acusa-o de ser o assassino de Laio. 3) Por fim, Tirésias diferencia-se do analista pelo seu dom divinatório, privilégio exclusivo dos advinhos.

6 - CONCLUSÃO

Se nós, seguindo o excelente esquema de JUNITO BRANDÃO (Mitologia Grega, II, p.125-140), concebermos a tragédia como o conflito entre Apolo e Dionísio, podemos vislumbrar neste embate o para-digma da primeira tópica freudiana: a correlação de forças entre o consciente e o inconsciente. Com efeito, Apolo é o deus da luz, da contemplação intelectual, da ordem lógica e da calma filosófica - fonte de vida individual e de consciência pessoal; Dionísio, por sua vez, é tenebroso como o Hades, deus da emoção e inspiração arrebatadoras, das pulsões e da transformação oriunda do delírio sagrado - o homem, ao beber o vinho, sangue de Dionísio, incorpora o deus e, tomado pelo entusiasmo (numa orgia coletiva que reatualiza e desencadeia as energias vulcânicas do caos primordial), sai de si para fazer parte de algo mais vasto e profundo. A calma apolínea se faz presente nos apelos à prudência e à moderação: *"Isto é uma lição para os mortais; para que vejam até que ponto o pior mal do homem é a imprudência"* (p.151). *"A prudência é, em muito, a base da felicidade. E, no que é devido aos deuses, não se pode cometer qualquer deslize. Não! As palavras de altivez, ditadas pelo orgulho, acarretam, para os orgulhosos, os mais rudes golpes. Com os anos se aprende a ser prudente"* (p.155). Já a superabundância dionisiaca se faz notar pela ultrapassagem do MÉ-TRON, da medida de cada um, pela subversão das regras, em

suma, pelo fato do herói incorrer na HYBRIS, na imoderação, na arrogância que despreza seja as limitações impostas pela divindade aos homens seja os direitos dos outros. Segundo ARISTÓTELES, porém, este conflito não é um fim em si mesmo, mas um meio para a purgação da piedade e do terror. *"A tragédia é imitação de uma ação... que, suscitando o terror e a piedade, tem por efeito a purificação dessas emoções"* (Poética, p.145). A piedade tem lugar em relação *"ao inocente, que é feliz sem merecer"*. O temor, a respeito *"do nosso semelhante desditoso"*. É como se o leitor ou o espectador, tomado pela piedade, dissesse: eu sofro com ele. E, sentindo o terror, pensasse: eu temo por ele; eu temo nele. Ou seja: há, entre o espectador e o herói, uma identificação que possibilita a catarse apaziguadora. É certo que em toda interpretação há uma certa dose de arbitrariedade, uma vez que a relação entre o signo e o sentido a ele atribuído é contingente e convencional. No entanto, uma interpretação é tanto menos contingente e adquire foros de necessidade na medida em que, ao atribuir significados a vários significantes interligados, sugere uma cadeia semântica verossimilmente semelhante à cadeia de significantes à qual se reporta. Porém nunca uma leitura, por melhor que ela seja, pode pretender ser a última, porquanto a indeterminação do significante em relação à determinação do significado deixa sempre um espaço para que aquele seja visualizado sob novos ângulos na tentativa de preencher as lacunas ou vazios das anteriores interpretações. Comparando o comportamento dos três personagens centrais, poderíamos dizer, com FREUD (O Ego e o Id, p.70-71), que Antígona é amoral: domina-a a força do seu desejo. Creonte é supermoral: compete-lhe fazer cumprir a lei já estabelecida. Hémon tenta ser moral, obedecendo a Creonte; porém, por amar Antígona, não o consegue. Que Antígona, Creonte e Hémon formem uma estrutura única é confirmado, em primeiro lugar, pelo parentesco que os une: Creonte é tio de Antígona e esta prima de Hémon. Em segundo lugar, a ocorrência em cadeia de suicídios sugere que a aparente autonomia dos vários personagens encobre na verdade a

sua profunda interdependência. A morte de Antígona provoca a morte de Hémon que, por sua vez, leva Euridice, sua mãe, ao suicídio - o que transforma Creonte num vivo-morto. "Eu já estava morto", diz Creonte referindo-se ao impacto da morte do filho, "e queres tornar a matar-me?" (p.153), conclui, ao saber da morte de sua esposa. "A culpa de tudo, só a mim cabe e a mais ninguém (...) Tirai-me daqui, a mim, que já nada sou" (p.155). Já que os três são um só, impossível a vitória de um sobre o outro. Restam aqui apenas duas alternativas: conciliação ou desestruturação, sanidade ou loucura. Sófocles, intuindo a unidade estrutural entre a linguagem mítica e a linguagem do inconsciente, descreveu, dando asas à sua prodigiosa imaginação, a tópica do psiquismo e a dinâmica de um processo psicótico.

7 - BIBLIOGRAFIA-

ARISTÓTELES. Poética. Madrid, Editorial Gregos, 1974.

_____. La Politique. Paris, Les Belles Lettres, 1960, L.V.

BRANDÃO, Junito de Souza. Mitologia Grega. Petrópolis, Vozes, 1986, V.3.

_____. Dicionário Mítico-Etimológico da Mitologia Grega. Petrópolis, Vozes, 1991, V.I.

DICIONÁRIO de Mitologia Greco-Romana. São Paulo, Abril Cultural, 1976.

FREUD. Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud: Edição Standard Brasileira. Rio de Janeiro, Imago, 1978. V.XII, p. 111-123: Artigos sobre a Técnica.

_____. Obras Psicológicas... Rio de Janeiro, Imago, 1987. V.XIV, p.129-162: As Pulsões e suas Vicissitudes.

_____. Obras Psicológicas... Rio de Janeiro, Imago, 1987. V.XIV, p.165-182: Recalcamento.

_____. Obras Psicológicas. Rio de Janeiro, Imago, 1987. V.XIX, p.13-83: O Ego e o Id.

_____. Obras Psicológicas. Rio de Janeiro, Imago, 1987. V.XIX, p.187-193: Neurose e Psicose.

- _____. Obras Psicológicas... Rio de Janeiro, Imago, 1987. V.XIX, p.227-234: A Perda da Realidade na Neurose e na Psicose.
- _____. Obras Psicológicas... Rio de Janeiro, Imago, 1987.V.XXII, p.75-102: Conferência XXXI.
- LAPLANCHE, J. e PONTALIS, J.B. Vocabulário de Psicanálise. Santos, Martins Fontes, 1970.
- SOPHOCLE. Théâtre de Sophocle. Paris, Librairie Garnier Frères, []. V.I, p.81-155: Antigone.

SOBRE UM TRATAMENTO FORMAL DO DILEMA DEÔNTO

ÂNGELA MARIA PAIVA CRUZ - UFRN/DEPARTAMENTO DE FILOSOFIA

1-INTRODUÇÃO

A partir do início deste século se desenvolve uma grande variedade de lógica, que de algum modo, divergem da lógica existente até aquela época, ou a complementam.

Este fato faz com que se denominem de lógicas clássicas aquelas que já existiam, que se caracterizam principalmente por satisfazerem os princípios da Identidade, da Não-Contradição e do Terceiro Excluído*. As lógicas onde pelo menos um destes princípios é derogado denominam-se lógicas divergentes. E as lógicas onde nenhum dos princípios é derogado, mas, acrescentam à lógica clássica operadores que pretendem formalizar noções adicionais, denominam-se lógicas complementares. As lógicas divergentes e as lógicas complementares são as lógicas chamadas não clássicas.

A lógica modal é uma lógica complementar e uma variante dela é a lógica deontica.

Utiliza-se a palavra **deontica** no sentido de "normativa". Diz-se então, que a lógica deontica acrescenta à lógica clássica, operadores que pretendem formalizar conceitos normativos como os de **obrigação, permissão, proibição, indiferença e comprometimento**.

Estes conceitos, geralmente, são expressos por palavras como: **deve, pode, não pode, é indiferente e Se... então deve ser o caso que...** respectivamente. (VON WRIGHT apud AQVIST, 1984, p.607)

Deste modo, uma proposição deontica é uma proposição que expressa uma norma.

As proposições deonticas são interpretadas como prescritivas ou descritivas. Como prescritivas elas dizem o que deve ser feito, o que é permitido, etc... Como descritivas, elas descrevem aquilo que é obrigatório, permitido, etc... em determinados sistemas normativos (morais ou legais).

* O princípio da Identidade diz que todo objeto é idêntico a si mesmo. O princípio da Não-Contradição diz que entre duas proposições contraditórias, uma delas é falsa. E o Princípio do Terceiro Excluído diz que entre duas proposições contraditórias, uma delas é verdadeira.

Observa-se que estas duas interpretações se complementam, mas, normalmente uma é mais evidente que a outra. Diante disto, se colocam duas situações: a) quando a ênfase é dada à interpretação prescritiva, a lógica deontica que investiga as relações entre tais proposições, se aproxima mais da lógica das ações e dos imperativos; b) quando se evidencia mais a interpretação descritiva, a lógica que estuda as relações entre tais proposições é uma lógica deontica, que se aproxima de uma lógica do Direito.

Esta pesquisa adota a última interpretação.

Visto que a lógica deontica é uma variante da lógica modal, pode-se afirmar que o seu precursor mais remoto é Aristóteles. No período contemporâneo divulga-se o trabalho de Ernest Mally apud AQVIST (1984, p.610) em 1926, e uma importante contribuição é dada por G.H. Von Wright, apud AQVIST (1984 p.607) cujo início se dá em 1951 com a publicação do artigo "Deontic logic".

O sistema de lógica deontica de Von Wright contido no referido artigo, é **monádico**. Isto significa dizer que os operadores de obrigação, permissão, proibição e indiferença são absolutos.

Considerando-se tal abordagem, surgem resultados indesejáveis que são apontados por Prior e Chisholm apud AQVIST (1984, p.639-656).

A pesquisa continua com Von Wright, na tentativa de resolver alguns desses problemas. E é com este objetivo que Von Wright constrói um sistema de lógica deontica diádica clássica. Neste sistema, os operadores deonticos são condicionados a determinadas circunstâncias. Portanto, eles formalizam proposições como **Se... então deve ser o caso que...** que expressam **comprometimento ou obrigação derivada**.

Um problema que ocorre não só com os sistemas de Von Wright, mas também, com qualquer outro sistema deontico clássico, é como enfrentar o chamado dilema deontico.

2.-O DILEMA DEONTICO

Os sistemas (ou códigos) morais ou legais existentes trazem normas que muitas vezes levam a situações conflitantes. Há situações em que, para um agente, é obrigatório realizar um ato que é proibido; ou ainda, é permitido realizar um ato proibido. Diz-se que nestas situações o agente enfrenta um **dilema deontico**.

Um exemplo típico de dilema deontico é dado por PUGA (1985, p.23): "Suponhamos que um Sr. X esteja num hospital onde sua esposa vai da à luz, e que o médico lhe informa que a sua esposa se salva ou o filho. Um dos dois mor-

rerá. O Sr. X pode procurar salvar a mulher, condenando o filho, ou pode tentar salvar o filho, sentenciando sua mulher à morte".

Não se discute aqui, a existência dos dilemas deonticos, porque entende-se que esta não é uma tarefa da lógica. Observa-se no entanto, que os dilemas deonticos se relacionam com a lógica, e, por esta razão propõe-se um tratamento formal para eles.

2.1.-O sistema de lógica deontica monádica clássica D_0

Constrói-se um sistema de lógica deontica monádica clássica, acrescentando-se a um sistema proposicional clássico (MENDELSON, 1976), um novo símbolo primitivo **O**, dito de **obrigatoriedade**. Denota-se por D_0 , este sistema.

2.1.1 - Linguagem e axiomática de D_0

A linguagem L do sistema D_0 é formada dos seguintes símbolos:

1. Lógicos: \sim (**negação**) \rightarrow (**implicação**) e **O** (**obrigatoriedade**)
2. Variáveis: um conjunto infinito enumerável de variáveis proposicionais.
3. Símbolos auxiliares: (,) (**parênteses**)

Chama-se **fórmula** de L , todo conjunto finito de símbolos desta linguagem que formaliza proposições, proposições deonticas e as combinações entre elas através dos conectivos proposicionais.

Usa-se A, B, C, \dots como variáveis metamatemáticas para todos os tipos de fórmula.

Definição 1 (de outros símbolos):

1. $PA =_{\text{def}} \sim O \sim A$ e onde escreve-se OA e PA lê-se "é obrigatório que A " e "é permitido que A ", respectivamente.
2. $FA =_{\text{def}} O \sim A$ e onde escreve-se FA lê-se "é proibido que A ".
3. $IA =_{\text{def}} PA \wedge P \sim A$ e onde escreve-se IA lê-se "é indiferente que A ".
4. Os símbolos \vee (disjunção), \wedge (conjunção) e \leftrightarrow (equivalência) definem-se da seguinte forma:

$$A \vee B =_{\text{def}} \sim A \rightarrow B$$

$$A \wedge B =_{\text{def}} \sim (A \rightarrow \sim B)$$

$$A \leftrightarrow B =_{\text{def}} (A \rightarrow B) \wedge (B \rightarrow A)$$

Os postulados (esquemas de axiomas e regras primitivas de inferência) para o sistema D_0 são os seguintes:

$$A1. A \rightarrow (B \rightarrow A)$$

$$A2. (A \rightarrow (B \rightarrow C)) \rightarrow ((A \rightarrow B) \rightarrow (A \rightarrow C))$$

$$A3. (\sim B \rightarrow \sim A) \rightarrow ((\sim B \rightarrow A) \rightarrow B)$$

$$A4. OA \rightarrow A$$

$$A5. O(A \rightarrow B) \rightarrow (OA \rightarrow OB)$$

$$R1. \frac{A, A \rightarrow B}{B} \quad (\text{Modus Ponens})$$

$$R2. \frac{\vdash\!\!\vdash A}{\vdash\!\!\vdash OA} \quad (\text{O- necessitação ou Regra de Gödel})$$

Para entender o tratamento dado ao dilema deontico, são necessárias algumas definições.

Uma teoria T (sistema dedutivo qualquer) que contém um símbolo de negação, é **inconsistente** se, e somente se, existe pelo menos dois teoremas um dos quais é a negação do outro; caso contrário, T é **consistente**. T é **trivial** se, e somente se, todas as fórmulas da linguagem de T são teoremas de T ; no caso contrário, T chama-se **não trivial**.

Uma característica importante da lógica clássica é que toda teoria T que nela se baseia, é inconsistente se, e somente se, é trivial. Isto significa que na lógica clássica as noções de inconsistência e trivialidade se confundem.

Observa-se que, se a fórmula $OA \wedge O\sim A$ é teorema em D_0 , então D_0 torna-se inconsistente e, conseqüentemente trivial, dado que a lógica subjacente a D_0 é a lógica clássica.

Este é o significado de demonstrar em D_0 o esquema de teorema $(OA \wedge O\sim A) \rightarrow OB$:

$$1. (A \wedge \sim A) \rightarrow B$$

Teorema do sistema clássico

$$2. O((A \wedge \sim A) \rightarrow B)$$

1/R2

3. $O((A \wedge \sim A) \rightarrow B) \rightarrow (O(A \wedge \sim A) \rightarrow OB)$ A5
 4. $O(A \wedge \sim A) \rightarrow OB$ 2,3/R1
 5. $(OA \wedge O \sim A) \rightarrow OB$ 4/pelo teorema $O(A \wedge B) \leftrightarrow (OA \wedge OB)$

Mas, a trivialidade de D_0 significa que, no sistema normativo descrito pelas proposições deonticas formalizadas em D_0 , tudo é obrigatório.

Entretanto, isto sugere um niilismo moral*. E, considerando que qualquer forma de niilismo conflita com a existência de códigos morais ou legais, dispõe-se de duas soluções possíveis para evitá-lo: modificar os sistemas normativos ou utilizar uma lógica que não exclua a possibilidade dos dilemas deonticos e que ao mesmo tempo não conduza à trivialização.

Não se discute também, qual é a melhor solução ou qual é a solução mais conveniente, mas, do ponto de vista lógico, percebe-se a insuficiência do sistema D_0 para formalizar sistemas normativos inconsistentes e não triviais.

2.2.-O sistema de lógica deontica monádica paraconsistente D_1

A lógica paraconsistente é uma lógica divergente da lógica clássica, que derroga o princípio da não-contradição. Isto significa que nem sempre vale a fórmula $\sim(A \wedge \sim A)$, e assim, existe a possibilidade de valer a fórmula $A \wedge \sim A$.

De modo geral, diz-se que um sistema de lógica é paraconsistente se pode ser empregado como lógica subjacente à teorias inconsistentes e não triviais.

Portanto, para viabilizar a segunda solução referida anteriormente, constrói-se um sistema deontico monádico paraconsistente, denotado por D_1 , cuja diferença básica para D_0 , está em substituir o sistema proposicional clássico por um sistema proposicional paraconsistente, por exemplo, o sistema C_1 de N.C.A. DA COSTA (1974) ou ALVES (1976).

2.2.1.-Linguagem e axiomática de D_1

A linguagem L_1 do sistema D_1 compõe-se dos seguintes símbolos:

1. Lógicos: \sim (negação), \rightarrow (implicação), \vee (disjunção), \wedge (conjunção) e O (obrigatoriedade).

* Entende-se niilismo moral como a negação ou oposição à existência de valores morais, de acordo com ABBAGNANO (1982).

2. Variáveis: um conjunto infinito enumerável de variáveis proposicionais.

3. Símbolos auxiliares: (,) (parênteses)

Definição 2 (de fórmula): análoga à Def. 1 em D_0

Definição 3 (de outros símbolos):

1. $A^{\circ} =_{\text{def}} \sim(A \wedge \sim A)$ e onde escreve-se A° lê-se "A é bem comportada".

2. $\sim^* A =_{\text{def}} \sim A \wedge A^{\circ}$

3. $PA =_{\text{def}} \sim^* O \sim^* A$

4. O símbolo \leftrightarrow (equivalência) define-se como em D_0

O símbolo \sim^* chama-se negação forte e o símbolo \sim , negação fraca.

Os postulados (esquemas de axiomas e regras primitivas de inferência) para o sistema D_1 são os seguintes:

A1. $A \rightarrow (B \rightarrow A)$

A2. $(A \rightarrow (B \rightarrow C)) \rightarrow ((A \rightarrow B) \rightarrow (A \rightarrow C))$

A3. $(A \wedge B) \rightarrow A$

A4. $(A \wedge B) \rightarrow B$

A5. $A \rightarrow (B \rightarrow (A \wedge B))$

A6. $A \rightarrow (A \vee B)$

A7. $B \rightarrow (A \vee B)$

A8. $(A \rightarrow C) \rightarrow ((B \rightarrow C) \rightarrow ((A \vee B) \rightarrow C))$

A9. $A \vee \sim A$

A10. $\sim \sim A \rightarrow A$

A11. $B^{\circ} \rightarrow ((A \rightarrow B) \rightarrow ((A \rightarrow \sim B) \rightarrow \sim A))$

A12. $(A^{\circ} \wedge B^{\circ}) \rightarrow ((A \rightarrow B)^{\circ} \wedge (A \vee B)^{\circ} \wedge (A \wedge B)^{\circ})$

A13. $A^{\circ} \rightarrow (O A)^{\circ}$

A14. $OA \rightarrow A$

A15. $O(A \rightarrow B) \rightarrow (OA \rightarrow OB)$

R1. $A, A \rightarrow B$ (Modus Ponens)

B

R2. $\vdash\!\!\vdash A$ (O-necessitação ou Regra de Gödel)

$\vdash\!\!\vdash OA$

Definição 4 - Diz-se que uma fórmula A da linguagem L_1 trivializa O- deonticamente D_1 se, somente se para toda fórmula B de L_1 , tem-se que em D_1 , $\vdash\!\!\vdash A \rightarrow OB$.

Teorema: A fórmula $OA \wedge O\sim A$ não trivializa O- deonticamente o sistema D_1 .

Demonstração: Suponha que a fórmula $OA \wedge O\sim A$ trivializa O- deonticamente D_1 . Então, pela Def. 3, $\vdash\!\!\vdash (O A \wedge O \sim A) \rightarrow B$ em D_1 para toda fórmula B de L_1 . Por indução sobre a construção de teoremas demonstra-se que, se $\vdash\!\!\vdash A$ em D_1 então $\vdash\!\!\vdash A^+$ em C_1 , onde A^+ é a fórmula resultante quando suprime-se todos os operadores deonticos da fórmula A.

Logo, $\vdash\!\!\vdash (A \wedge \sim A) \rightarrow B$ em C_1 .

Portanto, pela axiomática de C_1 e D_1 , $\vdash\!\!\vdash (A \wedge \sim A) \rightarrow B$, o que não é possível.

3. CONCLUSÃO

Observa-se que alguns teoremas de D_0 não são demonstráveis em D_1 . Mas, em contrapartida, verifica-se em D_1 que o dilema deontico pode ser tratado sem o risco da trivialização do sistema.

Portanto, no que diz respeito ao dilema deontico, a lógica deontica maná dica paraconsistente é suficiente para a formalização de sistemas normativos inconsistentes e não triviais.

4. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. ABBAGNANO, N. Dicionário de Filosofia. (tradução coordenada e revista por Alfredo Bosi). São Paulo, Mestre Jou, 1982.
2. ALVES, E.H. Lógica e inconsistência: um estudo dos cálculos C_n , $1 \leq n \leq \omega$. Tese de Mestrado. S. Paulo Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 1976.
3. AQVIST, L. Deontic logic. Handbook of philosophical logic. v. II, 605-714, D. Reidel Publishing Company, 1984.
4. DA COSTA, N.C.A. On the theory of inconsistent formal systems. Notre Dame journal of formal logic. 15: 497-510, 1974.
5. MENDELSON, E. Introduction to mathematical logic. D. Van Nostrand Co, 1976.
6. PUGA, L.Z. Uma lógica do querer: preliminares sobre um tema de Mally. Tese de Doutorado, PUC, São Paulo, 1985.

5. BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

1. ARRUDA, A.I. A Survey of paraconsistent. UNICAMP - São Paulo, IMECC, 1978.
2. CARNIELLI, W.A. Many-valued logics and plausible reasoning. A aparecer em Proceedings of "Intern. Congress of many-valued logics", Univ. Charlotte, noth - Corul, 1990.
3. CHURCH, Alonzo. Introduction to mathematical logic. I. Princeton Univ. Press, 1970.
4. DA COSTA, N.C.A. Sistemas formais inconsistentes. Tese de Concurso para Professor Catedrático, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 1963.
5. DA COSTA, N.C.A.; CARNIELLI, W.A. On paraconsistent deontic logic. A ser publicado em Philosophia.
6. HENKIN, Leon. The completeness of the first-order functional calculus, journal of symbolic logic 14, p.152-166, 1949.
7. HUGHES, G.E.; CRESSWELL, M.J. An Introduction to modal logic. Londres, Methuen, 1968.
8. KLEENE, S.C. Introduction to metamathematics. Amsterdã, North-Holland, 1974.
9. MOURA, J.E. de A. Aspectos da lógica funcional paraconsistente. Tese de Mestrado, USP, São Paulo, 1978.
10. PUGA, L.Z. A lógica deontica e a Teoria Tridimensional do Direito, Revista dos Tribunais, nº 634, p.36-42, 1988.
11. PUGA, L.Z.; DA COSTA, N.C.A. Lógica Deontica e Direito. Boletim da Sociedade Paranaense de Matemática. V.8, nº 2, p.141-154, 1987.
12. VON WRIGHT, G.H. Ensayo de Lógica Modal. Buenos Aires, Rueda, 1970.

INFLUÊNCIA DOS PORTOS DO NORTE E DE NATAL NA ORGANIZAÇÃO DO LITORAL URUBANO

DA GEOGRAFIA DE SÃO CARLOS - RORAIMA

INTRODUÇÃO

GEOGRAFIA

AS CONDIÇÕES DO LITORAL DO NORTE

1. BIBLIOGRAFIA DE REFERÊNCIA

1. JERONIMO, D. O. *Tratado de Geografia*. Rio de Janeiro: Editora Nacional, 1962.
2. ALVES, E. M. *Leitura e interpretação de mapas*. Rio de Janeiro: Editora Nacional, 1962.
3. ALVES, E. M. *Leitura e interpretação de mapas*. Rio de Janeiro: Editora Nacional, 1962.
4. ALVES, E. M. *Leitura e interpretação de mapas*. Rio de Janeiro: Editora Nacional, 1962.
5. ALVES, E. M. *Leitura e interpretação de mapas*. Rio de Janeiro: Editora Nacional, 1962.
6. ALVES, E. M. *Leitura e interpretação de mapas*. Rio de Janeiro: Editora Nacional, 1962.

GEOGRAFIA

1. ALVES, E. M. *Leitura e interpretação de mapas*. Rio de Janeiro: Editora Nacional, 1962.
2. ALVES, E. M. *Leitura e interpretação de mapas*. Rio de Janeiro: Editora Nacional, 1962.
3. ALVES, E. M. *Leitura e interpretação de mapas*. Rio de Janeiro: Editora Nacional, 1962.
4. ALVES, E. M. *Leitura e interpretação de mapas*. Rio de Janeiro: Editora Nacional, 1962.
5. ALVES, E. M. *Leitura e interpretação de mapas*. Rio de Janeiro: Editora Nacional, 1962.
6. ALVES, E. M. *Leitura e interpretação de mapas*. Rio de Janeiro: Editora Nacional, 1962.
7. ALVES, E. M. *Leitura e interpretação de mapas*. Rio de Janeiro: Editora Nacional, 1962.
8. ALVES, E. M. *Leitura e interpretação de mapas*. Rio de Janeiro: Editora Nacional, 1962.
9. ALVES, E. M. *Leitura e interpretação de mapas*. Rio de Janeiro: Editora Nacional, 1962.
10. ALVES, E. M. *Leitura e interpretação de mapas*. Rio de Janeiro: Editora Nacional, 1962.

INFLUÊNCIA DOS PORTOS DO RECIFE E DE NATAL, NA ORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO URBANO

ANELINO FRANCISCO DA SILVA-Professor/UFRN/DGE

1- INTRODUÇÃO

Pensar investigar a importância que tem portos como o do Recife e Natal, na organização do espaço urbano, é se debruçar sobre as fontes primárias à busca de elucidar preocupações inerentes ao trabalho. E o primeiro ponto de apoio, foi consultar o documento "Estudo geográfico dos portos e de suas hinterlândias" de José Cezar Magalhães, publicado na Revista Brasileira de Geografia.

O tratamento final que se dará ao estudo portuário é o das repercussões de sua presença na organização urbana dessas duas cidades - Recife e Natal.

2- DA PROBLEMÁTICA DO PORTO DO RECIFE

Estudando os portos e suas hinterlândias em 1969, José Cezar Magalhães, verificava que a posição do Porto do Recife em relação ao Nordeste lhe facultava a condição de metrópole e que ele alcançou, em grande parte, pela sua posição de cidade portuária, mas, destacava que *"por causa justamente da fase rodoviária na qual se salienta a construção da Rio-Bahia... já não contribui para esta exploração"*, ocorrendo já o divórcio entre a posição da cidade e a posição do porto no estudo da determinação as hinterlândias portuárias (MAGALHÃES, 1969, p.43), mesmo tendo perdido essa situação, o porto do Recife, representa para a cidade do Recife, um gerador de divisas, um propulsor de ações comercial e financeira, vista que seu movimento de cargas e descargas, caracterizam as ações dos serviços prestados por esse porto.

Em termos do sistema portuário, a Região Metropolitana do Recife-RMR, dispõe de amplas condições potenciais de recuperar a importância que historicamente teve como entreposto comercial. Isso, por conta de Suape, mas, também, do próprio Porto do Recife que vem passando por melhorias e ampliações, dispondo hoje de instalações e equipamentos para movimentação de carga geral, granéis sólidos e granéis líquidos, bem como cargas containeriza-

das, havendo, ainda, um projeto de ampliação de um Terminal de Múltiplos Usos.

Apesar dessas instalações, o Porto do Recife, apresenta ociosidade significativa relacionada à sua falta de especialização em determinados tipos de cargas, bem como às tarifas praticadas, o que reduz a sua competitividade em relação aos outros portos nordestinos. Outro estrangulamento do Porto do Recife está nas vias de acesso que cruzam áreas de tráfego congestionado e estão a exigir desobstruções e ampliações ou mesmo a abertura de novas avenidas com esse objetivo (ANDRADE, 1979).

Cabe lembrar aqui o papel que o Porto do Recife desempenha na intermediação de mercadorias. A modernização, concluída em 1983, ampliou consideravelmente, a abrangência regional do Porto. A nova política de abertura para o mercado externo poderá reforçar o movimento de cargas, através do Porto do Recife.

A existência de dois portos estaduais do Recife e de Suape não são conflitivos, que articulados, podem exercer influência na dinâmica da economia de Pernambuco. Suape estaria mais vinculado à movimentação de cargas das unidades produtivas do complexo industrial portuário de Suape e as perspectivas de complementação do trecho ferroviário Petrolina - Salgueiro, deverão produzir efeitos dinâmicos sobre a economia metropolitana e estadual, com impactos na expansão do movimento de cargas, através do Porto do Recife (PREFEITURA DA CIDADE DO RECIFE, 199 - p.161).

Quando no apogeu de sua dinâmica como porto, o bairro do Recife era dinamizado pelo desempenho econômico, que as atividades portuárias demandavam. O bairro concentrava todo um aparato comercial e financeiro, extrapolado para a cidade do Recife. A cidade se rejuvenescia tanto economicamente, como do ponto de vista urbano. Com a perda de posição de destaque, aquele espaço que concentrava poder comercial, vai se atrofiando. Ultimamente, há certa preocupação pela recuperação do conjunto da área portuária.

3. O PORTO DE NATAL E SUA GESTÃO

Os estudos do Porto de Natal datam de 1875, quando foi preconizado a derrocagem do trecho de arrecifes e arrasamento da ponta sul da Baixinha, visando melhorar o acesso ao estuário.

Estando situado a 3Km a montante da foz do rio Potengi e sua localização no extremo norte da cidade do Natal, dificulta um pouco o tráfego de viaturas pesadas.

A principal deficiência de equipamento do Porto de Natal é a falta de guindaste de pórtico, como também equipamentos para trabalhar com cereais a granel. A quantidade de empilhadeiras hoje existente é suficiente para atender a atual situação, porém com restrições, face a vida útil das empilhadeiras existente.

Considerando as perspectivas da Companhia Docas do Rio Grande do Norte - CODERN, em relação ao Porto de Natal, estima-se em três as situações de cargas: 1) existenciais: aquelas que estão sendo trabalhadas pelos portos vizinhos, no caso trigo, milho, sal ensacado, sal a granel, minério de ferro, ferro guza, carga geral, feldspato e óleo de mamona, num total aproximado de 712 mil toneladas/ano; 2) os possíveis de comercialização: aquelas que fazem parte do "hinterland" do porto e que deixam de ser movimentadas por restrições de calado, nesse caso são calcário, açúcar, melação, clinker, outros minérios e, 3) os projetos no Estado: são projetos em desenvolvimento no Estado do Rio Grande do Norte, quer de responsabilidade governamental ou empresas privadas, aqui entram a barrilha, cevada e unisais: cloreto de potássio, fino gesso, cloreto de magnésio e cloro, que totalizam 1.090.000 toneladas/ano (COMPANHIA DO-CAS DO RIO GRANDE DO NORTE, 199_).

A pouca importância que a sociedade atribui ao papel que o porto desempenha e desempenhou na economia estadual constitui um dos fatores desfavoráveis ao seu melhor desempenho. Este fato fica evidenciado, em particular, através da ausência de maior empenho por parte dos políticos.

4.REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANDRADE, Manoel Correia de. **Recife: problemática de uma metrópole de região subdesenvolvida**. Recife, Ed. Universitária, 1979. 119p.
- COMPANHIA DOCAS DO RIO GRANDE DO NORTE. **Porto de Natal**. Natal, [199_] Xerogr.
- MAGALHÃES, José Cezar de. Estudo geográfico dos portos e de suas hinterlândias. **Revista Brasileira de Geografia**, v.31, n.2, p.40-65, abr/jun. 1969.
- MELO, Mário Lacerda de. **Metropolização e subdesenvolvimento: O caso do Recife**. Recife, UFPE, 1978. 256p.
- PREFEITURA DA CIDADE DO RECIFE. Secretaria de Planejamento e Urbanismo. **Perspectivas de desenvolvimento econômico para o Recife: segmento 1, nº 10**. Recife [199_]. 173p.

OS (DES) CAMINHOS DAS FERROVIAS NORTE RIO GRANDENSES

JOÃO MENDES DA ROCHA NETO - Aluno do Curso de Geografia-UFRN

EDNA MARIA FURTADO - Professora Orientadora - DGE/UFRN

1 - INTRODUÇÃO

A história das ferrovias brasileiras tem sido um registro da evolução tecnológica, econômica e política de nosso país.

O sistema ferroviário brasileiro teve em Irineu Evangelista de Souza - O Barão de Mauá - seu principal articulador, no momento de sua implantação, sendo financista e industrial, interviu junto ao governo britânico e ao brasileiro, firmando um contrato para a construção do primeiro trecho de uma estrada de ferro no Brasil, ligando a Praia da Estrela, localizada no fundo da Baía de Guanabara, até a raiz da serra de Petrópolis, sendo concedido ao Barão o direito de construção dos 14 quilômetros da ferrovia, que foi inaugurada em 1854 além de organizar uma empresa de barcos à vapor "CIA DE VAPOR IMPERIAL", que transportava passageiros da cidade do Rio de Janeiro rumo ao ponto de partida da ferrovia.

Movido principalmente pelo novo "ciclo" econômico que se instalava, começa a implantação e expansão do sistema ferroviário brasileiro,

"A ação urbanizadora do café permitiu a modernização das grandes cidades e motivou a revolução nos transportes (...). As ferrovias paulistas - a 1ª das quais ligando Santos a Jundiaí é de 1867 -, abrindo caminho para o oeste, acompanhando a plástica fronteira verde. E foram plantando cidades em seu avanço. Só em São Paulo entre 1890 e 1900, foram criados 41 municípios" (NOSSO Século, p.103)

Algumas empresas assumiam inclusive a tarefa de colonizar - Cia Agrícola de Imigração e Colonização - uma subsidiária da Cia Paulista de Estradas de Ferro, loteou terras no interior, assegurando assim o desenvolvimento da lavoura cafeeira, como também resguardou e manteve invioláveis as fronteiras, era a política expansionista das ferrovias,

"A sorte da linha está tão intimamente ligada ao desenvolvimento da região que ela serve, que o governo

brasileiro foi levado logicamente a fazer de Cias. de Caminhos de Ferro, Cias. de Colonização. A Lei Federal de 1907 (...) tem um capítulo inteiro sobre colonização, por empresas de transportes" (Nosso Século, p.66).

2.-A EXPANSÃO DAS FERROVIAS REGIONAIS

O Nordeste como região que primeiro desenvolveu atividades econômicas organizadas e sendo até o início do século. XIX a mais importante região do quadro nacional, perdendo esta posição para o Sudeste, que movido pela acumulação do capital cafeeiro, que assume a liderança. Na região nordestina a precursora do sistema ferroviário foi a antiga GREAT WESTERN¹, que teve seu primeiro trecho com 32 quilômetros, inaugurado em 1858, ligando o Recife a localidade do Cabo, hoje cidade pertencente a Área Metropolitana da Capital pernambucana, após sua implantação pequenas estradas de ferro com autonomia operacional e administrativa começaram a surgir no Nordeste: Central do Piauí, São Luís, Teresina, Rede de Viação Careense, Central do RN, E.F. Mossoró - Souza, V.F.F. Leste brasileiro (RFFSA. 1982).

A necessidade de acelerar a implantação do transporte ferroviário, fez com que o governo brasileiro sancionasse uma lei (Nº 2.450, datada de 24.09.1873), concedendo subvenção governamental a construção de ferrovias e aplicando juros que não excediam 7% num prazo de 30 anos. Sendo esta lei na opinião do engenheiro André de Rebouças *"Uma das leis que mais se projetaram na história econômica brasileira"* (COIMBRA, 1942, p.116). E ao final deste período realmente o surto expansionista ferroviário se consolidara no país. (VIDE QUADRO 1).

"A execução de uma política federal de obras contra as secas, com o desenvolvimento da rede de transportes (...) possibilitou uma reiteration e readequamento da economia do Estado, ou melhor da economia nordestina às novas estruturas do capitalismo" (TAKELIA, LIMA, 1987, p.41).

1 Empresa Inaugurada em 1858, entregue por meio de concorrência ao capital Inglês, sendo denominada de "THE GREAT WESTERN RAILWAY CO LTD". sediada em Londres e posteriormente transferida para a cidade de Recife.

QUADRO 1

UNIDADE DA FEDERAÇÃO	REDE EXISTENTE (em Km)
AL	265
BA	1.363
CE	543
DF	173
ES	449
MA	78
MG	3.932
PA	212
PB do Norte	323
PE	863
RN	177
RS	1.809
RJ	2.431
SC	116
SP	4.041
TOTAL	16.783

Fonte: O Brasil e suas riquezas naturais (SIC) suas indústrias Vol. II, M. Orosco & Cia. - 1908, Rio de Janeiro.

Este total de quase 17.000 quilômetros parecia representar muito frente a população brasileira - 18.000.000 habitantes (1906) - mas era pouco perante a superfície do país, pois a nossa vizinha Argentina já possuía 22.000Km de estradas de ferro.

3. AS FERROVIAS NORTE RIO GRANDENSES

Ao RN, com a aprovação desta política de subvenções e facilidades, permitiu-se a construção da Estrada de Ferro Natal-Nova Cruz, pois a ausência de uma ferrovia era tida como um dos principais entraves ao desenvolvimento do estado, sua construção foi iniciada em 27.02.1880 e terminada em 31.12.1882, com uma extensão de 120 quilômetros, cortando a zona produtora de cana-de-açúcar, viabilizando o escoamento da produção rumo a Natal, principal porto e entreposto comercial do Estado. Da data do término até o ano de 1905 o estado não receberia trilhos, pois a linha da GREAT WESTERN, que partira do Recife

rumo ao RN, foi paralisada no porto de Cabedelo em, 1889, sendo concluída somente no início do século XX.

"A construção de estradas de ferro de penetração que se dirigissem ao sertão do Estado constituiu a primeira preocupação Governamental no que se refere ao desenvolvimento (...) para prosperidade do Estado é sempre invocado como uma forma imprescindível de "socorro" às populações sertanejas nas épocas de estiagem" (TAKEIA, LIMA, 1987, p.51).

Neste período, mais precisamente no ano de 1903, haviam previsões que o RN seria assolado por uma grande seca, e como solução de amparo aos flagelados e para facilitar as comunicações com o interior do Estado, surgiu o projeto de uma ferrovia que se orientava pelo vale do rio Ceará-Mirim e posteriormente para o centro do estado e região do Seridó.

"Com a grande seca de 1904, o processo de construção da estrada de ferro no estado ganhou impulso, constituindo a estrada de ferro central do RN (...) segundo o projeto, a estrada teria seu ponto inicial em Natal, internando-se no sertão do Estado, descendo posteriormente para o sul na divisa com a Paraíba, indo encontrar finalmente a rede ferroviária do Ceará, na cidade do Crato, portanto, percorrendo, áreas algodoeiras e criatorias" (TAKEYA, LIMA, 1987, p.51).

Já com objetivos de drenar a produção local que se diversificara, sendo iniciada sua construção em 1904, e inaugurado o primeiro trecho em 1906 com 32 quilômetros, ligando Natal à Ceará Mirim recebendo o nome de Estrada de Ferro Central do RN; para prosseguir a construção da ferrovia que agora começava a alcançar a parte alta do estado havia necessidade de grande dispêndio de capital, o que não foi conseguido paralisando-se assim primeira vez as obras.

Depois de um longo período de paralisação, em 1911 voltam a se formular projetos, neste ano a E.F. Central do RN é arrendada a GREAT WESTERN que passa assim a ser detentora de todas as estradas de ferro do estado, pois a Natal-Nova Cruz, ao ser completada no ano de 1905 conectando-se ao trecho que havia estado paralisado em Cabedelo tomara-se também parte da GREAT WESTERN. Neste ano de 1905 as obras são retomadas a partir de Ceará Mirim e chegando a Lajes em 1914, cortando toda zona chamada Baixa Verde, que desenvolvia principalmente a pecuária, constituindo-se agora num total de 149

quilômetros. No período que segue - 1ª Guerra Mundial - há uma paralisação na construção de ferrovias, provavelmente pelas prioridades que se impunham no momento, onde o Brasil estava mais comprometido com o abastecimento dos países envolvidos no conflito. Além destes problemas de âmbito geral existiam outros pertinentes especificamente do setor ferroviário: nossa tecnologia ferroviária era toda britânica, procedendo principalmente da CIA. FAIRBANN & SONS, sediada em Manchester, que fora arrasada por bombardeios, outro acontecimento veio trazer conflitos internos, propiciados por uma empresa inglesa - "BRAZIL RAILWAY" - que para construir uma estrada de ferro recebeu do governo brasileiro uma faixa de terras de 30Km de largura que se estendia de São Paulo até o Rio Grande do Sul, expulsando os antigos proprietários e mais tarde vendendo aquelas áreas a colonos poloneses e alemães, mas o estopim deste conflito aconteceu com o término da construção da ferrovia, que empregou 8.000 homens, e que foram dispensados imediatamente após a conclusão dos trabalhos, sendo sequer mandados de volta aos seus locais de origem, criando com isto um enorme contingente de "miseráveis" no local, chamado de Contestado, por já ser uma área de litígio político entre PR e SC, e em 1917 estoura a chamada "GUERRA SANTA DO CONTESTADO", estremecendo as relações com os britânicos no setor de estradas de ferro, quando já eram 25 as Cias ferroviárias Inglesas dentro do Brasil.

Em 1918 com as obras de açudagem projetadas pela Inspetoria de Obras Contra as Secas, a Central do RN volta a ter recursos para seu prolongamento até o Seridó, sendo iniciada a construção do novo trecho rumo ao vale do rio Açu, pois já ficara claro que a transposição da região serrana do estado seria por demais dispendiosa. "... uma vez que o valor das verbas votadas pelo Congresso Nacional, não garantiam o rápido andamento da construção" (TAKEYA, LIMA, 1987 p.51) e chegando ao vale não haveriam grandes obstáculos físicos a serem transpostos, no ano de 1921 este trecho teve suas obras paralisadas, e neste mesmo ano um novo trecho foi iniciado partindo igualmente de Lajes rumo a cidade de Macau, já na tentativa de integrar a zona salineira com o restante do Estado, no ano de 1922 sua construção foi abandonada e o trecho anterior que rumava para o vale do Açu foi retomado, chegando a cidade de Angicos no ano de 1933, permanecendo suas obras paralisadas nesta cidade até o ano de 1936, quando é retomada sua construção, que chega ao vale no ano de 1939, mais precisamente na cidade de São Rafael, possuindo este trecho 45 quilômetros.

No período da 2ª guerra, a ferrovia conseguiu estabelecer um tráfego mais amplo, que lhe proporcionou uma considerável melhoria financeira, isto deveu-se a política de guerra, que proibia o tráfego marítimo civil e restringia o trânsito de automóveis dados os altos preços do petróleo durante o conflito. Neste período nota-se grande dificuldade na obtenção de dados sobre o setor.

Em 1950 a E.F. Central do RN passa a denominar-se E.F. Sampaio Correia, sendo encampada pela RFFSA em 1957, desaparecendo como unidade operacional independente.

Neste mesmo ano é também incorporada a E.F. Mossoró-Souza, sendo esta, uma ferrovia de muitas peculiaridades em sua história, criada por um decreto federal de 1909 prevendo uma extensão de 242 quilômetros, e que só tiveram início em 1916 após muitas transferências de contrato; seu primeiro trecho ligou a localidade de Porto Franco, no município de Areia Branca, até a cidade de Mossoró e foi concluído em 1919 com 37,5 quilômetros de extensão, sua construção ficara a cargo de empresa ALBUQUERQUE & CIA de propriedade de Sabóia de Albuquerque, que ao terminar a construção recebeu concessão governamental para explorar o tráfego, a empresa também devolveu os direitos de construir o restante da ferrovia, e o governo a manteve paralisada até o ano de 1925, quando os direitos de construção do restante da ferrovia são novamente cedidos a ALBUQUERQUE & CIA, que no mesmo ano deu prosseguimento ao trecho que ligava Mossoró a São Sebastião, localidade do atual município de Gov. Dix-Sept Rosado, possuindo 39 quilômetros. A ferrovia mostrava-se bastante produtiva satisfazendo aos interesses comerciais da região; transportando carnaúba, cerâmica, cereais, couro e laticínios; rumo a Mossoró, que já se colocava como importante centro de comércio regional. Assim a reprodução de capital da ferrovia estava garantido, pois apesar do pequeno percurso a ALBUQUERQUE & CIA retirava uma remuneração anual da ordem de 10% sobre o capital da estrada de ferro. No ano de 1943 após longo tempo paralisada a estrada chegou à cidade de Alexandria. Neste mesmo ano a ALBUQUERQUE & CIA foi transformada em CIA. E.F. Mossoró, sediada no Rio de Janeiro, sob a fiscalização do Deptº Nacional de Estradas de Ferro, mantendo-se muito bem financeiramente, suas despesas não ultrapassavam 65% de sua receita. Porém no ano de 1946 quando florescia o Estado-Capitalista, que passava a penetrar em todos os segmentos da economia nacional a ferrovia sofre uma intervenção administrativa, que cancela o arrendamento e a construção do restante da ferrovia, surge então a Cia. E.F. Mossoró-Souza, pertencente a União, e continuando a E.F. Mossoró de caráter particular.

O último trecho desta ferrovia ligando Alexandria à Souza foi construído em 1951, e em 1957 a RFFSA encampou a ferrovia em sua totalidade.

4.-O DECLÍNIO E AS POLÍTICAS PÚBLICAS

Após esta data acentua-se a fase de declínio do transporte ferroviário em todo país, pois nos governos que se seguiram a prioridade do transporte rodoviário foi clara. (Vide Quadro 2)

QUADRO 2

	1930	1939	Crescimento
Rede Ferroviária	113.242	258.390	130%
Rede Ferroviária	32.478	34.207	5,5%

Com a implantação da indústria automobilística a política "RODOVIARISTA" decretava formalmente a fim da Era das Ferrovias.

Os projetos no setor ferroviário só são retomados já na década de 70, projetos estes que pela falta de planejamento se tornaram verdadeiros fracassos, tais como a Ferrovia do Aço. Iniciada sem projeto de engenharia em 1975, época do "Milagre Brasileiro", para transportar 50 milhões de toneladas de ferro, cimento e aço, através de um caminho até hoje contestado por técnicos, já consumiu aproximadamente 2% da Dívida Externa Brasileira. Pronta e totalmente eletrificada a ferrovia estaria programada para um tráfego de 24 trens/dia, trens com 100 vagões carregados de minérios e com 4 locomotivas, totalizando 10.000t, cada, representando uma economia de 1 bilhão de litros de diesel/ano. Dentre seus maiores erros, destacam-se as construções de algumas pontes, túneis e viadutos, que respondem por mais de 10% do traçado total da ferrovia. Estes erros certamente apareceriam, pois em abril de 1975, quando o traçado da ferrovia foi distribuído entre 25 empreiteiras, estas sequer dispunham do projeto da estrada de ferro que deveriam construir, ficando inclusive conhecida a ferrovia, pejorativamente, como a "Ferrovia do Acho", pela forma como se encaminhava sua construção. Ativada em 1989, e operando com uma capacidade ociosa de 10.000.000 de toneladas. Os dados da RFFSA demonstrados chegam a contestar a importância da ferrovia, inclusive respaldado na palavra do engenheiro chefe da RFFSA/SUDESTE, Vicente Nardelli apud REZENDE (1984, p.22).

"Ela terá o seu momento certo de ser reativada, mas só a demanda comandará a reativação (...) Ninguém pode prever é quando isto acontecerá".

Outros projetos pareciam lograr êxito, como é o caso dos trans metropolitanos, que surgem como meio de transporte alternativo de massas, instalado na maioria das grandes cidades brasileiras, embora numa escala menor padeceram da falta de planejamento, alguns por excesso outros por deficiência, cita-se como exemplo o sistema metropolitano do Recife, que custou US\$ 400 milhões, quando os administradores especializados acreditam poder fazer toda a

obra hoje com U\$ 290 milhões, os seus trens certamente suportam a maior ociosidade do mundo, pois tem capacidade para transportar 1 milhão de passageiros/dia, e transportam menos de 100.000, passando grande número de suas composições dias nas garagens, mesmo porque não haveria espaço para o tráfego de todas ao mesmo tempo. Já na cidade do Rio de Janeiro o sistema caminha para o colapso total, 700.000 pessoas viajam diariamente nos trens suburbanos cariocas, número este que há 10 anos atrás era de 1.100.000, o déficit operacional é da ordem de 12 milhões de U\$/mês, existem 131 composições funcionando e outras 148 desativadas, falta sinalização, há infiltrações que comprometem a estrutura de pontes e viadutos, dormentes apodrecidas que levam a uma redução da velocidade e conseqüentemente queda na qualidade e ofertas de lugares. A falta de recursos ou má administração destes tem levado o sistema ao declínio, o que deverá acentuar-se com as últimas medidas de equiparação tarifária aos ônibus. A ausência de programas de financiamento tais como o "FINAME" que atua no setor urbano de ônibus é também fator preponderante neste processo de decadência das ferrovias brasileiras. No setor interurbano o sistema ferroviário sofre com a competição das grandes empresas transportadoras que operam o deslocamento de cargas e passageiros, com mais eficácia e melhor articuladas ao restante da malha de transportes. No entanto o problema administrativo é que está na base da corrosão do sistema, pois sendo quase que totalmente estatizado sofre dos males que os demais setores estatais sofrem: A falta de sincronia e planejamento nas suas atividades administrativas e operacionais.

5.- CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em virtude da escassa bibliografia de que se dispõe acerca da importância das ferrovias, como também pelo completo esquecimento por parte do poder público e descrédito da população; Acharmos necessário reunir neste trabalho dados históricos que evidenciaram a importância do sistema ferroviário brasileiro, no momento em que era de interesse do capital externo implantá-lo. Quando neste momento histórico o sistema foi um aliado do Capital hegemônico do Centro-Sul, escoando produção, transportando a mão-de-obra e desbravando terras para expandir a cafeicultura.

Movido pela ideologia desenvolvimentista o Nordeste absorve e passa a expandir também seu sistema, sem no entanto se "dar conta", que seu espaço na Divisão Internacional do Trabalho, não comportava o sistema em moldes semelhantes ao do Centro-Sul.

Tais comentários acerca do sistema em escala nacional, foram necessários no trabalho, em virtude, do desenvolvimento das ferrovias norte-rio-grandenses estar estreitamente ligado à conjuntura nacional e mundial.

E finalmente alguns comentários sobre projetos recentes, que estão em fase de sucateamento, dada a falta de políticas de reestruturação do sistema, que só tem sido contemplado com medidas paliativas fadadas ao fracasso, ratificando o descrédito e abandono ao sistema ferroviário nacional.

Para recuperação do sistema ferroviário brasileiro, deve-se integrá-lo aos demais setores do transporte, estimular a utilização de tecnologias conforme sua realidade, implantar um vigoroso sistema que assegure prioridade na alocação de recursos, executar melhorias no atual serviço suburbano e fomentar estudo e pesquisas no setor.

6-REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- 1 - COIMBRA, Crézio. **Geografia dos Transportes**. Rio de Janeiro: Melhoramentos, 1942.
- 2 - NOSSO Século: 1900/1910 a era dos bacharéis. São Paulo: Abril, c 1985. V.1, pt.1.
- 3 - REDE FERROVIÁRIA FEDERAL S/A. (Brasil) **Sistema ferroviário do Brasil - 1982**. Rio de Janeiro: 1982. V.5.
- 4 - REZENDE, Luiz Eduardo. Ferrovia do aço já representa 2% da dívida externa **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 19 fev. 1984 Nacional, p.22, c-1.
- 5 - TAKEIA, Denise Monteiro; LIMA, Hermano Machado Ferreira **História Político-administrativa da agricultura do Rio Grande do Norte - 1892/1930**. Natal/UFRN/PROED Editora Universitária, 1987.

7. BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

- CASTRO, Terezinha de **Nossa América**. Geopolítica comparada. Rio de Janeiro: IBGE: Colégio Pedro II, 1992.
- OLIVEIRA, Francisco de. **Elegia para uma Re(l)igão**: Sudene, Nordeste planejamento e conflito de classes 4 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.
- Os Transportes no Brasil: Planejamento e execução [S.l:s.n], [1973?]. Conferência do Ministro dos Transportes, Mario David Andreazza, na Escola Superior de Guerra, em 1973.
- SCHOPPA, Renê Fernandes. **A Ferrovia é viável**. Rio de Janeiro: IMB Editores 1985.

EMERGÊNCIA DE UM MOVIMENTO POPULAR URBANO:
elementos de uma experiência

CLEUDIA BEZERRA PACHECO - Professora/UFRN/DGE
MARIA DE LOURDES RODRIGUES - Professora/UFRN/DGE
JOANA D'ARC BARRETO - Geógrafa/UFRN/DGE
ANA MARIA C. DO NASCIMENTO - Bolsista/UFRN/DGE
ANA CARLA SOUZA DE ARAÚJO - Bolsista/UFRN/DGE

1 - INTRODUÇÃO

Uma contribuição importante que a Geografia pode oferecer à sociedade para a compreensão espacial é, "no momento em que o conhecimento do espaço, sua teorização e sua aplicação emergem da prática do cotidiano" (SILVA, 1988, p.56). Considera-se que, é através dessa prática, que se apreende as diferenciações, os condicionamentos e as relações existentes no interior e fora dos grupos sociais.

Este trabalho que é ao mesmo tempo de pesquisa/ extensão, foi vivenciado por um grupo de professores e alunos do Curso de Geografia, no Conjunto Guarapes, localizado no município de Macaíba, a 12 Km de Natal; construído com a finalidade de alocar a população de favelas instaladas em áreas de risco, constata-se hoje que o Conjunto favoreceu à "remoção" de favelados localizados em áreas de especulação imobiliária. O PROJETO GUARAPES - Programa Morada Nova, com vênio nº 10.1358/87, de 21 de dezembro de 1987, foi celebrado entre a Secretaria Especial de Ação Comunitária - SEAC e a Prefeitura Municipal de Natal/RN, para implantação do Programa Nacional de Mutirões no Estado do RN. Sua meta, que era a construção de 2.000 unidades habitacionais, foi reduzida para 916 unidades. Na ocasião da construção os "autdoors" mostravam: "Casa própria pela própria mão", "Juntos a gente dá jeito". Foi a época dos governos de José Sarney (Presidente da República), Geraldo Melo (Governador do Estado), Garibaldi Filho (Prefeito de Natal), que tinham como slogan: "Tudo pelo social", "O governo é do povo", "Sempre com a gente".

É um trabalho educativo realizado em uma comuni-

dade carente, numa tentativa de interpretar o seu cotidiano, visando um processo de mudanças do objeto de estudo através da busca de sua cidadania, ou seja, desenvolver uma proposta de ação educativa que desperte a conscientização e a mobilização coletiva, na busca de soluções para os principais problemas da comunidade. Segundo GOHN, "a educação ocupa lugar central na concepção coletiva da cidadania. Isto porque ela se constrói no processo de luta que é em si própria, um movimento educativo" (1992, p.16).

Três momentos distintos, cada um com atividades diversificadas, foram vivenciados pela equipe: a Favela do Cortume (1989-1990); a "remoção" da favela para o Conjunto Guarapes (1990-1991) e o assessoramento aos líderes comunitários (1991). Apesar da riqueza de conhecimentos adquiridos na experiência como um todo, este trabalho se concentra mais no período relacionado à terceira etapa - assessoramento aos líderes comunitários, que direta ou indiretamente atingiu toda a comunidade do Conjunto.

Várias questões básicas foram suscitadas nas fases de avanço ou recuo do trabalho como um todo. Entretanto, mais relacionado à etapa que ora se analisa, destaca-se: Como desenvolver uma prática educativa diante dos diferentes conflitos existentes entre as entidades populares do bairro? É possível a construção de uma cidadania num cotidiano de envolvimento com agentes externos de prática assistencialista? Será que a equipe enquanto "intelectuais", agente de mediação do movimento, apreendeu os impasses pelos quais passou o movimento reivindicatório popular do Guarapes?

Essas questões colocam em discussão, neste trabalho, aspectos relacionados ao procedimento metodológico adotado pela equipe e as relações sociais entre e inter grupos.

O desenvolvimento do trabalho se centraliza na prática cotidiana e relações sociais, enfatizando como se deu a articulação e a participação dos líderes e de equipe de pesquisadores nas atividades e discussões que conduziram à ampliação dos espaços organizativos das entidades existentes no Guarapes. Como parte final - os desafios e aspectos significantes do trabalho educativo junto à entidades populares, num bairro de periferia.

2 - A PRÁTICA COTIDIANA E AS RELAÇÕES SOCIAIS

A partir de 1990 a equipe iniciou o trabalho com a comunidade "removida" da Favela do Curtume para o Guarapes III. Reuniões semanais eram feitas à tarde; posteriormente passaram a ser à noite atendendo à disponibilidade do grupo. Apesar da maioria ser desempregada, as reuniões eram dinamizadas pelas discussões dos participantes e a preocupação maior era a construção de suas casas pois estavam morando em barracos improvisados. Uma das reivindicações iniciais foi a realização de cursos que possibilitasse a confecção ou fabricação de produtos que fossem vendidos e pudessem aumentar a renda para melhorar as condições de subsistência.

Por solicitação da equipe, a Profa. Auta Vieira, da Secretaria Municipal de Educação, ministrou os cursos de fabricação de água sanitária, detergente e de tempero caseiro. O material básico foi adquirido pela equipe; a divulgação, pela "Difusora Voz do Povo" do comunitário Toninho; a sala e o lanche pela diretora da Escola Municipal, Profa. Maria José Borges de Araújo e o vasilhame pela comunidade. Os cursos foram ministrados aos sábados, com grande participação da comunidade. No final foi entregue um certificado expedido pela Pró-Reitoria de Extensão da UFRN.

O trabalho teve grande repercussão no Conjunto, despertando o interesse, sobretudo, dos líderes comunitários que logo convidaram a equipe para participar de sua próxima reunião.

Inicialmente a equipe questionou a possibilidade de expandir o trabalho, dada a dificuldade de se deslocar para a área e da falta de apoio financeiro à pesquisa. Vale salientar que, durante o trabalho, os pesquisadores assumiram toda a despesa com transporte e combustível. Entretanto, o interesse pela experiência era maior e assim, no dia 14 de agosto de 1991, a equipe participou da primeira reunião com os líderes das entidades comunitárias existentes no Conjunto Guarapes: Conselho Comunitário do Guarapes, Núcleo Habitacional do Conjunto Guarapes, Associação dos Moradores, Centro Social do Guarapes, Centro Social Padre Cícero, Associação dos Idosos, Clube de Mães Vilma Maia, Clube de Mães Jaira Go

mes da Costa, Associação dos Escoteiros Mirins, Clube de Jovens. Presentes também, diretores de escolas, representantes de creches e representantes de secretarias do Estado e do Município que atuavam na área. Apresentaram como pauta de reunião: a discussão dos problemas do Conjunto e os meios de solucioná-los.

Na reunião cada participante relatou as dificuldades do bairro e as atividades que estavam desenvolvendo. As principais carências foram relacionadas à precariedade no fornecimento d'água, à falta de segurança, coleta de lixo, posto de saúde, ambulância e de telefone, à ampliação da escola e à pavimentação das ruas que dão acesso à entrada do Conjunto. Na ocasião o desabafo de um líder comunitário: "o que existe aqui é a falta de unidade das lideranças para se ter força para cobrar as coisas que já tem no projeto de criação do Conjunto Guarapes, que é um projeto completo. São muitas as brigas das lideranças no Galpão Comunitário, muitos só querem apenas criar nome. É importante essa reunião para incentivar a participação popular na busca de melhorias para esta comunidade".

A citação acima é bastante reveladora do fracionamento existente entre as lideranças. A preocupação básica parece não ser para o bem comum da comunidade e sim para outros interesses. Naquela ocasião surge a pergunta: Qual tem sido o papel real das associações comunitárias no espaço urbano do Guarapes? Velha questão. E agora... que fazer?

O sentimento de desânimo foi externado através de depoimentos de outros líderes comunitários: "A situação é caótica. Conjunto esquecido, não é sequer registrado oficialmente, por isso era difícil encontrar meios para melhorar a situação do povo aqui no Guarapes". "Os líderes vão aos órgãos e não conseguem nada. É difícil ser um líder de uma comunidade que não colabora, que grande parte da população é desempregada, passa fome e as crianças morrem até por falta de higiene".

Dado aos inúmeros problemas apresentados, a Coordenadora do Projeto Guarapes e representante da Secretaria de Promoção Social, a assistente social Jaira Gomes da Costa, apresentou a primeira proposta: — Fazer um documento conten-

do as reivindicações, acompanhado de um abaixo assinado de toda a comunidade do Conjunto para ser entregue aos governantes. Uma outra proposta é colocada pela equipe da Universidade — Fazer uma grande mobilização na comunidade para a realização de um Ato Público na Praça 07 de setembro, em frente ao palácio do governo entregando-se na ocasião um abaixo assinado às autoridades. A reunião ficou bastante participativa com a discussão das propostas. Colocadas em votação a segunda proposta é vencedora. Muitos aplausos; logo são distribuídas as folhas para colher assinaturas, deixando como responsável um morador de cada rua. Este é um aspecto importante porque "... a escolha de representantes de ruas e quarteirões transforma as moradias em espaços de participação. Isto se constitui numa alteração qualitativa dos padrões de cidadania, na medida em que as concepções comunitárias passam a representar uma nova forma de interferir na qualidade dos serviços públicos" (JACOBI, 1933, p.68).

Ficou marcado o dia 28 de agosto para realização do Ato Público e na véspera, nova reunião para receber as folhas com as assinaturas e concluir os preparativos da grande manifestação popular, inclusive, de como seria o deslocamento da população para o centro da cidade marcado para às 08:00hs. A partir deste momento a questão da luta para trazer melhoramentos para o bairro entra numa fase decisiva.

Nesse período destacam-se alguns fatos que ilustram a complexidade do trabalho popular, quando envolve o posicionamento de alguns líderes, após a decisão tomada em reunião. Preocuparam-se logo em consultar "seus" políticos. A conselho a não realizar a manifestação pública tentaram impedir a mobilização para o Ato Público dizendo à população para não assinar a folha do Abaixo Assinado. Justificaram afirmando que já estava marcada uma audiência com o governador para "solucionar" os problemas do Guarapes. É evidente que essa notícia foi apenas um mecanismo usado para ver se conseguiam sustar o Ato Público, porém não surtiu efeito.

Na véspera do Ato Público foi realizada uma reunião, no pátio da escola, presentes mais de cem moradores, com a cobertura do jornal "O DIÁRIO DE NATAL". Foi cheia de surpresas e decisões.

Logo no início nota-se que alguma coisa ia acontecer. As listas chegavam lentamente e o entusiasmo da população era bem visível. Iniciada a reunião a população foi informada das providências que foram tomadas: contatos com a imprensa falada e escrita e com a empresa de ônibus para transportar a população. Em seguida alguns líderes se pronunciaram contra alegando a suposta audiência marcada. "Um Ato Público agora vai só atrapalhar as negociações com o Governador". Só naquela ocasião é que a equipe da UFRN tomou conhecimento da referida audiência. Era uma estratégia para enfraquecer o movimento. A reunião ficou incontrolável. Alguns líderes se pronunciaram a favor; moradores também falaram apoiando a mobilização. O Presidente do Conselho Comunitário manifestou-se dizendo: "a arma da gente é o povo e esta é uma forma de cobrar das autoridades o que foi prometido". Os que estavam contra começaram a mudar de idéia. Colocou-se novamente em votação e foi aprovada por unanimidade que o Ato Público seria realizado na data prevista. Alguém assim se manifestou na reunião: "será um grande momento histórico para o Guarapes e que deve ser registrado".

A comunidade já tinha entrado em ação fazendo cartazes, compondo músicas para serem cantadas durante o Ato Público.

No dia seguinte às 9:00 horas os ônibus ameaçavam a chegar ao local da concentração.

A afirmativa de GOHN sobre a formação da cidadania coletiva é de que, "a construção da cidadania coletiva se realiza quando identificados os interesses opostos, parte-se para a elaboração de estratégias de formulação de demandas e táticas de enfrentamento dos oponentes. Este momento demarca uma ruptura com a postura tradicional de demandatários de bens de consumo coletivo: não se espera o cumprimento de promessas. Organizam-se táticas e estratégias para obtenção do bem por ser um direito social" (GOHN, 1992, p.18).

A experiência da pesquisa permite dizer que o enfrentamento marcou um novo momento para o Guarapes. Foram buscar os seus direitos que estavam nas mãos do poder e que só com o Ato Público a sensibilidade dos dirigentes foi em passos lentos sendo despertada. As faixas expostas na mobi-

lização diziam: "O GUARAPES TEM PRESSA", "OLHEM PARA O GUARAPES", "EXIGIMOS O QUE É NOSSO". A população queria externar que buscava o que nunca deram: os bens de consumo coletivo, um direito adquirido. Era um outro poder da associação comunitária que estava expressa naquela ocasião.

Tudo transcorreu mais ou menos como foi planejado. Apenas na Assembléia Legislativa o Presidente recusou-se a receber a comissão. Informaram que ele não estava naquele momento. Os participantes sabiam que não era verdade pois a bandeira estava hasteada, sinal da presença do chefe da casa. Depois de uma certa pressão os manifestantes gritando "a casa é do povo e o povo não sai sem falar com o presidente"; veio a ordem para a comissão ser recebida no gabinete do Presidente que pediu desculpas pelo "mal entendido do momento". Ao tomar conhecimento do assunto, prometeu em caminhar as reivindicações aos órgãos competentes.

Naquele imprevisto desagradável foi possível constatar como lideranças comunitárias estão subordinadas a políticos. Cada líder queria mostrar a sua influência. Eles dizem com muita segurança: "eu vou falar com o Deputado fulano de tal, e quero ver se agente não é recebido imediatamente", ou então "vamos ao gabinete do Deputado X para ele ir com a gente". Chegou até ao extremo de um líder dizer "o Deputado X ordenou que todos fossem para o gabinete dele que resolvia imediatamente". A equipe de professores, que foi convidada a integrar a mobilização, pediu que tivessem calma e que não envolvessem, naquele momento, nenhum político — "É importante a comunidade unida assumir a luta na busca da solução de seus próprios problemas, vocês aqui estão lutando por uma causa coletiva". Vale ressaltar que o alerta foi muito oportuno para que o grupo pressionasse aquela audiência com o Presidente da Assembléia.

Essa realidade mostra como os mecanismos são frequentes e poderosos para impedir que a própria comunidade seja o sujeito na busca de seus direitos sociais ou seja, na conquista de sua cidadania coletiva; GOHN (1992, p.17), ao realizar estudos sobre os movimentos sociais e a educação afirma que "a cidadania coletiva se constrói no cotidiano através do processo de identidade político-cultural que as lu

tas cotidianas geram".

Ainda, segundo o autor, há uma grande relação dos movimentos sociais-educação, cujo elemento de união é a questão da cidadania que não deixa de ser uma questão educativa. (GOHN, 1992, p.13).

Do Ato Público ficou como resposta imediata as providências assumidas pelas autoridades: a) Palácio do Governo - Contato imediato com os secretários; novo encontro com o Governador na terça-feira, dia 03 de setembro. b) Assembléia Legislativa - Envio de requerimento à Assembléia para cobrar do Governador e do Prefeito as providências necessárias; solicitação à Comissão do Guarapes para receber na Assembléia a cópia do requerimento. c) Prefeitura - Construção do Posto de Saúde a partir de setembro; promessa de ampliação da escola; de imediato: instalação, na área, de uma equipe de técnicos da saúde e coleta de lixo pela Urbana.

Por solicitação dos líderes, a equipe levou para o Guarapes a Professora Fátima Farias, do Departamento de Serviço Social da UFRN, que durante dois meses refletiu com eles o assunto: liderança.

No dia 02 de setembro foi realizada uma reunião para avaliar o Ato Público. Na reunião ficou evidente que houve de certa forma uma integração dos líderes com a comunidade e que não devia ficar só nas reivindicações; era necessário acompanhar e cobrar o prometido. Formaram-se comissões para participar das audiências que ficaram marcadas no Palácio do Governo, na Prefeitura e na Câmara dos Deputados para saber o que estava realmente sendo atendido e para participar dos programas de TV e Rádio. E o Guarapes foi por dois dias notícias nos jornais da cidade.

No dia 06 de setembro o Presidente da Assembléia Legislativa do RN, encaminhou requerimento ao governo do Estado e Secretarias reivindicando benefícios para o Guarapes. Esta já foi uma das providências resultantes do documento com assinaturas entregue no dia 28/08/91 por ocasião do Ato Público.

Na primeira reunião com o governador ficou certo que a FASP - Fundação de Assistência e Promoção Social

ria o órgão responsável para encaminhar os pedidos do Guarapes e que o telefone seria a primeira solicitação a ser concretizada; por outro lado, um líder comunitário iniciava um trabalho individual, dizendo: "Eu fui a TELERN - Telecomunicações do Rio Grande do Norte, para conseguir o telefone". No período surge um político dizendo que foi ele que conseguiu o telefone. E por incrível que pareça já anunciava até a sua instalação, conforme mostra a matéria do jornal apresentada na reunião por um outro líder, provocando uma forte reação nos presentes: "A solicitação de instalação de um telefone comunitário e de um orelhão na comunidade do Guarapes feita pelo Vereador Dickson Nasser foi prontamente atendida na última sexta-feira. Os equipamentos foram instalados e inaugurados com a presença do vereador e vários populares" (POTI, 22/set./1991).

Quando o telefone chegou para ser instalado, outra novidade: um membro do Conselho Comunitário, que se identificou como o autor da aquisição na TELERN, assumiu individualmente o local da instalação. A comunidade, em reunião, protestou e por votação decidiu que o melhor lugar era a Escola e não o Galpão Comunitário, onde o "autor" já havia começado o trabalho de instalação.

Essa discussão mostra que os líderes e a comunidade já estavam caminhando para um processo de organização. Inclusive o incidente do telefone foi tão revelador de forças que estavam se constituindo, que alguns líderes e populares decidiram arrancar o poste de instalação do telefone e levá-lo para o local próximo, decidido pela maioria. Foram também falar com o dirigente da TELERN para comunicar a decisão da comunidade.

Na reunião de 09 de setembro o Presidente do Conselho Comunitário distribuiu um documento em que o Deputado Francisco Brilhante, através de um requerimento, solicita ao Governo do Estado a instalação de um Box Policial, um Posto de Saúde e a ampliação do Sistema de Abastecimento de Água. Parágrafo final do Requerimento: "O presente pleito constitui uma das principais preocupações daquela comunidade, exigindo, portanto, uma solução urgente e eficaz. Sala das Sessões do Palácio José Augusto, in Natal(RN), 05/set./1991"

Os presentes à reunião protestam veemente uma vez que essas reivindicações foram feitas por escrito e entregues à autoridade competente, por ocasião do Ato Público, no dia 18 de agosto.

Em setembro, quando ocorre a terceira reunião (16/set./91), a reclamação dos participantes era a ausência do presidente do Conselho Comunitário na comissão para falar com as autoridades. Foi levantado pela primeira vez a "urgência das entidades colocarem os documentos em dia". O Conselho Comunitário estava funcionando com algumas irregularidades: elementos da diretoria sendo substituídos por conta do presidente, sem ouvir ou informar aos sócios. O presidente da Associação dos Moradores era quem respondia e decidia pelo Presidente do Conselho Comunitário. Não havia Vice-Presidente. Foram levantadas muitas dúvidas sobre a eleição e por isso foi pedido a Ata de Posse. Quando apresentada, estava toda rasurada. A diretora da escola e outros líderes protestaram e pediram uma reunião com toda a diretoria do Conselho e seus sócios. Naquela ocasião por solicitação dos líderes foi convidado o advogado Elias Cabral Maciel, credenciado pela Ordem dos Advogados do Brasil-RN, a participar da Assembléia Geral.

Após os esclarecimentos jurídicos chegou-se à conclusão de que o Conselho, além das irregularidades já registradas, não possuía Estatuto. Uma nova eleição foi convocada.

Para esta nova fase os líderes sentiram a necessidade de uma orientação política. A equipe convidou Antonio Joaquim de Oliveira, professor de Ciência Política do Departamento de Ciências Sociais da UFRN que coordenou as discussões e encaminhamentos para a elaboração do Estatuto e para a organização do processo eleitoral.

A intervenção dos políticos "orientando" o seu cabo eleitoral, candidato à presidência do Conselho Comunitário, foi marcante. É justamente nessa fase que os desentendimentos entre as lideranças começam a se acirrar. As reuniões passam a ser palco de acusações entre os candidatos, culminando com a desarticulação do grupo, e a ausência total dos líderes nas discussões semanais. Após a tentativa de

três reuniões, onde apenas a equipe e alguns comunitários se faziam presente. A equipe percebeu que era hora de se ausentar, pelo menos durante esse período, pois a sagacidade dos políticos foi capaz de desviar os líderes à continuidade do trabalho comunitário.

3 - DESAFIOS E PERSPECTIVAS

A experiência desse trabalho educativo resultou num importante material para reflexão. Tudo indica que é no bojo das reflexões que pode residir rumos ou encaminhamentos para compreender-se algumas questões que emergem do movimento social popular urbano.

Numa área onde a população enfrenta os mais diversos problemas para sua sobrevivência, como a falta de serviços públicos, desemprego, violência, precárias moradias, é de se esperar que uma prática educativa na localidade, por mais bem orientada que seja enfrenta grandes desafios. Ficou difícil pensar uma prática associativa, com todos os moradores, que permitisse encaminhar reivindicações com mobilização, considerando o elevado índice de dificuldades da população.

A equipe de pesquisadores enquanto agente de mediação trabalhou sempre no sentido de mostrar às lideranças, através de um trabalho reflexivo, o papel do líder numa comunidade carente de todos os elementos formadores da cidadania.

Um desafio a enfrentar foi o como fazer, e o que fazer para a população sair do seu "concreto individual" e começar a participar de manifestações coletivas.

A tentativa proposta de ministrar cursos de práticas domésticas para desenvolver o hábito de participação que poderia levar a "constituição do sujeito coletivo" favoreceu o surgimento de embriões dos sujeitos coletivos. Pequenos grupos começaram a procurar ou reunir-se com os líderes das suas entidades.

Outro grande desafio para a equipe foi a existência de líderes comunitários com posição contraditória. Recebem influência direta de Órgãos Municipal, Estadual e Fede-

ral, através de políticas sociais assistencialistas e clientelistas e mantêm relações muito estreitas com políticos interessados apenas nos votos, nas épocas das eleições. Como é que este mesmo líder vai mobilizar a comunidade para uma luta de melhorias no bairro? São conflitos de interesses, que prejudicam a organização comunitária. Neste sentido como pensar numa prática educativa com a existência de todos esses elementos influenciando no cotidiano das entidades comunitárias? Como pensar numa prática política que envolva estas diferenças no interior das diversas entidades?

O processo da eleição do Conselho Comunitário e o registro em cartório das entidades deslocou o eixo de luta e de mobilização para o interior de cada grupo, tornando as conquistas de melhoramentos urbanos mais difíceis em razão da atomização dos conflitos entre dirigentes comunitários. Foi um ritual imposto pela evolução natural que o movimento de organização tomava com o passar dos dias. Era uma busca natural que a população cobrava na medida que aumentava a participação.

A prática mostrou que não se pode seguir um planejamento antecipado quando a ação é dirigida a um trabalho educativo comunitário. O imprevisível esteve presente em todos os momentos o que exigiu da equipe não apenas flexibilidade mas agilidade de ação e extrema habilidade. Os avanços ou recuos foram feitos a partir da leitura dos objetivos que os líderes sempre apresentavam. Não foi fácil para a equipe se adaptar. As negociações nas tomadas de decisões envolviam sempre várias possibilidades de ação e a equipe tinha que se adaptar às novas atividades de interesse da maioria dos participantes nas discussões e reflexões.

É interessante notar que, enquanto se enfrentava os desafios surgidos com o crescimento do trabalho, alguns aspectos significantes emergiam:

- antes da equipe iniciar o trabalho na área a grande maioria das entidades encontrava uma certa dificuldade para mobilizar não só a população enquanto comunidade total, como também os seus sócios a participar de lutas específicas. A partir do trabalho junto aos líderes comunitários e os cursos para a população em geral, eles convocavam

mente os moradores para as reuniões e até o quadro dos seus sócios foi ampliado. Neste sentido, ficou difícil pensar numa estrutura de trabalho que a equipe tivesse condições de participar conjuntamente de todas as atividades que solicitavam a sua presença;

- os resultados práticos do trabalho começaram a emergir após a mobilização que levou em passeata grande parte dos moradores para entregar uma Abaixo-Assinada, com reivindicações básicas da população, aos dirigentes principais do poder Estadual, Municipal e Legislativo. Os presidentes das diversas entidades do Conjunto Guarapes passaram a ser recebidas pelas autoridades dos Órgãos competentes, o que antes não acontecia. As lideranças apresentavam uma certa unidade na busca de soluções para os principais problemas da comunidade;

- aflorou entre os líderes de bairro, divergência em relação ao modo de como encaminhar as lutas dos moradores. Um exemplo entre tantos outros. Uns achavam que devia ser feito um Abaixo-Assinado a ser entregue às autoridades por uma comissão; outros não concordavam porque já "braram a cara levando ofícios e tomaram muito chá de cadeira e nada foi resolvido". Nessa divergência os grupos iam se afirmando ou não, enquanto liderança de maior ou menor influência nas decisões;

- um outro aspecto é que novos agentes emergem sem ser os denominados líderes comunitários. Assim foi o caso da diretora da Escola Municipal que de repente mostrou uma liderança muito grande no bairro, articulando e sustentando a organização da passeata no momento de recuo do movimento, quando muitos líderes queriam desistir. Trabalhou junto aos professores, alunos e funcionários da escola para que fossem os interlocutores com a família dos alunos mostrando a importância do Ato Público para ampliação da escola. O que representou, naquele momento, uma força de sustentação muito grande junto a outros líderes que apoiavam a grande mobilização.

Ficou evidente no processo de lutas, a participação da difusora do bairro, como também da imprensa falada, escrita e da TV pela grande divulgação das carências do bairro.

No fundo, outro desafio era como fazer a passagem do homem da condição de objeto à condição de sujeito.

José de Souza Martins referindo-se ao trabalho intelectual com as classes subalternas escreve: "O outro só pode emergir como objetivo no horizonte da pesquisa científica na medida em que desvendamos para ele o seu mistério (e o nosso!), sua condição de objeto, de subalterno, de vítima. Na medida em que lhe desvendamos os limites de seu autoconhecimento. Isso passa pela nossa conversão à condição de objeto dele, no sentido de tomar como premissa o pensamento radical e simples das classes exploradas, meio e instrumento (ao invés de instrumentalizá-lo) para desvendar o lado oculto das relações sociais com os olhos dele, revelando-lhe aquilo que ele enxerga, mas não vê; completando, com ele, a produção do conhecimento crítico que nasce da revelação do subalterno como sujeito, na medida em que lhe restituímos a condição de objetivo e lhe abrimos a possibilidade de resgatar o pleno sentido do conhecimento alternativo que ele representa e propõe na sua prática" (1989, p.73).

A forma de assessoria popular de caráter participativo constitui-se por vezes, na questão central dos desafios a enfrentar. A equipe era consciente que não devia transformar-se em "dirigente" dos grupos assessorados, mas o prosseguimento do trabalho, às vezes acenava a esse apelo.

Era preciso trabalhar sempre no sentido de fortalecer as lutas e a organização popular. Ficava-se com especial atenção para não assumir a vanguarda das ações. Não deve "a ferramenta superar o artífice". O papel da equipe era sempre de articulador, facilitador, intermediador. A vitória deveria refletir sempre o resultado da vitória do grupo assessorado.

A presença de especialistas nas reuniões para discutir os temas relacionados à liderança, à política e às questões jurídicas partiu da solicitação dos líderes quando, nos momentos adequados sentiram a necessidade de um maior conhecimento para uma melhor atuação junto as suas entidades.

Percebia-se claramente o processo de organização das entidades nas lutas por suas reivindicações. Entretanto, a dependência ao poder político, tanto estadual como municipal, cujos interesses é o de sempre conquistar espaços em função de

seu reduto eleitoral, ainda foi capaz de desintegrar o grupo provocando o esvaziamento nas reuniões. Com essa situação, foi desativado o ponto central onde as questões eram discutidas, avaliadas e decididas.

Ficou evidente para a equipe que a assessoria popular é uma realidade que precisa ser mais discutida. Neste sentido levanta-se uma questão que carece resposta num próximo trabalho: O papel dos intelectuais no movimento popular é apenas de possibilitar a crescente mobilização dos despossuídos e a "conscientização" destes na sua condição de "descamisados?"¹¹

4 - BIBLIOGRAFIA

4.1 - Bibliografia referenciada

GOHN, Maria da Glória Marcondes. A força da periferia. A luta das mulheres por creches em São Paulo. Petropolis: Vozes, 1985.

JACOBI, Pedro Roberto. Prefeituras democráticas, movimentos populares e poder local: participação, cooptação ou autonomia. Espaço & Debates. São Paulo, v.3, n.9, p.66-69, ago. 1983.

MARTINS, José de Souza. Caminhada no chão do norte: emancipação política e libertação nos movimentos sociais no campo. São Paulo: Hucitec, 1989.

SILVA, José Borzacchiello da. Gestão democrática do espaço e participação dos geógrafos. Tema Livre. São Paulo, v.4, p.56-65, jul. 1988.

4.2 - Bibliografia consultada

DURHAM, Eunice. Movimentos sociais: a construção da cidadania. Novos Estudos. São Paulo, n.10, out. 1984.

GOHN, Maria da Glória Marcondes. Movimentos sociais e educação. São Paulo: Cortez, 1982.

- HELLER, Agnes. O cotidiano e a história. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.
- JACOBI, Pedro Roberto; NUNES, Edison. Movimentos populares urbanos, poder local e conquista da democracia. In: MOISÉS, J.A. et al. Cidade povo e poder. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982, p.165-199.
- OSTROWER, Fayzo. A aventura do aprender e do saber. Proposta. Rio de Janeiro, n.52, p.34-36, mar. 1992.
- RIBEIRO, João Ubaldo. Política quem manda, porque manda, como manda. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.
- SADER, Eder. Quando novos personagens entram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da grande São Paulo, 1970-80. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- SCHERER-WARREN, Ilse; KRISCHKE, Paulo J. (org.). Uma revolução no cotidiano? Os novos movimentos sociais na América do Sul. São Paulo: Brasiliense, 1987.

RELAÇÕES DE ASSALARIAMENTO ENTRE OS OPERÁRIOS DA INDÚSTRIA:
Destilaria de álcool Baía Formosa.

MARIA LEDA LINS GUIMARÃES - Ex professora do DGE/UFRN

1 - INTRODUÇÃO

A pesquisa estuda a estrutura industrial, parte da realidade de vida dos operários e manifestações das relações dos operários entre si, na Destilaria de Álcool Baía Formosa no município de Baía Formosa-RN. O objetivo é compreender, nas relações de trabalho, as diversidades no assalariamento, no trabalho industrial e o comportamento dos operários. O aporte teórico da pesquisa é o trabalho assalariado na sociedade capitalista.

Para entender o assalariamento capitalista é necessário saber como se dá o processo de trabalho na sociedade comandada pelo capital, onde os agentes dos mesmos são detentores dos meios de produção e que sob o capitalismo se transforma em capital, isto é, os agentes diretos são proprietários do capital. Esses não trabalham na produção imediata, sô dirigem e administram; enquanto os proprietários da força de trabalho são os agentes indiretos e contraditoriamente os que trabalham diretamente na produção. Por estes serem unicamente proprietários da força de trabalho necessitam negociá-la com o capitalista no mercado de trabalho para poder sobreviver. No processo da produção capitalista, para a classe dos trabalhadores assalariados, o capital e sua crescente reprodução ampliada reproduzem continuamente dois fenômenos: o da população ativa, que trabalha para a sua reprodução, ao mesmo tempo o da população que não é absorvida por ele, a qual forma o exército industrial de reserva, necessário para o sistema e disponível para ser incorporado ao processo nos momentos necessários à manutenção e consolidação do movimento do capital ou de sua acumulação. O capital, de acordo com as suas necessidades, aumenta a população trabalhadora, ao mesmo tempo em que diminui consideravelmente o seu tempo

de trabalho necessário e, amplia, em consequência, o trabalho excedente, isto é, a sua remuneração.¹

Foi escolhida, para a pesquisa, a Destilaria de Alcool Baía Formosa porque produz o maior volume de álcool da área canavieira do Estado.² A indústria funciona com os mais modernos equipamentos para a fabricação do álcool. O conhecimento sobre a área da pesquisa, deve-se às informações colhidas através da pesquisa secundária junto ao Instituto Brasileiro de Geografia - IBGE, Associação de Plantadores de Cana, ASPLAN, escritórios do Instituto do Açúcar e do Alcool e da Petrobrás. Para a coleta dos dados primários foram realizadas, no total, cinco viagens ao campo da pesquisa. Nessas viagens foram testados e aplicados questionários, e também realizadas entrevistas com os operários. Com os 255 operários da indústria que trabalham nas atividades ligadas a agricultura foram aplicados 25 questionários e entre os 234 operários que trabalham nas atividades ligadas diretamente a indústria foram aplicados 23 questionários.

Com os materiais obtidos no campo, tais como, o relato das viagens, o resultado da tabulação de dados, a articulação das informações obtidas e as entrevistas, foi a partida para a interpretação dos fatos e a redação inicial do trabalho, sem perder de vista a preocupação teórico-metodológica que norteia essa pesquisa. As considerações finais, prendem-se a intenção de reforçar as constatações feitas no trabalho de campo e de procurar dar algumas respostas às indagações.

2 - RELAÇÕES DE TRABALHO NA INDÚSTRIA: DIVERSIDADE, ASSA- LARIAMENTO E COMPORTAMENTO

1- MARX, Karl, O Capital. São Paulo, Abril Cultural, 1983. Livro 1.V.
1, cap. 4, p. 125-138: Transformação do Dinheiro em Capital.

2 -IAA - Boletim do Instituto do Açúcar e do Alcool, dez/1988.

2.1. - A Estrutura Industrial e Funcional da Destilaria de Alcool Baía Formosa

Com a finalidade de estudar como funciona a destilaria da empresa, foram obtidas informações sobre a sua estrutura para a compreensão acerca das diversidades no trabalho industrial e no assalariamento. A Destilaria de Alcool Baía Formosa é administrada por um Diretor Gerente e seus auxiliares diretores na indústria e no campo. As atividades industriais ligadas ao cultivo da cana-de-açúcar estão sob o controle do assistente da diretoria, auxiliar direto do diretor gerente industrial. Este auxiliar decide sobre o que diz respeito à produção de cana-de-açúcar. Assumindo no campo esse controle, o gerente da motomecânica administra as oficinas mecânicas, as maquinarias e veículos utilizados nos trabalhos da agricultura. Os operários assalariados da Destilaria de Alcool Baía Formosa, de acordo com a sua profissão, são conhecidos como mestres de ofício, mestres de arte e ofício, profissionais, operadores de máquinas, motoristas e tratoristas. Os demais operários da indústria são os ajudantes, os serventes, os cabos ou fiscais, os chaveiros ou almoxarifes e os operários encarregados das oficinas.

Com a finalidade de conhecer o trabalho do operário da indústria, foram visitadas todas as seções e oficinas da destilaria. Assim, foram conseguidas informações referentes ao trabalho dos operários na operação com as máquinas, veículos e nas seções da indústria. Os operários da indústria ligados às atividades agrícolas distribuem-se no trabalho da mecânica agrícola, da oficina de caminhões, da oficina de tratores; e os motoristas, no transporte rodoviário, somavam cerca de 250 no momento que fizemos a pesquisa de campo. Eles trabalham com quatro máquinas pá mecânica, quatorze máquinas carregadeiras, um patrol, dois tratores de esteira, dezenove tratores e sessenta caminhões. Os operários que trabalham diretamente na produção de álcool se distribuem nas seções da esteira da cana, moenda, caldeiraria, destilaria, caldeira, força e luz e na oficina na mecânica, num total de duzentos e trinta e quatro.

Os assalariados da indústria, em todas as situações que desempenham as estafantes tarefas, são desgastados fisicamente na jornada normal de trabalho e no seu prolongamento. Nas atividades ligadas à agricultura, eles executam suas tarefas sob o sol, a chuva e outras intempéries climáticas, durante o dia e a noite, quando deveriam ser executados pelo dobro de operários. O mesmo ocorre com os operários que trabalham diretamente na produção do álcool. Eles trabalham sob um teto, mas suportam elevados índices de umidade, temperatura e as substâncias tóxicas com que trabalham. As tarefas que executam também deveriam ser feitas pelo dobro de operários. Mas para que isso ocorresse, o capitalista não se apropriaria na circulação da mercadoria, ainda da mais valia extraída da força de trabalho para a acumulação do capital.

2.2. - Parte da Realidade dos Operários da Indústria

A partir dos dados coletados, pode-se conhecer parte da realidade do assalariado da indústria. Na Destilária de Álcool Baía Formosa, a jornada normal de trabalho é de oito horas. Porém, na época da safra, os operários mestres de ofício ou de arte e quase todos os operários ajudantes e serventes trabalham uma média de 12 horas. O salário pago pela jornada normal de trabalho por semana era um salário e meio para os mestres, cabos, encarregados de seção e oficinas, chaveiros e operadores de máquinas. Para os ajudantes e os serventes, apenas o salário vigente. As horas do prolongamento da força de trabalho são pagas por um valor fixado pelo capitalista e que corresponde ao pagamento de um hora, na base do salário semanal. Como não poderia deixar de ser, todas as vantagens são para o capitalista, no prolongamento da jornada de trabalho, porque conta a seu favor as horas extras despendidas pela força de trabalho do assalariado.

Os operários da Destilária de Álcool Baía Formosa representam cerca de 35% dos que trabalham na indústria de açúcar e de álcool do Rio Grande do Norte. Estão, também, entre os 125 mil assalariados que trabalham nas atividades industriais dos setores secundário e terciário, com exceção da população ocupada da cidade de Natal, a capital do Esta-

do. Compreende-se porque os operários, mesmo insatisfeitos com o salário da jornada de trabalho normal e das horas extras, permanecem trabalhando na indústria.

Conseguiu-se, na pesquisa, uma amostragem de parte da realidade dos operários da indústria por meio das informações e percentuais obtidos na tabulação dos dados coletados através dos quarenta e oito questionários, 10% do total dos operários, e também, através das informações e percentuais fornecidos no departamento de pessoal da destilaria. Com exceção dos percentuais referentes aos operários que residem ou não na Vila Operária e aos operários que permanecem ou não trabalhando na indústria na entressafra, os restantes foram obtidos na tabulação dos dados. Nos percentuais obtidos eliminamos os décimos e centésimos, tornando-os exatos. Nos gráficos A, B, C, D, E e F, apresentamos através dos indicadores, parte da realidade de vida dos operários da indústria: lugar de origem, nível de alfabetização, experiência anterior de trabalho, preferência pelo trabalho industrial, anseios e desejos, participação e engajamento na luta dos trabalhadores.

Quanto ao lugar de origem dos operários mestres de ofício e operadores de máquinas referente ao Estado ou Município, 80% são da área açucareira do Rio Grande do Norte; do Estado da Paraíba 15%; e de outros Estados apenas 5%. Com relação aos demais operários da destilaria incluindo os motoristas, cerca de 63% vêm da referida área canavieira; de outras áreas do Rio Grande do Norte 16%; do Estado da Paraíba 8%; e de outros Estados 3%. O maior percentual coube aos assalariados que vieram da área canavieira do Rio Grande do Norte, aos que formam uma mão-de-obra especializada e aos que não formam. Em seguida, os percentuais dos que vêm de outras áreas do Estado, da Paraíba e de outros Estados.

A respeito do nível de alfabetização dos operários, tomou-se como referência as seguintes categorias: lêem e assinam o nome, assinam, ou não assinam o nome. Estão na primeira categoria 22%; na segunda categoria 33%; e na terceira categoria 45%. Esses operários formam uma

mão-de-obra mais especializada e, portanto, consideramos representativos o percentual da primeira e da segunda categorias.

Sobre a experiência anterior de trabalho, todos os operários mestres de ofício, operadores de máquinas e veículos já trabalharam nas usinas de açúcar e destilarias de álcool da área canavieira do Rio Grande do Norte e de outros Estados. Os operários ajudantes, serventes, cabos, chaveiros, encarregados de oficinas 58%, e motoristas 42%, também já trabalharam na indústria de açúcar e de álcool na área canavieira do Rio Grande do Norte e de outros Estados. A mão-de-obra mais especializada é quase toda oriunda da própria área canavieira. Vêm do Estado da Paraíba e de outros Estados uma mão-de-obra cujos percentuais são pouco significativos.

Procurou-se saber porque os operários se encontram atualmente trabalhando na Destilaria Baía Formosa e porque preferem o trabalho industrial. Sobre a primeira indagação, responderam que 50% estavam desempregados desde a penúltima safra - 1986/87. Foram dispensados no período da entressafra, mas continuaram morando na Vila Operária e voltaram em junho de 1988, no início da safra ou da moagem. Outros operários como os mecânicos, serralheiros, bombeiros, soldadores, torneiros mecânicos e operários ajudantes, cabos, encarregados e chaveiros das oficinas e seções, 47% trabalham na indústria no período da entressafra. Todos eles trabalham na revisão, conserto e restauração das máquinas e veículos.

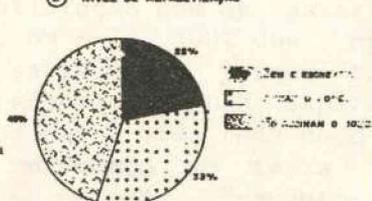
Sobre a preferência do trabalho industrial, 76% dos operários preferem trabalhar na indústria porque oferece emprego compatível ao trabalho dos mestres de arte e de ofício ou profissionalistas operadores de máquinas. Os outros operários, 20%, são ajudantes e serventes e também preferem trabalhar na indústria, porque estão aprendendo um ofício ou uma profissão; eles não pretendem trabalhar na agricultura ou em outras atividades. Somente 4% dos operários preferem trabalhar na Destilaria Baía Formosa, em relação a outras usinas ou destilarias. A tendência é o per-

Indicadores da realidade de vida dos operários da indústria.

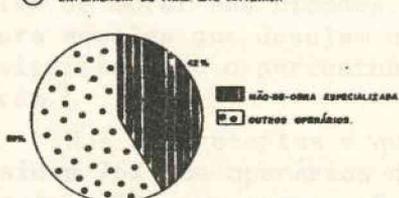
A LUGAR DE ORIGEM



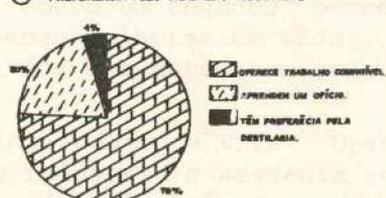
B NÍVEL DE ALFABETIZAÇÃO



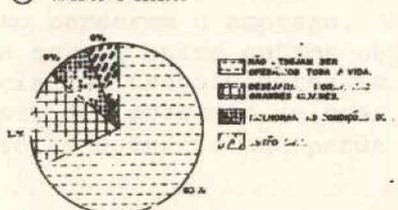
C EXPERIÊNCIA DE TRABALHO ANTERIOR



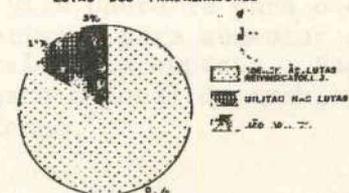
D PREFERÊNCIA PELO TRABALHO INDUSTRIAL



E ANSEIOS E DESEJOS



F PARTICIPAÇÃO E ENBAJAMENTO NAS LUTAS DO. TRABALHADORES



ANÁLISE DE DADOS DE ATIVIDADES DE TRABALHOS DE MANUTENÇÃO

Este trabalho tem por finalidade apresentar os resultados obtidos na aplicação de questionários de pesquisa com profissionais de manutenção de máquinas e equipamentos em uma indústria de transformação.

Figura 1: Atividades de manutenção de máquinas e equipamentos

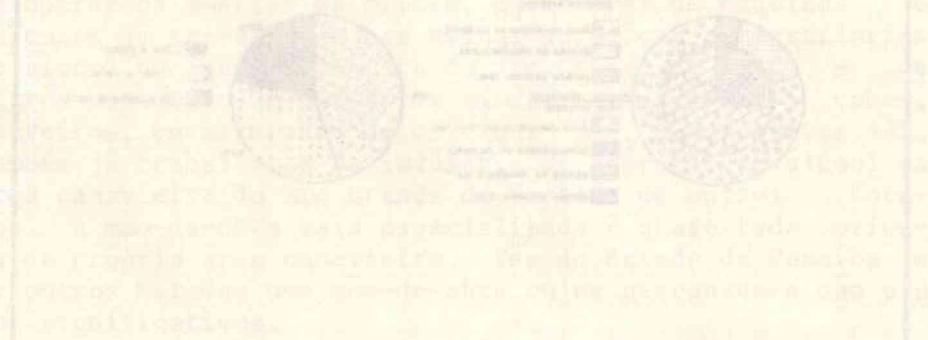


Figura 2: Atividades de manutenção de equipamentos elétricos

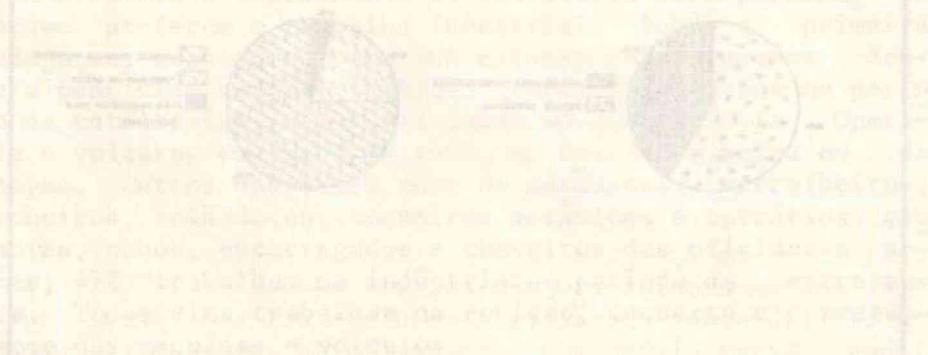


Figura 3: Atividades de manutenção de equipamentos mecânicos



centual referente aos operários que preferem trabalhar na destilataria é formado pelos cabos, fiscais e almoxarifes das seções e oficinas da indústria.

Quanto ao nível de satisfação com os salários e a jornada de trabalho, o total, ou seja, 100% dos operários responderam que não estão satisfeitos porque trabalham muito e ganham pouco. A respeito de suas aspirações e desejos, 68% não desejam trabalhar a vida toda como operários. Estes queriam possuir um pedaço de terra para plantar e ter uma pequena criação de gado. Enquanto 18% declararam que gostariam de morar e trabalhar nas grandes cidades. Apenas 8% querem melhorar as suas condições de trabalho na indústria e os 6% restantes estão bem como se encontram. O percentual a respeito dos trabalhadores que não desejam trabalhar a vida toda como assalariados foi muito expressiva. Um percentual inferior foi acerca da alternativa de morar nas cidades. Coube um pequeno percentual para aqueles que desejam apenas melhorar de vida e foi insignificativo o percentual dos que estão bem como se encontram.³

Nas quatrocentas e quinze casas da Vila Operária residem 76% dos operários da indústria e sessenta cabos que trabalham no campo. Na cidade de Baía Formosa residem 16% e nos municípios vizinhos 8% dos operários. As casas da Vila Operária têm água encanada e luz elétrica. Funciona um ambulatório médico, uma escola de 1º grau para os filhos dos operários e um clube com uma área para jogos. Mesmo dispensados, no período de entressafra, procuram ficar ligados à indústria residindo na Vila Operária para não perderem o emprego. A Vila Operária para o capitalista serve, entre outros objetivos, para aumentar a dependência dos trabalhadores em relação à empresa, facilitando seu deslocamento de casa para o local de trabalho e, com isso, o operário não perde tempo.⁴

3 - Pesquisa Realizada no ano de 1989.

4 - SINGER, Poul. A Formação da Classe Operária. Ed. Universidade Federal de Campinas, 1988, p. 73.

Com relação às perguntas referentes à adesão, participação ou engajamento dos operários nas lutas reivindicatórias da classe, quase todos, isto é, 84% declararam que aderem a qualquer movimento se for para melhorar as suas condições de trabalho. Dos que militam, 11% tiveram uma participação efetiva na greve dos anos de 1982, 1983 e 1984 nos canaviais e na indústria.⁵ Atualmente militam nos movimentos sociais ligados aos trabalhadores da indústria e da agricultura, nos sindicatos rurais, nas manifestações públicas e na política partidária.⁶ Apenas 5% dos operários não aderem a nenhum movimento ou luta dos trabalhadores. São filiados ao Sindicato Rural somente 38%.⁶ Foi muito expressivo o percentual a respeito dos assalariados que aderem às lutas dos trabalhadores. Mas apenas 11% são operários militantes. Um percentual bem inferior coube aos que não aderem a nenhum movimento.

Os operários são reprimidos nas suas manifestações reivindicatórias e controlados no seu espaço de trabalho. Tudo isso contribui para inibir a sua consciência política. A maioria dos operários ainda entende as lutas dos trabalhadores apenas como soluções imediatas para a sua sobrevivência, embora compreenda que deve lutar pelas conquistas materiais contra o capitalismo e por novas perspectivas de vida para si e sua família. A força do movimento operário origina-se das conquistas obtidas e constitui a base para novas lutas.

2.3. - Manifestações das relações dos operários da Indústria entre si

A coleta de dados sobre a estrutura industrial, o trabalho do operário assalariado da indústria e as informações sobre a realidade do operário da indústria orientaram

5 - FETARN - Informativo da Federação dos Trabalhadores do Rio Grande do Norte, Natal, Nov/Dez/1984.

6 - Informação prestada pelo dirigente Sindicalista a respeito dos operários da Destilaria.

para que nas entrevistas pudesse ser compreendido, através do processo de trabalho, como se dão as relações sociais de trabalho. Serão analisadas e interpretadas, portanto, trechos de algumas entrevistas.

Numa seção da indústria ligada diretamente à produção de álcool, seção moenda, foi entrevistado um operário mestre serralheiro. Destaca-se a sua entrevista porque, nas relações sociais de trabalho, o mestre serralheiro exprime o conflito que existe entre eles.

...não é difícil o ofício ou a profissão de serralheiro, agora é penoso ficar horas e mais horas pendurado ou trepado nos andaimes, que a gente mesmo constrói, para montar e desmontar máquinas ou construir outros andaimes para os outros operários poderem trabalhar, tudo isso... sou analfabeto, e não é por isso, não senhora, que o trabalho da gente não tem o valor que deveria ter, prá gente sô muito trabalho... aqui sô tem valor o trabalho de torneiro mecânico, do plainador, do fermentador, do destilador, porque sô quem faz esses trabalhos é quem tem arte... ter arte é saber fabricar peças de ferro, de madeira, ou de qualquer metal, cozinhar o caldo para fabricar álcool, essas coisas... é difícil até para os ajudantes que trabalham com eles aprender o ofício, sô aprendem, também, se tiver arte...

Essa entrevista com o mestre serralheiro mostra que mesmo quando outro operário deprecia o seu trabalho, ele se manifesta contra o capitalista. Esse representa o poder que o obriga a trabalhar em troca de um salário que não o satisfaz, nem o compensa da forma de trabalho despendida. Em seguida, foi a vez de entrevistar outro operário de arte e ofício que é o torneiro mecânico:

...sou um torneiro mecânico de ofício porque é minha profissão e de arte porque fabrico qualquer peça de ferro, de metal, pode ser lisa, torneada, vazada, inteira... já tive muitos casos aqui com as máquinas que eu resolvi fabricando uma peça igualzinha à original, e olhe, se eu não trabalhar muito bem, o ajudante pode ficar até no meu lugar...⁷ aqui a gente é tudo igual, eu e os outros homens de ofício...

A entrevista com o torneiro mecânico responde ao que queria se saber a respeito do conflito que existe nas relações sociais entre os trabalhadores assalariados. O torneiro mecânico não se sente mais valorizado do que os outros operários porque tem uma arte ou porque é trabalhador fixo da destilaria. Mas, ao mesmo tempo, demonstra a preocupação com a competição na sua fala. Revela a condição de igualdade dos operários, em relação ao salário pago, na venda da sua força de trabalho ao capitalista. Sua resposta é contraditória porque há uma contradição na sua vida de profissional. Acrescentou ainda o operário entrevistado:

...fico trabalhando na entressafra porque é preciso fabricar as peças das máquinas que se gastaram ou ficaram inutilizadas... não sei que valor eu tenho assim mais do que os outros, acho que dizem isso porque tá todo mundo cansado de trabalhar muito e ganhar pouco, acho tam

7 - LOPES, J. Sérgio Leite. O Vapor do Diabo: o trabalho dos operários do açúcar. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1968, p. 51-52. Lopes interpreta o discurso do mestre de ofício em relação ao ajudante: "Nessa relação o ajudante vai assimilando o código de arte, seja através do aprendizado ou companheirismo com o artista do qual é ajudante, seja por oposição ao artista que infringe esse código ao privilegiar a responsabilidade em detrimento do trabalho e da arte".

bem que dizem isso porque fico trabalhando aqui quando a destilaria pára de moer ou porque eles que falam não têm arte...

O operário justificou sua situação de trabalhador fixo da indústria. Essa situação se dá porque possui uma arte e torna-se mais difícil substituí-lo. Em nenhum momento, dispôs-se contra os operários que trabalham e convivem com as mesmas formas de relações no seu espaço de trabalho.

Com o propósito de aprofundar mais a investigação sobre as relações sociais entre os operários, procurou-se entrevistar um ajudante. Ele é o operário que poderá competir com o mestre de ofício. É um ajudante do mestre soldador que assim se expressou:

...ainda estou aprendendo o ofício, sou ajudante de soldador, trabalho em qualquer setor ou seção junto com o mestre soldador... quando eu aprender mesmo o ofício, se Deus quiser, vou ter valor... quando o mestre que trabalho com ele é chamado fora de hora do turno que a gente trabalha, eu também tenho de ir porque aconteceu um problema dos grandes e precisou de mais operários, sempre os problemas são com as caldeiras... às vezes eu faço sozinho o trabalho do mestre soldador e se for bom no ofício, em bora aqui tenha muitos operários ajudantes, termino ficando no seu lugar... não desejo que aconteça nada de ruim com ele, como, dispensado do emprego ou outras coisas... quando eu disse no seu lugar, de mestre soldador, pode ser aqui ou em outra parte...

Na entrevista do operário ajudante, ficou muito clara a competição ou a concorrência que existe entre os assalariados. O seu desejo é tornar-se mestre de ofício e

ser valorizado como força de trabalho na relação assalariado-capitalista. Trabalha o quanto pode, para que outro operário ajudante não o substitua. Mesmo competindo ou concorrendo com os outros operários ajudantes para chegar a mestre no ofício, não deseja que nada aconteça de ruim com o mestre soldador. Mas deseja ficar no seu lugar na destilaria ou em qualquer outra indústria.

Na seção caldeireira, da destilaria, chegou o momento de entrevistar um mestre caldeireiro. As indagações foram a respeito de como este operário, nas relações de trabalho, se envolve com os outros operários e com o capitalista:

...aqui na destilaria a seção caldeirã e a seção caldeiraria são as piores seções de trabalho, a gente aguenta, além do barulho sem cessar das máquinas, o calor de rachar das caldeiras... ganhamos um pouco mais por isso, uma taxa de insalubridade pelo risco de vida a que estamos sujeitos, e não compensa nada... a gente não espera nada de bom, pede, fala aí com os homnes, se mete nas lutas da nossa classe, vamos às reuniões do sindicato, e depois chegam umas melhoras, mas com pouco tempo volta tudo de novo, os ganhos poucos sem dá pra nada... vale a pena que os operários falem por nós, tem uns poucos deles por aqui, é como dizem, que a gente devia ganhar mais e trabalhar menos e exigir melhores condições de trabalho, porque o dinheiro das horas extras não compensa...

São nessas condições subhumanas que o assalariado trabalha para o capitalista. O operário sente seu organismo desgastado por esse tipo de trabalho. Como a grande maioria, esse operário adere aos movimentos dos trabalhadores esperando milagres e que tudo de repente se transforme, então se frustra com o resultado dos movimentos pa-

ra a causa do trabalhador. Sua consciência política não foi despertada a ponto de compreender que a luta travada entre os assalariados e o capitalista é desigual e que os ganhos de natureza social da classe dominada são mais importantes do que os ganhos materiais concedidos pelos capitalistas. O capitalista deseja sobretudo um operariado estável, confiável, motivado por desejos de ascensão numa carreira operária e, portanto, propensa a competir entre si e não se solidarizar, mutuamente, contra o patrão.⁸

A respeito da luta dos trabalhadores, foi entrevistado um operário militante. Indicaram um operário operador das máquinas carregadeiras. Seu depoimento comprova que a luta é uma reivindicação de seus direitos, do compromisso com o social e necessidade da politização dos trabalhadores.

...sou trabalhador militante nas nossas lutas, e não tenho medo não, o que não podemos é ficar de braços cruzados e esperar porque sempre chega o pior, o melhor nunca será dado pelo patrão e por isso temos que lutar... se todos os companheiros pensassem assim como eu, trabalhavam para viver e não para morrer... tem deles que ficam por fora como se também não fossem peças ou parte do processo produtivo... os motoristas, por exemplo, são operários e se aproximam só da gente quando precisam pedir alguma coisa, reivindicar sobre os seus direitos e a gente atende se puder...

Foi então entrevistado um motorista de caminhão da indústria e ele confirmou que não se inclui como operário da indústria. Assim, quando encaminhou-se a entrevista a nível de identificação com o operário, seguia sempre a negação:

8 - Cf. Singer, P. Op. cit, p. 4-6.

...não sou operário, sou motorista... ...
 operário tem um ofício na indústria, o
 trabalho é nas máquinas, nas seções, ou
 nas oficinas, na fabricação do álcool,
 e a gente trabalha mesmo é de motoris-
 ta... os salários são os mesmos dos ope-
 rários, ganhamos mais quando trabalhamos
 horas extras... quando acaba a safra ou
 a moagem na destilaria também se acaba
 o emprego, aí vamos arranjar outro empre-
 go como motorista nas olarias transpor-
 tando material de construção ou qual-
 quer coisa... sei ler e escrever para o
 gasto... tirei a carteira de motorista,
 assim que cheguei, trabalhei por aí e
 já vai pra quatro anos que estou traba-
 lhando aqui... digo que não sou operá-
 rio, nem também são operários os trato-
 ristas, os chefes das oficinas, os cha-
 veiros e os cabos, todos esses são em-
 pregados e protegidos dos chefões...

Mais uma vez é comprovado o conflito entre o tra-
 balhador e o capitalista nas relações sociais de trabalho.
 O motorista entrevistado não quer se identificar como o-
 perário da destilaria porque se julga está fora do proces-
 so produtivo para a fabricação do álcool. Esquece que
 transporta as toneladas de cana-de-açúcar do campo para a
 indústria. Não quer ser reconhecido como operário, mas se
 contradiz quando tem consciência que vende também sua for-
 ça de trabalho por um salário igual ao do operário da in-
 dústria. Identifica-se, sem querer, como operário, quan-
 do diz que também fica sem emprego no período da entressa-
 fra, como a maioria. Por serem também mão-de-obra qualifi-
 cada, esses operários são contratados de acordo com os ter-
 mos legais. Na verdade, eles assimilam a ideologia do ca-
 pitalista quando acham que pertencem a uma classe e o ope-
 rário que fabrica álcool pertence a outra classe. Percebem,
 porém, o que os encarregados das oficinas, chaveiros e ca-

bos representam, na organização industrial e capitalista, quando os chamam de chefões...

3 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

A força de trabalho industrial, embora na relação de trabalho exista diversidades no trabalho e no assalariamento, está ligada pela continuidade do processo produtivo enquanto processo social de produção, realização de valor e utilização da força de trabalho. Essa força de trabalho foi redefinida com a modificação da composição das forças produtivas. Aumentou na indústria o uso das máquinas e equipamentos e com isso desenvolveu-se a divisão social do trabalho, assim, cresceu continuamente o capital investido em máquinas e equipamentos e reduziu-se relativamente o montante do capital aplicado na compra da força de trabalho. Nas diversas atividades industriais da empresa canvieira trabalham centenas de operários, sendo a grande maioria formada por uma mão-de-obra mais especializada. Manifesta-se com frequência entre esses operários e os demais ligados à indústria, uma concorrência a nível de melhores condições de trabalho que alguns têm em relação a outros. Por outro lado, sentem-se ameaçados pela reserva da força de trabalho sempre à disposição do capitalista, principalmente os trabalhadores sem nenhuma especialização. Em contrapartida entendem que têm de assegurar os seus cargos ou funções na empresa, em razão da pressão que sofrem de um contingente numeroso de trabalhadores que, na maioria, contam com poucas alternativas na área canvieira.

No conjunto das relações de trabalho, apreendemos que os trabalhadores da agricultura e da indústria estão mais conscientes da dominação a qual são submetidos pelo capitalista e compreendem que vendem a sua força de trabalho por salários muito abaixo do que deveriam ganhar pela jornada normal de trabalho ou pelas horas extras que diariamente executam. No seu espaço de trabalho, eles estão também mais conscientes de que a competição, a separação e a divisão entre eles, aparecem com grande obstáculo à sua união. Por isso, lutam pela busca de seus direitos referen

tes aos vínculos empregatícios, salários mais justos e melhores condições de vida. Nos movimentos reivindicatórios, uns somam-se aos outros. Não lutam apenas por uma união circunstancial e necessária ao êxito dos seus movimentos, mas pela unidade enquanto classe, e pelos seus direitos garantidos por lei. Dessa forma, gradualmente, vão-se fortificando e reagindo ao conformismo e à submissão enfrentando o capitalista.

As diversidades nas atividades industriais e as formas de assalariamento na agricultura canavieira constituem as especificidades que singularizam a relação capital X trabalho na Destilaria de Álcool de Baía Formosa. A intenção do capitalista de separar e dividir os operários gera o contrário porque, convivendo com essa situação, eles terminam por entender as manobras criadas pelo capitalista. Estas se prestam para disfarçar a exploração contida no uso da força de trabalho pelo empresário, após o trabalhador ser obrigado a vendê-la nos diferentes assalariamentos. Eles percebem de imediato essa situação e se unem contra o patrão através das lutas reivindicatórias. Mas, as conquistas imediatas conseguidas a nível de salário são logo perdidas porque os capitalistas reproduzem novas formas de exploração. Isso leva os trabalhadores a retornarem às suas lutas e compreenderem que suas conquistas materiais são frutos das incansáveis mobilizações e de suas forças.

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

FILGUEIRA, Fanny Goldfaber. O trabalho como primeira necessidade humana: uma concepção da história. Cadernos do Arquivo de História Contemporânea. São Paulo, n.2, ago. 1987.

FUNDAÇÃO IBGE. Censo agropecuário: Rio Grande do Norte. Rio de Janeiro: 1983. (Recenseamento Geral do Brasil - 1980, 9, v.2, t.3, n.10).

SOUZA, Clenilda Maria de Oliveira. Movimento operário na Zona da Mata de Pernambuco: um estudo das relações entre

canavial e usina - 1955-1964. (Tese de Mestrado, Campina Grande-PB).

TOSTES, Octávio. Álcool: o combustível do terceiro milênio. Cadernos do Terceiro Mundo, São Paulo, n.51, ago. 1983.

HISTÓRIA

ALTO PARANÁ DE SANTA COLÓMBIA - 1599-1671

ARRELIENS DA SILVA MARIN - DIME / DE

1 - INTRODUÇÃO

A História do Alto Paraná, neste, principalmente, ao que se refere ao período colonial, se resume a uma pequena bibliografia, dada a falta de novas pesquisas e historiografia. O autor ressalta o fato de que as pesquisas da história local desse período, sempre e sobretudo, se dá sob um olhar descritivo, dando uma visão da realidade local.

Com a intenção de estudar o processo histórico e social do Alto Paraná (1599/1671), o autor se baseia em fontes primárias, secundárias e terciárias, bem como em fontes orais e escritas, para a construção de sua história bibliográfica por meio de fontes primárias e secundárias de fontes orais.

HISTÓRIA

Este trabalho, apresenta uma análise do processo de origem do território territorializado e do processo de origem do município de Ponta Grossa, no Paraná, sob o ponto de vista da história local. O autor ressalta o fato de que as pesquisas da história local desse período, sempre e sobretudo, se dá sob um olhar descritivo, dando uma visão da realidade local.

2 - O MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA: O TERRITÓRIO E O PROCESSO DE TERRITORIZAÇÃO

O processo de territorialização do Alto Paraná, em 1599, se dá sob o ponto de vista da expansão colonial portuguesa para o interior do Brasil, sob o ponto de vista da expansão portuguesa para o interior do Brasil.

HISTÓRIA

RIO GRANDE DO NORTE COLONIAL - 1598-1633

MARLENE DA SILVA MARIZ - UFRN / DEH

1 - INTRODUÇÃO

A História do Rio Grande do Norte, principalmente no que se refere ao período colonial, se ressentiu de uma revisão teórico-metodológica à luz das novas tendências da historiografia. Tal afirmação prende-se ao fato de que os estudiosos da História local desse período, sempre a abordaram de um modo linear e descritivo, dando uma visão da realidade isolada.

Com a perspectiva de estudar o processo histórico do Rio Grande Colonial (1598/1817) objetivava-se realizar uma revisão bibliográfica, procurando contextualizar a História Local dentro da Regional e Geral do Brasil, numa tentativa de suprir a carência bibliográfica para o profissional da área com elaboração de textos didáticos.

O presente texto, que se insere na primeira parte do trabalho, apresenta uma síntese do estudo que abrange da origem da estrutura territorial e do poder político, abordando os anos de formação, que se estendem da conjuntura em que se dá o descobrimento ao início da implantação do Sistema Sesmarial e o surgimento da Capitania do Rio Grande, a expansão e conquista oficial, incluindo-se a organização administrativa e o povoamento até 1633.

2 - AS ORIGENS DA ESTRUTURA TERRITORIAL E DO PODER POLÍTICO

2.1 - Anos de formação

O descobrimento do Brasil em 1500, se enquadra no contexto do expansionismo comercial europeu que se desenvolvia na época, na busca de lucros e novos mercados para exploração. O evento

para a Coroa Portuguesa, não criou mais que alvoroços, uma vez que seu alvo maior era o Oriente, onde os lucros configuravam-se como mais significativos, razão pela qual, passaram-se três decênios até que a situação de abandono em que ficaram as terras descobertas sofresse modificação.

Alguns autores, como Bailey DIFFIE (1945), consideram esses anos iniciais da moderna história brasileira, como período de "gestação", uma vez que nem a Coroa nem os reduzidos concessionários estavam interessados em colonização, o que significa dizer, em manter populações permanentes devotadas ao desenvolvimento da agricultura e indústrias.

Nesse sentido, é conveniente que se ressalte que, para ambos, o essencial eram os lucros rápidos provenientes de um mínimo de energia física, tão comum ao espírito dos mercadores.

Ao cabo dos trinta primeiros anos do Brasil, considerados por alguns historiadores como período de "negligência", o eixo central das preocupações lusas transfere-se de forma categórica do Oriente para o Novo Mundo, pelas razões mais diversas, de natureza militares, políticas e econômicas.

Como consequência da nova posição da Coroa com relação às terras descobertas, introduziu-se o sistema de Capitânicas Hereditárias, com vistas a colonização de um território vasto como o Brasil. Tal empreendimento foi muito mais uma imposição do momento do que mesmo a opção de um programa de colonização, uma vez que não podendo assumir os principais encargos financeiros do projeto, Portugal voltou-se para um programa escorado no investimento e na iniciativa privada. (GUIFIELD, 1983)

Esse empreendimento objetivava conseguir o efetivo domínio das terras descobertas, com o planejamento do sistema visando atingir o desenvolvimento total e simultâneo de todo o território legalmente pertencente a Portugal. Com esse intuito, o mapa do Brasil foi dividido em quinze lotes, distribuídos entre doze donatários. Cada uma das Capitânicas começava na costa do Atlântico e se estendia para o oeste, até o limite de Tordesilhas a

vaga linha de demarcação que separava as possessões espanholas das portuguesas no Novo Mundo. As extensões que variavam de trinta a cem léguas, alongavam-se em linhas paralelas até a fronteira ocidental. (idem)

A maioria dos capitães-donatários, era proveniente da pequena nobreza, em geral funcionários do Estado, muitos dos quais enriquecidos pelo comércio oriental. A grande nobreza não se sentia atraída a se arriscar investindo somas vultuosas num projeto considerado pouco seguro.

Nesse sentido, o sistema das capitanias adequava-se especificamente aos interesses ambiciosos dos donatários, uma vez que, se bem sucedidos, usufruiriam de direitos e privilégios extensos que lhes asseguraria fortunas consideráveis.

A estrutura de poder instituída no Brasil colonial, juridicamente assegurava a ocupação da terra pela Carta de Doação e pelo Foral. A Carta de Doação concedia ao donatário a propriedade de 10 léguas de terra ao longo do litoral, isentos de qualquer tributo, exceto o dizimo. Acrescentava ainda o privilégio de fabricar e possuir engenhos d'água e moendas. No restante da Capitania, o donatário tinha o direito apenas à posse, associada a sua administração. Concluindo, o rei não doava as terras (exceto os lotes) mas, sim, os benefícios que delas poderiam obter.

Efetivamente, o objetivo era a implantação da agricultura e, tendo em vista uma experiência bem sucedida na produção de açúcar nas ilhas do Atlântico, além dos bons resultados de São Vicente (onde foi erguido o primeiro engenho com relativo sucesso), a idéia era converter o Brasil num grande centro produtor de açúcar, artigo raro e de grande rentabilidade na Europa.

Com o intuito de estimular os donatários, foram concedidas algumas regalias, oferecendo-lhes assim, a oportunidade de realizarem sua aspiração mais profunda, tornarem-se nobre na mais completa concepção do termo. (idem)

O Foral, por sua vez, estabelecia que a renda dos produtos da terra pertenciam ao donatário enquanto a do subsolo, mato e mar pertenceria à Coroa. Além disso, o donatário tinha a permissão de doar sesmarias às pessoas que as quisessem, desde que fossem da religião católica, além de receberem poderes de administrarem a justiça em nome do Rei, tinham portanto, poderes plenipotenciários em assuntos civis e criminais.

Todavia, o empreendimento não correspondeu totalmente às expectativas dos que arcaram com seu financiamento. Alguns nem chegaram a viajar para o Novo Mundo, outros foram impossibilitados de tomar posse de suas capitanias pelas adversidades locais, índios hostis, corsários franceses e o clima tropical tão diferente do europeu.

Com efeito, 14 anos após ter sido iniciado o empreendimento de colonização, o sistema, do ponto de vista de cada donatário, se constituía como um completo fracasso. Muitos haviam perdido a fortuna, a vida ou ambas.

Como exceção à regra, sobressaíram-se as Capitanias de São Vicente, da Martim Afonso de Souza e a de Duarte Coelho, Pernambuco, que apresentavam sinais de prosperidade

Com duração efêmera e pela própria fragilidade íntima, o regime das Capitanias quase não deixou traços na estrutura interna, entretanto, este apresenta dois ângulos básicos: o da repartição política - da jurisdição - o aspecto que geralmente é o mais atentado - e outro que de grande relevância, mas pouco apontado, que é a distribuição do solo entre os moradores.

Paradoxalmente, é importante destacar que mesmo com o fracasso dos primeiros anos de colonização, para Portugal, a situação representou um sucesso limitado, uma vez que a Coroa conseguira seu intento de consolidar seu domínio na colônia, vencendo ameaças externas e internas à sua hegemonia.

Superadas essa ameaças, Brasil estava definitivamente estabelecido, e mesmo com as Capitanias arruinadas ou abandonadas tendo em vista a

resistência indígena, prosseguiram os rudimentos de esforço de colonização. Anos mais tarde, essas Capitâneas foram reclamadas por novos colonizadores ou pela própria Coroa e nelas foram fundados povoados prósperos e permanentes.

Um dos pontos mais sério da fraqueza do sistema, consistia na falta de coesão entre as povoações primitivas, isoladas umas das outras. Para sua superação, a Coroa achou por bem criar, em 1549, uma outra forma administrativa com a denominação de Governo Geral ou Capitania Geral.

Completando essa visão dos anos de formação, é conveniente que se acrescente que nesse projeto de colonização, toda a organização administrativa e burocrática instituída pela Metrópole visava, acima de tudo, criar a base necessária para valorizar economicamente suas terras na América. incentivando o desenvolvimento da agro manufatura do açúcar. O início da colonização, propriamente dito, vai se configurar no cultivo da cana-de-açúcar e no preparo do açúcar.

No que se refere a estrutura fundiária estabelecida no início da colonização e responsável pela propriedade latifundiária tão comum no Brasil, deve-se creditar ao sistema sesmarial, usual em Portugal no século XVIII.

A sesmaria e a data de terra, instituída pela Lei de 26.05.1375, foi translada para o Brasil do regime jurídico português, consistindo na concessão de propriedade em terras, com o objetivo de fazer progredir a agricultura. A escassez dos gêneros correspondia a altos preços dos poucos que eram produzidos, tornando-se inacessíveis a população. A Lei Sesmarial trazia a finalidade de obrigar os proprietários a cultivarem e semearem as terras e não o fazendo cederem parte a um agricultor para que realizasse a lavoura.

A sesmaria foi a propriedade que se destinou à ocupação do território no sentido de extensão, destinando-se a grande lavoura e originando a grande propriedade latifundiária.

Já a Data de Terra representava a pequena propriedade, distinguindo-se da Sesmaria pelo tamanho que lhe era atribuído. Exigia menos recursos do que a primeira e atividades de natureza familiar. Origina a pequena e média propriedade.

O importante é que ambas foram instrumentos de ocupação da terra e do verdadeiro povoamento. (DIÉGUES JR., 1959)

2.2 - O Sistema Sesmarial e a Capitania do Rio Grande

Instituído o sistema de Capitánias Hereditárias e dividido o Brasil em lotes, surgiu a Capitania do Rio Grande com a doação pelo Rei D. João III de 100 léguas de terras, que se estendiam a começar da Baía da Traição(limite sul), onde terminavam as terras da Capitania de Itamaracá, até o Rio Jaguaribe, limite com o Ceará. O beneficiário dessa concessão era João de Barros, Feitor da Casa da Mina e da Índia, cronista e historiador dos feitos portugueses na Ásia. Além dessa doação, João de Barros recebeu mais 50 léguas de terras de parceria com Aires da Cunha, para as bandas do Maranhão.

A caracterização das Capitánias era oficializada através da Carta de Doação e do Foral. A primeira continha indicação dos limites e do destinatário da mercê real, enquanto a segunda relacionava os direitos e deveres do Capitão-mor.

Com relação a Capitania do Rio Grande, os primeiros historiadores se referem apenas aos Forais expedidos em 11.03.1535 (TAVARES DE LIRA, 1982), levando a crer que não tiveram acesso à Carta de Doação. Nos Forais estavam mencionados os donatários João de Barros e Aires da Cunha e o registro de suas obrigações e direitos, sem uma localização precisa da localização. As informações sobre limites e distribuição dos lotes são conhecidas através dos historiadores tradicionais da História Colonial, como Frei Vicente do Salvador, Adolpho Varnhagen, entre muitos outros, o que tem acarretado muitas discordâncias na interpretação dos historiadores locais, no que se refere à questão de limites.

associação no empreendimento da conquista e posse da terra. (SALVADOR, 1975)

Nesse sentido, TAVARES DE LIRA (1982), por exemplo, acha provável que os Forais datados de 11.03.1535, indiquem a associação entre João de Barros, Aires da Cunha e Fernando Álvares de Andrade - também agraciado com a doação 75 léguas contíguas aos dos outros dois donatários, para efetivarem a conquista e posse das 225 léguas que lhes foram concedidas em terras seguidas no Norte do Brasil.

Foi organizada uma expedição para o empreendimento, que recebeu antes da partida adiantamento em armamento e munições, e até auxílio para o bom êxito da missão, além da concessão de ouro e prata que, porventura, viessem a encontrar.

A referida expedição partiu de Lisboa em novembro de 1535, chefiada por Aires da Cunha com a presença dos dois filhos de João de Barros e um representante de Fernão Álvares. A missão proposta resultou, todavia, num total fracasso. Não conseguiram desembarcar nos lotes de João de Barros, tendo em vista a forte oposição dos índios potiguares aliados aos franceses. Prosseguindo, tentaram aportar nas terras doadas a Fernão Álvares, sendo impedidos por novas adversidades que vão culminar com o naufrágio da nau capitânea da expedição em águas do Maranhão, nele perdendo a vida Aires da Cunha. Os sobreviventes atingiram a ilha do Maranhão conhecida como Trindade, onde foram acolhidos. Ai fundaram um povoado que deram o nome de Nazaré, onde permaneceram durante três anos. Partiram, então, em caravelões que foram parar nas Antilhas, de onde retornaram, à custa de muito trabalho e despesas para João de Barros.

Após essa dispendiosa e frustrada tentativa de conquista, CASCUDO (1945) registra uma segunda expedição dos filhos de João de Barros, provavelmente em 1555, com resultados igualmente negativos.

Com o insucesso das tentativas de posse, a Capitania do Rio Grande permaneceu abandonada, com seu donatário desgastado e endividado, recebendo como consolo o perdão da dívida contraída com as despesas. (LIMA/UFRN)

da 1ª expedição. Com a morte de João de Barros em 1570, o Rei fez mercê a sua viúva de uma pensão de 500.000 réis, e com relação a Capitania, a Coroa real concedeu aos seus herdeiros uma indenização pela cessão da mesma à Metrópole portuguesa, uma vez que estes não dispunham de condições para manter os direitos de donatários. (MEDEIROS, 1973)

Nessa situação, a região ficou em total abandono, do qual se aproveitavam invasores estrangeiros, especialmente os franceses, até quando anos depois, foi iniciado um movimento de recuperação das posições abandonadas, que começavam a inquietar à Coroa.

A tentativa malograda de conquista da Capitania do Rio Grande não constitui um fato isolado no sistema colonizador de Capitânias. A ela somaram-se várias outras com dificuldades menores ou semelhantes, uma vez que nesse contexto, apenas duas capitânias se desenvolveram fixando povoamento com uma certa rapidez.

A constatação da ineficiência e fraqueza do sistema administrativo aliado à constante ameaça de ataques piratas que comerciavam impunemente com os índios, levaram D. João III a decisão de criar o sistema do Governo Geral, como uma tentativa de manter a unidade e organização da defesa da colonização portuguesa.

Para sede desse governo a Coroa comprou a Capitania da Bahia à família de seu donatário, Francisco Pereira Coutinho, morto em condições trágicas na tentativa de posse de sua concessão.

A organização da defesa territorial foi, sem sombra de dúvidas, o grande e primeiro trabalho do governo unitário e geral, sendo todavia impossível estendê-lo por toda a imensa costa litorânea de região portuguesa, sem outros tipos de providências.

Por esse tempo, ocorreram graves acontecimentos na história portuguesa que vieram a modificar a situação do Brasil. Com o prematuro desaparecimento de D. Sebastião, a sucessão do trono coube a seu tio Cardeal D. Henrique que, já avançado na idade, morre logo após um ano, sem deixar herdeiro

direto. A Coroa Portuguesa passa para Felipe II da Espanha.

A perda da independência política de Portugal e suas colônias acarretou uma série de mudanças no processo de colonização. Medidas foram tomadas no decorrer do domínio espanhol, entre as quais as que se referem ao desenvolvimento e expansão colonial nas terras do Norte, mal ocupadas, imperfeitamente conhecidas e até abandonadas, como era o caso da Capitania do Rio Grande.

2.3 - A expansão oficial e a conquista do Rio Grande

Com o intuito de efetivação e consolidação do domínio português, o governo central estabelece novas diretrizes, tomando várias medidas com os interesses voltados para o norte. Nesse contexto, a Capitania do Rio Grande, anteriormente doada a João de Barros e no momento revertida à Coroa. apresentava-se como um dos pontos mais significativos para a consolidação da conquista da Paraíba, tendo em vista a situação em que a mesma se encontrava. Abandonada por quase 50 anos, tornara-se um refúgio de aventureiros e contrabandistas, que graças ao bom relacionamento com os índios Potiguar, tinham fácil acesso ao contrabando do pau-brasil.

A conquista da Capitania do Rio Grande tornara-se fundamental, para que a empresa se tornasse efetiva com a maior brevidade. Nesse sentido, foram expedidas as cartas régias de 1596 e 1597, dirigidas ao Governador Geral, d. Francisco de Souza, e aos Capitães-mores de Pernambuco e da Paraíba, recomendando ao primeiro que gastasse o que fosse necessário da Fazenda Real e acrescentando que fosse fundada uma povoação e construído uma fortaleza para sua defesa. (TAVARES DE LIRA, 1982)

Em cumprimento a essa carta régia de 15.03.1597, foi organizada uma expedição comandada por Mascarenhas Homem, capitão-mor de Pernambuco, com a participação de Feliciano Coelho, capitão-mor da Paraíba, Francisco de Barros Rego, comandante da esquadra e os irmãos mestiços Jerônimo, Antônio e

Jorge Albuquerque, os padres Lemos e Gaspar de Samperes da Companhia de Jesus, além do franciscano Frei Bernardino das Neves, perito em língua brasileira.

A referida expedição, acrescida da gente da Paraíba, constituída numa Companhia de Pedestres com mais de 700 índios de várias tribos, dividiu-se em dois grupos. um seguiu por mar sob a direção de Mascarenhas Homem e o outro por terra orientado por Feliciano Coelho

Vencendo obstáculos variados como doenças e lutas com invasores e índios, os expedicionários conseguiram desembarcar e iniciaram a construção de um fortim, na barra do rio Grande, para se defenderem dos ataques constantes dos índios. Essa foi a origem do atual Forte, que por ter sido iniciada a construção no dia 06 de janeiro de 1598, recebeu o nome de Reis Magos, de acordo com o costume da época.

Os historiadores locais apontam 24 de junho do mesmo ano, como a data que Mascarenhas Homem entregou as chaves da Fortaleza, juntamente com o encargo de capitão do Porto e da fortaleza a Jerônimo de Albuquerque, e no dia seguinte partiu com sua gente para Pernambuco após pernoitar na aldeia do Camarão. (CASCUDO, 1945)

Após essas medidas iniciais, tornava-se imprescindível a pacificação da massa indígena insubmissa, que em constantes ataques, tornava a vida do colonizador branco em estado de inquietação.

A Jerônimo de Albuquerque, acompanhado dos padres jesuítas, coube a missão de estabelecer as pazes com os chefes indígenas - Pau-Seco e Sorobobé - por conta de sua origem mestiça.

Concluída com êxito a sua missão, a pacificação foi solenemente ratificada na Paraíba a 15.06.1599, por determinação do governo geral, D, Francisco de Souza, com a presença de Mascarenhas Homem, de Feliciano Coelho, do Ouvidor-mor Braz de Almeida, entre outros, com Frei Bernardino funcionando como intérprete. (CASCUDO, 1945) Pela cerimônia com que foi cercado o fato, fica claro a importância do que representava, uma vez que com isso

selava-se o domínio regular de Portugal. Era de fundamental importância contar com a solidariedade indígena, o que possibilitaria, não somente o povoamento mas também a expansão.

Em complemento a recomendação do governo geral, restava apenas a fundação da cidade. Sobre esse assunto, há algumas divergências entre os historiadores locais, não só quanto ao fundador mas quanto ao ponto originário da cidade. Ao que tudo indica, Natal teria seu ponto original no local onde hoje está a Praça André de Albuquerque, Largo da Matriz, onde teriam celebrado missa e erguido uma capelinha, que através de reformas no tempo ainda permanece a velha Catedral. Essa é a visão de CASCUDO (1945), que parece bastante lógica, levando-se em conta os vestígios do tempo e as indicações dos documentos da época que apontavam um local elevado.

A outra discussão dos historiadores é sobre o fundador da Cidade do Natal, por não haver um documento explícito. Os mais tradicionais apontavam Jerônimo de Albuquerque que, nomeado por Mascarenhas Homem como capitão da Fortaleza, após ter pacificado os índios na cerimônia da Paraíba, teria voltado para reassumir seu posto que ficara com João Rodriguez Colaço.

Hoje, depois que o escritor potiguar José Moreira Castelo Branco, com base em documentação da época, concluiu com mais propriedade estar Colaço como capitão-mor em meados de 1599, é bastante provável, como afirma CASCUDO (1945), que Jerônimo de Albuquerque não teria testemunhado a fundação da cidade em dezembro.

Em documentação encontrada com relação a Capitania, "Relação das Cousas do Rio Grande, do sítio e disposição da terra" (1607), encontra-se o registro de "João Rodriguez Colaço, o primeiro capitão-mor que foi daquela Capitania" (CASCUDO, 1945). Portanto, se Jerônimo de Albuquerque não governa a Capitania em marco ou abril de 1599 e a 06 de janeiro de 1600, quinze dias após a fundação da cidade, Colaço é o capitão da Fortaleza, tudo indica ter sido ele o fundador da Cidade do Natal.

Com relação a consolidação da conquista, uma vez que já estava definida a posse da terra, era indispensável o povoamento e com isso o cultivo do solo. Nesse sentido, Colaço procurou desenvolvê-la, fazendo largas concessões de sesmarias, na tentativa de expandir e penetrar as terras da Capitania

No que se refere a Natal, pouco é o seu progresso, como poucos são os requerimentos de sesmarias no sítio da cidade nesses primeiros tempos, e assim mesmo nem todos se aproveitaram de suas concessões. A Fortaleza contava com um efetivo de 200 praças de guarnição, fora os oficiais.

3 - O INÍCIO DO PROCESSO DE COLONIZAÇÃO - 1600 A 1633

A ocupação definitiva do Rio Grande, com o estabelecimento real da Capitania foi, para VARNHAGEM (1975), o serviço mais considerável que o Governador D. Francisco de Souza prestou ao Brasil, com o auxílio de Mascarenhas Homem e Feliciano Coelho, respectivamente, Capitães-mores de Pernambuco e da Paraíba.

Efetivada a conquista, a Capitania inicia sua existência administrativamente subordinada ao Governo da Bahia, até 1701, quando desligando-se desta, passa para a dependência de Pernambuco, somente se tornando independente em, 1820. Aliás, até fins do século XVIII, Pernambuco, Paraíba, Rio Grande e Ceará, constituíam uma única capitania denominada "Capitania de Pernambuco e suas anexas".

Os primeiros trinta anos da Capitania se caracterizou pelo retardamento no seu processo de desenvolvimento, onde tanto povoamento quanto a cultura da terra aconteciam de acordo com as condições específicas locais.

As informações sobre essa fase são bastante precárias, mas atestam a lentidão com que se estabelece a concentração de colonos brancos para o incremento de uma terra fraca para roçados e canaviais, com escassez de chuvas, prestando-se mais para a criação de gado, com abundância de peixes e

çaças e que produz farinha, milho e frutas silvestres.

Registram ainda essas informações que, com a organização de núcleos, para lá iam afluindo famílias de colonos que nas imediações montavam engenhos e fazendas de criação. A maioria das famílias era indígena, sendo muito reduzido o número de europeus, que nessa fase inicial não ultrapassavam 80 pessoas, quase todas militares e suas famílias. (TAVARES DE LIRA, 1982)

Fora do núcleo se espalhavam cerca de 16 aldeias indígenas, pequenas e mal-governadas, visitadas de tempos em tempos por dois padres da Companhia de Jesus.

Para incentivar o cultivo da terra, João Rodriguez Colaço fez grandes concessões de Sesmarias até a sua substituição em 1603 no comando da Capitania. Data desse tempo, o surgimento do primeiro engenho de fabricar açúcar, nas terras doadas a Antônio e Matias de Albuquerque, filhos de Jerônimo de Albuquerque, na várzea do Rio Cunhaú, a duas léguas em Canguaretama com salinas. (TAVARES DE LIRA, 1982)

Sobre a questão da doação de sesmarias, tudo indica que inicialmente não se fazia com muito critério a sua distribuição, os Capitães-mores doavam terras a vontade, e algumas vezes em quantidade exagerada, como no caso dos filhos de Jerônimo de Albuquerque, razão porque mais adiante o governo central reduziu essas doações à metade. (ROCHA POMBO, 1922)

Depois de 1611, quando passou pela Capitania o Governador D. Diogo Meneses, foram instituídos os rudimentos da administração com a nomeação por este de um juiz, um vereador, um escrivão de Câmara, procurador do Conselho, provedor, escrivão das datas e demarcação, almoxarife e procurador dos índios.

Os registros dessa época, contidos na obra "*A Razão do Estado do Brasil*" de Diogo de Campos Moreno, fruto das informações fornecidas pelo governador D. Diogo de Meneses, indicam que a população de Natal, em 1607, atingia o número de 100

(cem) habitantes. No total da Capitania talvez umas 300 (trezentas), cuja maior concentração fixava-se em Natal. O restante espalhava-se por roças e fazendas.

A Capitania constituía uma freguesia desde a fundação de Natal, com sua igreja sob a égide de N. Sr.a. da Apresentação.

Os primeiros Capitães-mores não tinham um regimento, iam cuidando dos negócios da colônia de acordo com as necessidades e ocorrências, excetuando-se os da administração da fazenda real. Os negócios do fisco constituíam atribuições do provedor.

De 1600, data provada por documento de investidura de Rodriguez Colaço na função de capitão-mor até 1633, quando os holandeses conquistam a capitania, sucederam-se na sua administração: Jerônimo de Albuquerque, Lourenço Peixoto Cirne, Francisco Caldeira Castelo Branco, Estevão Soares de Albergaria, Ambrósio Machado de Carvalho, Bernardo da Mota, Francisco Gomes de Mello, Cypriano Porto Carneiro, André Pereira Themudo, Domingos Veiga Cabral e Pero Mendes Gouveia.

Nesse contesto, quando a Capitania conseguia assentar a sua organização administrativa, definindo os limites dos novos distritos, estabelecendo a sua estrutura sócio-econômica, a chegada dos holandeses vem desorganizar todo o esforço dos colonos empreendido até então em prol do seu desenvolvimento. Os primitivos núcleos populacionais ficam quase paralisados ou vão se desenvolvendo com muita luta e trabalho.

4 - REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

COSTA PORTO. Estudo sobre o Sistema Sesmarial. Recife: Imprensa Universitária, 1965.

CÂMARA CASCUDO, Luís da. História do Rio Grande do Norte. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1955.

DIÉGUES JR., Manuel. População e propriedade da terra no Brasil. Washington: [s.n.], 1959.

DIFFIE, Bailey W. Latin American Civilization. Harrisburg: [s.n.], 1945.

GUIFIELD, Mitchel. Estrutura de classes e poder polí-

- tico no Brasil colonial. João Pessoa: UFPB, 1983.
- MEDEIROS, Tarcísio. Aspectos geopolíticos e antropológicos da História do Rio Grande do Norte. Natal: Imprensa Universitária, 1973.
- ROCHA POMBO. História do Rio Grande do Norte. Rio de Janeiro: Anuário do Brasil, 1922.
- TAVARES DE LIRA, Augusto. História do Rio Grande do Norte. Natal: Fundação José Augusto, 1982.
- VARNHAGEM, Adolfo. História Geral do Brasil. São Paulo: Melhoramentos/MEC, 1975. v.1-3.
- VICENTE DO SALVADOR. História do Brasil. São Paulo: Melhoramentos/MEC, 1975.

A PRESENÇA MISSIONÁRIA NA CAPITANIA DO RIO GRANDE

FÁTIMA MARTINS LOPES

1 - INTRODUÇÃO

Na América Espanhola, a organização estatizada da sociedade nativa facilitou a dominação européia, pois foi necessário apenas submeter os governantes para que todo o povo também se sujeitasse. Em relação aos povos do Brasil, que tinham uma organização igualitária, essa dominação foi mais difícil, pois, segundo ROMANO (1973), com populações sem enquadramento e livres, a violência só não bastava, a guerra se tornou um massacre e os sobreviventes foram escravizados.

Ao massacre das guerras e à escravidão, do período da conquista européia no Brasil, sobreviveram alguns índios aos quais um novo modelo de comportamento deveria ser imputado a fim de que se tornassem úteis como mão-de-obra produtora de dízimos à Coroa, uma vez que Portugal vivia o nascedouro do Capitalismo sob sua forma mercantilista. Dessa forma, surgiu a necessidade de enquadrar o indígena nas relações sociais mercantilistas e a maneira pensada pelos europeus seria através da atividade missionária.

2 - MISSÕES VOLANTES

À época que os portugueses aportaram no Brasil, a questão mais discutida na Europa era sobre a humanidade dos nativos americanos. Antropofagia, poligamia, amoralidade, bestialidade, despreocupação com os bens materiais e também espirituais eram os pontos expostos para desacreditar na humanidade deles.

Entretanto, como algumas lendas tupis falavam de uma "Terra sem males", de um grande dilúvio e de um visitante civilizador chamado Sumé, que os teria ensinado a agricultura, o Papa Paulo

III, estabelecendo relações entre elas e os relatos bíblicos, acreditou que os nativos americanos faziam parte do rebanho de Deus mas que estavam afastados por não terem quem os reconduzissem à verdade. Assim, em 1537, afirmando que os índios possuíam alma imortal, o Papa proibiu, sob pena de excomunhão, a escravidão indígena no Novo Mundo. (FROHLICH, 1987)

Contudo, a questão da humanidade não tinha fundamentação filosófica ou religiosa, era, sim, econômica: a "não-humanidade" do indígena era a justificativa suficiente para o massacre genocida, para os abusos e, principalmente, para a escravidão efetuada pelos colonos na busca de mão-de-obra para o trabalho em suas terras. O que era reforçado pelo Sistema de Capitânicas Hereditárias que exigia a efetiva ocupação e produtividade da colônia, ao mesmo tempo que dava plenos poderes aos Donatários para a escravização dos índios.

A instituição do Governo Geral -1549, trouxe apenas modificação teórica na situação. Sob o novo Regimento dos Governadores, as diretrizes da ação portuguesa no Brasil foram redirecionadas, hierarquicamente: 1- ao serviço de Deus e exaltamento da fé cristã; 2- ao serviço do Rei e aproveitamento dos reinos; e 3- ao povoamento do Brasil e o aproveitamento dos naturais dele. A primeira diretriz foi delegada aos Padres da Companhia de Jesus, que deveriam, a partir daí, fazer valer as Bulas papais. Para dar cumprimento a esse regimento, veio para cá o primeiro Governador Geral -Tomé de Souza- acompanhado por oito jesuítas comandados pelo Padre Manuel da Nóbrega, Superior da Nova Missão do Brasil. (LEITE, 1945)

Os jesuítas também receberam sua próprias ordens reais: deveriam ser os catequizadores e protetores dos índios a fim de impedir a ação predadora dos colonos. Ao mesmo tempo, deveriam aliar-se aos Capitães-mor para evitar que fizessem guerras contra os índios sem sua prévia autorização e somente aceitá-la no caso dos índios a terem iniciado. (LEITE, 1954)

Percebe-se, então, que os encarregados da proteção eram os mesmos que dariam a permissão para fazer-se a "Guerra Justa" e, conseqüentemente, de se escravizar o prisioneiros. Dessa forma, mesmo com a presença jesuíta, a guerra de extermínio e apreensão dos índios continuou, veladamente.

Nesse contexto, o papel desempenhado pelos religiosos em relação aos indígenas é bastante discutível, possibilitando duas correntes radicais de pensamento quanto aos seus reais objetivos. Uma defende os jesuítas como evangelizadores com a única intenção de salvar almas; a outra vê os religiosos como um instrumento de exploração indígena que visava o engrandecimento da Ordem Jesuíta, em detrimento até da própria Coroa portuguesa.

Para os historiadores das ordens religiosas, da primeira corrente, a idéia dos missionários serem instrumentos da Coroa, dos colonos ou da própria Ordem não é aceita. Segundo eles, os missionários que vinham para o Novo Mundo tinham a idéia de serem verdadeiros salvadores das almas perdidas dos indígenas. Para Serafim LEITE (1954, p.10) "O fruto dessas missões consiste em fazê-los de bárbaros, homens; de homens, cristãos e de cristãos, perseverantes na fé." Segundo HAUBERT (1990), apesar dos jesuítas não terem certeza da humanidade dos índios, acreditavam, inequivocamente, na sua própria missão salvadora, com o que concorda o carmelita André PRATT (1941) que vai além, apontando também uma missão civilizadora para eles.

Um defensor acirrado da tese oposta foi Júlio PERNETTA (1909). Para ele, as missões só serviam para aumentar o domínio dos jesuítas na colônia, além de favorecer a dominação portuguesa através da aculturação do indígena. Ele entendia a Companhia de Jesus como uma companhia de comércio, baseada na escravidão dos índios.

Novas posições, menos radicais, apareceram ultimamente, como a de Berta RIBEIRO (1983). Para ela, os jesuítas teriam três motivações: "salvar almas", isto é, converter os índios ao catolicismo; servir à colonização - pois o catequizar

era mais dócil que o pagão e era trabalhador obediente e disciplinado, o que facilitou o povoamento e a formação da colônia; e obter o sustento da Companhia, comprovado de forma satisfatória pelo patrimônio que acumularam no Brasil.

Os três objetivos por ela apontados não são excludentes, ao contrário, à mentalidade européia recém-saída do mundo medieval e extremamente voltada à religiosidade, unia-se nesse momento a mentalidade capitalista surgente, explicando-se então a superposição de valores religiosos e econômicos.

Com esses valores em mente, os jesuítas começaram sua ação catequética pela Bahia, espalhando-se por todo o litoral habitado. Nesse primeiro momento, utilizavam as "**Missões Volantes**", isto é, os jesuítas percorriam as aldeias indígenas pregando a doutrina cristã e convertendo os índios que eram reduzidos às Aldeias de El-rei. Seu principal objetivo eram as crianças que poderiam ser mais facilmente doutrinadas. (AZEVEDO, 1959)

Na Capitania do Rio Grande, a presença dos missionários é notada desde a sua conquista pelos portugueses, que foram acompanhados pelos padres jesuítas Gaspar de Samperes e Francisco Lemos, além dos franciscanos João de São Miguel e Bernardino das Neves, que tiveram papel relevante na aproximação entre portugueses e índios. Foi a intervenção deles junto aos principais das tribos que possibilitou a paz, consolidada numa cerimônia na Capitania da Paraíba, em 11 de junho de 1599. Só então, pôde-se iniciar a catequese e conversão dos índios. Seria o primeiro período da atividade missionária na Capitania e se estenderia até o início da dominação holandesa.

Após o acordo de paz, erigiu-se a primeira cruz católica na aldeia potiguar do Camarão grande ou Potiguacu, que ficava à esquerda do Rio Potengi. A cruz seria o símbolo da paz entre os índios e portugueses e sob a sua sombra os índios sentiam-se protegidos da morte e da escravidão, podendo retornar às suas aldeias abandonadas. Assim,

os outros chefes dispuseram-se também a aceitá-la e mais oito cruzeiros foram erigidas ao Sul do Forte, cinco ao Norte, e mais algumas a uma distância de 9 a 10 léguas. (LEITE, 1945)

Estando a catequese iniciada, os padres formaram uma residência central, que abrigaria os religiosos em Missões na Capitania, em terras da Cidade do Natal, conforme o registro de doação de datas de 14 de agosto de 1600. A existência dessa casa de "cal e pedra" é mencionada no relatório de 1609 do Sargento-mor Diogo de Campos Moreno apud MEDEIROS FILHO (1991).

Em 1605, iniciam-se efetivamente as missões volantes partindo do colégio de Olinda por terra e por mar. Anualmente, vinham dois jesuítas que visitavam as aldeias dos Potiguar, catequizando, batizando, casando e, principalmente, trazendo de volta às aldeias os índios que fugiam por medo da escravidão a que estavam expostos nas proximidades do Forte dos Reis. Por outro lado, a presença jesuíta na Capitania ampliava também o povoamento colonial, visto que, além da moradia na Cidade do Natal, eles estabeleceram currais de gado e plantações nas várzeas dos rios Jundiá e Ceará-Mirim, dando segurança aos colonos em relação à movimentação indígena. (LEITE, 1945)

Essas missões volantes conseguiam catequizar e mesmo batizar os Potiguar, porém, como não eram permanentes, seus frutos nem sempre perduravam. O Sargento-mor Diogo de Campos Moreno, apud LEMOS (1912), ressalta, em seu relatório de 1612, a necessidade de sacerdotes para "conduzir e doutrinar" os indígenas das aldeias da Capitania que eram "mal governados e inquietos".

Na missão do Padre Pero de Castilho, apud LEITE (1945), no ano de 1613, foram visitadas oito "aldeotas" que restavam das sessenta e quatro existentes em 1603. Elas distribuíam-se pelo território da Capitania numa faixa litorânea com aproximadamente 150 Km de distância entre a primeira, ao Sul, e a última, ao Norte, e todas foram percorridas por ele por seis vezes num período de

sete meses. Ao final de sua missão, o padre resumiu suas atividades na Capitania, somando 416 batismos de crianças e 24 de adultos, 35 casamentos, 300 confissões e 20 comunhões, demonstrando a manutenção da preocupação com o doutrinamento infantil.

Nesse período, começam a aparecer nos relatórios dos missionários constantes conflitos com os colonos que viam com reticências a assistência e defesa dos índios. São relatados fugas e pequenos distúrbios contornados pelos padres, que, no entanto, queixavam-se das atitudes pouco apaziguadoras dos Capitães-mor e sugeriam aos seus superiores maior constância missões volantes e maior cuidado na nomeação de pessoas que tratavam com os índios. (LEMONS, 1912 e LEITE, 1945)

Em plena invasão holandesa em Pernambuco, ainda vieram para o Rio Grande seis padres jesuítas no período de 1632 a 1634. Essas foram as últimas missões volantes na capitania que teria a sua vida social, econômica e religiosa desorganizada pela invasão. As atividades missionárias só recomeçaram quase 25 anos após a reconquista portuguesa.

As missões volantes, contudo, já tinham demonstrado a sua ineficiência porque, tendo um caráter intermitente, não conseguiam impedir que os índios retornassem aos seus costumes culturais assim que se viam sozinhos. A doutrina cristã estava sendo absorvida muito superficialmente, o que, por sua vez, permite interpretar que a "vontade" de se tornarem cristãos estava muito mais ligada à necessidade da segurança que os jesuítas ofereciam do que propriamente à aceitação de uma nova religião.

De qualquer forma, os jesuítas já haviam percebido que esse tipo de trabalho não trazia os frutos esperados, assim resolveram mudar a forma de agir. O padre Serafim Leite, apud RIBEIRO (1983, p.41), assim explicou:

"A catequese seria quimera enquanto não se organizassem aldeias com regime próprio de defesa e autoridade. Dispersos, os índios não se purificavam de superstições, nem

deixariam de se guerrear e comer uns aos outros. Era preciso modificar o seu sistema social e econômico."

3 - MISSÕES DE ALDEAMENTO

A instrução do Rei João III aos Governadores Gerais do Brasil, no que diz respeito aos índios, é bem clara: aldeiá-los nas proximidades das povoações, nas chamadas Aldeias de El-Rei. Porém, esse tipo de aldeia permitia um contato muito próximo com o colono, que se interessava pelo índio apenas como mão-de-obra. Essa situação levou os jesuítas a pleitearem a Men de Sá - o novo Governador Geral, que se fizessem novos aldeamentos mais afastados dos povoados e sob a administração dos próprios jesuítas, conforme experiência desenvolvida na Região Platina. Com o aval de Men de Sá, inicia-se uma nova fase da ação catequética, a das **"Missões de Aldeamento"**. (PERNETTA, 1909)

As Missões, como passaram a ser chamados todos os aldeamentos criados e/ou organizados sob as vistas dos missionários, geralmente em locais afastados dos colonos e mais próximos do habitat natural do indígena, passam a ser o centro da ação catequética dos jesuítas e das outras Ordens também. (AZEVEDO, 1959)

Segundo o próprio Men de Sá, apud RIBEIRO (1983), as Missões deveriam ter uma organização administrativa como uma vila colonial, com um Meirinho, espécie de autoridade civil escolhida pelo missionário entre os indígenas, que se encarregava da vida na aldeia, isto é, de fazer os outros índios cumprirem as novas atividades: trabalho na roca, idas à igreja, confissões. Era ele, também, que se encarregava das punições quando havia infrações das normas. Para tanto, era erigido um Pelourinho, que também teria a função de "tronco de castigos".

Na Capitania do Rio Grande, a implantação de Missões só aconteceu no último quartel do século XVII, quase 25 anos após a expulsão cabim/UBRN

holandeses. Durante esse período, segundo LEMOS (1912), a assistência religiosa aos indígenas foi dada pelos padres seculares, e as aldeias eram administradas pelas autoridades coloniais da Capitania com um administrador próprio. Também acontecia nesse momento, o reinício do povoamento da Capitania que, indo em direção ao interior, alcançou as terras dos tapuias Tarairiu que durante o domínio holandês haviam lutado contra os portugueses. A introdução dos currais de gado nas ribeiras dos rios Acu e Apodi iria desencadear um conflito guerreiro que tornaria difícil o recomeço das atividades missionárias no Rio Grande.

Os primeiros missionários a chegarem à Capitania nessa nova fase foram novamente os jesuítas, que já haviam percorrido as aldeias dos Potiguar durante o período das missões volantes. Dessa vez, eles fixaram-se: instalaram Missões em duas aldeias de remanescentes Potiguar - Guajiru e Guaraíras. Mais tarde, como consequência da Guerra dos Bárbaros, implantaram nova Missão, resultante do aldeamento de tapuias Paiacu, na ribeira do rio Apodi.

Já em pleno século XVIII, chegaram ao Rio Grande os frades Capuchinhos, que fundaram Missões nas aldeias de Mipibu, de remanescentes Potiguar, e de Apodi, abandonada pelos jesuítas, e os frades Carmelitas Reformados, que instalaram-se na aldeia de Igramació.

3.1 - Missão de Guajiru

A existência de uma aldeia indígena às margens da Lagoa de Guajiru é relatada em 1641 por um emissário holandês que viajava pelo Rio Grande. Através dele, os índios dessa aldeia pediram permissão a Maurício de Nassau para que a capela que estavam construindo recebesse o nome que já haviam escolhido: São Miguel. No entanto, a Missão de Guajiru só foi fundada pelos jesuítas vindos do Colégio de Olinda num movimento iniciado em 1678 com a finalidade de retomarem as antigas aldeias por eles visitadas anteriormente. Já no ano seguinte, há

informações sobre desavenças entre os administradores da Capitania e os missionários que pleiteavam o poder temporal sobre os indígenas.*

O primeiro registro oficial da Companhia de Jesus sobre a Missão de São Miguel de Guajiru foi o assentamento do Superior Padre Antônio de Cardoso, datado de 1683. Cinco anos depois, já há notícias do seu envolvimento na Guerra dos Bárbaros. Segundo o relato do Padre Pero Dias, apud LEITE (1945), os religiosos protegiam os índios já cristianizados tanto da ação dos tapuias rebelados, como dos colonos que pretendiam usá-los como mão-de-obra nos currais de gado, e também, do Terço do Paulista Domingos Jorge Velho que os queria como guerreiros contra os tapuias. Essa proteção atraiu também muitos tapuias, que viam na Missão a única maneira de sobreviver à guerra.

Durante o período de guerra houve muita agitação na Capitania, porém, já no século XVIII, com a paz restaurada a Missão entrou em relativo sossego mantendo a sua finalidade de apoio defensivo à Cidade do Natal e de fornecer elementos para o trabalho agrícola. Construiu-se uma grande igreja, terminada em 1755, cuja invocação era de São Miguel. (CASCUDO, 1955)

Em 1753, teve início a campanha pombalina contra os jesuítas que culminaria com a expulsão da Ordem de Portugal e suas colônias através da Lei de 03 de novembro de 1759. Dessa forma, os jesuítas deixaram suas Missões por todo o Brasil e em 1 de maio de 1760, os missionários do Colégio de Olinda, entre eles os das Missões do Rio Grande, partiram de Pernambuco.

Por ocasião da expulsão e conseqüente elevação da Missão de Guajiru em Vila de Extremoz, conforme Alvará Régio de 3 de maio de 1760, os delegados do governo colonial fizeram um rol das propriedades e dos objetos das antigas Missões e suas igrejas. Da de Guajiru constavam onze imagens, todas

* Informação contida no Livro 2º de Registro de Cartas e Provisões do Senado da Câmara de Natal (1663-1690), fl.41v e 48v, Caixa nº65 do acervo documental do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte. Labim/UFRN

com ornamentos em ouro e prata, o que revela a prosperidade e importância da Missão. Sua população, ao tornar Vila, era de 1429 indígenas. (FERNANDES, 1936)

3.2 - Missão de Guarairas

A aldeia de Guarairas, de "caboclos" de língua geral -remanescentes Potiguar que falavam o tupi, também foi requisitada pelos jesuítas no processo de retomada das antigas aldeias visitadas no período das missões volantes. Em 1681, a Junta das Missões em Pernambuco ordenou que se transferissem para ela os índios da aldeia de Mipibu, para facilitar a administração, já que ambas eram pequenas e não perfaziam o total de cem casais exigidos para a criação de uma Missão.

A Guerra dos Bárbaros também afetou o funcionamento da Missão de Guarairas. Os índios nela aldeados muitas vezes tiveram que participar das lutas, integrando os Terços dos Paulistas contra os tapuias, sem que os missionários o pudessem evitar ou impedir uma vez que era prerrogativa do governo colonial requisitar os índios aldeados para a defesa da Capitania. A Missão também recebeu indígenas tapuias que iam sendo vencidos pelos Terços e que deveriam ser aldeados, foi assim com os índios Jundiá e com os Tarairiu da tribo do Canindé, reduzidos por Bernardo Vieira de Melo em suas incursões na região do rio Acu. A convivência entre os tapuias recém-aldeados e os remanescentes dos Tupi nem sempre era pacífica, exigindo constante atenção por parte dos jesuítas. (LEITE, 1945)

Com a expulsão dos jesuítas e a elevação da Missão em Vila de Arês, sob o Alvará de 15 de junho de 1760, também foi feito um levantamento dos bens da antiga Missão e de sua igreja de São João Batista, tendo-se relacionado três imagens com ornamentos de ouro e prata. A população era de 949 índios, dos quais 362 eram solteiros e aprendizes de profissões com os missionários. (FERNANDES, 1936)

3.3 - Missão de Apodi

Em 1696, Bernardo Vieira de Melo fundou o Arraial de Acu, ponto de defesa do sertão na Guerra dos Bárbaros. Pela mesma ocasião, o Mestre-de-Campo Moraes de Navarro pediu o acompanhamento dos jesuítas para reduzir os tapuias da região em conflito. Dessa forma, em 29 de outubro de 1699, os padres José Guinzel e Felipe Bourel já se encontravam na ribeira do rio Acu para acompanhar as reduções, e, em 10 de janeiro de 1700 fundaram a Missão de Apodi.

Logo a seguir se asseguraria a existência da Missão pois, sob pressão dos jesuítas e também dos Capitães-mor, a fim de tentar resolver a questão da posse da terra que era o motivo principal das desavenças com os índios, o governo real reforçou as prerrogativas de todos os aldeamentos indígenas administrados por missionários, através do Alvará de 23 de novembro de 1799, determinando que as Missões deveriam ter cem casais que passariam a súditos reais e garantindo a fixação da aldeia através da demarcação de uma légua quadrada (aproximadamente 36 Km²) para cada Missão. (EDELWEISS, 1952)

Após sua instalação, os missionários continuaram a atrair os tapuias Paiacu, através de entradas pelo sertão para catequizá-los. Contudo, os índios concordavam em ir para a Missão não por conversão mas por medo dos Paulistas e dos curraleiros que os queria escravizar e que, muitas vezes, provocavam conflitos entre os Jandui e os Paiacu para justificadamente intervirem e conseguirem escravizar os prisioneiros legalmente.

Apesar dos esforços, os jesuítas não obtinham muito êxito na catequese dos tapuias, principalmente pelos constantes atritos com os curraleiros. Por isso, em 1704, os padres buscaram um novo território que estivesse em paz para transferirem sua Missão, partindo em direção da Paraíba com 200 índios, permanecendo o restante no Apodi com o padre Bourel. Além do problema com os colonos donos de currais de gado, os jesuítas relataram a resistência dos tapuias que continuavam com seus costumes, andando nus e pintados, com as

bochechas, lábios e orelhas perfurados e enfeitados, apesar já terem adquirido alguns novos como dormir em cabanas, ir à igreja, confessar, assistir a missa em silêncio e obedecer.

Com a persistência da Guerra dos Bárbaros e da resistência dos índios à conversão e com a morte do Pe. Bourel, a continuidade da Missão se tornou impossível e, em 1712, a Missão Jesuíta do Apodi foi extinta, mas a aldeia indígena permaneceu protegida pelo Alvará de 1700 - o de doação da légua quadrada. (LEITE, 1945)

Além dos jesuítas outras Ordens Religiosas já estavam catequizando índios no Brasil, - entre elas a dos Capuchinhos, que com uma nova sede em Recife passaram a doutrinar índios nas Capitânicas da Paraíba e Rio Grande, nesta fundaram duas Missões: Apodi e Mipibu. O Frade Capuchinho Próspero de Milão chegou ao Apodi em 1734 para reconstruir a Missão de São João Batista onde construiu a igreja e o cemitério. Em 1752 a igreja foi ampliada e ornamentada. (RESENDE, 1931)

À época da abolição dos poderes temporais e espirituais dos missionários no Brasil, a Missão de Apodi também foi atingida, porém ela sofreu primeiro uma transferência de lugar, pois os curraleiros da região reclamavam dos constantes roubo de gado que os tapuias praticavam por não conseguirem mais caçar e pescar. Foram, então, transferidos sob ordem do Governador de Pernambuco para um lugar próprio para a agricultura e com condições de se formar uma povoação - a Serra de Sant'Ana, em 12 de junho de 1761. No mesmo ano, em 8 de dezembro, a Missão era elevada à condição de Vila de Portalegre, em conformidade com o Alvará de 7 de junho de 1759. (MOTA, 1986)

3.4 - Missão de Mipibu

Da primeira aldeia de Mipibu, localizada na área de Nísia Floresta atual, têm-se notícias desde a época dos holandeses que a chamavam MOPPOBU e do período das missões volantes jesuítas.

Em 1681, a Junta das Missões, reunida em Pernambuco, resolveu que as aldeias indígenas do Rio Grande deveriam voltar à administração jesuíta e que os índios da aldeia de Mipibu deveriam ser transferidos para a nova Missão de Guarairas que necessitava de povoamento. Apesar da transferência dos índios, a aldeia de Mipibu parece não ter desaparecido. Com efeito, em 1703, há notícias de uma demarcação de terras na Aldeia de Nossa Senhora do Ó de Mipibu, pelo Juiz Christóvão Soares de Reymão. (BARBALHO, 1961)

Mas, foi somente em 1736 que a aldeia de Mipibu tornou-se Missão no local de São José de Mipibu atual. O Frei Primério de Milão foi o responsável pela demarcação das terras e o Frei Mauro de Lessano iniciou a construção de uma igreja maior - a de Nossa Senhora de Sant'Ana dos Caboclos, terminada somente em 1746, recebendo ainda a adição de um hospício - local de moradia dos missionários. A Missão abrigava os remanescentes Potiguar e um grupo Pega transferidos de um aldeamento da Paraíba. (PRIMÉRIO, 1942)

Já à época da transformação das Missões em Vilas, chegou a Mipibu o Frei Anibal de Gênova que deixou interessante diário registrando os costumes dos índios e a vida cotidiana da Missão. Relatou a estrutura física da Missão, sua organização político-administrativa, o tratamento dos missionários aos índios infratores, o programa de trabalho e atividades religiosas cumpridas pelos aldeados, as ações coercitivas dos missionários para "converter" os indígenas e, principalmente, os mecanismos de resistência indígena às imposições culturais a que estavam submetidos. (apud PRIMÉRIO, 1942)

Enquanto o Frei Anibal ainda permanecia na Missão de Mipibu, houve a elevação da mesma à Vila de São José do Rio Grande em 22 de fevereiro de 1762. Somente seis meses depois foi que o frade deixou a Vila, sem ter, no entanto, um substituto.

3.5 - Missão de Igramació

Segundo MEDEIROS FILHO (1990), as informações mais antigas sobre a aldeia de Igramació estão no Mapa de Jacques Vaulx de Claye, de 1579, e de George Marcgrave, de 1643, onde se vê uma aldeia de índios em terras que, em 1676, seriam disputadas pelo Ex-Governador da Paraíba Mathias de Albuquerque Maranhão e pelos religiosos do Carmo da Reforma que pleiteavam as salinas do Rio Cunhaú, onde a seguir formariam um curral de gado.

Depois do Alvará de doação da légua quadrada de 1700, os indígenas foram aldeados sob a administração dos missionários do Carmo, conforme registro de Tombo do Convento do Carmo do Recife, de 1740. A Missão de Igramació, com invocação da Nossa Senhora do Carmo, instalou-se à margem direita do rio e reuniu os índios Tupi. No ano de 1743, iniciaram a construção da igreja de Nossa Senhora do Desterro, terminada em 1745. A transformação em Vila Flor deu-se com a chantadura di pelourinho em 10 de outubro de 1762.

4 - CONCLUSÃO

A conquista da Capitania do Rio Grande foi acompanhada e possibilitada pela presença religiosa, que era a intérprete dos colonizadores. Após o primeiro momento em que a espada abriu o caminho, os religiosos passaram a agir em busca do apaziguamento, oferecendo para isso a sua proteção aos indígenas

Foi também a sua presença que desestruturou a sociedade nativa . possibilitando, ao mesmo tempo, a formação da sociedade colonial, visto que os missionários implantavam um sistema econômico, político e social segundo o modelo europeu, que ia totalmente contra ao sistema de vida que os índios seguiam. As aldeias indígenas, passando ao domínio religioso, assumiam formas, horários, processos de trabalho e costumes de vida diferentes dos nativos, que, mesmo sendo totalmente assimilados e praticados

no início, foram se impondo e determinando o surgimento de uma nova sociedade. Neste contexto, aponta-se a importância da restrição espacial provocada pela demarcação da "légua quadrada" que acabou com o semi-nomadismo e, conseqüentemente, com a possibilidade de obtenção de alimentos através da caça, pesca, coleta e agricultura itinerante, obrigando os indígenas a seguirem em uma nova atividade agrícola fixa, determinada pelo missionário e não mais pela natureza.

Da mesma forma, seus costumes culturais tiveram que ser abandonados, embora com grande resistência. Os seus rituais, a antropofagia, a nudez, seus enfeites e pinturas corporais, a poligamia e liberdade sexual foram os aspectos mais combatidos. A própria vida comunitária, baseada na repartição da grande casa, foi duramente perseguida em favor da moral cristã, onde cada casal deveria ter sua própria casa.

Os missionários tinham o papel de comunicar-lhes não só a doutrina cristã mas também a forma "civilizada" de viver, cerceando sua liberdade primitiva e impondo-lhes uma religião, modo de vida, conceitos de moral e civilidade estranhos a eles. Resultou daí, não um índio convertido e civilizado, mas um índio domesticado e subjugado que aceitava aquele tipo de vida por ver nela a única proteção à morte ou à escravidão.

A função dos missionários, segundo sua concepção, era a de salvar almas mas para o projeto colonial português a sua função real era a de formar uma massa domesticada que servisse à colonização da terra. Dessa maneira, o índio poderia ser utilizado como mão-de-obra na agricultura, tanto na dos padres como na dos colonos; como guerreiro, na guerra aos outros índios pagãos, aos negros aquilombados e na defesa da Coroa; e também como elemento povoador das novas terras de Reino. Portanto, pode-se dizer que a presença missionária, sob o pretexto da propagação da fé, da proteção ao indígena e da implantação da civilidade sobre o caos, foi um agente transformador da cultura nativa, possibilitando a introdução de

novas formas de relações entre os homens coloniais e nativos, e destes com a terra e a natureza, permitindo a fixação do elemento português e introduzindo a Capitania do Rio Grande no contexto mercantilista europeu.

5 - REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AZEVEDO, Aroldo de. Aldeias e aldeamentos de índios. Separata do Boletim Paulista de Geografia. São Paulo, n.33, p.23-40, out. 1959
- BARBALHO, Gilberto G. História de São José de Mipibu. Rio de Janeiro: Gráfica Editora NAP, 1961.
- CASCUDO, Luis da Câmara. História do Rio grande do Norte. Rio de Janeiro: MEC/DIN, 1955.
- EDELWEISS, Frederico. As Missões dos Quiriris e outros tapuias ao tempo de Frei Martinho de Nantes. In: CONGRESSO DE HISTÓRIA DA BAHIA, 2, 1952 Anais..., Salvador, 1952.
- FERNANDES, Antônio P. C. Missionários Jesuítas no Brasil no tempo de Pombal. Porto Alegre: Globo, 1936
- FROLICH, Roland. História da Igreja. São Paulo: Paulinas, 1987.
- HAUBERT, Maxime. Índios e Jesuítas no tempo das Missões. São Paulo: Circulo do Livro, 1990.
- LEITE, Serafim. História da Companhia de Jesus no Brasil. Lisboa: INL/Portugália, 1945. Tomo 1 e 4. Cartas dos primeiros jesuítas no Brasil. São Paulo: Comissão do 4º Centenário de São Paulo, 1954. 3v.
- LEMONS, Vicente. Capitães-mores e governadores do Rio Grande ; 1598-1697. Rio de Janeiro: Tip. do Jornal do Comércio, 1912. v.1.
- MEDEIROS FILHO, Olavo. Os aldeamentos do Apodi, Serra de Santana e Igramació. O Poti, Natal, 05 ago. 1990. cad. 2, p.2.
- _____. Terra natalense. Natal: Fundação José Augusto, 1991.
- MOTA, Nonato. Notas sobre a ribeira do Apodi. Mossoró: [s.n.], 1986. (Coleção Mossoroense, série B, n 602).
- PERNETTA, Julio. Missões jesuítas no Brasil. Curitiba: Labim/UFRN

- ba: Tip.Livraria Econômica, 1909.
- PRATT, André. Notas históricas sobre as Missões Carmelitas no Extremo Norte do Brasil. Recife: [s.n.], 1941.
- PRIMÉRIO, Fidélis. Os Capuchinhos em Terras de Santa Cruz. São Paulo: Livraria Martins, 1942.
- REZENDE, Modesto. Os missionários capuchinhos no Brasil. São Paulo: Convento da Imaculada Conceição, 1931.
- RIBEIRO, Berta. O índio na História do Brasil. São Paulo: Global Editora, 1983.
- ROMANO, Ruggiero. Os mecanismos da conquista colonial; os conquistadores. Perspectiva, 1973.

LETRAS

STOLE: A CRÔNICA FEMININA BRASILEIRA - DE 1920 A 1965 - (Cecília Meireles, Rachel de Queiroz, Elcio Lessa, Dinah Siqueira de Queiroz e Adalgisa Nery)

MARIA DE LOURDES PATRINI LACAVE-UFERS-Dep. Letras

LETRAS

...antes disso, no período anterior de criação, provavelmente, as escritoras não estavam em contato com as propostas que esta revista se inspirava. Porém, depois disso, apresentaram as atividades que desenvolveram neste sentido, não só quanto ao que diz respeito ao texto e às estruturas tidas para o gênero feminino, mas também aos objetivos que participam deste novo projeto e alguns das intervenções já obtidas sobre as revistas e sobre os de um coletivo.

A partir de uma experiência com literatura brasileira, com a leitura crítica e, mais especificamente, com a literatura escrita por mulheres, surgiu a ideia de realizar um projeto que nos possibilitasse conhecer das suas possibilidades a participação feminina no processo de produção, bem como a utilização popular que, além de algumas outras formas de crítica, visava à sua criação.

Após um levantamento de nomes e textos por alguns escritores que tinham colaborado com as revistas, em

* Este projeto de pesquisa é de responsabilidade dos membros do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Letras da UFERS.

LETRAS

TÍTULO: A CRÔNICA FEMININA BRASILEIRA - DE 1930 a 1960 - (Cecília Meireles, Rachel de Queiroz, Elsie Lessa, Dinah Silveira de Queirós e Adalgisa Néry)

MARIA DE LOURDES PATRINI L'ABBATE-UFRN-Dep.Letras*

Antes mesmo de nos referirmos ao nosso objeto de estudo propriamente dito, é necessário esclarecer que trata-se de uma pesquisa que está apenas se iniciando. Sendo assim, neste momento, apresentaremos os motivos que determinaram nossa escolha, não só quanto ao que diz respeito ao tema e às cronistas eleitas para a nossa pesquisa; como também aos objetivos que norteiam este nosso projeto e algumas das informações já obtidas sobre as escritoras e suas obras em estudo.

A partir de nossa experiência com literatura brasileira, com o gênero crônica e, mais especificamente, com a literatura escrita por mulheres, surgiu o desejo de realizar uma pesquisa que nos permitisse conhecer com mais profundidade a participação feminina na imprensa do país, bem como a utilização peculiar que, pelo menos algumas delas, fizeram da crônica diária e/ou semanal.

Após um levantamento de nomes optamos por cinco escritoras que teriam colaborado com regularidade em

* Este projeto de pesquisa é de responsabilidade das professoras: Constância Lima Duarte e Maria de Lourdes Patrini L'Abbate.

jornais do Rio de Janeiro e de São Paulo, durante o período de 1930 a 1960. São elas: Cecília Meireles, Rachel de Queiroz, Elsie Lessa, Dinah Silveira de Queirós e Adalgisa Néry. Estas autoras parecem representar modalidades diversas da crônica, isto é, parecem se utilizar do gênero de formas diferentes, pois diferentes foram suas origens, sua formação e, conseqüentemente, sua maneira de ver o mundo.

Cecília Meireles, tendo atingido desde muito cedo uma posição singular na poesia de língua portuguesa, firmou-se também na prosa como cronista de melhor qualidade. Na imprensa do Rio de Janeiro e de São Paulo, através de um trabalho diário ou pela colaboração semanal, alcançou posição de destaque na preferência dos leitores graças ao lirismo, sutileza e ironia com que projeta sua alma no universo do cotidiano. Este trabalho, desenvolvido junto à imprensa brasileira, data desde a década de 30. Nesta época, até 1934, a cronista manteve no *Diário de Notícias*, do Rio de Janeiro, uma página diária especializada em problemas de educação; de 1953 a 1959, neste mesmo jornal, colaborou no Suplemento Literário. Durante os primeiros anos da década de quarenta, no Rio de Janeiro, publicou em *A Manhã* estudos sobre o folclore, além de colaborações em prosa no Suplemento Literário.

Colaborou ainda em *A Nação*, *Folha Carioca*, *A Noite*, em jornais dos *Diários Associados* e na revista *A Cigarra*. Entre 1963 e 1964 publicou semanalmente uma crônica, desta vez na *Folha de São Paulo*. Grande parte deste trabalho desenvolvido em jornais brasileiros estão hoje publicados em livros, entre os quais podemos citar: *Escolha seu Sonho* (1964), *Vozes da Cidade* (1965), *Inéditos* (1968) e *ilusões do Mundo* (reedição de *Inéditos*) e *O que se diz e o que se entende* (1980). Parte de suas crônicas radiofônicas estão incluídas nos livros *Quadrante I* (1962) e *Quadrante II* (1963), onde também se encontram crônicas de outros escritores.

Rachel de Queiroz com apenas 17 anos, atraída pelo jornalismo, já principiava a sua colaboração no jornal *O Ceará*, tornando-se depois redatora deste periódico. Em 1930, fazia sua estréia como romancista, publicando *O Quinze*, com inesperada repercussão em São Paulo e no Rio de Janeiro. Desde então nunca mais deixou de escrever na imprensa, colaborando com uma crônica diária ou semanal em diversos jornais e revistas, principalmente do Rio de Janeiro e de São Paulo. Entre eles estão: *Diário de Notícias*, *O Cruzeiro*, *O Jornal*, *A Última Hora*, *Diários Associados* e o Suplemento Caderno 2 do *Estado de São Paulo*.

Nestes jornais e revistas o leitor encontrava sempre a crônica de Rachel de Queiroz encobrimdo através de uma estrutura concisa "perfis de tipos esquisitos e de indivíduos singulares, vistos com sátira ou ternura igualmente contagiosas; divertidos flagrantes cariocas que a escritora adotou; exatas imagens do Ceará, sua terra natal, legítimos documentos de ecologia, de folclore, de psicologia regional; meditações sob forma de conversa leve, em que a moralista, sem ilusões e sem fé, mas conservando o amor das criaturas, lhes ensina a difícil arte de viver e a, mais difícil ainda, de morrer."¹

Parte dessa matéria esculpida a cada dia saiu do jornal e foi também para o livro: *A Donzela e a Moura Torta* (1948), *100 Crônicas Escolhidas* (1958), *O Brasileiro Perplexo* (1964), *O Caçador de Tatu* (1967) e *As Menininhas e Outras Crônicas* (1976).

Hoje, aos 82 anos, Rachel de Queiroz publica outro romance, *Memorial de Maria Moura*. Um livro de amor e desamor, um livro que trata da exasperação de todo o tipo de sentimento experimentado pelo homem e pela mu-

1 RÖNAI, Paulo. Rachel de Queiroz ou a Complexa Naturalidade. In: QUEIROZ, Rachel. *100 Crônicas Escolhidas. O Caçador de Tatu*: artigos de Paulo Rónai e Herman Lima. Rio de Janeiro, José Olympio, 1989. p.VII.

lher: protesto, denúncia, indignação, raiva, orgulho, soberba e alucinação. Com este romance, segundo a própria escritora, ela encerra a sua carreira de romancista.

Apesar de serem autoras tão conhecidas, falta ainda ser resgatada, em sua totalidade, a substancial contribuição que Cecília Meireles e Rachel de Queiroz deram ao jornalismo literário em nosso país. E constatamos que mesmo as crônicas já recolhidas em livros ressentem de um estudo crítico mais acurado que redimensione com clareza a importância ou a originalidade dos textos aí reunidos.

Os motivos do descaso com relação a parcela tão significativa de suas obras deve-se, talvez, em parte, à extensão dessa contribuição ou, então, à pouca valorização que costuma ser atribuída a esse gênero, tão freqüentemente relacionado com o circunstancial e questões de menor fôlego.

As demais autoras - Elsie Lessa, Dinah Silveira de Queirós e Adalgisa Néry - apesar de escritoras conhecidas e do valor atribuído ao seu trabalho desde as primeiras colaborações na imprensa, também não tiveram suas crônicas - em sua totalidade - recolhidas das páginas dos jornais. Merecem, a nosso ver, serem resgatadas e avaliadas com critério.

Adalgisa Néry, durante muitos anos, colaborou no *Jornal A última Hora*, do Rio de Janeiro. Em 1963, publicou parte de suas crônicas em livro sob o título *Retrato sem Retoque*, aliás o mesmo título de sua coluna.

Dinah Silveira de Queirós, além de colaborar no *Jornal do Comércio*, do Rio de Janeiro, suas crônicas foram veiculadas pela *Rádio Ministério da Educação e Cultura* e pela *Rádio Nacional*.

Com esta pesquisa estamos nos propondo a levantar todos os textos por elas produzidos e que foram publicados em jornais sob a forma de crônica, bem como aque-

les veiculados através das rádios *Ministério da Educação e Cultura, Nacional e Roquete Pinto* durante os anos de 1930, 1940, 1950 e 1960. Também, entrevistar escritoras, seus familiares e amigos à procura de material inédito e de novas informações acerca da vida intelectual de cada uma. Propomo-nos ainda a estudá-los em profundidade; a rediscutir a questão controvertida acerca dos limites e das peculiaridades que envolvem o gênero "crônica"; e a avaliar a inserção destas autoras num terreno que, até então, era dominado praticamente por escritores do sexo masculino.

A partir da análise dos textos, investigaremos as diversas modalidades de crônicas produzidas pelas autoras em estudo, o que nos possibilitará detectar as principais linhas temáticas existentes nos textos de cada cronista, relacionar todos os títulos de crônicas encontrados, visando à organização de uma bibliografia mais completa de cada escritora. Em última instância, propomo-nos a redigir um ensaio contendo reflexões críticas acerca do trabalho das cronistas e da relação entre mulher e imprensa, a partir mesmo do espaço que lhes era reservado nas páginas do jornal.

No momento, como já foi dito, a pesquisa apenas se inicia. Estamos localizando os textos já publicados, fazendo as primeiras entrevistas e as primeiras leituras do material encontrado.

Acreditamos que este trabalho contribuirá para um maior conhecimento da crônica feminina brasileira e que, também, facilitará os pesquisadores interessados em conhecer esta outra vertente das escritoras e a própria crônica enquanto "gênero".

los vertidos através das rádios Ministério da Educação e Cultura Nacional e Ministério Público durante os anos de 1930, 1940, 1950 e 1960. Também, entrevistas escritas, sems limitações e mais a pontos de vista. Este estudo é de novas pesquisas acerca de vida intelectual do país em. Porém nos anos a seguir, em profundidade a radiocli e questões correntes acerca das letras e das possibilidades de envolver o leitor. Também, a análise e interpretação de outros textos que, até então, era bastante praticamente por questões de sexo masculino.

A partir da análise dos textos, investigamos as diversas modalidades de técnicas produzidas pelas autoras em estado, o que nos possibilita detectar as principais técnicas utilizadas existentes nos textos de cada cronista, relacionar todos os tipos de técnicas encontradas, visando a organização de uma bibliografia mais completa de cada cronista. Em última instância, propomos-nos a realizar um estudo contendo reflexões críticas acerca do trabalho das cronistas e de relação entre a mulher e a imprensa, a partir de um estudo que lhes era produzido nos períodos de tempo.

No momento como já foi dito, a pesquisa aponta-se para a análise localizada os textos de publicações, visando as primeiras entrevistas e as primeiras entrevistas em geral.

As atividades que este trabalho contém são de um caráter essencialmente de caráter técnico, prática e que, embora, limitada as possibilidades de pesquisas, em um momento esta pesquisa pretende ser escrita e a primeira etapa de pesquisa.

Este trabalho é de caráter essencialmente técnico, visando a análise localizada os textos de publicações, visando as primeiras entrevistas e as primeiras entrevistas em geral.

A NEGAÇÃO EM PORTUGUÊS: A CONSTITUIÇÃO DO CORPUS DE LÍNGUA FALADA

HAROLDO JOSÉ DE BRITO SILVA - ALUNO/UFRN/LETRAS

MARIA ANGÉLICA F. DA CUNHA - ORIENT./UFRN/LETRAS

1 - INTRODUÇÃO

Coletar, descrever, analisar um conjunto de dados bem delimitados, um corpus, foi durante muito tempo a tarefa primordial da lingüística. Refutado, aparentemente, pela lingüística neo-cartesiana de Chomsky, o corpus volta a ter seu status científico renovado com o interesse dos lingüistas pelos aspectos da língua em seu uso: a fala (*parole*) ou a "performance" é o campo fecundo e inexplorado das ciências da linguagem. O que antes servia para abstrair os diversos níveis do sistema lingüístico, passa a ter o papel de objeto efetivo e já realizado. Interessam as formas possíveis de ocorrência e suas relações com os diversos aspectos funcionais, sociais e ideológicos.

A pesquisa em desenvolvimento utilizará um corpus composto de dois materiais: uma parte coletada de registros de língua escrita, representando um tipo estilístico reconhecidamente formalizado, e outra parte coletada de informantes, cuja constituição será uma amostra adequada de um estilo menos formal, que deva se aproximar o máximo possível das condições reais do uso cotidiano, ou seja, a fala propriamente.

Para alcançar esse objetivo alguns problemas devem ser solucionados. Pode-se conseguir facilmente material gravado suficiente para muitos trabalhos, entretanto, o que se propõe é

que se consiga material realmente próximo de uma fala descuidada, problema já enfrentado por sociolinguistas, entre outros estudiosos da fala. Um outro problema é relativo a quantidade de dados: qual o número representativo para o estudo? E como conseguir, em casos como este, essa ocorrência representativa?

2 - A COLETA DO CORPUS DE FALA

2.1 - Revisão da metodologia

Na lingüística tradicional trabalhava-se com informante seguindo passos bem traçados que iam da coleta inicial de palavras isoladas (Elson, Pickett, 1978) a textos narrativos cada vez mais extensos e complexos. Esse procedimento é similar ao trabalho etnográfico que tinha início com uma listagem dos objetos representativos da cultura material de um povo, um inventário (Mauss, 1971), e em etapas sucessivas procurava obter exemplos de interrelacionamento desses dados para chegar a uma compreensão do todo cultural, que para a lingüística seria a língua. Lingüística e etnografia valiam-se, assim, não só de procedimentos similares, mas também de objetos similares. Ambas orientavam seus estudos para os povos, e suas línguas, culturalmente minoritários do planeta. O informante era a peça que permitia o acesso a todo o rico material cobiçado por essas ciências. Foi inclusive com um antropólogo que teve início esse tipo de trabalho na lingüística. Franz Boas e seus alunos encaravam a língua como principal reflexo dos complexos sistemas culturais dos povos indígenas americanos.

Trabalhar com um informante implica uma relação interpessoal com diversos tipos de envolvimento pesquisador-informante. No caso do trabalho com línguas ágrafas, o agravante passa a ser o contato transcultural. Antes da atenção dada a esses povos, a lingüística trabalhou e elaborou todo seu saber tendo por objeto línguas de tradição escrita, cujo material que servia de base era predominantemente escrito, dispensando assim o papel do informante. Outras vezes o próprio cientista poderia servir como fonte dos dados, pois um estudioso da língua é potencialmente um usuário de uma língua. É a partir de um outro relacionamento interdisciplinar que se retoma o informante como fonte primeira dos dados. A sociolingüística tem por método de constituição de seu objeto a coleta de material em condições de uso. Foi um sociolingüista que atentou para os problemas que esse tipo de trabalho pode oferecer. Para Labov, toda a pesquisa sociolingüística depende da solução de certos problemas metodológicos para seu sucesso.

O procedimento de coleta em sociolingüística chega às vezes a complicadas estratégias, verdadeiros malabarismos, por parte do pesquisador. O informante é visto não como simples fonte de dados, mas, na medida em que são considerados os aspectos sociais, é visto como parte dos dados obtidos. De acordo com o intento da pesquisa, o método de coleta pode variar, porém tradicionalmente se resume a resposta de questionários ou ao registro de todo e qualquer uso que possa ser induzido pelo pesquisador durante a entrevista.

Para os lingüistas preocupados com questões funcionais, existe uma proposta de metodologia de coleta (Projeto Integrado de Pesquisa, 1992) bastante elaborada que procura evitar parte dos problemas da entrevista sociolingüística. O que se pretende é um método que possibilite a obtenção de dados

"mais reais e concretos", em que o informante tenha ciência do que falar e do destino que será dado ao material. Trata-se de uma aproximação com a abordagem etnográfica, não com os propósitos e passos daquela, mas enquanto procedimento.

É esse método que vem sendo experimentado na pesquisa em andamento - "A Negação em Português". Apesar de altamente estruturado, ainda assim, quando das primeiras gravações, não foi possível evitar os problemas já enfrentados pelos sociolinguistas. A presença do pesquisador, e ainda mais, do gravador, é responsável pela criação de situações relativamente artificiais,, o que se não invalida de todo os dados, atenua sua relevância.

2.2 - Problemas metodológicos

2.2.1 - O "Paradoxo do Observador"

Numa situação de comunicação cotidiana o mínimo de atenção é dado ao que se fala. Com os amigos, ou em família, o falante utiliza um tipo de estilo descontraído, em que determinados fenômenos lingüísticos só aí podem ser constatados. A medida que cresce o grau de formalidade, a tendência do falante é prestar maior atenção ao que se diz, evitando certas formas e procurando autocorrigir-se.

Numa situação de entrevista, mesmo instado a não formalizar seu discurso, o informante, sabendo que o material que produzirá será analisado de alguma forma, passa a atuar como em uma situação formal, atento ao que fala e chegando a casos de hipercorreção.

Labov (1972) considera um dos problemas cruciais para o sucesso de uma pesquisa que pretenda analisar amostras de fala cotidiana, a solução do que ele chamou de "paradoxo do observador": como conseguir do informante material de fala descuidada (casual speech) que ocorre em situações em que o falante não é sistematicamente observado, se a coleta se dá por uma observação sistemática?

A tendência de produzir uma fala descuidada foi observada por Labov em momentos diversos de entrevistas, quando o informante se dirigia a outros no recinto, ou ainda sempre que uma situação o envolvia emocionalmente.

Como notou o sociolinguísta americano, o paradoxo do observador não é um problema insolúvel. Um dos caminhos possíveis talvez seja a solução inicial do envolvimento pesquisador-informante, procurando-se criar uma situação descontraída de comunicação real, o que não é tão simples. Se a descontração atenua o nível de formalidade entre os envolvidos, a presença do gravador elimina a própria figura do pesquisador. O informante passa a se comunicar não com um indivíduo presente, mas com um outro, mecânico e que poderá reproduzir seu discurso infinitas vezes e para diversas outras pessoas. O paradoxo do observador, centrado na figura do pesquisador, é então transferido para um possível observador, consciente ou inconscientemente pressentido.

2.2.2 - Representatividade dos dados

Um dos pontos da metodologia empregada até o momento enfatiza a questão de priorização do fenômeno em estudo, no caso da presente pesquisa, a negativa dentro do sintag-

ma verbal. Isso levanta uma outra questão: sabe-se que o fenômeno em foco é, probabilisticamente, de baixa ocorrência. Na parte do corpus de língua escrita não houve problema em coletar uma quantidade significativa de casos, mas no corpus da fala, qual quantidade deve ser registrada? Quantas horas de gravação de cada informante são suficientes para o registro de número representativo de negativas? Ou ainda, descartando a pré-determinação do tempo de gravação por informante, quantos informantes devem ser utilizados em quantas horas de gravação ao todo? Ao pré-determinar um número de horas de gravação, seja por informantes ou totalizada, corre-se o risco de não conseguir um número representativo do fenômeno em foco. Por outro lado, determinar um número de casos poderá implicar uma tarefa hercúlea para os pesquisadores que ficarão assim à mercê das ocorrências.

2.3 - Procedimentos alternativos

Em pesquisas anteriores (Maria Angélica F. da Cunha, comunicação pessoal) foi utilizado um procedimento já apontado por Labov (1972) como bastante eficaz na solução do "paradoxo do observador": pergunta-se ao informante se este já esteve em perigo de vida. Esse questionamento tende a envolvê-lo emocionalmente criando, assim, uma possibilidade de emergir a fala descuidada. Solucionados em parte os problemas, restaria apresentar ou elaborar um tipo de entrevista que, envolvendo emocionalmente o informante, induzisse este à produção do fenômeno em foco.

Um outro procedimento seria o de criar situações comunicativas envolvendo pesquisador-informante sem que o úl-

timo venha a identificar o pesquisador como tal. O gravador seria operado secretamente e, em que pesem questões éticas, estaria criada uma situação de conversação normal em que seria tentada a indução ao relato de experiências pessoais. Registrado o acontecimento, o informante seria esclarecido do ocorrido e dele dependeria o consentimento ou não no uso do material. Nessa situação estariam anulados os papéis de informante e pesquisador (observador) até o momento do esclarecimento. É certo que um outro problema adviria: o da possibilidade de constrangimento do informante por medo de comprometimento.

3 - CONCLUSÃO

Qualquer solução que possa ser apresentada a um ou outro problema não eliminará completamente o aparecimento de novos problemas. Aperfeiçoar um método é tarefa a ser realizada por contínuos experimentos. A té mesmo um acidente no percurso pode ser um passo no caminho da solução. O objetivo é tentar tornar o método mais adequado para os desígnios das pesquisas atuais. Não se trata de adaptar velhos paradigmas a novas funções mas procurar descobrir métodos mais eficazes e práticos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

01. ELSON, Benjamin; PICKETT, Velma. **Introdução à morfologia e à sintaxe**. 2.ed. Petrópolis, Vozes, 1978.
02. LABOV, William. **Sociolinguistic patterns**. Philadelphia, University of Pennsylvania Press, 1972.
03. MAUSS, Marcel. **Introducción a la etnografía**. Madrid, Istmo, 1971.
04. PROJETO Integrado de Pesquisa. **Características do uso da fala e da escrita: instruções quanto à metodologia da coleta**. Rio, UFRJ, 1992 (mimeo).

A NOÇÃO DE SUJEITO: UMA REVISÃO CRÍTICA

MARCOS ANTÔNIO COSTA - ALUNO/UFRN/LETRAS

MARIA ANGÉLICA F. DA CUNHA - ORIENT./UFRN/LETRAS

1 - INTRODUÇÃO

São muitas as questões levantadas pelos estudiosos da língua a respeito da noção de SUJEITO. Carone (1988), entre outros, depois de afirmar que o conceito tradicional de sujeito é mais lógico do que sintático, aponta algumas contradições facilmente encontradas no tratamento que a gramática oficial dá ao sujeito. Por exemplo, diz-se que são termos essenciais da oração o sujeito e o predicado. No entanto, a autora nos lembra que é na própria NGB e nas gramáticas que a seguem que iremos encontrar "a espécie oração sem sujeito". Esse fato leva Carone a concluir, de maneira irônica e inteligente, que a referida "espécie" só pode ser tomada como uma "oração não-oração", já que "a construção foi mutilada na sua essência" (p.73). Além disso, o sujeito, quando substantivo ou pronome, é dito termo essencial da oração. Como então compreender a "queda de status" sofrida quando ele assume forma oracional e passa a ser classificado como oração subordinada substantiva subjetiva, uma oração "tão subordinada ao verbo quanto a objetiva direta ou indireta" (p.73), como nos faz ver ainda Carone?

Note-se, ainda, que a gramática tradicional, ao classificar o sujeito como o tema sobre o qual se diz algo e a predicado como o comentário que se faz sobre esse tema, conclui ser o

substantivo o centro da estrutura oracional, opondo-se, por exemplo, às reflexões dos lingüistas Tesnière (1969) e Hjelmslev (1971), que buscam comprovar ser o verbo o centro gramatical da oração.

Pretendemos, neste trabalho, a partir da análise das definições encontradas nas gramáticas, orientar a reformulação da noção de sujeito. Nosso objetivo é, primeiramente, mostrar que essas definições são formuladas levando-se em consideração apenas um ou outro aspecto do sujeito. o que contribui, sobremaneira, para uma série de dificuldades quando precisamos identificar o sujeito de uma oração.

Com base nas formulações de Keenan (1976), que, pretendendo "alcançar uma definição universal de sujeito", aponta que suas características básicas são sintáticas, pragmáticas e semânticas, tentaremos propor uma alternativa de análise que leve em consideração os seguintes traços: HUMANO e AGENTE (traços semânticos), CONCORDÂNCIA e POSIÇÃO (traços sintáticos e TÓPICO (traço pragmático).

Investigamos 101 sujeitos extraídos de 4 depoimentos, gravados em situação de entrevista, de 2 falantes de graus de escolaridade distintos: 1 semi-alfabetizado e outro de nível universitário. Constatamos uma gradação na presença dos referidos traços de um sujeito para outro. Assim, há sujeitos que podemos classificar como típicos (ou prototípicos) - os que exibem o maior número de traços, enquanto outros são menos típicos. Essa constatação implica que, embora independentes, os traços examinados funcionam juntos e articulados, o que significa que nenhum deles sozinho é suficiente para determinar o sujeito de uma oração, a despeito do procedimento que costuma ser adotado pelos gramáticos. Diante da possibilidade de algum traço ter maior importância do que outro, dada à sua freqüên-

cia, procuramos estabelecer um peso comparativo para cada um dos traços. Nossa intenção é orientar a formulação de uma definição de sujeito mais maleável, e portanto menos categórica, facilitando sua compreensão e aplicação para os estudantes de língua portuguesa.

2 - A DEFINIÇÃO DE SUJEITO DAS GRAMÁTICAS

Reproduzimos, abaixo, as definições de sujeito encontradas em algumas gramáticas. Analisaremos, em seguida, alguns aspectos dessas definições.

- 01) "O sujeito - 'ser de quem se diz alguma coisa' (O homem chegou. O Povo elegeu-o deputado. Pedro e Paulo são irmãos.) - tem por núcleo um substantivo (nome ou pronome) ou palavra substantivada, ou é uma oração (subordinada substantiva subjetiva)". (Luft, 1989, p.129)
- 02) "O SUJEITO é o ser sobre o qual se faz uma declaração". (Cunha; Cintra, 1985, p.119)
- 03) "Sujeito é o ser do qual se diz alguma coisa (...) é constituído por um substantivo ou pronome, ou por uma palavra ou expressão substantivada". (Cegalla, 1990, p.273)
- 04) "Sujeito: o ser de quem se diz algo (...) é expresso por substantivo, ou equivalente de substantivo". (Lima, 1988, p.205).
- 05) "Sujeito é o ser ao qual se atribui a idéia contida no predicado. Para se encontrar o sujeito de uma oração,

basta fazer a pergunta O QUÊ? antes do verbo. (...) Predicado é tudo aquilo que se atribui ao sujeito. Encontrado o sujeito, encontra-se automaticamente o predicado". (Sacconi, 1990, p.284 e 293)

- 06) Sujeito é "o ser (de quem ou de que se diz algo)" (André, 1978, p.245)
- 07) "Sujeito é o termo que exprime o ser de quem se diz alguma coisa". (Kury, 1987, p.21)
- 08) "Sujeito é o termo da oração que denota a pessoa ou coisa de que afirmamos ou negamos uma ação, estado ou qualidade". (Bechara, 1980, p.199)
- 09) "Sujeito é o termo que denota o ser a respeito de quem ou de que se faz uma declaração." (Faraco, Moura, 1990, p.313)
- 10) "Nas orações em que está presente, o sujeito é o termo que concorda com o verbo". (Nicola; Infante, 1991, p.246)
- 11) Para identificar o SUJEITO, você faz a pergunta: QUEM É QUE / QUE É QUE + VERBO?". (Oliveira, s.d., p.22)

A partir das definições, já podemos levantar alguns questionamentos sobre a abrangência desses conceitos. Primeiramente, note-se que elas não foram dispostas numa ordem aleatória. É possível, levando em consideração certas particularidades, dividi-las em alguns blocos. Com esse procedimento, as seis primeiras definições, refletem uma confusão entre entidade do mundo real e entidade do mundo lingüístico. Afirmando que o sujeito "é o ser", elas transportam o objeto físico/concreto (o referente - entidade do mundo real) para o plano abstrato das definições. Dessa forma, são as pessoas e as coisas que desem-

penham o papel sintático de sujeito e não as palavras (entidades do mundo lingüístico).

E que papel desempenha "o ser" SUJEITO na visão daqueles estudiosos da língua? Resumidamente, um ser sobre o qual se faz uma declaração. Diante do exemplo "Esse rapaz é atencioso", identificamos, facilmente, Esse rapaz, como sujeito. Entretanto, tanto em língua escrita como na oralidade, não raras vezes, encontramos orações do tipo "Essa espécie de comida eu não gosto", em que o termo sobre o qual se faz uma declaração, sem dúvida alguma "Esse tipo de comida", não representa o sujeito da oração, que é o pronome "eu", mas sim o objeto.

Chamou-nos a atenção, particularmente, o caráter circular da definição de Sacconi. Para ele, "encontrando o sujeito, encontra-se automaticamente o predicado" (p.293) Mas, para o mesmo autor, chega-se ao sujeito descobrindo "o ser a qual se atribui a idéia contida no predicado" (p.284). É evidente o aspecto tautológico da definição. Essa circularidade em nada contribui para dissipar as dúvidas do estudante quando recorre à gramática.

Nas três definições seguintes, o sujeito deixa de ser "o ser" para tornar-se "o termo" que denota o ser, (uma pessoa ou coisa). Surge, então, outra dúvida: o que significa "termo"? Em "Convém que tenhamos cautela com as definições gramaticais", o sujeito é constituído por uma oração inteira ("que tenhamos cautela com as definições gramaticais"). Já que a definição de "termo" não é dada, ficamos sem saber se podemos considerar uma oração como um "termo". Fato semelhante ocorre quando diante de "Encontraram os verdadeiros responsáveis", de sujeito indeterminado, em que não é possível precisar o termo sobre o qual se faz a declaração.

Nicola E Infante conceituam o sujeito como o termo que concorda com o verbo. A concordância não representa um traço espontâneo, pois é adquirido no processo de escolarização. Além disso, como bem observa Pontes (1984), "a concordância parece[-me] mais um traço secundário uma vez que é preciso antes saber o que é sujeito, para depois fazer o verbo concordar com ele. Ela é uma consequência".

Por fim, a definição (?) de Nelson Custódio, muito próxima de uma fórmula matemática. Aplicando-a em "Mataram o ladrão", temos o ladrão como resposta, que é o objeto e não o sujeito da oração.

3 - CARACTERIZAÇÃO DO SUJEITO COMO UM CONJUNTO DE TRAÇOS

Nossa proposta, neste trabalho, não é chegar a uma definição fechada de sujeito; pretendemos, sim, caracterizá-lo através de suas propriedades específicas. Essas propriedades de análise. Interessa-nos, com esse procedimento, abranger o maior número possível de ocorrências de sujeito, examinando-o sob o ângulo da pragmática, da semântica e da sintaxe.

Nas definições analisadas, o sujeito é caracterizado por dois traços distintos: o de TÓPICO - compreendido como o item sobre o qual se apresenta um comentário, ou o de CONCORDÂNCIA - relação morfossintática entre sujeito e verbo. Vimos que nenhum deles é suficiente para identificar o sujeito das orações. O traço TÓPICO é de natureza pragmática. É o elemento que o falante seleciona como ponto de partida da declaração que vai fazer. Assim sendo, o tópico de uma oração não coincide, obrigatoriamente, com o sujeito dessa mesma oração. No

exemplo "Linguística, eu pretendo ainda estudar por muitos anos", "Linguística" desempenha o papel de tópico, enquanto o pronome "eu" representa o sujeito. Já CONCORDÂNCIA, de caráter (morfo)sintático, nem sempre se aplica nas orações, pois é um traço aprendido na escola.

Em sua gramática, Nicola e Infante observam que "muita gente diz ser o sujeito 'aquele que pratica a ação expressa pelo verbo'" (p.247). Ora, nem sempre o sujeito expressa o agente. Em "As praças foram invadidas pelos caras-pintadas", o sujeito "as praças" é diferente do agente da oração - os "caras-pintadas". Entretanto, Pontes (1984) afirma que os falantes identificavam, mais facilmente, aqueles sujeitos que são semanticamente agentes. Esse fato nos levou a considerar o traço semântico AGENTE.

Em decorrência do traço AGENTE, temos HUMANO. Percebe-se, sem dificuldades, que o agente típico é sempre dotado de intencionalidade. Ou seja, ele é humano ou, ao menos, animado.

Tipologicamente, o português é classificado como uma língua de ordenação SVO (sujeito-verbo-objeto). Na grande maioria das orações, a posição típica (não-marcada) do sujeito é imediatamente anterior ao verbo. Com base nessa distribuição, incorporamos o traço POSIÇÃO em nossa análise.

Trabalhando a noção de sujeito como um conjunto de traços, vamos investigar, nas 101 orações que compõem nosso corpus, a realização desses traços caracterizadores. Vale ressaltar que eles estão, explícita ou implicitamente, envolvidos na noção de sujeito. A presença de cada um mede a sua importância relativa na identificação do sujeito, de tal modo que é possível estabelecer uma hierarquia para esses traços.

4 - REALIZAÇÃO DOS TRAÇOS CARACTERIZADORES DO SUJEITO

Os quadros abaixo apresentam os resultados encontrados na análise dos sujeitos do nosso corpus. O primeiro quadro representa as ocorrências do falante semi-alfabetizado (num total de 77 sujeitos), enquanto o segundo diz respeito ao falante universitário (com 24 sujeitos). No terceiro, encontra-se o total dos traços analisados para os 101 sujeitos.

QUADRO 1: Os traços do sujeito no texto de um falante semi-alfabetizado.

TRAÇOS	Nº	%
TRAÇO TÓPICO	71	92
TRAÇO CONCORDÂNCIA	74	96
TRAÇO AGENTE	57	74
TRAÇO HUMANO	69	90
TRAÇO POSIÇÃO	46	60

QUADRO 2: Os traços do sujeito no texto de um falante universitário.

TRAÇOS	Nº	%
TRAÇO TÓPICO	24	100
TRAÇO CONCORDÂNCIA	24	100
TRAÇO AGENTE	07	29
TRAÇO HUMANO	22	92
TRAÇO POSIÇÃO	11	46

QUADRO 3: Total dos traços do sujeito.

TRAÇOS	Nº	%
TRAÇO TÓPICO	95	94
TRAÇO CONCORDÂNCIA	98	97
TRAÇO AGENTE	64	83
TRAÇO HUMANO	91	90
TRAÇO POSIÇÃO	57	56

O exame dos resultados não nos permite afirmações categóricas dado o pequeno número de ocorrências de sujeito. Note-se que o corpus do falante semi-alfabetizado contém um pouco mais do triplo de sujeito do que o do falante universitário. Dada a influência da escola no falante universitário, esse corpus foi utilizado como uma medida de comparação para o texto pretensiosamente mais espontâneo no falante semi-alfabetizado. Contudo, os resultados para cada um deles são equivalentes.

O traço CONCORDÂNCIA atingiu os maiores índices. Esse resultado não chega a surpreender. O quadro 2 representa a fala de alguém com grau de escolaridade superior, o que torna o discurso mais patrulhado e portanto, mais previsível a concordância. O quadro 1, que aparentemente contradiz nossa expectativa, se explica pelo fato de que o falante quase não utiliza sujeitos plurais (apenas 4 ocorrências em 77, das quais em 2 não há concordância), diminuindo assim, a probabilidade de ausência de concordância.

Os resultados para o traço TÓPICO indicam que os falantes codificam o sujeito, preferencialmente, como aquele sobre o qual se declara alguma coisa. Note-se que essa é a definição de sujeito dada pela maioria dos gramáticos.

O 3º traço mais frequente é HUMANO, o que corrobora nossa observação de que o sujeito típico é, de preferência, dotado de intencionalidade.

Apesar de estritamente relacionados, os traços AGENTE e HUMANO divergem quando se comparam os quadros. A discrepância na realização desses traços pode ser justificada com base no fato de que dentre os sujeitos humanos, só serão agentes aqueles relacionados a verbos de ação-processo. Os demais ocorrem na voz passiva, em sentenças com verbos de ligação, etc, bastante freqüentes no corpus do universitário, que tem apenas 29% de sujeitos agentes mais 92% de humanos.

O traço POSIÇÃO apresenta índice mediano de freqüência, o que nos causou certa surpresa visto que o português é uma língua SVO. Contudo, observamos que a maioria das sentenças analisadas tem sujeito 0. Como posição é um traço de natureza sintática, se o sujeito não é explicitado por material morfossintático, o traço não se aplica.

De acordo com os resultados de nossa análise, dos 101 sujeitos investigados apenas 40 se classificariam como típicos ou prototípicos, pois apresentam todos os traços propostos. Como exemplo, podemos citar: Fraís chegou na casa dele, ele dormia em casa todo dia. A oração seguinte ilustra um caso de sujeito não típico: Aí na hora que ele bateu no peixe, aí abriu a boca do peixe, em que o único traço é a concordância.

A ampliação do nosso corpus permitiria conclusões mais categóricas. Contudo, as observações levantadas apontam para a necessidade de uma reformulação nas definições de sujeito comumente encontradas nas gramáticas. Levando em consideração apenas um ou outro aspecto, essas definições perdem de vista a possibilidade de abordar o sujeito como uma noção gradual, baseada em muitos fatores.

A hierarquia obtida a partir dos resultados de nossa análise indica uma maior frequência para o traço sintático CONCORDÂNCIA, seguido pelo traço pragmático TÓPICO, 97% e 94%, respectivamente. São aspectos mais usualmente abordados pelos estudiosos na formulação das definições de sujeito. O traço semântico AGENTE (83%) e o sintático POSIÇÃO foram os menos frequentes, ficando o traço semântico HUMANO em posição intermediária, com 90% de ocorrência. Contudo, a importância, devido à frequência, de um ou outro aspecto é relativa uma vez que decorrente de uma determinada amostra. Quando priorizamos um nível de análise, estamos limitando a possibilidade de realização diversificada da língua e, conseqüentemente, dificultando a tarefa daqueles que a estudam.

Parece-nos que os traços com os quais trabalhamos cobrem as diversas ocorrências do sujeito permitindo que o aluno disponha de mais um critério e de mais de um nível de análise para identificá-lo. Desse modo, uma definição que se proponha a ser o mais abrangente possível não pode deixar de articular os níveis sintático, pragmático e semântico envolvidos na noção de sujeito.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

01. ANDRÉ, Hidelbrando Afonso de. Gramática ilustrada. 3.ed. São Paulo, Ed. Moderna, 1978.
02. BECHARA, Evanildo. Moderna gramática portuguesa: cursos de 1º e 2º graus. 25 ed. São Paulo, Cia. Editora Nacional, 1980.
03. CARONE, Flávia de Barros. Morfossintaxe. 2.ed. São Paulo, Ática, 1988.
04. CEGALLA, Domingos Paschoal. Novíssima gramática da língua portuguesa. 33.ed. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1990.
05. CUNHA, Celso; CINTRA, Luis F. Lindley. Nova gramática do português contemporâneo. 2.ed. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1985.
06. FARACO, Carlos Emílio; MOURA, Francisco Marto de. Gramática. 6.ed. São Paulo, Ática, 1990.
07. HJELMSLEV, Louis. Éssais linguistiques. Paris, Minuit, 1971.
08. KEENAN, Edward L. "Towards a universal definition of subject". In: Li, C. ed. Subject and topic. New York: Academic Press, 1976.
09. KURY, Adriano da Gama. Português básico. 15.ed. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1990.

10. LIMA, Carlos Henrique da Rocha. Gramática normativa da língua portuguesa. 29.ed. Rio de Janeiro, Jos'Olympio, 1988.
11. LUFT, Celso Pedro. Gramática resumida: explicação da nomenclatura gramatical brasileira. 10.ed. São Paulo, Globo, 1989.
12. NICOLA, José de; INFANTE, Ulisses. Gramática contemporânea da língua portuguesa. 7.ed. São Paulo, Scipione, 1991.
13. OLIVEIRA, Nélson Custório de. Português ao alcance de todos. 34.ed. Rio de Janeiro, Record, sd.
14. PONTES, Eunice Souza Lima. Sobre o conceito de sujeito. Tese apresentada à Faculdade de Letras da UFMG, Belo Horizonte, 1984.
15. SACCONI, Luiz Antonio. Nova gramática: teoria. 12.ed. São Paulo, Atual, 1990.
16. TESNIERE, Lucien. Éléments de syntaxe structurale. Paris, Klincksieck, 1969.

10. LIMA, Carlos Henrique de. *Notas Gramaticas nominativas da lingua portuguesa*. 2ª ed. Rio de Janeiro, Jos Olympio, 1988.

11. LUFT, Celso Pedro. *Gramatica reunida: explicaçao da nomenclatura gramatical brasileira*. 10 ed. São Paulo, Globo, 1989.

12. NICOLA, José de. *PARTE GERAL Gramatica: compoentes da lingua portuguesa*. 7 ed. São Paulo, Scipione, 1991.

13. OLIVEIRA, Nelson. *Curso de Portugues ao alcance de todos*. 3ª ed. Rio de Janeiro, Record, s.d.

14. PORTES, Emílio. *Soma Lira: sobre o conceito de sêxilo*. Tese apresentada à Faculdade de Letras da UFMG. Belo Horizonte, 1984.

15. SACCOMI, Luiz Antonio. *Novos grammas*. 1ª ed. São Paulo, Araripe, 1987.

16. TESNIERE, Lucien. *Elements de syntaxe structurale*. Paris, Klincksieck, 1969.

17. ...

18. ...

19. ...

20. ...

FERNANDO PESSOA EM INGLÊS

ILANE FERREIRA CAVALCANTE-UFRN/Dep. de Letras

REGINA LÚCIA DE MEDEIROS-UFRN/Dep. de Letras

BEATRIZ PICCOLI DE SOUSA-UFRN/Dep. de Letras

1 - FERNANDO PESSOA - O HOMEM/ A OBRA

"I know not what the future will bring". Esta foi a última frase de Fernando Pessoa pouco antes de falecer. Nela a incerteza, tônica em sua vida, vem expressa de forma contundente. A língua inglesa esteve presente na vida de Pessoa desde muito cedo, quando, ainda criança, morando em Durban - África - começa a freqüentar o convento de West Street e, mais tarde, a Durban High School, onde amplia seus horizontes através da forte influência do "Headmaster" W. H. Nicholas, um profundo conhecedor da literatura inglesa. Nesta escola Pessoa cria os heterônimos ingleses Alexander Search, Robert Anon e H.M.F. Lecher, já começando sua produção literária nesta língua. São escritos em língua inglesa a maioria dos trabalhos que Pessoa publicou em vida.

A literatura inglesa exerceu forte influência sobre Pessoa. Shakespeare, Milton, Pope, Byron, Carly e Tennyson, foram alguns de seus autores prediletos. Os sonetos de Shakespeare serviram-lhe de modelo para os "35 sonnets" onde quis trabalhar os jogos verbais do grande dramaturgo inglês. Embora sem repercussão em Portugal, estes sonetos foram comentados na seção de crítica literária de dois jornais ingleses, "The Times" e "Glasgow Herald". O perfeito manejo de um inglês quase "isabelino", livresco portanto, e a beleza da composição formal, são mencionados.

Walt Whitman, Mallarmé e Marinetti, embora não ingleses, tiveram influência direta e fundamental na obra pessoana. Este chegou a dedicar-lhes alguns de seus poemas em língua portuguesa, é o caso de "Saudação a Walt Whitman" e "Marinetti, Acadêmico".

Pessoa sempre procurou publicar e divulgar seus trabalhos em língua inglesa através da colaboração a diversos jornais e revistas literárias da época. Em termos práticos, a língua inglesa traria *"uma certa ressonância européia para*

a sua obra, o que a pouca expansão do português não podia oferecer" (GALHOZ, 1985, p.810).

As duas editoras que Pessoa possuiu serviram quase que exclusivamente para publicar seus trabalhos em língua inglesa. A primeira - Empresa Tipográfica Íbis Editora - teve morte rápida. A segunda - Olisipo Editora - publicou duas "plaquettes" - "English Poems I and II" e English Poems III".

A consciência que tinha da importância de sua obra, fazia com que Pessoa acreditasse que um emprego em tempo integral poderia interferir em sua produção literária, isto levou-o a tentar as mais diversas profissões, de editor a astrólogo.

Pessoa trabalhou também como correspondente estrangeiro de alguns escritórios comerciais ingleses e como tradutor inglês/português e vice-versa.

"O Corvo", "Annabel Lee", "Ulalume" de Edgar Alan Poe e "Catarina to Camões" de Elizabeth Barret Browning são algumas de suas traduções para o português.

No prefácio à sua tradução para o inglês das "Canções" de Antonio Botto, Pessoa comenta:

" My translation Has been made in the most possible conformity, both expressionally and rhythmical, with the original text. This does not mean that the translation is, expressionally and rhythmically, a line-by-line one, though in many cases indeed it is " (GALHOZ, 1985, p.813).

A conformidade ao ritmo e a necessidade de transmitir integralmente a emoção especial de cada poema que traduzia, faz com que, em Portugal, as traduções de Pessoa sejam consideradas puras recriações poéticas. Isto pode ser observado nos versos seguintes de "Catarina to Camões":

<i>"Come, O Lover,"</i>	<i>Aproxima-te a morte, mas tu não.</i>
<i>Close and Cover</i>	<i>Amor, vem</i>
<i>These poor eyes, you called, I ween</i>	<i>Fechar bem</i>
<i>Sweets eyes, were ever seen."</i>	<i>Estes olhos de que dissesstes ao vê-los</i>
	<i>O lindo ser de vossos olhos belos".</i>

O refrão que a autora do original inglês destacou não é o mesmo que Pessoa utilizou em sua tradução.

Em abril de 1915 nasce "Orpheu", uma revista literária que, apesar de ter apenas dois números publicados, causou furor na provinciana Lisboa, trazendo um grande número de inimigos ao grupo que a formava, entre eles Fernando Pessoa e seu grande amigo (responsável maior pelos recursos financeiros da revista) Mário de Sá Carneiro.

Em carta ao amigo Cortes Rodrigues datada de 2 de setembro de 1916, Pessoa escreve:

"Vai sair Orfeu 3. É aí que, no fim do número, publico dois poemas ingleses meus, muito indecentes e, portanto, impublisháveis em Inglaterra".

Neste número 3, que não saiu do prelo, Pessoa pretendia publicar "Epi-thalamium" e "Antinous", este último já publicado antes na "plaquette" "English Poems".

"Meantime" foi publicado na revista inglesa "The Athanaeum" em 1920 e o poema "Spell" na "Contemporânea" em 1922, revistas literárias em que Pessoa costumava colaborar.

Apesar de tantas publicações Pessoa não era muito conhecido em Portugal, o que acentuou a injustiça cometida no concurso do prêmio Antero de Quental, que lhe deu o 2º lugar com o livro "Mensagens" deixando o 1º ao hoje desconhecido monge Vasco Reis. Este livro é uma revisão poética da história de Portugal e de seus mitos e foi o único livro em língua portuguesa publicado em vida por Pessoa. Pouco tempo depois ele viria a falecer.

"Sê Plural como o universo". Esta talvez fosse a idéia mais importante na vida de Pessoa, a idéia da pluralidade está presente em toda a sua obra e pode ser uma das razões até para o fato de ter escrito em língua inglesa. Mas a marca fundamental dessa pluralidade é o fenômeno do heteronismo. Ninguém melhor que o próprio criador para falar de sua criação:

"Tive sempre, desde criança, a necessidade de aumentar o mundo com personalidades fictícias, sonhos meus rigorosamente construídos, visionados com clareza fotográfica, compreendidos por dentro de suas almas. (...) Hoje já não tenho personalidade: quanto em mim haja de humano, eu o dividi entre os autores vários de cuja obra tenho sido o executor. Sou hoje o ponto de reunião de uma pequena humanidade só minha" (BERARDINELLI, 1986, p.92).

Aos 6 anos cria o Chevalier de Pas, seu 1º heterônimo. Outros aparecem no decorrer de sua vida e alguns se tornam muito importantes dentro de sua

obra, é o caso de Ricardo Reis, Álvaro de Campos e Alberto Caeiro, este último mestre dos dois anteriores e do próprio criador. Pessoa fala de alguns de seus heterônimos no texto "Apresentação dos Heterônimos", que deveria ser um prefácio para a edição projetada de suas obras completas:

"Primeiro este volume "Livro do Desassossego", escrito por quem diz de si próprio chamar-se Vicente Guedes; depois "O Guardador de Rebanhos" e outros poemas e fragmentos do (também e do mesmo modo, falecido) Alberto Caeiro (...). Este Alberto Caeiro teve dois discípulos e um continuador filosófico. Os dois discípulos, Ricardo Reis e Álvaro de Campos, seguiram caminhos diferentes (...). O continuador filosófico, António Mora (os nomes são tão inevitáveis, tão impostos de fora como as personalidades), tem um ou dois livros a escrever" (BERARDINELLI, 1986, p.82-83).

Observa-se todo um mundo à parte, um mundo imaginário criado por Pessoa, não em termos espaciais, mas em termos de ligações, laços de amizades que uniam os seus heterônimos entre si. Pessoa construía para cada um deles, uma vida, com família, amigos, profissão e filosofia de vida. Ricardo Reis, por exemplo, era médico e residiu algum tempo no Brasil. No mesmo texto citado acima, Pessoa dá uma justificativa que demonstra bem a sua idéia de mundo no que se refere à real existência de seus heterônimos:

"Se me disserem que é um absurdo falar assim de quem nunca existiu, respondo que também não tenho provas de que Lisboa tenha alguma vez existido, ou eu que escrevo, ou qualquer coisa quer que seja" (Idem).

Neste pequeno texto Pessoa questiona a própria realidade, a essência do que é ou não real e coloca num mesmo nível a imaginação criadora (que cria seus heterônimos) e a realidade que o cerca. Será que, a partir do momento em que algo é criado, este algo não se torna tão real como os objetos palpáveis que a maioria das pessoas tem à frente em seu dia a dia? Permanece a interrogação, mas o fato é que, hoje em dia, os heterônimos de Fernando Pessoa são partes da literatura como autores individuais, embora mantendo laços indissolúveis, é claro, com seu criador.

O caráter de pluralidade da obra de Pessoa se reflete também em sua participação ativa em diversos momentos da vida literária portuguesa. Ainda jovem Pessoa posicionava-se como um clássico, colaborando na revista da Renascença Portuguesa - "A Águia". À medida em que amadurecia suas idéias, ele foi passando por diversos movimentos literários, como o Paulismo, o Interseccionismo, o Sensacionismo e o Futurismo.

Alguns destes movimentos nasceram do próprio Pessoa, como o Sensacionismo (desenvolvido essencialmente pelo heterônimo Ricardo Reis) e o Paulismo, cujo nome advém da primeira palavra do poema "Impressões de Crepúsculo" - PAUIS - que significa pântano. Estes dois movimentos estão bastante ligados ao Simplismo francês. "la décadence", no que recorrem à paisagens obscuras e a sensações e impressões de momentos da realidade.

O Simbolismo procurou quebrar todos os laços ainda existentes com a escola romântica que o antecederá, um desses laços é a descrição romântica da mulher. O realismo havia dado à mulher, logo após o romantismo, um caráter mais real, retirando-a do pedestal romântico. Os simbolistas exacerbaram a dualidade da mulher real e optaram até pelo seu lado mais sombrio, levando um pouco para o misticismo.

É interessante observar como toda a atmosfera simbolista se identifica com o lado místico de Pessoa, que estudou bastante Teosofia e Esoterismo e costumava fazer mapas astrais para os seus heterônimos.

MOISÉS (1975, p.260) quando define os autores simbolistas, demonstra de maneira primordial este aspecto:

"(...) seus estados de alma, porque caóticos e vagos, se aparentam de verdadeiros estados místicos, como se de repente o poeta entrasse em transe e fosse descortinando um mundo de verdades puras e eternas: os simbolistas cultivam o Vago, o Oculto, o Mistério, a Ilusão, a Solidão numa "torre de marfim", que lhes permitia sondar o mais além das aparências da realidade tangível".

A análise que se segue procura demonstrar e esclarecer algumas das influências dos movimentos e suas características e traços marcantes na obra em língua inglesa de Fernando Pessoa.

2 - POEMA MEANTIME

*Far away, far away,
Far away from here...*

*There is no wony after joy
Or away from fear
Far away from here.*

*Her lips were not very red,
Nor her hair quite gold.*

*Her hands played with rings,
She did not let me hold.
Her hands playing with gold.*

*She is somewhere past,
Far away from pain.*

*You can touch her not, nor hope
Enter her domain,
Neither love in vain.*

*Perhaps at someday beyond
Shadows and light*

*She will think of me and make
For me a delight*

Far away from sight.

3 - ANÁLISE

"Meantime" significa um determinado espaço de tempo. Unido à expressão "far away", reiterada em todo o texto, têm-se os dois temas centrais: tempo e espaço, que dão o colorido e o estilo característicos à formação de uma atmosfera simbolista, podendo-se observar a construção de uma realidade à parte, um mundo imaginário surgido das recordações, sensações e impressões do eu-poético.

O poema possui ritmo forte e constante, apresentando uma linha melódica sistemática, quase musical, principalmente graças às rimas finais esquematizadas em ABCBB em todas as estrofes, com os dois últimos versos de cada estrofe alinhados paralelamente de forma a lembrar um refrão, como se observa no exemplo abaixo:

<i>Far away, far away</i>	(A)
<i>Far away from here</i>	(B)
<i>There is no worry after joy</i>	(C)
<i>Far away from fear</i>	(B)
<i>Far away from here</i>	(B)

Esta linha melódica favorece a criação da atmosfera que compõe o poema, além de propiciar o surgimento dos "flash backs" através da retomada constante do ritmo.

Em toda a primeira estrofe repete-se quatro vezes a expressão "far away", três na mesma posição, o que vem a reforçar a idéia já sugerida anteriormente, de distância entre o eu-poético e o tema. As aliterações de F, W e R servem ao mesmo propósito, a distância, o que exemplifica a idéia do mundo imaginário (simbólico) comentado acima, ecoando por todo o texto a expressão "far away". Esta aliteração terá, em cada estrofe, seu esquema específico.

A idéia de tempo vem no paralelo antitético passado/presente, o que também ajuda na construção da atmosfera de recordação, de lembranças e facilita a utilização de "flash backs" rápidos. "Her lips were no very red/nor her hair quite gold". Este paralelo constante aumenta de forma crescente a tensão do poema que irá culminar na estrofe 3 e se diluirá na última estrofe através da esperança de realização do eu-poético em um outro tempo e outra realidade "Perhaps at some day beyond/Shadows and light/she will think of me and make/For me a delight". Nesta estrofe o verbo no futuro (will think) e a expressão "some day" são utilizadas para reforçar a idéia do mundo imaginário e a esperança no futuro.

Outro elemento importante apresentado na estrofe 2 é a mulher, aliás, o elemento fundamental do poema, elo de ligação entre passado, presente e futuro. A mulher é descrita no texto através da ausência de atrativos, a ausência do padrão de beleza a que se costuma recorrer. Esta descrição feminina, de veia realista (o simbolismo português se irmanava, até certo ponto ao Realismo) é utilizada aqui através de um recurso puramente visual, que dá o tom necessário à imagem de "flash back" - o "close up". Observe-se a estrofe:

*"Her lips were not very red
Nor her hair quite gold.
Her hands played with rings
She did not let me hold.
Her hands playing with gold".*

Focaliza-se em "close up", detalhes bastante significativos do corpo feminino: lábios, cabelos e mãos, que embora não sejam tão belos, tem todo um enfoque sensual em relação às cores com que são descritos - vermelho e dourado. Esta sensualidade será abordada de forma mais detalhada após a análise de outros aspectos importantes desta estrofe.

Os últimos três versos desta estrofe: Her hands played with rings/she did not let me hold/ Her hands playing with gold", podem ser divididos em dois

planos essenciais ao entendimento do poema: o plano real e o simbólico. No plano real têm-se uma figura de mulher que brinca com anéis em suas mãos, talvez fugindo às mãos do eu-poético "she did not let me hold" talvez chamando sua atenção, atraindo-o, conquistando-o, o que denuncia um interessante jogo de sedução, confirmando a sensualidade presente nos primeiros versos. No plano simbólico, que vai completar a interpretação do anterior, os anéis (que manipula) podem significar o próprio sentimento do poeta, o que configuraria uma mulher envolvente, mas que não se deixa envolver, que conquista sem se deixar conquistar, que manipula os sentimentos do homem que a ama.

Esta interpretação, assim como os dois planos nela apresentados, podem ser confirmados na estrofe através da passagem que o poeta utiliza do plural, material e específico **rings** (anéis), que são do plano real, para o singular, abstrato e amplo **gold**, que, no plano simbólico pode ter vários significados, totalizando a figura feminina repleta de dualidade e que será definitivamente revelada na estrofe 3:

*She is somewhere past,
Far away from min,
You can touch her not, nor hope
Enter her domain
Neither love in vain.*

Nesta estrofe o eu-poético tenta, em vão, negar a dor ainda presente da desilusão sofrida no passado através dos versos "she is somewhere past/far away from pain". Mas a desilusão e a dor são reiteradas na última estrofe através da esperança do poeta em ver seu sonho de ser amado realizado algum dia: "Perhaps at some day beyond/shadows and light/she will think of me and make/for me a delight". Esta última estrofe encerra a esperança do eu-poético e o faz de modo mais leve, atenuando a tensão constante do resto do poema.

É reiterado também aqui, a existência de uma outra realidade, a do imaginário do poeta, ou do futuro, uma realidade "beyond shadows and lights".

As aliteraões e repetições constantes de palavras como "worry, past, pain, shadows" trazem toda uma atmosfera nebulosa e indefinida ao poema, uma atmosfera de sonho e recordação. O sentimento de tristeza que impera nestas lembranças só é amenizado em breves momentos de claridade e esperança pontuados em alguns pontos do poema através das palavras "gold, light, delight e sight".

O eu-poético sentindo-se inseguro nesta realidade, constrói uma dimensão paralela, imaginária e simbólica, esperando que, através desta nova realidade, ele possa satisfazer seus desejos. Esta insegurança pode ser observada

através das antíteses presentes e constantes no poema, recorrendo sempre à impressões visuais e sensações táteis ou emocionais: "worry/joy, pain/hope, shadows/lights".

O amor irrealizado deste poema não pode ser caracterizado como um sentimento platônico, como o preconizavam os românticos. Muito pelo contrário é bem real, sensual até. O eu-poético deseja a todo momento tocar a sua amada "she did not let me hold" "you can touch her not", ele a quer. O enfoque das mãos, lábios e cabelos da mulher é bem significativo, tem uma sensualidade bem forte, traz um desejo que, se realizado, poderia ser comparado à Elegia XIX de John Donne - "Indo para o Leito", que pessoa certamente conhecia:

*"Deixa que a minha mão adentre
Atrás, na frente, em cima, em baixo entre
Minha América: Minha terra à vista,
Reino de paz, se um homem só a conquista
Minha mina preciosa, meu império,
Feliz de quem penetra o teu mistério".*

(CAMPOS, 1978, p.145)

Finalmente, sugere-se a leitura destes poemas de Fernando Pessoa não só aos amantes do poeta e da literatura em geral, mas àqueles que se interessam em aprender um pouco mais a própria língua inglesa, que podem encontrar aqui, uma variedade de nuances na utilização da língua em forma literária, com versos bem construídos e linguagem rica de significados. Não existissem estes motivos, o simples fato de conhecer um trabalho em língua inglesa de um poeta de primeira grandeza da língua portuguesa já configuraria, por si só, um motivo mais que suficiente, até mesmo como curiosidade lingüística e literária.

4 - REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BERARDINELLI, Cleonice. Fernando Pessoa - Obras em Prosa. Lisboa, Nova Aguilar, 1986.
- CAMPOS, Augusto de. Verso, Reverso e Controverso. São Paulo, Perspectiva, 1978.
- GALHOZ, Maria Aliete. Fernando Pessoa - Obra Poética. Lisboa, Nova Aguilar, 1985.
- LANCASTRE, Maria José de. Fernando Pessoa uma Fotobiografia. Lisboa, Imprensa Nacional, Casa da Moeda e Centro de Estudos Pessoaanos, 1984.
- MOISÉS, Massaud. A Literatura Portuguesa. São Paulo, Cultrix, 1975.
- ICOLA, José de. & INFANTE, Ulisses. Como Ler Fernando Pessoa. São Paulo, Scipione, 1988.

O PROVÉRBIO COMO FRUTO DE TRABALHO

MARIA DE LOURDES OLIVEIRA - UFRN/DLET

1 - INTRODUÇÃO

É fácil perceber que normalmente se emprega o termo provérbio de maneira imprecisa, chegando-se a designar com ele um apotegma ou um aforismo.

A dificuldade em precisar cada uma das inúmeras realidades que se abrigam sob esse 'rótulo' faz com que até mesmo os que se dedicam a seu estudo se isentem de assinalar-lhe as marcas específicas. Recorre-se, não raro, a expedientes tais como o do uso de alguns 'sinônimos' que, encadeados, funcionam como proteção contra questionamentos acerca de sua definição. Em dicionários de grande reputação, encontra-se, às vezes, provérbio como: 'sentença moral; adágio, ditado; rifão' (SILVA, 1949, v.8, p.813), enquanto que ditado é 'provérbio, adágio, anexim' (id., v.4., p.117). Ou seja, define-se um termo por outro.

Boa parte da literatura sobre provérbio afirma explicitamente que sua definição é impossível. Observa-se que muitas obras sobre o assunto, quando não trazem um subtítulo com as diversas denominações dos dizeres coletivos, contêm, na introdução, a advertência de que ali estão arrolados provérbios, adágios, ditados, aforismos, apotegmas, etc., etc. A opinião do grande folclorista Amadeu Amaral é que "é impossível traçar linhas divisórias exatas entre uns e outros" (1976, p.218).

Tendo em vista que o juízo desse autor não constitui atitude isolada, procurou-se examinar os comportamentos mais frequentes dos especialistas frente à questão de definir seu objeto de

estudo. Tem-se, inicialmente, como hipótese, que o provérbio quase nunca é abordado enquanto realidade lingüística, e quando o é as concepções de língua e de linguagem que dão suporte à análise são datadas: de momentos da evolução dos estudos lingüísticos em que se considerava a língua apenas como "sistema estável de formas" -- sem lugar para o trabalho que os sujeitos falantes realizam sobre essas formas. Pensa-se que, com uma visão menos positivista de língua, é possível uma abordagem mais satisfatória de realidades lingüísticas como o provérbio. Neste trabalho, aceita-se que:

"... a língua não é um objeto que se justifique a não ser como resultado de um trabalho coletivo, histórico e cultural que faz emergir um conjunto de recursos expressivos próprios de cada língua natural, organizados segundo critérios de uso." (COUDRY, 1988, p.56)

Ou, na formulação de Bakhtin (1988, p.126):

"A língua constitui um processo de evolução ininterrupto que se realiza através da interação social dos locutores."

A seguir se destacam as principais posições dos especialistas em provérbios e se procura ver que contribuição a etimologia pode trazer para a elucidação da realidade proverbial.

2 - EM BUSCA DA DEFINIÇÃO DE PROVÉRBIO

2.1 - Posições dos especialistas

Primeiramente, há estudiosos que abrem mão da tarefa de definir **provérbio** porque a consideram árdua e/ou infrutífera. O nome mais ilustre a assumir essa postura talvez tenha sido o de Archer Taylor que, embora tenha publicado a famosa obra **The proverb**, afirmou:

"The definition of a proverb is too difficult to repay the undertaking; and should we fortunately combine in a single definition all the essential elements and given them each the proper emphasis, we should not even then have a touchstone. An incommunicable quality tells us that this sentence is proverbial and that one is not." (Taylor, 1913, p.3, apud Briggs, 1985, p.793.)

Taylor, à semelhança de tantos outros, talvez esperasse encontrar, entre 'todos os elementos essenciais', o elemento definidor de provérbio. Contudo, o inventário dos traços formais sempre se revelou insuficiente para a comprovação da proverbialidade. Ao defender que 'uma incomunicável qualidade' estabelecia a diferença entre a sentença proverbial e as demais, esse autor incentiva à pesquisa de seus traços não-formais. Chamar a estes de qualidades incomunicáveis é revelar uma concepção da manifestação linguística como simples articulação de um sistema de signos, abstraída a sua história -- feita pelos sujeitos falantes.

A idéia de que o provérbio não pode ser diferenciado de outras unidades complexas de significação (como o aforismo, o apotegma, a máxima) é referendada pela Enciclopedia Universal Ilustrada Europeo-Americana (1922). Afirma-se nela que "nenhum autor antigo nem moderno conseguiu expor clara e terminantemente as diferenças entre umas e outras" (cf.v.2, p.155-6).

Em vernáculo, temos o Pe. Antônio Delicado justificando o fato: "como os nascimentos dos Provérbios sejam muitos, não pode uma definição compreender a todos" (apud Viana, 1924, p.44). Segundo essa visada, algumas fórmulas ou sentenças já nasceriam proverbiais.

Há os que insistem em localizar, na for

ma e/ou no conteúdo, o que faz a singularidade do provérbio. Milner (1969) se inclui nessa categoria: ele acredita que sua pesquisa chegou a bom termo quando concluiu que "o traço distintivo de uma locução proverbial consiste em que ela possui uma armadura (armature) simétrica de fundo e de forma" (cf.p.54). Seu 'valor' e seu 'favor' decorrem da medida em que a simetria da forma reproduz a simetria do fundo. Suas conclusões são, no entanto, muito questionadas, já que não se explica o liame entre julgamento de valor e análise de estruturas, entre aliteração e popularidade, etc. (ver, a propósito, Meschonnic, 1976, p.420).

Uma última categoria de pesquisadores é a daqueles que se contentam com uma definição tautológica. A respeito deles, afirma Briggs (1985) que "analisam um corpus dado de provérbios a partir dos traços comuns e apresentam o resumo como uma definição do provérbio" (p.794). Significa dizer que o mesmo a priori e os mesmos fundamentos intuitivos guiam a identificação do corpus inicial para a pesquisa e suas conclusões.

Não se pretende minimizar a importância das pesquisas sobre os traços formais do provérbio mas se nega que tenham valor enquanto elementos de finidores. De uma parte, porque há numerosos provérbios que apresentam poucos traços que os possam caracterizar como tais. De outro lado, como salienta Meschonnic (1976), o critério de brevidade é muito vago, o paralelismo não é específico do provérbio, e várias outras marcas que ele apresenta são resultado da interferência de cada cultura em particular. Assim é que o germânico prima pela aliteração, enquanto que nos latinos da Idade Média o hexâmetro é uma constante; já nos provérbios bíblicos localizam-se facilmente o paralelismo e o contraste.

Reconhece-se que há certos aspectos que concorrem de maneira decisiva para a proverbialidade

de de uma realidade lingüística. Significa dizer que aqui se toma **provérbio** como algo em que um aforismo, um apotegma, uma sentença, etc. se transforma, através da sua história, construída pelos sujeitos falantes, nas suas atividades lingüísticas habituais.

Amaral (1976) diz que algumas expressões, apesar de coletivas e tradicionais, se desviam do provérbio por algumas características 'de fundo e de forma'. Contudo, ressalta a impossibilidade de 'estabelecer separações nítidas' entre ele, o adágio e o anexam. Pareceu pertinente acrescentar a essa tríade uma outra: refrão, ditado e dito, na hipótese de que o elo que une a todos é que foram alvo de uma mesma atividade epilingüística (termo cunhado por Culioli para designar a atividade metalingüística inconsciente. Ver Culioli e Desclès, 1982, p.100-101). Vale destacar que num dicionário atual (FERREIRA, 1986) a definição de **provérbio** toma todos esses termos como sinônimos.

A etimologia e a conceituação desses termos deve contribuir para que se firme uma posição a respeito do que se defende neste trabalho.

2.2 - Contribuição da etimologia e da conceituação

Provérbio, segundo alguns, vem do lat. **pro** e **verbum**; segundo outros, de **probatum verbum** ('palavra provada'). A forma latina **proverbium** deu origem tanto à forma portuguesa quanto à inglesa, francesa, italiana e espanhola (cf. COROMINAS, 1976, v.4, p.707).

Pineaux (1960, p.5) diz que **proverbe** surgiu pela primeira vez nos textos franceses no séc. XI, mas que seu emprego só se difundiu na segunda metade do séc. XIII. Preferia-se **respit** ou **resprít**. Em português, o termo surgiu no séc. XI. Os conceitos de provérbio são mais ou menos idênticos nos idiomas mencionados atrás. Por exemplo:

"Vérité d'expérience, ou conseil de sages se pratique et populaire commun à tout un groupe social, exprimé en une forme elliptique généralement imagée et figuré." (ROBERT, 1989, p.1557)

"il proverbio è propriamente una locuzione popolare che formula un pensiero o un avvertimento come risultato dell'esperienza" (ENCICLOPEDIA ITALIANA, 1949, v.28, p.405).

Na Espanha, o termo não é muito empregado: a preferência recai sobre **refrán**. Todavia, pelo séc. XV,

"el vulgo aplicó á los citados dichos el nombre de proverbios por ser llamados de este modo las sentencias en forma de máximas ó reglas de conducta" (ENCICLOPEDIA UNIVERSAL ILUSTRADA, 1922, v,50, p.69).

Remontando ao hebraico, temos a forma **māšāl**, que "significa basicamente 'uma comparação'" e cujo plural (**mislê**) deu origem ao título do livro bíblico **PROVÉRBIOS** (cf. Kidner, 1986, p.56).

Do gr. **paroimía**, através do lat. tardio **paroemia** (séc. XVII), derivou **parêmia** que, segundo Magne (1950, v. 1, p.424), por ser "sentença sob a forma de alegoria ou metáfora, é, por isso mesmo, sinónimo de **provérbio**". Silva (1949, v.7, p. 823) também a conceitua como "curta alegoria ou provérbio".

Para Batalha (1924), os **respit**, que eram correntes na França, tinham entre nós o nome de anexins, havendo recebido depois a denominação de adágios. Isso não seria relevante se o autor não separasse radicalmente os provérbios dos adágios: aqueles teriam origem filosófica, religiosa, literária, erudita, enfim; estes nasceriam do povo e seriam difundidos oralmente. A seguir-se seu racio-

cínio, o que em dado momento era idêntico (**respit** e **anexim**) se torna diverso (**proverbe** e **adágio**).

Adágio, do lat. **adagium**, 'provérbio': todos indicam que dessa forma latina provém o termo, mas existem duas explicações sobre sua etimologia. **Adagium** resultaria de **ad-agere**, 'para agir', ou viria de **ad-agium**, sendo **ag-yo** uma forma antiga do verbo latino **aio**, 'afirmar, dizer sim'. Tem-se como defensores das duas versões, no primeiro caso, Littré (1889, v.1,p.50), e no segundo, Magne (1952, v.1,p.186).

Em quase todas as definições de **adágio**, figura **provérbio** como um de seus sinônimos. Câmara Cascudo (1979) toma-os como uma mesma realidade e afirma que o povo brasileiro não distingue o **adágio** do **anexim** ou de outros dizeres, chegando a ignorar a nomenclatura erudita, como **aforismo**, **apoteagma**, **brocardo**, etc. (cf.p.12).

Costa (1933, p.162), para quem "**adágio** abrange: **anexim**, **ditado**, **dito**, **prolóquio**, **rifão** e **provérbio**", faz a ressalva de que este último é o único que pode ter autor conhecido, como ocorre — segundo sua percepção — com os "**Provérbios de Salomão**". Vários autores partilham da concepção de que **provérbio** ou **adágio** têm origem anônima, enquanto outros citam os autores dos **adágios**.

Por fim, alguns, como Bailly (1968) no verbete **provérbio**, aludem ao 'sentido próprio' que as palavras ganham no **adágio** e ao fato de que ele depende da "consagração do tempo para se propagar, se popularizar e adquirir a força de uma verdade demonstrada".

Como se observa, os conceitos de **adágio** e de **provérbio** são semelhantes, inclusive porque ambos são tomados como espécies de **arquilexemas**, englobando inúmeras formas sob seus nomes.

Anexim, do ár. **an-nasid**, 'estrofes recitadas', é dito **sentencioso** que se caracteriza por

seu cunho nitidamente popular (?). 'Popular' tem em tão o significado de 'vulgar', 'chulo', como se vê rifica em Silva (1949, v.1.p.857) e Magne (1950, v.1, p.424). Numa atitude oposta, Machado (1956, v.1, p.201) e Corominas (1976, v.1., p.211) não lhe atribuem em senão aspectos positivos: **anexim** 'elevação da voz, canto; poema que se recita nas assembléias; trecho de declamação, hino'.

Refrão ou **rifão**, do prov. ant. **refranh**, 'canto de pássaro', figura como sinônimo de 'dito popular', principalmente em verso. A maioria dos dicionários cita-o apenas como equivalente de **pro** **vêrbio** (cf., por ex.: FERREIRA, 1986; MOISÉS, 1978; CUNHA, 1982).

Há quem aponte uma ou outra particularidade que singularizaria o refrão — mas é comum que ela já figure na definição de outra forma breve. Por exemplo:

"El refrán es, pues, un dicho breve, sentencioso, anónimo, popular y conocido o admitido comúnmente" (ENC.UNIV.ILUST, 1922, v. 50, p.69).

Ditado, do lat. **dictatum**, é usado por vários autores tão-somente como sinônimo de **provêrbio**. Alguns deixam entrever que o **provêrbio** tem algo que o torna mais elevado; outros, como Kidner (1986), ignoram esse detalhe. (Este autor trata os **provérbios** de Salomão como 'ditados'.)

Segundo o **Dictionnaire de synonymes** de Bailly (1968), **dicton**:

"désigne une sentence qui a passé en proverbe, et qui, généralement, se rattache exclusivement à certains localités, alors que le **proverbe** est particulier à toute une nation".

Uma última distinção entre o provérbio e ditado residiria na presença/ausência de metáfora: o provérbio seria metafórico; o ditado, não. Mas, segundo F. Rodegem, "um Ditado pode tornar-se Provérbio: ele é então empregado em sentido figurado" (apud Buridant, 1976, p.392). A outra condição para o ditado chegar à categoria de provérbio seria, segundo Rodegem, a ampliação do seu domínio de aplicação.

Afirmações como estas últimas reforçam a hipótese acerca da proverbialidade, porque faz o provérbio depender tanto da propagação quanto da passagem ao sentido figurado, ao lado da forma, a atividade dos sujeitos falantes — única via pela qual se faz a propagação e se muda a natureza de um enunciado, tornando-o metafórico.

Muito difícil, certamente, seria delimitar o grau de figuratividade necessário para um ditado passar a provérbio. Igualmente complicado seria precisar a partir de que nível de difusão se passa de uma categoria a outra.

Dito, com o sentido de 'máxima', surgiu na França em 1130 (=dit). Entre nós não há registo de sua aparição. Alguns escritores consideram que seu emprego seja feito pelo vulgo tão-somente. A forma portuguesa se originou do lat. **dictus**, sem que haja comentário sobre o porquê do traço negativo que carrega, já que no francês ele não existe, haja vista o título de obras atribuídas a sábios e filósofos, como seja o **Dits et proverbes des sages**" (manuscrito do séc. XIV ou XV).

3 - CONCLUSÃO

Viu-se que ora se faz apelo a traços da forma, ora do conteúdo, ora ao status (mais elevado, mais popular, mais difundido, etc.) para fixar-se a distinção entre os 'dizeres doletivos'. Pelo exposto, não há acordo entre os estudiosos,

nem a filologia ajuda a tomar uma posição. O que, portanto, se defende nesta pesquisa é que todas essas diferenças enumeradas (um quê de vulgaridade ou muita sabedoria, a difusão em várias línguas de cultura ou a restrição a uma só comunidade, a presença ou ausência de figura), todas elas são características do próprio provérbio, não se prestando para marcar diferença entre os dizeres populares. Mesmo porque "a popularidade é, se se pode dizer, a essência mesma do provérbio" (ENC. ITALIANA, 1949, p. 406). Além do mais, ele não se define somente pelos traços observáveis em sua superfície linguística.

Como explicar, então, essa extensa nomenclatura e sua imprecisa conceituação?

Esses termos proliferaram no Ocidente, notadamente entre os sécs. XI e XVIII, quando as sentenças que continham algum ensinamento agrícola, meteorológico, moral, etc. (podiam ser aforismos, apotegmas, máximas, brocardos...) se tornaram uma espécie de febre: por toda a parte eram colecionadas, empregadas e, mais tarde, estudadas. Tornadas proverbiais, serviam de ilustração a sermões e discursos; surgiram os provérbios dramatizados e os jograis fizeram deles uso frequente. As obras de toda espécie os citavam. Em Atenas, provérbios eram gravados nos frontispícios das casas. Tal efervescência concorreu para o surgimento de inúmeros termos: só na Espanha, do séc. XII ao séc. XV, foram empregados, para nomear o provérbio: **fabla, fábula, patrãna, parlilla, verbo, vieso: palabra, re-traire, ejemplo, proverbio** — entre outros. (Refrão surgiu, com esta acepção, no séc. XVI).

Com o tempo, a tendência foi definir os termos que davam nome a várias compilações a partir das características das sentenças ou fórmulas que continham. Surgiram daí muitas imprecisões e contradições.

(Outros argumentos que aqui poderiam ser

apresentados são incompatíveis com os limites dessa publicação.)

Concluindo: insiste-se primeiramente em defender que toda essa terminologia para denominar os dizeres coletivos e tradicionais pode ser reduzida a **provérbio**. E, principalmente, em harmonia com a concepção lingüística que aqui se assume, to-ma-se este como fruto de um trabalho realizado sobre determinada fórmula, sentença, quadrinha, verso... Provérbio não surge numa dada época, não é oriundo dos oráculos, das divindades, dos sábios ou de pessoas do povo. Provérbio é ponto de chegada: é aquela formulação que, num período de tempo e num espaço geográfico considerável, goza simultaneamente da aceitação popular e do status de verdade, sendo veiculado essencialmente de forma espontânea (não-institucional) nas situações discursivas cotidianas. Significa dizer que, da mesma maneira que os falantes **trabalham** seu léxico, sua sintaxe e até seus sons, no sentido de atribuir-lhes um valor social, estético, etc. (ver, a propósito, POSSENTI, 1988, p.168), eles também exercem uma atividade inconsciente sobre algumas unidades complexas de significação, do que resulta que elas suscitam uma **re-ação** mais ou menos unívoca quando do seu emprego. O provérbio, em síntese, testemunha, de forma superlativa, a incessante atividade que caracteriza a própria linguagem.

4 - REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AMARAL, Amadeu. Tradições populares. 2.ed. São Paulo: Hucitec, 1976.
- BAILLY, René. Dictionnaire de synonymes. Paris: Larousse, 1968.
- BAKHTIN, Mikhail. Marxismo e filosofia da linguagem. Trad. de Michel Lahud e Yara Frateschi Vieira. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 1986.

- BATALHA, Ladislau. História geral dos adágios brasileiros. Lisboa: Aillaud e Bertrand, 1924.
- BRIGGS, Charles L. "The pragmatics of proverbs performances in New Mexican Spanish". American anthropologist, 4, v.87, p.793-810, 1985.
- BURIDANT, Claude. "Nature et fonction des proverbes dans les Jeux-Partis". Revue des sciences humaines, 163, p.377-418, 1976.
- CASCUDO, Luís da Câmara. Dicionário do folclore brasileiro. 4. ed. rev. e aum. São Paulo: Melhoramentos; [Brasília] INL, 1979.
- COROMINAS; Joan. Diccionario crítico etimológico de la lengua castelhana. Madrid: Gredos, 1976.
- COSTA, Firmino. Vocabulário analógico. Nomes de escriptos e dizeres breves. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1933.
- COUDRY, Maria Irma Hadler. Diário de Narciso. São Paulo: Martins Fontes, 1988.
- CULIOLI, A.; DESCLÈS, J.-P. "Traitement formel des langues naturelles". Mathematiques et sciences humaines, 77, p.93-125, 1982.
- CUNHA, A. Geraldo da. Dicionário etimológico da língua portuguesa. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1982.
- DASCAL, M.; BORGES NETO, J. "Do que trata a lingüística, afinal?", in IX Congresso Internacional da ALFAL. Campinas: ALFAL/IEL-UNICAMP, 1990.
- ENCICLOPEDIA Italiana. Roma, Istituto della Enciclopedia Italiana, Fondata da Giovanni Treccani, 1949.
- ENCICLOPEDIA Universal Ilustrada Europeo-Americana. Madri: Espasa-Calpe, 1922.
- FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. Novo dicionário da língua portuguesa. 2. ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

- KIDNER, Derek. Provérbios: introdução e comentário. Trad. de Gordon Chown. São Paulo: Vida Nova, 1986.
- LITTRÉ, Émile. Dictionnaire de la langue française. Paris: Hachette, 1889.
- MACHADO, José Pedro. Dicionário etimológico da língua portuguesa. Lisboa: Confluência, 1956.
- MAGNE, Augusto. Dicionário da língua portuguesa, especialmente dos períodos medieval e clássico. Rio de Janeiro: MEC/INL, 1950.
- _____. Dicionário etimológico da língua latina. Rio de Janeiro: MEC/INL, 1952.
- MESCHONNIC, Henri. "Les proverbes, actes de discours". Revue des sciences humaines, 163, p. 419-30, 1976.
- MILNER, Georg B. "De l'armature des locutions proverbiales: essai de taxonomie sémantique". L'Homme, 9. Revue française d'anthropologie. Paris: Mouton & Co., p.49-70, 1969.
- MOISÉS, Massaud. Dicionário de termos literários. 2. ed. rev. São Paulo: Cultrix, 1978.
- PINEAUX, Jacques. Proverbes et dictons français. Paris: PUF, 1960.
- POSSENTI, Sírio. Discurso, estilo e subjetividade. São Paulo: Martins Fontes, 1988.
- ROBERT, Paul. Le petit Robert 1: dictionnaire alphabétique et analogique de la langue française. Paris: Hachette, 1989.
- SILVA, Antônio de Moraes. Grande dicionário da língua portuguesa. 10. ed. rev., corrig., muito aum. e atualiz. Lisboa: Confluência, 1949.
- VIANA, Mário Gonçalves. Fabulário. Porto: Ed. Educação Nacional, 1924.

PERTINÊNCIA/NÃO PERTINÊNCIA REGIONAIS

LIOMAR COSTA DE QUEIROZ - UFRN - DLET

1 - INTRODUÇÃO

O empenho na exploração das pertinência/não pertinência regionais deve-se ao interesse em aprofundar o estudo do processo de variação lingüística nos aspectos lexical, semântico e fonético. Os dois primeiros como ocorrência lingüística pertinente, quer dizer, significativa, distintiva quanto ao significado, apresentando algumas dificuldades na comunicação e o terceiro aspecto, não pertinente, não significativo, uma distinção apenas de pronúncia. Naturalmente, o Brasil (com 05 regiões, 26 estados, cada estado com suas cidades, cada cidade com suas comunidades lingüísticas em menores proporções) contribui para a não homogeneidade lingüística, devido até mesmo à influência de outros povos, como se constata desde o processo de colonização. Apesar de não constituir um problema crucial entre os falantes e sim riqueza lingüística, é providencial o registro de tais diversidades.

Diante de tamanha extensão geográfica, a comparação lingüística que será apresentada limitar-se-á às regiões Nordeste, mais centrada no nosso Estado, à Sudeste no Rio de Janeiro e São Paulo e à Sul no Paraná e Rio Grande do Sul.

Foram trabalhados 154 vocábulos,

distribuídos da seguinte maneira: 120 quanto ao léxico, 11 quanto à semântica e 23 quanto à fonética distribuídos em 19 pares.

Faz-se necessário esclarecer que os dois primeiros aspectos - o lexical e o semântico - foram coletados, em sua maioria, informalmente, na condição de falante da língua portuguesa da pesquisadora e com a colaboração espontânea de informantes que atendiam as necessidades do texto. O terceiro aspecto, o fonético, foi formalizado com base nas descrições técnicas do material consultado e a distribuição entre regiões, como fruto de observação da língua em uso por falantes das regiões comparadas.

2 - DISTINÇÕES LEXICAL, SEMÂNTICA E FONÉTICA

Serão enumeradas, a título de exemplo, algumas distinções lexical, semântica e fonética marcantes, sem o intuito de esgotar ou tornar minuciosa a identificação do lugar de uso de cada realização.

Pode-se observar, quanto ao léxico, uma maior amplitude de diferenças em determinadas caracterizações que em outras, conforme determinada localidade já os tenha consagrado.

2.1 - Aspecto lexical

2.1.1 - Caracterização - alimento

Nordeste	Sudeste/Sul
Azeitona (preta, oliva)	Jamelão
Banana-anã	Banana nanica, d'água
Bananada, vitamina de banana	Vitamina de

Banana leite	banana
Banana pacovan	Banana maçã
Bisnaga (pão)	Banana prata
Bisteca	Bengala
Canjica	Bife com osso
Capim-santo	Curau
Carne charque	Capim-limão
Castanhola	Carne seca
Chã-de-dentro	Amendoeira
Chã-de-fora	Coxão mole
Confeito	Coxão duro
Dindim	Bala
Feijão branco (um dos tipos)	Sacolé (RJ), sucolito (SP)
Guiné	Feijão-de- macassar
Jerimum	Galinha- d'angola
Laranja cravo	Abóbora
Lombo paulista	Mexerica, tangerina
Macaxeira	Lagarto
Manguzá ou munguzá	Mandioca, aipim
Pão francês	Canjica
Papa, mingau	Pãozinho, média
Picolé	Mingau
Pinha	Sorvete no palito
Ponche	Fruta de conde
Raiva	Refresco de fruta
Torrada	Bolinho de goma
Verdura (folhagem e legumes)	Queijo quente
	Folhagem

2.1.2 - Caracterização - lugar

Area, alpendre	Varanda
Escola	Colégio

Parada (de ônibus)

Ponto

2.1.3 - Caracterização - pessoa

Criança

Moleque

Espiritado

Valentão,

enfurecido

Enxerido

Oferecido,

intrometido

Galego

Russo, alemão

Mainha, painho

Mãezinha,

paizinho

Menino

Criança, guri,

piá

2.1.4 - Caracterização - ação

Amassar

Machucar

Arrodear

Contornar

Atravessar, cruzar

Passar

Bolçar, golfar

Golfar

Botar, colocar

Pôr

Contar lorota

Conversa fiada,

piada, gabolice

Derramar

Entornar

Descer do ônibus

Saltar do

ônibus

Dizer

Falar

Dobrar à direita, à esquerda

Virar à direita

à esquerda,

esterçar

Encapar

Encadernar

Engomar

Passar a roupa

Enrolar

Enganar

Ensacar (roupa)

Passar

Estar com um xodó

Namoro

Frear

Brecar

Jogar pife-pafe

Jogar cacheta

Ludibriar

Enlear (Paraná)

Mangar
 Mentir
 Pastorar
 Rebocar
 Ter uma biloura

Zuada

Zombar
 Atochar (Paraná)
 Vigiar
 Emboçar
 Ter um
 chilique,
 tontura
 Barulho

2.1.5 - Caracterização - objeto

Ampuleta
 Aparelho
 Bico
 Biloca

Borrão
 Broche

Caçamba
 Caçamba
 Carteira (de motorista)
 Coleção

Corda
 Coruja
 Cuia (banda da cabaça)
 Entre-fita
 Estola, caminho de mesa
 Farda
 Friso
 Guarda-roupa
 Geladeira
 Janela (vidro e ferro)
 Jarro
 Kombi
 Liga
 Lápis comum, grafite

Ombreira
 Vaso sanitário
 Renda
 Bola de gude,
 búrica (Paraná)
 Rascunho
 Presilha,
 fivela,
 pregador
 Forma de gelo
 Basculhante
 Carta
 Caixa de lápis
 de cor
 Varal
 Papagaio, pipa
 Cabaça
 Passa-fita
 Caminho de mesa
 Uniforme
 Grampo
 Armário
 Refrigerador
 Basculhante
 Vaso
 Perua
 Borracha
 Lápis

Lápis tinta	Caneta
Lapiseira	Apontador
Mangueira	Esguicho, borracha
Maneiro	Leve
Marrafa	Pente
Ombreira	Cabide
Pia (banheiro)	Lavatório
Quadro-negro (verde)	Lousa
Quebrado	Escangalhado
Ruma, tuia	Monte, bocado
Sombrinha, guarda-chuva	Guarda-chuva, chapéu
Seco	Vazio
Sinal	Farol
Sinal	Pinta
Sola (de vedar)	Carrapeta
Sujeira	Caca
Tamborete	Banco
Tipóia, rede	Rede
Torado	Quebrado
Torneira	Bica

2.1.6 - Caracterização - sentimento

Pena	Dó
------	----

2.1.7 - Caracterização - comportamento

Aperreado	Alvorçado, nervoso
Arengueiro	Briguento
Cobrador	Trocador
Assanhado (despenteado)	Saliente
Danado	Levado
Desastrado	Lambão
Desmantelado	Bagunceiro
Gozado	Engraçado
Legal	Maneiro

Moleza(estar com)	Boa vida
Moco	Surdo
Vexado	Apressado

Em termos de Sudeste, existe uma maior aproximação entre o uso lexical carioca e o nordestino do que entre o paulista e o nordestino. Quanto à região Sul, existe um grande distanciamento entre o léxico nordestino e o paranaense.

Observa-se que alguns vocábulos vão caindo em desuso, sendo substituídos pela incorporação de novas palavras, principalmente do Sudeste/Sul ao léxico Nordeste.

2.2 - Aspecto semântico

Em relação à semântica, os exemplos são em número reduzido, tratando-se do mesmo vocábulo com significação diferente entre as regiões referenciadas.

Nome	Nordeste	Sudeste
Apertado	Sem dinheiro	Necessitado de ir ao banheiro
Bananada	Vitamina,doce	Doce
Cuscuz	Salgado	Doce/salgado
Cheiro	Bom	Bom ou ruim
Descansar	Dar à luz	Falecer
Lapiseira	Apontador	Grafite
Lesado	Bobo	Enganado
Maneiro	Leve	Legal
Paçoca	Refeição salgada	Doce(amendoim)
Papagaio	Ave	Tipo de pipa
Peixada	Protetor, refeição	Trombada

2.3 - Aspecto fonético

No tocante à fonética, vai-se observar que na língua portuguesa as alterações de um mesmo fonema ou de fonemas distintos nas descrições apresentadas, NÃO causam mudança de significado, apenas de pronúncia. A primeira descrição representará a nordestina, particularmente, a do Rio Grande do Norte, e, a segunda, a pronúncia do Sudeste/Sul.

Apesar do critério abordado ser o fonético, não se pode dissociá-lo do fonológico, pois, nesse trabalho, partiu-se do fonema como unidade de análise (elemento da Fonologia), enquanto tratou-se de realizações diferentes dessa unidade na cadeia fônica (tarefa da Fonética). Em segundo lugar, a substituição de um fonema por outro, em determinado contexto, pode se dá sem que ocorra mudança de significado mas, tão somente, de pronúncia. Nesse caso, não se trata de variantes do mesmo fonema, mas de neutralização de oposição, uma vez que é possível recuperar a oposição em outros contextos. Por outro lado, realizações diferentes do mesmo fonema, no mesmo contexto, correspondem a variantes. Não há alteração de significado, mas apenas de pronúncias distintas. Essa variação decorre de fatores não lingüísticos e sim sociais, geográficos, culturais, etc.

Dos dezenove pares fonéticos descritos, os treze primeiros são casos de neutralização e os seis últimos de variante.

2.3.1 - Neutralização

2.3.1.1 - Banana /ã/ e /a/

[ã] [bã'nãnal] e [a] [ba'nãnal]

Traços comuns: vogal, central, baixa, não

arredondada, átona.

Traços diferentes: [ã] nasal, fechada.
[a] oral, - fechada.

OBS.: [a] pronúncia carioca e sulista.
/ã/ e /a/ não neutralizados: [fã] fã e
[fa] fá.

2.3.1.2 - Elaine /a/ e /ã/

[a] [E'layni] e [ã] [e'lãyni]

Traços comuns: vogal, central, baixa, não
arredondada, tônica.

Traços diferentes: [a] oral, aberta.
[ã] nasal, fechada.

OBS.: /a/ e /ã/ não neutralizados: [kã] cá
(cãs) e [ka] cá.

2.3.1.3 - Leite /i/ e /e/

[il] [l'leytil] e [el] [l'leytel]

Traços comuns: vogal, anterior, não
arredondada, átona.

Traços diferentes: [il] alta.
[e] média fechada.

OBS.: [el] pronúncia do PR, SC e do RS.
/i/ e /e/ não neutralizados: [ʒuri]
júri e [ʒurel] jure.

2.3.1.4 - Selado /ɛ/ e /e/

[ɛ] [sɛ'ladu] e [e] [se'ladu]

Traços comuns: vogal, anterior, média, não
arredondada, átona.

Traços diferentes: [ɛ] aberta.
[e] fechada.

OBS.: /ɛ/ e /e/ não neutralizados: [sɛw] céu
[sew] seu.

2.3.1.5 - Veneno /ẽ/ e /e/

[ẽ] [vẽ'nenu] e [e] [ve'nenu]

Traços comuns: vogal, anterior, média
fechada, não arredondada,

átona.

Traços diferentes: [ɛ̃] nasal.

[ɛ] oral.

OBS.: /ɛ̃/ e /ɛ/ não neutralizados: [ˈtɛ̃ta] tenta e [ˈtɛta] teta.

2.3.1.6 - Minúcia /ĩ/ e /i/

[ĩ] [miˈnũsia] e [i] [miˈnusia]

Traços comuns: vogal, anterior, alta, não arredondada, átona.

Traços diferentes: [ĩ] nasal, fechada.

[i] oral, - fechada.

OBS.: /ĩ/ e /i/ não neutralizados: [ˈmĩtu] minto e [ˈmitu] mito.

2.3.1.7 - Bolo /u/ e /o/

[u] [ˈbolu] e [o] [ˈbolu]

Traços comuns: vogal, posterior, arredondada, fechada, átona.

Traços diferentes: [u] alta.

[o] média.

OBS.: [o] pronúncia do PR e do RS.

/u/ e /o/ não neutralizados: [ˈʁiu] riu e [ˈʁio] rio.

2.3.1.8 - Colore /ɔ/ e /o/

[ɔ] [kɔˈlɔri] e [o] [koˈlɔri]

Traços comuns: vogal, posterior, média, arredondada, átona.

Traços diferentes: [ɔ] aberta.

[o] fechada.

OBS.: /ɔ/ e /o/ não neutralizados: [ˈʒɔgu] jogo(v) e [ˈʒogu] jogo(s).

2.3.1.9 - Começo /ø/ e /o/

[ø] [køˈmesu] e [o] [koˈmesu]

Traços comuns: vogal, posterior, média fechada, arredondada, átona.

Traços diferentes: [ø] nasal.

[o] oral.

OBS.: /ø/ e /o/ não neutralizados: ['gøgu] gongo e ['gogu] gogo.

2.3.1.10 - Porta /x/ e /r/

[x] ['pøxtal] e [r] ['pørtal]

Traços comuns: consoante, constritiva, surda.

Traços diferentes: [x] fricativa, velar.

[r] vibrante, alveolar.

OBS.: [r] pronúncia gaúcha, paulista e pronúncia forçada dos locutores de rádio e TV.

/x/ e /r/ não neutralizados: ['koχu] corro e ['koʁu] coro.

2.3.1.11 - Mesmo /z/, /ʒ/ e /x/

[z] ['mezmu], [ʒ] ['meʒmu], [χ] ['meχmu] e ['memu] sem um desses fonemas.

Traços comuns: consoante, constritiva fricativa, sonora.

Traços diferentes: [z] alveolar.

[ʒ] palatal.

[χ] velar.

OBS.: [z] pronúncia nordestina.

[ʒ] pronúncia chiente de grande parte do Brasil.

[χ] pronúncia carioca.

/z/ e /x/ não neutralizados: ['kazu] caso e ['ka u] carro.

/z/ e /ʒ/ não neutralizados: ['zɛru] zero e ['ʒɛru] gero.

/ʒ/ e /x/ não neutralizados: ['ʒĩ] gim e ['χĩ] rim.

2.3.1.12 - Festa /ʃ/ e /s/

[ʃ] ['fɛʃta] e [s] ['fɛsta]

Traços comuns: consoante, constritiva fricativa, surda.

Traços diferentes: [ʃ] palatal.

[s] alveolar.

OBS.: /ʃ/ e /s/ não neutralizados: [ʃeyu] cheio [ˈseyu] seio.

2.3.1.13 - Número /ũ/ e /u/

[ũ] [ˈnũmeru] e [u] [ˈnumeru]

Traços comuns: vogal, posterior, alta, arredondada, tônica.

Traços diferentes: [ũ] nasal, fechada.

[u] oral, _ fechada.

OBS.: /ũ/ e /u/ não neutralizados: [ˈʒũta] junta e [ˈʒuta] juta(erva).

2.3.2 - Variante

2.3.2.1 - Dia /d/

[d] [ˈdial] [dʒ] [ˈdʒial]

Traços comuns: consoante, sonora.

Traços diferentes: [d] oclusiva, linguo-dental.

[dʒ] africada, palatal.

OBS.: [d] pronúncia do RN, PB, PE, CE (região do Cariri, Crato, Barbalho e Juazeiro).

Fonemas distintos no inglês:

Gym - [dʒim] - ginásio.

Dim - [dim] - bobo, tolo.

2.3.2.2 - Sal /l/

[w] [ˈsaw] e [ʎ] [ˈsaʎ]

Traços comuns: sonoro, posterior.

Traços diferentes: [w] semivogal, posterior, alta, arredondada.

[ʎ] consoante, constrictiva lateral, velar.

OBS.: [ʎ] pronúncia em algumas regiões do RS e PR. Considerada como "mais correta" por CÂMARA (1970,24).

2.3.2.3 - Barba, Rua, Carro, Honra /x/

[ʁ] ['baʁbal], ['ʁual], ['kaʁu], ['õʁal]
 [ʁ'] ['baʁ'bal], ['ʁ'ual], ['kaʁ'u], ['õʁ'a]

Traços comuns: consoante, constritiva
 fricativa, velar, sonora.

Traços diferentes: [ʁ] - fricativa.
 [ʁ'] + fricativa.

OBS.: pronúncia nordestina quanto carioca,
 sendo esta última produzida com um grau
 maior de fricção.

2.3.2.4 - Porte, Amor /x/

[ħ] ['pɔħti], [a'moħ] e [x] ['pɔxtʃi],
 [a'mox]

Traços comuns: consoante, constritiva
 fricativa, surda.

Traços diferentes: [ħ] glotal.
 [x] velar.

OBS.: [ħ] pronúncia quase imperceptível,
 principalmente no final de palavras. A
 do [x] carioca, sempre + perceptível..

2.3.2.5 - Carne /x/

[ʁ] ['kaʁni] e [r] ['kaɾni]

Traços comuns: consoante, constritiva,
 sonora (/r/ sonora neste
 contexto).

Traços diferentes: [ʁ] fricativa, velar.
 [r] vibrante simples,
 retroflexa.

OBS.: [r] pronúncia mineira e do interior de
 SP e PR.

2.3.2.6 - Tia /t/

[t] ['tia] e [tʃ] ['tʃia]

Traços comuns: consoante, surda.

Traços diferentes: [t] oclusiva, linguo-
 dental ou alveolar.
 [tʃ] africada, palatal.

OBS.: Alguns nordestinos pronunciam o /t/ de

"muito", "oito", etc. como consoante africada [muitʃul, l'oitʃul].

Fonemas distintivos no russo e no inglês:

Russo: bpat - [l'brat] - irmão,

bpay - [l'bratʃ] - tomar.

Inglês: cat - [kæt] - gato,

catch- [kætʃ] - pegar.

Após a análise dos dezenove pares fonéticos que inclui fenômenos de neutralização e de variação, pode-se comprovar, realmente, que, apesar de todos possuírem traços não só comuns, mas também diferentes, não implicam mudanças de significado e sim de pronúncia, nos contextos analisados.

Vale ressaltar que os fonemas dos itens 2.3.1.3 (/i/ e /e/) e 2.3.1.7 (/u/ e /o/) teriam tido as suas representações fonéticas neutralizadas pelo Arquifonema /I/ e /U/ respectivamente, se o aspecto analisado tivesse sido fonológico e não fonético, como se objetivou.

No tocante as seis Variantes indicadas, quase todas são Variantes Livres ou Estilísticas, ou seja, "não impostas automaticamente pelo contexto", HJELMSLEV apud DUBOIS (1973, p.395). Com exceção do fonema /ɨ/, no item 2.3.2.2, Variante Condicionada (alofone), devido comportar-se dependendo do seu fonema vizinho, isto é, apresenta a variação [w] semivogal (NE) e /ɨ/ consoante (RS E PR), quando se realiza depois de vogal em final de sílaba ou de palavra.

3 - CONCLUSÃO

0 levantamento dos aspectos

referenciados quanto à pertinência/não pertinência regionais explica-se, praticamente, por si só, quer dizer, é clara a distinção de terminologia e não de significado quanto ao léxico, de significado e não de terminologia quanto à semântica e de pronúncia e não de significado nem de terminologia quanto à fonética.

Observa-se, progressivamente, a incorporação freqüente do léxico e, principalmente, de certas pronúncias das regiões Sudeste/Sul no Nordeste. Pode-se citar, como fator decisivo para tal ocorrência, a penetração maciça dos meios de comunicação, em especial da televisão, em quase todos os lares brasileiros, com participação notória dessas regiões. Ou seja, é a síntese do poder sócio-econômico-cultural, aliado ao prestígio lingüístico, se sobrepondo às regiões Norte e Nordeste, ainda marginalizadas. Apesar da tentativa de monopólio do não lingüístico e do lingüístico, espera-se que nunca ocorra esse domínio, plenamente, pois a riqueza lingüística, que é o que interessa neste contexto, está na diversidade, conforme a amostragem e não na homogeneidade.

4 - BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

- CÂMARA JR., J. M. Estrutura da língua portuguesa. Rio de Janeiro: Vozes, 1970.
- CRUZ, Anunciada M^a D. da . Achegas para o estudo da língua popular do Rio Grande do Norte. Dissertação (Mestrado em Língua Portuguesa) - Universidade Federal Fluminense, 1982.
- DUBOIS, J. et al. Dicionário de lingüística. São Paulo: Cultrix, 1973

- FERREIRA, Aurélio B. de H. Novo dicionário da língua portuguesa. 2ª ed. rev. e aum., Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.
- MAIA, Vera (org.). Tópicos de análise fonológica. Texto mimeografado, UFRN, [ca. 1982].
- OLIVEIRA, Nubiacara F. de (org.). Os sons da língua. A Fonética. Texto mimeografado, UFRN, [ca. 1984].

REFERENCIALIDADE E DEFINITUDE NAS NEGATIVAS

MARIA ANGÉLICA DA CUNHA - UFRN/DLET

NUBIACIRA FERNANDES DE OLIVEIRA - UFRN/DLET

1 - INTRODUÇÃO

O presente trabalho se insere numa linha de pesquisa de orientação funcionalista. O tipo de análise do uso da língua que propomos incorpora algumas categorias analíticas formuladas por Givón em *On understanding grammar* (1979), tais como referencialidade e definitude.

Investigamos o tipo de argumento objeto sob o escopo da negação em orações que apresentam o operador negativo *não* antes do verbo. Verificamos, especificamente, a realização dos traços sintático-semânticos [referencial] e [definido] nos objetos acusativos das orações negativas.

Os dados examinados provêm de diferentes corpora escritos que registram o português de Natal: *História da Cidade do Natal*, de Câmara Cascudo (pp.19-109), *Revista Vivência*, vol. II, n^os 3 e 4, 1984 e matérias publicadas nas seções esportivas dos jornais *Tribuna do Norte* e *Diário de Natal*, num total de 120 ocorrências de objetos. A escolha desses corpora se justifica pelo interesse no estudo da língua como um instrumento de comunicação. Em etapa posterior, os dados do português falado em Natal, ainda em fase de coleta, serão comparados ao

material escrito, com o fim de estabelecermos possíveis (e prováveis) diferenças relacionadas ao tipo de canal - falado ou escrito - no que diz respeito ao argumento objeto das orações negativas.

A primeira parte deste trabalho aborda a realização dos traços [referencial] e [definido]. Na segunda, investigamos a restrição sobre a ocorrência de objetos referenciais indefinidos na negativa. As conclusões são apresentadas na última parte.

2 - OS TRAÇOS [DEFINIDO] E [REFERENCIAL]

O traço [definido], tal como é utilizado em nossa análise, é de natureza sintático-semântica. Do ponto de vista (morfo)sintático, definitude tem a ver com o tipo de determinante que precede o SN objeto. Se ele for precedido por determinante como o artigo definido *o* (com as variações *a, os, as*), os pronomes demonstrativos *estes, esse, aquele* e suas variações, e os pronomes possessivos, é marcado como [+definido]. Por outro lado, são marcados como [-definido] tanto os SNs objetos precedidos pelo artigo indefinido *um* (e suas variações), por pronome indefinido como *qualquer, nenhum, etc.*, como os objetos que não apresentam qualquer tipo de determinante.

Do ponto de vista semântico, definitude, está relacionada ao fato de o SN objeto ter como referente um elemento já conhecido do leitor, seja por ter sido mencionado antes, seja por fazer parte do conhecimento pragmático geral, ou indicar um representante de uma dada espécie a que não se fez menção anterior. No primeiro caso, o objeto é [+definido]; no segundo, é [-definido]. Os exemplos seguintes ilustram a utilização do traço [definido]:

[+definido]

- (1) O presidente do América, Jussier Santos, disse que César será o goleiro do América contra o Alecrim. A decisão do Tribunal de Justiça Desportiva, na sexta-feira, não fez o dirigente mudar de idéia...
(TN, 06/5/90)

[-definido]

- (2) "Infelizmente, é uma verdade. Nós não temos um bom ginásio, não temos grandes equipes..."
(TN, 26/5/90)

Utilizamos o traço [referencial] segundo a proposta de HURFORD & HEASLEY (1983), para quem um SN é considerado referencial quando usado em um enunciado para se referir a algo ou alguém (ou um grupo claramente delimitado de coisas ou pessoas), i.e. quando é usado tendo-se um referente particular em mente. Deste modo, o traço [referencial] é de natureza semântico-pragmática. Nos exemplos apresentados anteriormente, o objeto *o dirigente*, em (1), é [+referencial], enquanto os SNs *um bom ginásio e grandes equipes*, em (2), são [-referencial].

A interpretação referencial ou não de um SN depende do contexto linguístico e das circunstâncias do enunciado. Segue-se daí, que os SNs definidos são freqüentemente marcados como [+referencial], uma vez que designam um referente já conhecido do leitor, embora, em princípio, possa haver casos de objeto [+definido] e [-referencial]. Em geral, tanto os SNs definidos quanto os indefinidos podem ser ambíguos entre interpretações referenciais e não-referenciais. Contudo, não se pode assumir que todo SN precedido pelo artigo definido seja necessariamente definido do ponto de vista semântico. Podem-se en-

contrar ocorrências de SN com determinante *o* em que o leitor não pode identificar referente, geralmente porque não há um referente específico, como nas sentenças genéricas do tipo *Deus criou o homem à sua imagem e semelhança*.

Como se pode notar, os traços [definido] e [referencial] estão estreitamente relacionados. [+definido] é um traço de um SN selecionado pelo falante/escritor para transmitir sua suposição de que o ouvinte/leitor será capaz de identificar o referente do SN, geralmente porque é o único de sua espécie no contexto do enunciado, ou porque é o único no universo do discurso. A definitude de um SN referencial, embora nada revele sobre o próprio referente, é uma pista para o ouvinte/leitor fazer essa identificação. No discurso cotidiano, quase toda a determinação da referencialidade de um SN vem do contexto no qual ele é usado.

A análise da realização dos traços [definidos] e [referencial], neste trabalho, está ligada à questão da introdução de informação nova no discurso, que difere quando se consideram orações afirmativas e negativas, como veremos adiante.

3 - A RESTRIÇÃO SOBRE OBJETOS REFERENCIAIS-INDEFINIDOS NA NEGATIVA

As orações negativas têm sido tradicionalmente investigadas sob a perspectiva da lógica proposicional. Segundo essa abordagem, o operador negativo *não* meramente reverte o valor de verdade de uma proposição afirmativa. Nas línguas naturais, porém, a diferença entre as orações declarativas afirmativas e suas negativas correspondentes não se limita ao seu

valor de verdade; afirmativa e negativa exibem, ainda, uma diferença pragmática, relativa às suas pressuposições discursivas.

A natureza pressuposicionalmente mais marcada da negativa, quando comparada à sua afirmativa correspondente, se reflete na distribuição do tipo de argumento objeto sob o escopo da negação. O objeto de afirmativas e negativas difere, especificamente, quanto aos traços [definido] e [referencial]. Assim, na afirmativa o objeto do verbo é predominantemente definido e referencial, embora seja possível a ocorrência de indefinidos referenciais, como nos exemplos seguintes:

[+definido, +referencial]

- (3) A Alemanha Oriental enfrenta a seleção brasileira sem o atacante Andreas Thom.
(TN13/5/90)

[-definido, +referencial]

- (4) Mas na quinta-feira o América exigiu o cumprimento do regulamento e no dia seguinte a Federação baixou uma resolução antecipando a partida para hoje.
(TN, 29/4/90)

Na negativa, por outro lado, o objeto referencial é obrigatoriamente definido. Ou seja, não se pode negar um argumento referencial indefinido. Se o objeto da negativa é indefinido, sua interpretação é sempre não-referencial. Vejam-se, a propósito, (5) e (6)

[+definido, +referencial]

- (5) Um desencontro de informações gerou o primeiro impasse na festa dos melhores do ano. É que os organizadores não informaram a Associação das Federações sobre a festa.
(TN, 08/11/90)

[**-definido, -referencial**]

- (6) **Até ontem, a diretoria alvinegra não havia confirmado nenhum amistoso...**
(TN, 24/10/90)

Essa restrição pragmática se explica pelo conceito de informatividade. No discurso multiproposicional, as orações declarativas têm porções pressupostas e porções asseveradas. Em geral, a informação nova asseverada não abrange o sujeito (que tende a ser o tópico oracional), e sim o predicado da oração (ou parte dele). É na posição de objeto da afirmativa que se dá, preferencialmente, a introdução de argumentos referenciais novos no discurso, daí a grande ocorrência de SNs indefinidos nessa posição. A negativa, por sua vez, não introduz referentes novos nem na posição de sujeito nem na de objeto. Desse modo, tanto o sujeito quanto o verbo, o objeto ou outros participantes do evento narrado estão fora do escopo da informação nova asseverada. Com a negativa, nega-se somente a porção asseverada da afirmativa correspondente, enquanto a pressuposição não é atingida. Nesse sentido, as orações negativas não são usadas para introduzir informação proposicional nova, mas para negar proposições já introduzidas no discurso ou compartilhadas por falante e ouvinte. Logo, os enunciados negativos são menos informativos do que os afirmativos. Considere-se o seguinte exemplo:

- (7) **Hoje não tem futebol no Machadão. O jogo América x Potiguar, que abre o terceiro turno, está mantido para as 17 horas, com arbitragem de Charles Eliont.. Mas a bola deixa de rolar neste domingo, porque o Potiguar decidiu ontem de manhã que não vem mais a Natal para enfrentar o América.**
(TN, 29/4/90)

O trecho transcrito é o parágrafo inicial da matéria intitulada *Potiguar não vem para o jogo com o América*. As negativas que aí ocorrem, incluindo o próprio título da matéria, são usadas para negar um fato que o leitor tinha como certo: a realização da partida de futebol entre Potiguar e América. A negação desse fato é a informação nova veiculada pelas negativas sublinhadas. As afirmativas desse trecho, por outro lado, transmitem informação ainda não conhecida, ou seja, a de que o horário do jogo será mantido, a de que a arbitragem está a cargo de Charles Eliont e a de que o Potiguar chegou a uma decisão. A oração mas a bola deixa de rolar nesse domingo, que superficialmente é afirmativa, do ponto de vista semântico é negativa, devido à ocorrência do verbo *deixar de*, de sentido negativo. Essa oração retoma o que foi dito na oração inicial de (7). Como afirma GARCIA apud GIVÓN (1979, p.111), "as sentenças negativas comunicam em termos de uma afirmação implícita mas rejeitada, que por alguma razão esperava-se que se mantivesse, mas que, de fato, é recusada."

Do que foi exposto, conclui-se que, embora tanto as orações afirmativas quanto as negativas acrescentem informação ao discurso, essa informação é de natureza diferente. Enquanto as afirmativas são usadas para transmitir informação proposicional nova, as negativas negam proposições já presentes no discurso, ou ao menos conhecidas pelo ouvinte/leitor. Isso quer dizer que afirmativas e negativas podem ser consideradas como atos de fala distintos.

Quanto ao tipo de argumento objeto sob o escopo da negação, os dados examinados refletem a seguinte distribuição:

QUADRO I: A distribuição de objetos com os traços [definido] e [referencial] nas negativas por texto.

	C. Casc.		Jorn.		Vivênc.	
	N	%	N	%	N	%
[+def., +ref.]	11	27	18	40	18	53
[-def., -ref.]	30	73	27	60	16	47
[-def., +ref.]	0	0	0	0	0	0
Total	41	100	45	100	34	100

QUADRO II: A realização dos traços [definidos] e [referencial] nos objetos das negativas.

	N	%
[+def., +ref.]	47	39
[-def., -ref.]	73	61
[-def., +ref.]	0	0
Total	120	100

O exame dos quadros confirma que os objetos referenciais sob o escopo da negação são obrigatoriamente definidos: não encontramos, em nossos dados, nenhuma ocorrência de objeto referencial indefinido. Note-se, pois, o comportamento diferenciado de afirmativas e negativas com relação ao tipo de argumento objeto dessas orações. A título de comparação, examinamos os objetos acusativos de 65 orações principais afirmativas, coletadas no jornal Tribuna do Norte. Os resultados para a realização dos traços [definido] e [referencial] desses objetos podem ser vistos no quadro 3:

QUADRO III: A realização dos traços [definido] e [referencial] nos objetos das afirmativas.

	N	%
[+def., +ref.]	35	54
[+def., -ref.]	1	1
[-def., -ref.]	14	22
[-def., +ref.]	15	23
Total	65	100

Na afirmativa, 45% dos objetos são indefinidos. Desses objetos indefinidos, metade é [+referencial] e metade [-referencial]. Logo, é possível na afirmativa, a ocorrência de objetos indefinidos-referenciais. Na negativa, 100% dos objetos referenciais são definidos e 100% dos objetos indefinidos são não referenciais. Essa distribuição se explica pelo fato de que os SNs referenciais são introduzidos pela primeira vez no discurso na posição de objeto do verbo de orações afirmativas. Essa é a posição dotada de maior impacto informativo. Sendo essa a primeira menção do referente no discurso, é apropriado introduzi-lo através do artigo indefinido. O objeto referencial é tratado como definido na negativa dado o caráter pressuposicional dessa oração. Uma vez que o referente já está estabelecido no contexto anterior à negativa, ele é então precedido por determinante definido. A restrição pragmática sobre a não-ocorrência de objetos indefinidos na negativa se dá porque o falante/escritor assume que o ouvinte/leitor conhece a identidade do argumento sob o escopo da negação, que deve ser informação já presente no discurso ou compartilhada por falante e ouvinte.

4 - CONCLUSÃO

Neste trabalho, examinamos a realização dos traços [definido] e [referencial] do argumento sob o escopo da negação. Vimos que a negativa elimina a possibilidade de interpretação referencial-indefinida dos SNs na posição de objeto acusativo do verbo. Essa restrição pode ser explicada com base na estratégia mais comumente utilizada para a introdução de um SN referencial no discurso. As expressões que são apresentadas ao ouvinte/leitor como veiculando informação nova são preferencialmente introduzidas como um SN referencial-indefinido na posição de objeto da oração afirmativa. A partir dessa primeira menção, o SN é tratado, tanto nas afirmativas quanto nas negativas subseqüentes, como definido. Essa estratégia não decorre da lógica da negação, mas sim da pragmática da negação, ou seja, do fato de que o ato de fala negativo é usado no discurso em contextos em que a afirmativa correspondente já foi mencionada ou é do conhecimento do ouvinte/leitor. Se uma proposição já é conhecida, também o é a identidade dos seus argumentos referenciais. Do ponto de vista pragmático, quando um falante produz uma oração negativa, ele faz mais suposições sobre o conhecimento do ouvinte do que quando ele produz uma afirmativa. Assim, os argumentos referenciais que ocorrem na negativa devem ser codificados como definidos, já que o falante pode corretamente assumir que o ouvinte conhece a identidade desses argumentos.

Resumindo, as orações negativas não são usadas para introduzir informação proposicional nova no discurso, mas para negar a verdade de proposições já mencionadas; não são usadas para introduzir participantes referenciais novos, mas para retomar, como definidos, esses participantes anteriormente

mencionados. Assim, grande parte do conteúdo comunicativo expresso pela negativa já pertence às pressuposições associadas à negação como um ato de fala, e apenas um incremento relativamente pequeno - a rejeição, por parte do falante, da crença do ouvinte - constitui a contribuição comunicativa nova do ato de fala negativo.

Como diz GARCIA apud GIVÓN (1979, p.112), "de um ponto de vista "objetivo", "gramatical", não há diferença fundamental entre uma oração afirmativa e uma negativa: uma oração negativa meramente nega o que é asseverado na oração afirmativa. Mas em termos de comunicação real, para propósitos práticos, uma oração negativa tem, a priori, menos valor do que uma afirmativa".

5 - REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- GIVÓN, Talmy. On understanding grammar. New York, Academic Press, 1979.
- HURFORD, J.R & HEASLEY, B. Semantics. Cambridge, Cambridge University Press, 1983.

reconhecidas. Assim, grande parte do conteúdo comunicativo
expresso pela negativa se pertence às pressuposições associadas
à negação como um ato de fala, e apenas um instrumento rela-
tivamente pequeno - a rejeição, por parte do falante, da correção
do ouvinte - constitui a contribuição comunicativa nova do ato
de fala negativo.

Como diz GARCIA e GIVON (1977, p. 112), de um
ponto de vista "objetivo", gramatical, não há diferenças
fundamentais entre uma oração afirmativa e uma negativa: uma
oração negativa mantém-se nega o que é assertado na oração
afirmativa. Mas em termos de comunicação, tal não procede.
Em primeiro lugar, uma oração negativa tem, a priori, menos valor do
que uma afirmativa.

2 - REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

GIVON, Talay. *On understanding grammar*. New York: Academic Press, 1979.

HURFORD, J.R. & HEASLEY, B. *Semantics*. Cambridge: Cambridge University Press, 1983.

A MÚSICA NO ENSINO DE LÍNGUA ESTRANGEIRA

MARIA BEATRIZ PICCOLI CORREA DIAS E SOUZA - (Professora/Letras/UFRN)
REGINA LÚCIA ROCHA DE MEDEIROS - (Professora/Letras/UFRN)

O trabalho aqui descrito surgiu a partir de duas constatações. A primeira delas refere-se ao interesse inegável exercido pela música sobre alunos de todas as faixas etárias. A segunda constatação diz respeito ao uso inadequado da música enquanto recurso didático de custo baixo, de fácil acesso, interessante e autenticamente comunicativo.

A investigação de alternativas visando a exploração de possibilidades de utilização de música em sala de aula proposta neste trabalho baseia-se na noção de "negotiation of meaning" proposta por Savignon (1983). Segundo tal autora, *"communicative competence is a dynamic rather than a static concept that depends on the negotiation of meaning between two or more persons who share some knowledge of the language"*. Isto implica na valorização da capacidade de raciocínio do indivíduo levando-o a observar o ambiente lingüístico, a formular suas hipóteses na tentativa de obter a compreensão da informação nova e a verificar a hipótese dentro do contexto em que tal informação se insere, ou seja, *"meaningful learning"* proposto por Ausubel. *"... learning must be meaningful to be effective and permanent, that is, it must involve active mental processes and be relatable to existing knowledge the learner already possesses. The mind, when involved in meaningful learning, will organize the new material into meaningful chunks and relate them to existing cognitive structure in a way that they will become "attached"* (1968). Este ponto de vista é corroborado pela idéia do equilíbrio proposta por Piaget. (Wright, 1969).

Partindo-se de tais premissas e levando-se em consideração as necessidades comunicativas do aprendiz, onde competência comunicativa não seja vista apenas como um fenômeno oral e sim como sendo aplicável à linguagem escrita e a oral, (Savignon, 1983) conclui-se que a produção de material deve ser voltada para o desenvolvimento da competência comunicativa nas quatro habilidades básicas, considerando-se que a música oferece um vasto campo de material compreensível para o aprendiz. Segundo Ausubel (1968), *"for material to be meaningful, it must be clearly related to existing knowledge the learner possesses"* (Omaggio, 1986).

Do mesmo modo, o ensino da estrutura da LE deverá ser, sempre, contextualizado levando-se o aprendiz à internalização das "regras" estruturais atra-

vés da observação e análise do contexto. Nesta perspectiva, o conhecimento da estrutura de LM torna-se extremamente relevante sendo que o aprendiz deverá ser incentivado não só a reconhecer e compreender tal semelhança como também a utilizar-se dela como uma estratégia eficiente na compreensão da informação em LE.

Assim sendo, no desenvolvimento do vocabulário a preocupação com a contextualização deverá estar presente a fim de que o aprendiz possa ativar os três tipos de "background knowledge" propostos em Omaggio (1986), ie, "linguistic information", "knowledge of the world", "knowledge of discourse structure".

Partindo-se de tais princípios, procedeu-se ao levantamento de experiências realizadas com utilização de músicas em sala de aula, tentando-se responder o seguinte questionamento: como e porque usar-se músicas?

Em experiências relatadas por Konstantinovic (1973) constata-se, por exemplo, a utilização de música levando ao desenvolvimento da LE, enriquecimento de vocabulário, acesso a aspectos culturais e espirituais do povo cuja língua se está estudando, ao mesmo tempo em que torna o ensino/aprendizagem mais agradável, possibilitando, ainda a familiarização com a LE e a realização do principal objetivo do aprendizado lingüístico, ie, o uso real da língua.

Segundo Klein (1993), *"children respond enthusiastically to songs and welcome them as a warm-up activity"*. A música, ainda *"(...) has an additional function: when singing the song, the learners are using the new tense form subconsciously, thus, it breaks the ice of introducing difficult and strange grammar"*.

De acordo com a experiência do Prof. Ostojic, da Universidade de Sarajevo (1987), a *"música clássica, não só acompanha o ensino/aprendizagem mas constitui-se em um de seus elementos essenciais"*. Da mesma forma, a música folclórica mostra-se rica neste processo *"para o estudo do vocabulário, do ambiente social, das características nacionais, dos costumes, das preferências do povo cuja língua se está estudando"*. Ostojic relata, ainda, o emprego de música como fundo musical em aulas de leitura, como estímulo para despertar sensações e sentimentos preparando, assim, os alunos em aulas de redação - *"creative writing"*. Fornece, ainda, subsídios para que alunos e professores possam expressar, em sessões de conversação, *"como a música os fez sentir e quais imagens, emoções e pensamentos vieram à sua mente"*.

Numa experiência desenvolvida na Universidade de Barcelona, pelo Prof. Roy Pearse (1981), investiga-se a utilização de músicas populares baseando-se no princípio de que *"whatever we may think of current English and American pop songs, they are undoubtedly of great interest to vast numbers of young*

people all over the world. They are a legitimate function of English and ought not to be ignored". Além disso, "first, the majority of students of English around the world are young and are likely to be interested in pop music (...). Secondly, there is usually no difficulty in getting young people to sing pop song". Deste modo, a música foi introduzida na sala de aula como um recurso didático autêntico que viabiliza a motivação para sessões de leitura, compreensão auditiva, exploração de vocabulário, canto - produção oral visando pronúncia, entonação -, enfim, como um rico complemento das lições do livro texto.

A utilização de músicas como recurso didático no ensino de uma língua estrangeira, sem dúvida, tem sido tema de diversos estudos com resultados satisfatórios. As experiências têm variado como comenta Ostojic em seu artigo "Music Can Help" (1987), a música pode ser utilizada como um meio de induzir os alunos a produção de textos. No artigo "Rock as Literature" Springsteen's "The River", McLean (1983) ressalta a importância da música para a compreensão, por parte dos alunos, dos aspectos sócio-culturais do idioma. Já McDonald (1984) sugere que a música pode servir como um recurso na interação dos alunos iniciantes. De acordo com Santos (1990)

"além de ser agradável para professor e aluno, músicas bem escolhidas podem proporcionar uma excelente prática de pronúncia, velocidade, ritmo e entonação, assim como de modelos de estrutura e revisão de vocabulário".

A música, portanto, enquanto recurso didático, oferece várias possibilidades. Cabe ao professor a sensibilidade de utilizá-la da maneira mais adequada aos seus objetivos e necessidades, tendo em mente que a música é um recurso didático de fácil acesso, barato, autêntico e que proporciona oportunidade de contato com o uso informal na linguagem oral - "free language". Favorece a motivação; a descontração; a elicitación de idéias; a interação entre professor-aluno, aluno-aluno que irá propiciar a cooperação no aprendizado - "cooperative learning", bem como auxiliará a "quebra" da inibição em sessões de conversação. A música, ainda, facilita o desenvolvimento das quatro habilidades linguísticas e a internalização de vocabulário e estrutura. Vale salientar que este recurso didático torna possível a observância de aspectos culturais bem como propicia a autonomia no aprendizado - "learner autonomy", componente primordial da abordagem comunicativa.

Num levantamento realizado junto a professores de inglês das escolas de 1º e 2º Grau em Natal-RN - PIMEI, sobre as possibilidades de utilização de músicas em sala de aula, observou-se que a música é considerada como elemento motivador do processo de ensino/aprendizagem, ponto de referência para aspec-

tos culturais/históricos, recurso didático, e como material para exploração de textos.

Como se pode notar, os professores, quase que intuitivamente, sabem da extrema relevância e potencialidade da música como recurso didático.

Na prática, entretanto, devido ao desconhecimento de técnicas e abordagens dentro da linha comunicativa de ensino, restringem o seu uso à exploração de tópicos gramaticais e à tradução para a língua materna.

Tal discrepância entre conhecimento intuitivo e emprego, fomentou a pesquisa que ora se descreve. Deste modo, procedeu-se à produção de unidades de ensino tendo por base músicas populares com dois objetivos: primeiro, enriquecer as aulas do curso de graduação em Letras e, segundo, facilitar o acesso do professor de 1º e 2º Graus a idéias sobre procedimentos didáticos com músicas dentro da abordagem comunicativa.

A abordagem predominantemente comunicativa proposta aos "trainees" embora desperte interesse, choca-se frontalmente com a formação tradicional de ensino de línguas a que tais "trainees", enquanto alunos, tem sido submetidos durante toda a sua vida escolar. Nesta formação tradicional, a língua estrangeira é ministrada com o objetivo de cumprir etapas curriculares, não levando em consideração os reais interesses e necessidades do aprendiz. Desta forma, o aprendizado passa a ser um processo passivo onde a "negotiation of meaning" (Savignon, 1983) será supérflua e o "meaningful learning" proposto por Ausubel (1968) não acontecerá pela imposição do material, relegando, deste modo, a participação do aprendiz a um segundo plano.

No entanto, não se afirma aqui que somente a utilização de determinado recurso didático autêntico - música - dentro da abordagem comunicativa seja o suficiente para o ensino efetivo e eficiente em LE. Antes de tudo, há necessidade de mudança de atitude, de conscientização profunda sobre o que seja a linguagem enquanto instrumento de comunicação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

01. AUSUBEL, David. Educational Psychology: Cognitive View. New York: Holt, Rinehart and Winston, 1968, 1978.
02. KLEIN, Kerstin. Teaching Young Learners. English Teaching Forum, Volume XXXI, nº 2, April 1993.
03. KONSLANTINOVIC, Anka. Let's Sing a Song. English Teaching Forum, Washington, D.C., 11(1): 25-26, Jan-Feb 1973.
04. McDONALD, David. Singing can break the conversation barrier. English Teaching Forum, Washington, D.C., 22(1): 35, Jan 1984.
05. McLEAN, Alan C. Rock as literature: Springsteen's "The River", English Teaching Forum, Washington, D.C., 21(3): 43-45, July 1983.
06. OMAGGIO, Alice C. Teaching Language in Context. Heinle and Heinle Publishers, Inc. Boston, 1986.
07. OSTOJIC, Branka. Music can help. English Teaching Forum. Washington, D.C., 25(3): 50-51, July 1987.
08. PEARSE, Roy. Using Pop Songs. Modern English Teacher. London 8(3): 9-10, Feb 1981.
09. SANTOS, Luiza G. Songs as a device for listening comprehension. ANAIS IX ENPULI-UFRN-Natal, 1990.
10. SAVIGNON, Sandra J. Communicative Competence: Theory and Classroom Practice. Reading, Mass. Addison-Wesley, 1983.
11. WRIGHT, John C. (ed), Piaget's Theory of Intellectual Development: An Introduction. Prentice Hall Inc. New Jersey, 1969.

REFERENCES BIBLIOGRÁFICAS

- ALBERT, David. Educational Psychology. Chicago: New York Holt, Rinehart and Winston, 1982. 1232 p.
- KLEIN, Karen. Teaching Young Learners English. Toronto: Volume 1, 1982.
- KONSTANTINOVIC, Anna. Let's Sing a Song. English Teaching Forum, Washington, D.C., 1975, Jan-Feb 1975.
- MCDONALD, David. Singing can break the language barrier. English Teaching Forum, Washington, D.C., 1984, July, 1984.
- MILAN, Alan G. Rock as Intonation-Substitution. The Forum, English Teaching Forum, Washington, D.C., 1982, July, 1982.
- ORRICO, Alan C. Teaching Languages in Context. Florida and Hawaii Publishers, Inc. Boston, 1980.
- OSTROM, Grant. Music can help English Teaching Forum, Washington, D.C., 1982, 20-21, July 1982.
- PEARSE, Roy. Pop songs. Modern English Teacher. London, 1981, 10, Feb 1981.
- SANTOS, Luis G. Songs as a device for learning comprehension. ANAIS IX ENCONTRO UFRN, 1982.
- SANTOS, Maria. Songs & Communicative Competence: Theory and Classroom Practice. Rio de Janeiro: Wleby, 1982.
- WRIGHT, John C. (ed). Piaget's Theory of Intellectual Development. An Introduction. Teachers Hill Inc. New Jersey, 1982.

NÚCLEO/ERIC-NATAL: Investigação no Campo de Treinamento de Professores - Relato de Experiência.

REGINA LÚCIA ROCHA DE MEDEIROS - (Professora/Letras/UFRN)

MARIA BEATRIZ PICCOLI CORREA DIAS e SOUZA - (Professora/Letras/UFRN)

A Linguística aplicada ao ensino de línguas embora sendo de máxima importância na formação de professores, não consta do leque de disciplinas do curso de Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Entretanto, o Núcleo Linguístico Cultural de Língua Inglesa, projeto de extensão universitária, em cooperação com o Centro de Recursos e Informação em Inglês - ERIC - tem como uma de suas metas o treinamento de alunos da graduação de Letras em métodos e técnicas dentro da abordagem comunicativa. Desenvolve-se, assim, um trabalho de orientação gradativa com tais alunos, visando seu desenvolvimento nas áreas de análise; adaptação e produção de material didático; planejamento de cursos; dinâmica de sala de aula e iniciação científica. Vale salientar que as atividades desenvolvidas pelo Núcleo/ERIC - Natal baseiam-se no princípio do TEAM TEACHING Vs TEAM LEARNING (Medeiros e Souza, 1990), que visa não somente a participação do aprendiz no seu processo de ensino/aprendizagem como também, e principalmente, a sua autonomia (Dickinson, 1988). As atividades são desenvolvidas por bolsistas e monitores de inglês, bem como voluntários que são orientados pelas professoras coordenadoras do projeto, tornando possível, desta maneira, o seu aperfeiçoamento didático-pedagógico. Os cursos de divulgação são oferecidos a partir de análise de necessidades dos alunos interessados, ao mesmo tempo em que vão de encontro aos interesses específicos de cada instrutor-monitor ou bolsista. Assim, torna-se possível por em prática os conhecimentos teóricos recebidos durante o treinamento, através das atividades relacionadas abaixo:

Cursos de Divulgação

Mini-cursos oferecidos para a comunidade acadêmica da UFRN. Os instrutores receberam treinamento em técnicas de manejo de classe; uso de recursos didáticos atualizados; definição de objetivos de curso; planejamento e avaliação de cursos.

- **Áudio-Vídeo.** Curso de conversação, com carga horária de 40 horas visando a preparação de professores universitários e alunos de pós-graduação para estudos no exterior.

- Extensive Reading and Speech. Curso em 15 horas destinado ao desenvolvimento das habilidades orais em alunos pré-intermediários.
- Language Through Video. Curso em 12 horas voltado para o desenvolvimento, a nível intermediário, das habilidades de compreensão e expressão orais.
- Writing Practice. Curso em 20 horas e que oferece oportunidade para o desenvolvimento da escrita em inglês. Tal curso poderá oferecer subsídios para o eventual estabelecimento de um laboratório de produção textual no Departamento de Letras.
- Songs. Curso 12 horas destinado a alunos de graduação bem como a professores de inglês onde se pretende explorar a potencialidade da música enquanto recurso didático autêntico e eficiente.
- Conversation Practice. Curso em 20 horas destinado ao desenvolvimento das habilidades orais em alunos iniciantes.

Produção de Material

- Dois grupos de alunos estão trabalhando na produção de material didático para o ensino de leitura, um dos quais já começara os seus trabalhos com o Professor Ray Williams, do International Education Centre, College of St Mark & St John, Reino Unido, do Conselho Britânico. O segundo grupo, após o término do curso Reading do PIMEI, mostrou-se interessado em continuar os estudos sobre o processo de leitura como também em produzir materiais de ensino de leitura em língua inglesa

No momento, há boas perspectivas para a publicação desse material com o patrocínio do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, da UFRN. Na verdade, os primeiros passos na preparação e produção desse material já foram dados, graças à colaboração do Professor José Lacerda Felipe, vice diretor do CCHLA, e encarregado da coordenação editorial do mesmo.

- Utilização de Música em Sala de Aula. Seminário desenvolvido com o objetivo de treinar professores de inglês na produção de material didático a partir de músicas. Este seminário foi resultante de uma pesquisa realizada pelas Professoras Medeiros e Souza onde se ressalta a importância da música como recurso didático.

Apoio

O Núcleo/ERIC - Natal recebe apoio do Departamento de Letras, do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Pró-Reitoria de Extensão e Pró-Reitoria Acadêmica, do Conselho Britânico e dos monitores, bolsistas e voluntários que vêm trabalhando com grande dedicação e competência:

- Edilson Rubens
- Ismael Cavalcanti
- Kátia Regina
- Francisco Edson da Silva
- Olga Carla Espinola da Hora
- José Marcos da Silva
- Gilberto Pacheco

Através desse trabalho que vem sendo desenvolvido, efetiva-se o treinamento dos alunos que atuam como instrutores oferecendo, ao mesmo tempo, cursos gerais e específicos em língua inglesa caracterizando-se, assim, a interrelação das metas prioritárias do Núcleo/ERIC - Natal, ou seja, o treinamento de professores, aperfeiçoamento lingüístico e divulgação da língua inglesa.

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

- DICKINSON, Leslie. **Self-instruction in language learning**. C.U.P 1988. p.200.
- OMÀGGIO, A.C. **Teaching language in context**. Heinle and Heinle Publishers, Inc. USA 1986. p.472.
- MEDEIROS, R.L.R.,Souza, M.B.P.C.D. Team teaching Vs. eam learning. Past Present Future. The British Council, Brazil. 1990. p.18.

MENINOS, BAGAÇOS, ENGENHOS

MARIA DE FÁTIMA ALMEIDA - PROFESSORA-LETRAS-UFRN

1. NA ÉPOCA DE MENINO DE ENGENHO

"Esta obra não morre tão cedo. É eternamente jovem, como o povo; é eternamente triste, como o povo." (Otto Maria Carpeaux).

Fala-se aqui de um fabuloso escritor que dedica boa parte de sua obra ao registro da vida nos engenhos. Homenageia-se José Lins do Rego e, ao mesmo tempo, pretende-se estabelecer um confronto entre a ficção e a realidade do setor canavieiro nordestino. Enfatiza-se o "ciclo da cana-de-açúcar" com destaque para Menino de Engenho. Faz-se isto através de citações sobre o drama social dos trabalhadores rurais do Nordeste. Assim como nos anos trinta, nos dias atuais o modo de produção capitalista continua inalterado.

O romance "Menino de Engenho", primeiro e consagrado livro de José Lins do Rego, comemora sessenta anos. Merece destaque não só pelo valor literário mas também pelo seu caráter memorialista, recaptulando a infância dos meninos de engenho e dos chamados "moleques da bagaceira". A obra sexagenária que motivou pesquisadores, críticos literários e artistas de toda espécie é a matriz geradora de uma série que revela o mundo açucareiro do Nordeste. Tal mundo é representado por cinco romances que se sucederam e se complementaram, constituindo o ciclo da cana-de-açúcar: Menino de Engenho, Doidinho, Bangüê, Moleque Ricardo e Usina. Este conjunto vem acompanhando as mudanças econômicas da região canavieira, as modificações do sistema de propriedade, as transformações na técnica de produção e do trabalho e as influências e os efeitos provocados por eles. A caracte-

rística deste "ciclo", sobretudo do romance inicial, é retratar com fidelidade a vida da bagaceira tal como ela é, sem rodeios, abrangendo um complexo social que vai do Senhor de engenho aos "insignificantes" filhos dos moradores, os moleques. O primeiro romance configura o desmoronamento do poder, o abalo das pilastras de uma sociedade rural aristocrática, latifundiária e escravocrata. Carlinhos, neto do Coronel José Paulino é o personagem símbolo deste complexo universo. O menino órfão de mãe, depois de pai, carrega consigo as tristezas, as amargas sensações de abandono e o medo da morte. Foi com os "moleques da bagaceira" que o membro-herdeiro dos bangüês experimentou uma vida alegre, solta no bagaço de cana do engenho. Os passeios no seu carneiro Jasmim, o inesquecível banho no rio, o carinho da tia, o afago da professora, nada faz o menino se desvencilhar dos medos que o atormentam. Estava sempre doente, triste, melancólico. Até suas paixões foram frustradas, causaram-lhe infelicidade.

2. O MENINO DE ENGENHO NA DIVISÃO SOCIAL DO TRABALHO

Vê-se nos cinco primeiros romances de Zé Lins a força da garapa da cana juntar-se ao poder do dinheiro para fazer crescer o poderio econômico do capitalista e aumentar a miséria da grande força trabalhadora. Menino de engenho retrata muito bem essa condição de vida e de trabalho do homem. Comenta João Ribeiro (1932) "Este livro pungente é de uma realidade profunda. Nada há que não seja espelho do que se passa na sociedade rural e na das cidades do Norte e do Sul". O sistema de exploração e a forma de patriarcado na zona rural são simbolizados pelos proprietários de terras e dos engenhos herdados de familiares que logo constitui um reino feu-

dal. Nas expressões da narrativa: "O velho Zé Paulino gostava de percorrer a sua propriedade, de andá-la canto por canto, entrar pelas suas matas, olhar as suas nascentes, saber das condições de seu povo, dar os seus gritos de chefe, ouvir queixas e implantar a ordem. Andávamos muito nessas visitas de Patriarca." (REGO, p.20)*. Esta passagem do texto resume o modo de viver nas áreas canavieiras com seu vasto e rico universo de personagens: Senhores de engenho, escravos, menor trabalhador, mulheres ricas e escravas, o espaço das casas-grandes, o trabalhador do eito. Sempre a força exploradora e dominante dos patriarcas refletem no comportamento servil dos menos favorecidos, dos injustiçados, dos dominados, dos oprimidos, sobretudo das mulheres que eram "elevadas" a condição de bicho "restava ainda as senzalas dos tempos do cativo" (REGO p.27)*. É importante ressaltar que mesmo depois de libertas as negras escravas permaneciam num regime de servidão, tinham o mesmo carinho à casa-grande, a mesma "passividade de bons animais domésticos" (REGO, p.27)*. Assim eram também os "cabras do eito" que voltavam para casa alegres e felizes, depois de doze horas diárias de trabalho, como se não tivessem feito nenhum esforço. Não havia reclamações nem mesmo a presença do feito que os fiscaliza, causa-lhes incômodo. Trabalhavam satisfeitos sem se darem conta que estavam sendo explorados. Observem nas palavras do narrador: "estava na limpa o partido da várzea. O eito bem pertinho do engenho. Uns oitenta homens comandados pelo feito José Felismino, de cacete na mão, reparando no serviço deles."

*REGO, José Lins do. Menino de Engenho: em quadrinhos. 2.ed. Rio de Janeiro, Editora, 1992.

3. A HISTÓRIA SE REPETE

A trajetória dos meninos de engenho, narrada por José Lins do Rego, permanece real e se repete. Nos dias atuais, os moleques da zona canavieira continuam sendo tratados como bagos-de-cana. Seguramente, a descrição linsdorreguiana teria, atualmente, os mesmos componentes do drama social que a inspirou, há sessenta anos, apenas com uma nova roupagem. Ficção e realidade se misturam. Desaparecem as figuras do trabalhador do eito e dos moradores, surge a forma do assalariado. Com a chamada modernização agrícola houve várias mudanças na atividade do engenho, criando-se novas formas de produção nas usinas e nas destilarias. Essas transformações sociais no setor agrícola recaíram, principalmente, sobre o perfil e das condições de vida do trabalhador rural, fazendo crescer as desigualdades sociais e os índices de pobreza; além da discriminação e defasagem salarial e da deterioração das relações de trabalho. Autores há que afirmam ser a categoria do assalariado rural de expressivo número nos estados do Nordeste - cerca de um milhão de trabalhadores -, e que os canavieiros nordestinos dividem-se em diferentes tipos de assalariados: permanentes (fichados), clandestinos ou volantes (bôias-frias) e sazonais (corumbas e ticuqueiros), vindos de região não canavieira nas épocas de safra. Assim era também na época do Velho Zé Paulino - "Em tempo de emergência, o eito se avolumava com os foreiros e os lavradores" (REGO, p.37) * que não eram remunerados pelo trabalho que executavam. Os pequenos proprietários hoje estão sem terra. Esta figura que aparecia solidária na literatura dos anos trin-

*Ib ibid.

ta, hoje não dispõe deste espaço. Observa-se também nos dias atuais que, apesar dos esforços, há dificuldades para uma unificação de salário entre as áreas canavieiras, vez que uns têm salários fixos, outros participam da produção, os menores e as mulheres recebem menos que os homens adultos pela mesma quantidade de trabalho. Não obstante os salários baixos, o trabalhador rural sofre outros tipos de injustiças: descumprimento dos acordos salariais causando grandes perdas econômicas; não pagamento do repouso semanal, férias e 13º salário; não acesso à água, creches, alojamentos, transporte e equipamento de proteção; desobediência à lei de sítio que determina para cada morador dois hectares de terra para o seu próprio plantio; além de os patrões colocarem cabos ou seus administradores armados nos locais de trabalho. Realmente a história é a mesma, a exploração é a mesma. "O costume de ver todo o dia esta gente na sua degradação me habituava com a sua desgraça"... e continua o narrador: "achava muito natural que vivessem dormindo em chiqueiros, comendo um nada, trabalhando como burro de carga". (REGO, p.37)*

Como se pode observar o universo dos trabalhadores agrícolas canavieiros tem muitas personagens. A grande maioria dos canavieiros mora na periferia das cidades e boa parte é formada por analfabeto e não tem vínculo empregatício com os grupos para os quais trabalham, além de viverem em condições precárias de saúde, moradia e alimentação. As estatísticas mostram que a dura realidade vivenciada pelos sem terra e pelos trabalhadores assalariados é um quadro de miséria e de violência, produzido pelo capitalismo, e que os acordos dos patrões não colaboram com

*Id. ibid.

as mudanças, simplesmente reforçam o estado de di-reito inexistente no dia-a-dia do canavieiro. Tu-do isso reflete o resultado da exploração a que os trabalhadores são submetidos e a confirmação do projeto continuísta que quer preservar o "sta-tus quo" da classe dominante. Verifiquem a des-crição: "O engenho e a casa de farinha repletos de flagelados, gente esfarrapada, com meninos ama-relos e chorões, com mulheres de peitos muchos, ho-mens que ninguém dava nada por eles - mas uma gen-te com quem se podia contar na certa para o traba-lho mais duro e dedicação mais canina." (REGO, p.18).*

Apesar de o trabalhador canavieiro do Nordeste vender sua força de trabalho a um dos se-tores econômicos mais importantes desta região, vive em precárias condições. Contudo, há uma con-siderável crise na agricultura canavieira e uma falência das usinas, mesmo o Estado investindo no financiamento da empresa canavieira. Convém sali-entar, a crise que atingiu a agroindústria açuca-reira nordestina nos últimos anos levou o Estado a frequentar intervenções protecionistas. Também a falta de compradores para o açúcar aqui produzi-do, bem como a crise internacional de petróleo fa-vorecerem a criação de um programa governamental que estimulava a produção do álcool como combustí-vel que iria substituir a gasolina automotiva - surge, então, o Proálcool. Tudo isto são maneira de manter vivo o cheiro do melaço de cana e a opu-lência dcminante da casa-grande e da bagaceira. Órgão como a Confederação dos trabalhadores ru-rais na agricultura - CONTAG e a Central Única dos Trabalhadores - CUT vêm fazendo denúncias e tentando organizar campanhas salariais nos esta-dos nordestinos, conseguindo integrar, parcialmen-te, as campanhas dos estados de Sergipe, Alagoas,

*Id. ibid.

Pernambuco, Paraíba e Rio Grande do Norte. Os relatórios dos movimentos sindicais rurais são constantes denúncias do desrespeito da categoria patronal do setor sucro-alcooleiro para com os assalariados, canavieiros, no que concerne aos direitos trabalhistas e sociais. Pois a maioria desses trabalhadores ainda estão sob as mais arcaicas relações de trabalho: exploração da mão-de-obra de menores e mulheres, as péssimas condições de transporte e os baixos salários e exploração na venda da força de trabalho. Relata ainda o autor de Menino de Engenho quando se refere aos moradores da bagaceira: "Paravam às dez horas, para o almoço de farinha seca com bacalhau. Lambiam os dedos como se estivessem em banquetes. E deitavam-se por debaixo dos pés de juá, esticando o corpo no repouso dos seus quinze minutos." (REGO, p.35)* Sem dúvida, ficção, arte e realidade se confundem. Hoje tem-se o mesmo panorama humano e social de sessenta anos atrás. O autor soube com maestria transpor para sua criação um poder igual ao que a história reserva para o fenômeno econômico.

Comparar Menino de Engenho, obra de arte, aos assalariados do bagaço de cana, seria fazer um ajustamento do social com o econômico na produção canavieira do Brasil. Tal associação conduz-nos ao fundo do passado brasileiro, resgatando e reconstituindo a mesma história que se vive no tempo presente. Diferentemente dos tempos de menino de engenho, os trabalhadores se organizam para fortalecer as lutas pela Reforma Agrária, por melhor distribuição de rendas, para matar a fome, por uma política social decente na zona rural brasileira. Na verdade, esse romance é imortal. Conta a decadência do patriarcalismo

*Id. ibid.

no Nordeste com as suas misérias e tragédias humanas, das quais ainda se encontram sobreviventes. Notadamente esse menino de engenho é mesmo eternamente jovem e triste como povo que vive e assiste ao mesmo espetáculo de injustiças, de desigualdades e de exploração, sobretudo, dos trabalhadores nos canaviais. Logo, o Velho Zé Paulino, o seu neto Carlinhos, os moleques da bagaceira e os trabalhadores do eito permanecem vivos no cenário rural. Portanto, este ensaio abre um espaço para discussão do problema e, ao mesmo tempo, constitui-se voz dos explorados, do homem reduzido ao bagaço de cana.

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

1. ADISSI, Paulo José. Convenções coletivas: qualificando o roubo dos patrões. João Pereira: Laboratório de Análise do Trabalho - UFPB, 1989. Mimeo.
2. COUTINHO, Eduardo F., CASTRO, Ângela Bezerra de. Fortuna crítica de José Lins do Rego. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991. v.7.
3. CUT - Central Única dos Trabalhadores. Documento enviado ao Procurador Regional do Trabalho 13ª Região em 27 de setembro de 1991. Mimeo.
4. EID, Farid. Assalariados de usinas e destilarias: um estudo sobre os processos de trabalho e novas correlações de forças. João Pessoa: IDEME, 1988. 294 p. (Monografia 3)
5. GUIMARÃES, M. Leda Lins. O proálcool no Rio Grande do Norte: Baía Formosa, um novo espaço da velha ordem. Natal-RN: 1989. (Dissertação de Mestrado).

6. LINS, Mirtes d'Ávila. Agroindústria de doces no Estado da Paraíba: atualidade e perspectivas. João Pessoa: IDEME, 1988. 245p. (Monografia, 5).
7. LOPES, José Sérgio Leite. O vapor do diabo: o trabalho dos operários do açúcar. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.
8. NEVES, Delma Pessanha. Lavradores e pequenos produtores de cana. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.
9. PINTO, Luís Carlos Guedes. PROÁLCOOL: terra, renda e poder. Caderno CEAS, Salvador, nº 69, p.70, set./out. 1980.
10. REGO, José Lins do. Menino de engenho: em quadrinhos. 2.ed. Rio de Janeiro: Editora, 1992.

- 1. ALVES, Milton de Avelar. A Indústria de Borrachas no Estado de Paraíba: Atividade e Perspectivas. João Pessoa: IDENE, 1988. 245p. (Imp. do autor).
- 2. ALVES, José Sérgio. O vaporizador doméstico: trabalho e organização de produção. Rio de Janeiro: FAPESP, 1987.
- 3. ALVES, Dalmir. Lavadores e pedregos: produtores de casa. Rio de Janeiro: FAPESP, 1987.
- 4. PINTO, Luis Carlos. Trabalho e organização de produção e poder. Caderno CEAS, Salvador, no 53, p. 70, set./out. 1987.
- 5. REGO, José Lino de. Menino de espelho: em duas partes. Rio de Janeiro: Editora, 1987.
- 6. REGO, José Lino de. Trabalho e organização de produção: o caso da indústria de calçados. Rio de Janeiro: FAPESP, 1987.
- 7. REGO, José Lino de. Trabalho e organização de produção: o caso da indústria de calçados. Rio de Janeiro: FAPESP, 1987.
- 8. REGO, José Lino de. Trabalho e organização de produção: o caso da indústria de calçados. Rio de Janeiro: FAPESP, 1987.
- 9. REGO, José Lino de. Trabalho e organização de produção: o caso da indústria de calçados. Rio de Janeiro: FAPESP, 1987.
- 10. REGO, José Lino de. Trabalho e organização de produção: o caso da indústria de calçados. Rio de Janeiro: FAPESP, 1987.
- 11. REGO, José Lino de. Trabalho e organização de produção: o caso da indústria de calçados. Rio de Janeiro: FAPESP, 1987.
- 12. REGO, José Lino de. Trabalho e organização de produção: o caso da indústria de calçados. Rio de Janeiro: FAPESP, 1987.
- 13. REGO, José Lino de. Trabalho e organização de produção: o caso da indústria de calçados. Rio de Janeiro: FAPESP, 1987.
- 14. REGO, José Lino de. Trabalho e organização de produção: o caso da indústria de calçados. Rio de Janeiro: FAPESP, 1987.
- 15. REGO, José Lino de. Trabalho e organização de produção: o caso da indústria de calçados. Rio de Janeiro: FAPESP, 1987.

PSICOPEDAGOGIA: ATIVIDADES PEDAGÓGICAS DE UMA INSTITUIÇÃO EDUCATIVA
DE EDUCAÇÃO INFANTIL DE 1980

ROSELI MARIA - autora: BRITA - Professora/UFRN/ARACATI
MARCIA FERREIRA DE OLIVEIRA - psicóloga/ARACATI
MARCIA FERREIRA - Interlingua/Olinda/Aracati

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo analisar a atuação da psicopedagoga no processo de ensino e de aprendizagem em uma instituição educacional infantil, bem como a atuação da psicopedagoga hospitalar e em outros contextos educacionais.

A atuação da psicopedagoga em hospitais e em outras instituições educacionais é discutida a partir de uma perspectiva teórica e prática.

PSICOLOGIA

A atuação da psicopedagoga em hospitais e em outras instituições educacionais é discutida a partir de uma perspectiva teórica e prática. A atuação da psicopedagoga em hospitais é discutida a partir de uma perspectiva teórica e prática. A atuação da psicopedagoga em outras instituições educacionais é discutida a partir de uma perspectiva teórica e prática.

A atuação da psicopedagoga em hospitais e em outras instituições educacionais é discutida a partir de uma perspectiva teórica e prática. A atuação da psicopedagoga em hospitais é discutida a partir de uma perspectiva teórica e prática. A atuação da psicopedagoga em outras instituições educacionais é discutida a partir de uma perspectiva teórica e prática.

A atuação da psicopedagoga em hospitais e em outras instituições educacionais é discutida a partir de uma perspectiva teórica e prática. A atuação da psicopedagoga em hospitais é discutida a partir de uma perspectiva teórica e prática. A atuação da psicopedagoga em outras instituições educacionais é discutida a partir de uma perspectiva teórica e prática.

A atuação da psicopedagoga em hospitais e em outras instituições educacionais é discutida a partir de uma perspectiva teórica e prática. A atuação da psicopedagoga em hospitais é discutida a partir de uma perspectiva teórica e prática. A atuação da psicopedagoga em outras instituições educacionais é discutida a partir de uma perspectiva teórica e prática.

PSICOLOGIA

"CARACTERÍSTICAS SÓCIO-DEMOGRÁFICAS DE UMA POPULAÇÃO PUÉRPERA EM UMA INSTITUIÇÃO DE SAÚDE".

EULÁLIA MARIA CHAVES MATA - Professora/UFRN/DPC/(Coord.)

MARIA CONCEIÇÃO C. DE OLIVEIRA - psicóloga/Colaboradora

KARLA RAMOS DONIDA - Psicóloga/Colaboradora

1. INTRODUÇÃO

O papel do psicólogo hospitalar no Brasil, é ainda polêmico. Como área de atuação e de formação acadêmica recente, a psicologia hospitalar é muitas vezes exercida por psicólogos através de um atendimento clínico clássico.

No hospital o psicólogo é peça fundamental no processo de humanização da instituição, isso se explica segundo Lewis (3) porque é importante "levar em consideração a natureza integrada do ser humano, aprendendo a tratar a psique e a soma como fenômenos inseparáveis, como realmente são". A atuação parte da perspectiva de que é importante ver o indivíduo em sua totalidade, visando o seu bem estar biopsicossocial. Lidando com pacientes, familiares e a equipe de saúde, o psicólogo através de seus conhecimentos específicos ajuda a tratar o doente em sua dor e sofrimento como uma pessoa em que se considera a interrelação corpo-mente e a influência de um sobre o outro.

Dentro do trabalho do psicólogo Hospitalar encontra-se profissionais que trabalham principalmente com a obstetria, como uma atuação mais específica, uma vez que a gravidez é um momento especial na vida da mulher, com transformações físicas, fisiológicas e psicológicas profundas que requerem um acompanhamento próprio.

Observa-se que a menarca, a gestação, o parto, o puerperio e a menopausa constituem períodos críticos e decisivos na vida da mulher. As transformações que ocorrem exigem adaptações e provocam sentimentos e emoções novas e desconhecidas. São crises normativas as quais as mulheres precisam se reestruturar.

Durante a gravidez, a mulher enfrenta conflitos ambivalentes e crises de ansiedade, que podem vir acompanhadas

das por alterações psicofísicas e que, já foram estudadas por diversos autores como Soifer, Maldonado, Langer e outros. Sabe-se que há situações específicas de acordo com a evolução da gestação e que na gestante são despertadas ansiedades conscientes, inclusive relacionadas ao conflito edipiano.

Também foi apontado por estudiosos que conflitos internos podem ter como base manifestações psicossomáticas (diarreias, náuseas, hipersônia, constipação etc...) e que podem inclusive levar a aborto e partos prematuros.

A atuação do Psicólogo Hospitalar em Obstetricia tem sido muito produtiva na medida em que trabalha com as ansiedades e as angústias da gestante e do casal, na tentativa de evitar o surgimento de focos patogênicos, uma vez que durante a gravidez, a mulher precisa mobilizar novos mecanismos para lidar com fatos também novos. Mais vulnerável e receptiva, se receber intervenção adequada a mulher poderá elaborar a nível consciente seus sentimentos internos, desenvolvendo uma gravidez sem transtornos para ela e para a criança.

Segundo Chiattonne e Sabastine (1) "O Psicólogo Hospitalar deve estar atento e acompanhar a gestante e a família, atuando frente a intercorrencias no processo de gravidez, parto e puerpério: abortamento, morte fetal, nati mortalidade, pseudociese, síndromes puerperais (depressão, psicoses) na formação fetal, reintegração sócio-familiar". Os mesmos autores dizem que, "Em obstetricia, o Psicólogo Hospitalar tem um campo enorme de atuação. Podem organizar Grupos de Gestantes ou de Casais e desenvolver atitudes psicoprofiláticas preparando a mulher ou o casal para a gestação, parto e puerpério". Pode-se utilizar a psicoterapia focal, dinâmicas de grupo técnicas de relaxamento e respiração adequada, exercícios conjugados de relaxamento com respiração para o período de dilatação e exercícios conjugados para a expulsão como também esclarecimentos das ansiedades da gravidez, parto e puerpério.

Diante da necessidade de se trabalhar a gravidez a nível psicoprofilático e para que isso ocorra existe a necessidade de conhecimento da realidade como pressuposto para uma ação refletida e consciente dentro do contexto social. Nos dispusemos a investigar os dados que agrupados constituiriam o perfil da mulher gestante na Maternidade Escola Janeiro

Cicco no ano de 1990.

Para isso, recorreremos as fichas de atendimento existentes no arquivo desta instituição e cujos resultados apresentaremos a seguir.

2 - RESULTADOS E COMENTÁRIOS

Aproximadamente 5553 pacientes gestantes foram registradas durante o ano de 1990 na MEJC. Revelou-se que 34,61% estão na faixa etária entre 20 a 24 anos e que cerca de 23,16% são adolescentes. Isto mostra que há um índice elevado de gestantes adolescentes no estado. Por outro lado observa-se a menor incidência de gravidez entre as mulheres de 35 anos ou mais.

Cerca de 34,31% delas foram mães pela primeira vez observando-se uma diminuição gradativa neste número em relação as gestações seguintes, isto é, 2ª e 3ª gestações. Supomos que esta diminuição gradativa no número de gestações deva-se a fatores diversos, tais como: situação econômica, medo de uma segunda gravidez, experiências anteriores desagradáveis em relação a gravidez, parto e maternidade, a um maior esclarecimento da mulher obtido através de suas vivências pessoais.

A porcentagem de adolescentes que engravidam pela 1ª vez é muito grande, assim como a de mulheres a partir de 35 anos que tem sua 4ª gestação ou mais. No entanto, nota-se um número pequeno de adolescentes que engravidam 4 vezes ou mais e de mulheres de 35 anos que engravidam pela 1ª vez. Salienta-se que esses dados referem-se a gestações e não a nascimentos reais.

38,74% das pacientes tiveram parto vaginal e 36,83% realizaram aborto. Percebe-se que o número de crianças abortadas é quase igual ao número daquelas que nascem do parto normal. Observa-se um índice pequeno de partos cesárea e fórceps, o que talvez possa ser devido ao fato de que nas instituições públicas é dado preferências aos partos normais, sendo usado outros procedimentos apenas quando, em último caso, se faz necessário.

É predominante em todas as faixas de idade a maior incidência de parto vaginal. A partir dos 20 anos há um aumento no número de cesareas e abortos. Deve-se enfatizar que

o número maior de abortos encontra-se na faixa dos 20 a 24 anos, que a partir dos 30 anos o número de abortos e partos vaginais é quase igual e que na faixa dos 25 aos 29 anos o número de abortos foi maior que o de partos vaginais. A incidência de fórceps foi pequena em todas as idades.

Em relação ao tipo de aborto por idade, observa-se um crescimento gradativo nos abortos incompletos com o avanço de idade e uma diminuição dos abortos provocados.

No que diz respeito ao estado civil, há uma predominância de mulheres casadas (64,63%). 33,96% são solteiras, um número que mostra que maternidade e casamento ainda estão vinculados.

Relacionando o número de gestação por estado civil percebeu-se que há um maior índice de mulheres solteiras que engravidam pela 1ª vez e este número cai no que diz respeito à 2ª gestação.

O aborto ocorreu com cerca de 50% de mulheres solteiras e sua proporção foi menor entre as mulheres casadas, cerca de 30%. Concluímos que, proporcionalmente, quem menos aborta são as mulheres casadas, talvez por se encontrarem numa situação mais adequada, sob diversos aspectos (psicológicos ou emocionais, sociais, financeiros ou econômicos) à maternidade. O maior índice de abortos provocados ocorrem em mulheres viúvas e solteiras, e o aborto incompleto predomina em todos os estados civis.

Entre as mulheres de nível médio e superior encontra-se menor incidência de 4ªs gestações ou mais.

Observa-se que há um menor índice de abortos e de partos vaginais nos profissionais de nível superior. o elevado índice de cesáreas nos profissionais de nível superior talvez possa ser explicado pelo poder aquisitivo aplicando o medo, que também estariam presentes nas outras mulheres que não dispõem de recursos para mudar essa situação. 64% das mulheres foram procedentes da capital e 36% do interior.

Cerca de 92% das pacientes eram de enfermaria e apenas 8% eram pacientes particulares ou conveniadas. mais de 20% das pacientes de enfermaria estavam em sua 4ª gestação ou mais enquanto que para as pacientes particulares ou conveniadas este número cai para pouco mais de 5% é possível que a explicação para estes números mais elevados em relação as pacientes de enfermaria estejam relacionadas, em parte,

com falta de esclarecimentos destas mulheres sobre os métodos anticonceptivos, a falta de acesso aos mesmos, a questão da religiosidade.

Mais de 50% das pacientes particulares ou conveniadas e menos de 20% das pacientes de enfermaria tiveram parto cesárea. Observa-se que entre as pacientes de enfermaria a porcentagem de partos vaginais e abortos é semelhante, e que entre as pacientes particulares ou conveniadas a porcentagem de cesáreas chega ao dobro do número de partos vaginais. Outro lado importante refere-se aos abortos entre as pacientes de enfermaria o índice é de quase 40% enquanto que para as particulares ou conveniadas é de pouco mais de 10%.

Com relação aos abortos a porcentagem é bem maior em pacientes de enfermaria. Pode-se supor que as pacientes de enfermaria provoquem mais abortos por não terem tido condições de evitar uma gravidez indesejada ou por não terem condições financeiras de criar aquele filho.

As principais causas da gravidez de alto risco foram DCP, amniorrex prematura, cesária anterior e DHEG. A maioria das causas de gravidez de alto risco de apresentam com mais incidência em primigestas, excluindo-se apenas placenta prévia e deslocamento prematuro da placenta, ambos mais presentes nas 4^{as} gestações ou mais.

A maioria das gestações de alto risco tem como solução o parto cesárea, excluindo-se apenas amniorrex prematura e DHEG que tem como solução predominante partos vaginais.

3 - CONCLUSÃO

Pelos dados obtidos nesta pesquisa concluímos que, a maioria da população atendida na Maternidade Escola Januário Cicco, no ano de 1990 trata-se de paciente casadas, procedentes da capital que exercem atividade do lar, com idade de 20 a 24 anos e que ficam em enfermarias.

Um dado preocupante e que o número de adolescentes é muito significativo (23,16%), sendo as mesmas primigestas e solteiras isto nos remete à necessidade urgente de dar-lhes condições de conhecer seu próprio corpo, o desen-

volvimento de sua sexualidade e os métodos contraceptivos para que estes conhecimentos as conduzam a uma opção consciente no exercício da própria sexualidade.

Outro dado significativo diz respeito à 4ªs gestação, que ocorre em sua maioria em pacientes provenientes do interior e apresentando menor incidência em profissionais de nível médio e superior e nos pacientes conveniados.

Os dados de pesquisa revelaram também uma incidência pequena de cesáreas, sendo que a maioria delas ocorrem em pacientes de nível superior e conveniados. Tal fato pode ser atribuído ao método de trabalho utilizado nas instituições públicas, que dão prioridades aos partos vaginais, só realizaram cesáreas nos casos estritamente necessários.

Com relação aos abortos a pesquisa mostrou que o seu número é quase igual ao de partos vaginais, sendo mais frequente na faixa etária de 20 a 24 anos e entre as mulheres procedentes da capital. O tipo de aborto mais realizado foi o incompleto. No que diz respeito aos abortos provocados e constatou-se que a maioria é realizado por adolescentes por paciente de enfermarias e por mulheres viúvas e solteiras. Conclui-se que entre as mulheres casadas e de nível superior é menor o número de abortos provocados.

A maior incidência da gravidez de alto risco ocorre em primigestas e suas principais causas são: DCP, amniorreza prematura, cesárea anterior e DHEG.

Enfim, percebe-se principalmente que há uma necessidade urgente de um maior apoio às adolescentes grávidas, cujo número cresce a cada dia e cuja gestações são de alto risco, e as mulheres de baixa renda, pela própria carência, que as coloca em uma situação de maior vulnerabilidade. Este apoio deveria acontecer por iniciativa da equipe de saúde, de modo que a instituição se humanizasse mais de maneira a trabalhar em equipe, realizando assim uma prática não meramente técnica, mas uma prática que visaria um desenvolvimento a nível de prevenção primária. Tudo isso acarretaria numa melhor qualidade nos serviços oferecidos à população.

As conclusões a que chegam através desta pesquisa encontra confirmação no que disse Lewis (3): "a medicina só poderá desenvolver-se completamente no dia em que a profissão médica levar em consideração a natureza integrada so ser

humano, aprendendo a tratar a psique e a soma como fenômenos inseparáveis como relamente o são".

4 - REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICA

- 01 - CHIATTONE, H. B. C.; SEBASTIANI, R. W. **Curso de introdução em psicologia hospitalar**. São Paulo, Nemeton - Centro de Estudos e Pesquisas em Psicologia e Saúde. 1991.
- 02 - LANGER, M. **Maternidade e sexo: estudos psicanalíticos e psicossomáticos**. Porto Alegre, Artes Médicas, 1981
- 03 - LEWIS, H. **Fenômenos psicossomáticos**. Rio de Janeiro, ' Ed. José Olímpio, 1974.
- 04 - MALDONADO, M.T. **Psicologia da gravidez parto e puerpério**. Petropolis, Vozes, 1984.
- 05 - SOIFER, R. **Psicologia da gravidez parto e puerperio**. ' Porto Alegre, Artes Médicas, 1971.
- 06 - TAKIUTI, A. **A adolescente está ligeiramente grávida. E agora?** São Paulo, Iglu editora, 1988.

PROPOSTA DE TRABALHO DE PSICOLOGIA EM UM CENTRO DE ONCOLOGIA

EULÁLIA MARIA CHAVES MAIA - Professora /UFRN (Orientadora)/
DPC

ANA ÉLIDA MENEZES MAGALHÃES - Aluna/UFRN/DPC

ANIZE ÂNGELA DA SILVA - Aluna/UFRN/DPC

FLÁVIA CORDEIRO DE ARAÚJO - Aluna/UFRN/DPC

MARIA AUXILIADORA DIAS DA SILVA - Aluna/UFRN/DPC

WALDHERLUCE DE VASCONCELOS CAMPOS - Aluna/UFRN/DPC

1 - INTRODUÇÃO

A atuação do psicólogo hospitalar em um centro de oncologia, objetiva a minimização do sofrimento do paciente provocado pela hospitalização e pela sua condição de enfermo. Se em outros contextos institucionais o psicólogo tem atuação e participação muitas vezes decisivas, nessa realidade hospitalar sua atuação é basicamente de alívio significativo frente aos pacientes em seu processo de sofrimento e dor podendo até mesmo determinar importantes mudanças na estruturação dessa realidade.

É fundamental levarmos em conta que a doença não é algo que vem de fora somente, mas consiste num processo único de vida que se manifesta e se exterioriza no homem em duas modalidades: uma somática e outra psíquica, de um fenômeno - a pessoa viva.

Fatores Emocionais e Psicológicos podem determinar a razão de um paciente viver, como também influenciar na causa de uma doença. Observamos também que, as energias, assim como as economias, podem ser esgotadas em consequência de um gasto exarcebado. o corpo poderá consumir-se, definhará.

O Câncer é causado por exposições e substâncias cancerígena, por predisposição genética, por irradiações, por dieta etc. Mas, na realidade, nenhum desses elementos, por si só, explica o porquê de alguns contraírem e outros não (5). Uma gestão pertinente a todas estas possíveis causas de doença é o STRESS.

A doença também é vista como oportunidade de mudança.

As emoções profundas são capazes de provocar algumas formas de câncer, evidentemente associados a determinados tipos de personalidade, revelando que o desespero e a sugestão podem estar associados ao aparecimento do tumor maligno.

São frequentes sentimentos de desânimo, quase desespero, sentido ao longo de toda a vida. O sentimento de pressão facilita a instalação de doenças. Leshan, observou que as pessoas vítimas de câncer apresentavam uma total impossibilidade de sentir prazer na existência ou mesmo de descobrir o sentido da vida, sendo que esses sentimentos eram anteriores à instalação da doença (1).

Só sentir desespero não causa em si câncer. É preciso que exista vulnerabilidade, predisposição. Alterações bioquímicas, hormônias são produzidas através de condições psicológicas que podem afetar e estimular produções de hormônios e substâncias vinculados à processos mentais.

Dr. Fernando de Campello Gentil, cirurgião Oncologista (6), afirma que, para a cura definitiva do Câncer, teríamos de desvendar o segredo da vida. O câncer é uma vida dentro da vida; multiplicação de células de forma explosiva

Observamos que em alguns pacientes, o crescimento do tumor é lento e em outros, rapidamente fatal percebe-se que, ligado ao rápido progresso da doença, os pacientes deprimidos e retraídos e que apresentam um grau mais elevado, de angústia com grandes dificuldades em aliviá-la, são os mais acometidos(1).

NUNES (3) reforça que ajudar é dar esperança para o paciente se ajudar. A esperança é a ligação com a vida, com o mundo. É aceitar a doença, busca vencê-la sem se tornar maior de que ela, sem confundir esses sentimentos com a onipotência, com a negação da morte. A esperança nos faz viver apesar da morte.

A ação do psicólogo hospitalar torna-se fundamental nesse processo de enfrentamento com a doença e a morte numa perspectiva de minorar sofrimento e buscar razões alternativas para uma qualidade de vida ainda que breve.

2 - ATUAÇÃO JUNTO AO PACIENTE

a) Atendimento Individual

Permitir ao paciente expressar seu sofrimento, seus medos e propiciar o contato com sua nova realidade, ou seja, a doença, suas consequências e limitações que lhe serão impostas a partir desse momento.

b) Atendimento Grupal

Poderá ser realizado em grupo aberto ou fechado dependendo da situação, com o objetivo de trabalhar as dificuldades emocionais durante o decorrer da doença e de convívio social onde seja preservada a dignidade e o respeito pelo paciente oncológico.

2.1 - Programa de intervenção psicológica junto ao paciente

a) Plantão no ambulatório

Objetivo:

- . Atender pacientes encaminhados pelos médicos (emergência)

b) Intervenção pré e pós-cirúrgicas

Objetivo:

- . Oferecer apoio psicológico
- . Facilitar a adaptação do paciente ao contexto hospitalar.
- . Identificar a percepção do paciente quanto ao significado do diagnóstico e tratamento do câncer;
- . Identificar como o paciente lida com expectativas de prognóstico;
- . Lidar com o estado psicológico geral pós-cirúrgico;
- . Preparar e motivar para adesão e tratamentos adjuvantes (radioterapia e quimioterapia).

c) Atendimento durante tratamentos adjuvantes

Objetivos:

- . Identificar a percepção e o significado do tratamento para o paciente;
- . Promover/facilitar estados psicológicos satisfatórios do paciente nas diversas fases do tratamento;

d) Grupo homogêneo de pacientes

Objetivos:

- . Facilitar a adaptação psicológica e social;

. Facilitar troca de informações e apoio entre os pacientes para lidar com as consequências dos diversos tratamentos.

e) Atendimento a pacientes terminais

Objetivos:

- . Dar apoio psicológico;
- . Facilitar ao paciente lidar com sua terminalidade.

Estratégias

- . Atendimento individual junto ao leito e na unidade de tratamento;
- . Abordagem focal;
- . Elaboração de estratégias para lidar com pacientes em fase terminal, em conjunto com a equipe de saúde.

3 - ATUAÇÃO JUNTO À FAMÍLIA

- a) Apoio psicológico individual aos familiares por ocasião de diagnóstico com o objetivo de aliviar as tensões e ansiedades, medos e fantasias ligadas a mutilação e morte.
- b) atendimentos em grupos formados de forma homogênea em relação ao diagnóstico.
- c) Atendimento à familiares ou pacientes por solicitação médica ou pela equipe para-médica, em situações especiais.

4 - CONCLUSÃO

Todas as questões abordadas anteriormente, traduzem um pouco do que pode ser percebido no dia a dia do indivíduo hospitalizado. acreditamos ser fundamental a presença do psicólogo nesse espaço para que se possa ver, atender a pessoa integralmente, buscando tanto na vida como na morte, um cuidado e uma presença com o aspecto humano.

5 - REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

01. GENTIL, Fernando de Campelo. Há um cancer em cada um de nós. **Veja**, São Paulo, 8 agosto 1984. p-05-08.
02. HOWARD, R. LEWIS, Martha E. **Fenômeno psicossomáticos**. 3 ed. Rio de Janeiro, José Olímpio, 1988.
03. MENNINGER, Karl. **Eros e Tântos**: o homem contra si próprio. São Paulo, Ibrasa, 1970.

04. NUNES, Clara Helena portela. Relação médico-paciente em cancerologia. **Jornal Brasileiro Psiquiatria**. São Paulo, v.29, n 3, p 199 - 202, 1980.
05. SEBASTIANI, Ricardo Werner. **Síndrome Geral de adaptação e doenças da adaptação**. 1990. Mimeo
06. SIMONTON, O Carl, SIMONTON Stefhaine. **Matheus: Com a vida de novo**. 2ª ed. São Paulo, Summus. Editorial, 1978

ÍNDICE ALFABÉTICO DE AUTORES

- ALMEIDA, Maria de Fátima p. 241
ARAÚJO, Ana Carla Souza de p. 77
ARAÚJO, Flávia Cordeiro de p. 261
BARRETO, Joana D'arc p. 77
CAMPOS, Waldherluce de Vasconcelos p. 261
CAVALCANTE, Ilane Ferreira p. 179
COELHO, José Ramos p. 40
COSTA, Marcos Antônio p. 165
CRUZ, Ângela Maria Paiva p. 53
CUNHA, Maria Ângélica Furtado da p. 157, 165, 219
DANTAS, Antônio Ribeiro p. 11
DONIDA, Karla Ramos p. 253
FURTADO, Edna Maria p. 67
GUIMARÃES, Maria Leda Lins p. 93
L'ABBATE, Maria de Lourdes Patrini p. 151
LOPES, Fátima Martins p. 131
MAGALHÃES, Ana Elida Menezes p. 261
MAIA, Eulália Maria Chaves p. 253, 261
MARIZ, Marlene da Silva p. 115
MEDEIROS, Regina Lúcia Rocha de p. 179, 231, 237
MOURA, Maria da Conceição de Almeida p. 11, 29
NASCIMENTO, Ana Maria C. do p. 77
OLIVEIRA, Maria Conceição C. de p. 253
OLIVEIRA, Maria de Lourdes p. 189
OLIVEIRA, Nubiácia Fernandes de p. 219
PACHECO, Cleudia Bezerra p. 77
QUEIROZ, Liomar Costa de p. 203
ROCHA NETO, João Mendes da p. 67
RODRIGUES, Maria de Lourdes p. 77
SILVA, Anelino Francisco da p. 63
SILVA, Anize Ângela da p. 261
SILVA, Haroldo José de Brito p. 157
SILVA, Maria Auxiliadora Dias da p. 261
SOUZA, Maria Beatriz P. C. Dias e p. 179, 231, 237

Reg: 5830

nºesp./v.